



TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DO CONCELHO DE ESTARREJA

TERRAS DE ANTUÃ

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS
DO CONCELHO DE ESTARREJA

[FICHA TÉCNICA]

TERRAS DE ANTUÃ
REVISTA DE PUBLICAÇÃO ANUAL
Nº18 | ANO 18 | Novembro de 2024

DIRETORA
Rosa Maria Rodrigues

EDITOR
Câmara Municipal de Estarreja

PROJETO GRÁFICO
Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Lusoimpress Offset e Digital, Lda.

TIRAGEM
750 exemplares

IMAGEM DE CAPA
“Retrato do Prof. Egas Moniz”, José Malhoa, 1932
Espólio: Centro de Estudos Egas Moniz

ISSN
1646-8562

DEPÓSITO LEGAL
267394/07

OS ARTIGOS PUBLICADOS NESTE NÚMERO SÃO DA RESPONSABILIDADE CIENTÍFICA
E ÉTICA DOS SEUS AUTORES BEM COMO O RESPEITO PELO ACORDO ORTOGRÁFICO EM VIGOR

[SUMÁRIO]

- 09 A MAIOR E VACINADA, *TERRAS DE ANTUÃ*
Diamantino Sabina
- 11 EDITORIAL
Rosa Maria Rodrigues
- 13 ARTESANATO NO CONCELHO DE ESTARREJA EM 1963
Abel Cunha
- 27 O DESPORTO EM ESTARREJA NOS SEUS PRIMÓRDIOS
António Augusto Silva
- 33 A OBRA RETABULAR DA CAPELA DE SANTO AMARO
António Cruz Leandro e Maria Clara de Paiva Vide Marques
- 41 REITOR DE SANTIAGO DE BEDUÍDO P.^o CORNÉLIO SILVA - Opositor ÀS LEIS REPUBLICANAS
DA SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS
Artur Tavares
- 59 A EPOPEIA DO HOMEM-MOLICEIRO DA RIA DE AVEIRO
Etelvina Resende Almeida
- 73 ESTARREJA E A 1.ª GRANDE GUERRA – A CRISE DAS SUBSISTÊNCIAS
João Pedro Reis
- 87 ESTARREJA - FITA DO TEMPO - PESSOAS, ACONTECIMENTOS, FACTOS E CURIOSIDADES QUE,
AO LONGO DO TEMPO, FORAM “MOLDANDO “O CONCELHO DE ESTARREJA
José Fernando Ferraz Correia
- 113 DR. MAXIMIANO POMBO CIRNE - UM BUNHEIRENSE EM TERRAS GAÚCHAS
José Gurgo e Cirne
- 129 A “HIDRO-ELÉCTRICA” DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA – OS
COLABORADORES
Juliana Cunha
- 141 O COUTO DE ANTUÃ EM MEADOS DE SÉCULO XIV, SEGUNDO UM DOCUMENTO COEVO
Marco Pereira
- 153 25 IMAGENS DE ABRIL EM ESTARREJA
Paulo Dias

- 169 CRONOLOGIA SELECCIONADA E ANOTADA DE EGAS MONIZ - 1874 | 1955
Rosa Maria Rodrigues
- 203 AS ELEIÇÕES TRIENAIS DAS ABADESSAS DE AROUCA E SENHORAS DE ANTUÁ: 1597-1777
Saul António Gomes
- 233 TORREIRA
Sérgio Paulo Silva
- 245 EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1840 A 1849 E O ANO DE 1913
Teresa Tubby
- 289 CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE CARMELO EM AVANCA
Victor Bandeira
- 305 SAUDADES - 100 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA
Joana Sousa e José Eduardo de Matos
- 335 REVISTAS TERRAS DE ANTUÁ

A MAIOR E VACINADA, *TERRAS DE ANTUÃ*

*Diamantino Sabina**

Caros leitores,

É com um imenso orgulho que vos apresentamos esta décima oitava edição da nossa revista Terras de Antuã, uma publicação que, ao atingir a sua “maioridade”, se consolida como um pilar na preservação e divulgação da história, cultura e identidade estarrejeses. Este número, em particular, assume um significado especial, pois celebra, de forma simbólica e merecida, o legado de figuras e instituições que moldaram a nossa comunidade e o nosso país.

Na capa, temos a honra de exhibir o retrato do nosso ilustre conterrâneo, o Professor Egas Moniz, numa interpretação única do artista José Malhoa. Este ano, assinalamos o 150.º aniversário do nascimento de Egas Moniz, médico, investigador e Nobel da Medicina. A sua genialidade e determinação continuam a ser uma fonte de inspiração, não apenas para Estarreja, mas para o mundo inteiro. Ao evocarmos a sua memória, recordamos a importância de honrarmos as nossas raízes e celebrarmos aqueles que, através do seu engenho e trabalho, ultrapassaram fronteiras e marcaram a história.

Este ano, comemoramos também os 100 anos da fundação dos Bombeiros Voluntários de Estarreja. Durante um século, esta nobre instituição tem sido um exemplo de altruísmo e dedicação ao serviço da comunidade. Os Bombeiros Voluntários de Estarreja são um verdadeiro símbolo de coragem, prontos para agir nas horas mais difíceis e sempre com o espírito solidário que tão bem define a nossa terra. A todos os que ao longo destes cem anos vestiram a farda com brio e coragem, o nosso eterno agradecimento.

Não podemos deixar de lembrar que em 2024 também celebramos os 50 anos do 25 de Abril. Esta efeméride faz-nos refletir sobre a importância da liberdade e da democracia, valores que a Revolução dos Cravos nos devolveu e que, enquanto cidadãos, temos a responsabilidade de preservar. O 25 de Abril trouxe-nos não apenas a liberdade de expressão, mas também o direito à participação cívica e política. A nossa revista é, por isso, um testemunho vivo desta liberdade, um espaço de partilha de ideias e de conhecimento que reflete a riqueza da nossa cultura local e nacional.

Esta edição da Terras de Antuã é uma celebração da nossa identidade, das nossas conquistas e das nossas gentes. Através destas páginas, queremos perpetuar a memória dos que nos antecederam, mas também projetar o futuro com confiança e determinação. Que este seja um convite a todos para continuarmos a construir juntos uma Estarreja mais próspera, mais justa e mais unida.

Com votos de uma boa leitura e renovado orgulho na nossa terra.

* Presidente da Câmara Municipal de Estarreja

EDITORIAL

Rosa Maria Rodrigues

Volvidos dezoito anos desde a primeira apresentação da revista *Terras de Antuã*, publicada ininterruptamente desde 2007, estamos cientes do papel que esta publicação encerra no eternizar da historiografia local, no estímulo à pesquisa e publicação de novas temáticas, numa atenta e consciente homenagem ao passado, bem como no registo escrito de *momentos e pedaços de história* que, senão perdidos, ficariam olvidados e não fariam parte da nossa memória coletiva, e naturalmente apagados para gerações vindouras.

Os temas apresentados nesta edição das *Terras de Antuã*, diversificados no seu conteúdo, mas dentro da mesma linha de continuidade que tem vindo a ser apresentada, abordam manifestações de carácter cultural, personalidades, histórica local, arte e iconografia religiosa, emigração, património natural, património imaterial e documental, bem como privilegia as efemérides, onde destaco os 50 ANOS DA REVOLUÇÃO DE 1974, onde e segundo o autor do texto (...) *o que propomos é uma trajetória ilustrada por alguns dos momentos vividos em Estarreja sob o mote de “Abril”: o mote da liberdade. Seja o da luta pela liberdade, ainda em Ditadura, seja já o da sua vivência no período pós-revolucionário. Entendemos, assim, que este último se delimita entre o eclodir da Revolução de 25 de Abril de 1974 e a estabilização da democracia a nível local, pela instalação da primeira Câmara Municipal eleita em liberdade, o que vem a ocorrer em inícios de 1977.*

Este número de *Terras de Antuã* apresenta na capa o retrato de Egas Moniz, pintado pelo Mestre Malhoa em 1932, época áurea da vida do neurocientista e que se encontra exposto no Centro Estudos Egas Moniz em Lisboa. Neste, ressaltam as cores luminosas tão características de Malhoa, onde o rosto cordial, o olhar brilhante, observador e penetrante, nos transmitem a força, a serenidade e calma, que foram apanágio do caminho que calcorreou, e que fez da sua obra uma referência na História da Investigação Científica e que segundo o autor do texto (...) *com manifesto agrado sem hagiografar, sem qualquer endeusamento ou veneração, bem como sem hiperbolizar as suas características de personalidade, me atrevo a definir Egas Moniz, no ano em que se comemoram os 150 anos do seu nascimento, simplesmente como CARISMÁTICO.*

O tema Saudades da revista *Terras de Antuã* evoca os 100 ANOS DA CORPORAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, pelo que aproveitamos este espaço para apresentar nosso agradecimento silencioso a todos os dirigentes, sócios e anónimos que durante décadas trabalharam com altruísmo para a edificação desta corporação, que revivifica em cada dia os valores da solidariedade e generosidade ao serviço da comunidade Estarrejense, por isso atrevo-me a citar os autores do texto (...) *E sintam os mais velhos que a sua mão estendida para ajudar se mantém firme, renovada, reconhecida pela Comunidade a quem sempre servimos. Essa Comunidade é também a mesma de 1924, a que hoje e sempre nos acompanha partilhando a satisfação do dever cumprido e recebendo a nossa gratidão.*

A todos os que colaboraram abnegadamente para a materialização desta publicação de *Terras de Antuã*, o nosso inevitável OBRIGADO.

ARTESANATO NO CONCELHO DE ESTARREJA EM 1963

*Abel Cunha**

Artesão; pessoa que fabrica manualmente determinadas peças ou produtos (olaria, carpintaria, tecelagem, renda, etc.)



Manufatura da canga vareira – exemplo da decoração de uma canga vareira, entalhada em baixo-relevo, outrora produzida por notáveis artesãos na freguesia de Avanca. Fotografia do autor

Introdução

O Estado Novo e a Política Folclorista

No Estado Novo, a ruralidade assumiu-se desde o início como um dos eixos estruturantes da mundivisão e da imagética do regime, tendo um apologista e activo encenador em António Ferro, autor de múltiplas iniciativas destinadas a exaltar uma utopia campestre.

António Ferro apresenta-se como o primeiro director do Secretariado de Propaganda Nacional, o SPN, criado a 25 de Setembro de 1933, funcionando na alçada directa da Presidência do Conselho. O organismo responde desde logo à necessidade, e cito, *dos povos que desejam fazer justiça a si próprios e conhecer o seu ressurgimento, que desejam impor-se à sua consciência e à consciência dos outros povos*. Neste sentido, a solidificação do sentimento nacionalista é efectuada por aquilo que João Lopes Filho designa de “aproveitamento dinâmico da tradição”, mediante um veículo privilegiado na veiculação dos ideais do regime, que assume um claro papel formativo num país com elevadas taxas de analfabetismo: o folclore.

* Master em Gestão Comercial pela Universidade Complutense de Madrid, escreve segundo a antiga ortografia.

Todavia, mais do que de folclore, isto é, da ciência do povo, deve aqui falar-se de um movimento de folclorização, fenómeno que, segundo Salwa Castelo-Branco e Jorge de Freitas Branco, engloba “ideias, atitudes e valores que enaltecem a cultura popular e as manifestações nela inspiradas”, mas num processo que encerra como finalidade “reproduzir representações de memórias sociais a transformar em cultura institucionalizada”, adquirindo, como o ressalta João Lopes Filho, e cito, “preparação estética e organizativa a fim de serem apresentados fora do seu meio natural [...], como espectáculo para um público urbano [...] culturalmente diferente”.

Neste contexto, o discurso folclorista do regime, e de Ferro, procede, não a uma ruptura, mas a uma continuação da campanha empreendida na 1.ª República, aproveitando e reciclando discursos pré-existentes. Inovando ao conferir um verniz modernista aos elementos desta arte popular, recriados por uma elite, purificados das suas imperfeições e artisticamente embelezados para exposição a camadas mais cultas e, certamente, não populares, eles são, finalmente, metamorfoseados em arte nacional.

Esta ênfase de Ferro nos recursos de cariz popular releva de dois conjuntos poderosos de razões:

- Por um lado, não podendo avançar com potência ou inovação, não possuindo meios para uma competição directa, Ferro transforma o atraso em arcaísmo autêntico e, portanto, prestigioso, enfatizando a procura de um factor de diferenciação perante as outras nações, claramente patente quando afirma que “só o diferente, o inédito, interessa e apaixona os outros povos”, concluindo que “Portugal, na carta do globo, tem a sua cor e o seu desenho próprio, cor e desenho eterno”;

- Por outro, através do contacto com práticas identitárias desenvolvidas por outros países, em especial as patentes nas exposições internacionais na década de 20, que frequentou enquanto enviado especial do Diário de Notícias, o director do SPN compreendeu claramente o valor do uso do demótico e a receptividade intelectual a esta imagética, transfigurando estas múltiplas fontes de inspiração num “modelo SPN” de afirmação identitária da nação estado-novista.

Desta forma, as suas opções enquanto director do organismo nacional de propaganda, nas décadas de trinta e quarenta do século XX – uma época de crescente efervescência nacionalista na Europa, de escolha das tradições rurais como idioma de afirmação de Portugal, embelezadas por uma estética modernizante, inserem-se num quadro europeu muito abrangente de elaboração da identidade nacional, um cenário onde, como o coloca João Leal, e cito, “ter uma arte popular – mesmo que tivesse de ser inventada – era fundamental para que um país fosse admitido no concerto das nações”.

A institucionalização da cultura popular neste período passou pelo facto de o Estado Novo tender a estabelecer uma partilha funcional entre os vários aparelhos de propaganda do regime. Desta forma, a disputa de tutelas entre o SPN de Ferro e outros organismos é uma constante nas duas primeiras décadas de funcionamento do regime. É neste sentido que melhor se pode entender a disputa pelo campo folclórico sentida entre António Ferro e o SPN, e Henrique Galvão na Emissora Nacional (EN).

Com a entrada de Henrique Galvão para a empresa de radiodifusão do Estado, como presidente da Comissão Administrativa, a 10 de Junho de 1935, os programas de propaganda das terras portuguesas foram um dos temas a merecer especial atenção na programação, com a divulgação das tradições populares de diversas regiões, através de programas pensados pela Sociedade de Propaganda de Portugal, como as rubricas “Arte Popular” e “Usos e Costumes”, de Armando de Lucena, e “Terras de Portugal” de António Montês.

Com efeito, Galvão considerava a Emissora Nacional um organismo que deveria contribuir para o desenvolvimento cultural do país e para a construção de uma identidade nacional. Desta forma, incentivou a produção de programas e espectáculos com o objectivo de fazer reviver e incentivar as tradições populares portuguesas.

Exemplo de tal são os 7 espectáculos regionais, realizados em 1935, dedicados ao folclore das diversas províncias metropolitanas, espectáculos estes que passaram por Évora, Castelo Branco, Porto, Coimbra, Braga, Vila Real e Faro. Nesta iniciativa, destaca-se a apresentação dos governadores civis, que abriam os eventos com um discurso explicitando a importância do trabalho desenvolvido pela Emissora Nacional na divulgação do folclore português.

António Ferro foi Director do SPN - Secretariado de Propaganda Nacional entre (1933/1944); director do SNI - Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo entre (1944/1950). Diplomata entre (1950/1956). Ao todo, 23 anos conduzindo ou influenciando a política para a cultura nacional. Desde o início, assumiu a ruralidade como um dos eixos estruturantes da mundivisão e da imagética do regime, exaltando uma utopia rural.

Foi ele quem sugeriu a Salazar em 1932 a criação de um organismo que fizesse propaganda aos feitos do regime e foi dele, igualmente, a formulação doutrinária, a partir desse ano, da chamada Política do Espírito, nome que teve em Portugal a política de fomento cultural subordinada aos fins políticos do regime. Depois de em Dezembro de 1932 ter publicado no Diário de Notícias uma série de entrevistas com o Presidente do Conselho de Ministros, reunidas em livro em 1933 (Salazar, o Homem e a Obra), Ferro foi chamado a assumir, como director do SPN, criado em Outubro de 1933, as funções simultâneas de chefe da propaganda e de responsável pela política cultural do Estado Novo. O organismo manteve o nome até final da II Guerra Mundial, quando passou a designar-se Secretariado Nacional de Informação (SNI). Ferro foi o seu director até 1949, quando partiu para a legação portuguesa em Berna.

Desenvolveu grande actividade nas áreas da propaganda interna e externa, edição, radiodifusão, cinema, teatro, bailado, jornalismo, turismo e actividades culturais em geral. Foi comissário-geral das exposições internacionais de Paris (1937) e de Nova Iorque (1939), teve um papel determinante na grande realização do Estado Novo que foi a Exposição do Mundo Português (1940), tendo dirigido a Revista dos Centenários, órgão de propaganda da mesma. Foi fundador do Museu de Arte Popular, da Companhia Portuguesa de Bailado Verde de Gaio (1940) e presidente da Emissora Nacional (1941). No plano do turismo, foi por sua iniciativa que foram criadas as Pousadas a partir de 1941-1942. Foi também fundador, em 1941, da revista de arte e turismo Panorama¹.

1- Cultura Popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro. Carla Ribeiro (Escola Superior de Educação/IPP; CEPES – Centro de Estudos da população, Economia e Sociedade).

§

António Ferro foi o grande responsável pela afirmação identitária da nação e pelo discurso folclorista do regime Salazarista, sendo igualmente o responsável pela organização e estruturação da “arte popular”. Conferiu ao povo e às suas artes um certo polimento e modernismo, eliminando imperfeições e embelezando as rudes manifestações populares por forma a que aquelas fossem aceites pelas camadas mais cultas. A criação do ballet Verde Gaio em 1940, consubstancia a ideia transformadora de levar as danças folclóricas a palcos e públicos elitistas.

Apesar de todo um trabalho reconhecido como transformador das artes, que lançou as bases para diferentes sectores de actividade, como seja o turismo ou a criação das Pousadas de Portugal, e que ainda hoje, suporta e por exemplo, a estrutura das representações etno-folclóricas, o nome de António Ferro é mal querido e desdenhado pelo contributo que deu ao regime ditatorial.

Quando em 1949 abandonou o SNI, tinha estruturado e desenvolvido toda uma arquitectura político/cultural que permaneceria no tempo independentemente do regime político no poder sobrevivendo à primavera Marcelista e posteriormente, à democracia instaurada em 1974.

A imagem de um país encantador na sua ruralidade e na bondade do seu povo criado na utopia de um pensamento algo poético e alheado da realidade traria a Portugal os muitos milhões de turistas que actualmente representam um dos sectores económicos mais importantes e representativos na criação da riqueza nacional: o turismo.

§

No ano de 1963, César Moreira Baptista director do SNI entre 1958-1968, por intermédio do chefe da repartição da cultura popular Júdice da Costa, através do ofício n.º 1978/3 de Setembro de 1963 solicitava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Estarreja o levantamento dos artesãos e respectivas produções, residentes no Concelho:

Rogo a V. Ex.^a se digne prestar-me o valioso concurso dessa Exma. Câmara, no sentido de obter os elementos indispensáveis para a actualização dos ficheiros de artesanato destes serviços.

Devo esclarecer V. Ex.^a que estamos procedendo ao estudo e catalogamento de todas as actividades populares por mais modestas que sejam, e que a omissão de qualquer falsearia os resultados deste estudo.

Não existirá, nesse concelho, um oleiro, um cardador de lãs, um tecedor de linho, mantas ou cobertas; um funileiro ou latoeiro; rendilheiras e bordadoras; boleiras ou doceiras de especialidades regionais?

Não existirá também, nenhum artesão de cadeiras de bunho, esteiras, alfaias agrícolas, instrumentos musicais, barcos, carros, tamancos, ou quem trabalhe a pedra, o ferro, o cobre ou o ouro?

Através das Juntas de Freguesia talvez V. Ex.^a, conseguisse obter estes elementos com menos incómodo e maior eficiência.

Aguardo uma resposta dentro da possível urgência, aproveitando a oportunidade para apresentar a V. Ex.^a os meus melhores cumprimentos.

A BEM DA NAÇÃO**Secretariado Nacional da Informação****O CHEFE DA REPARTIÇÃO DA CULTURA POPULAR, (B. Júdice da Costa)**

As Juntas de Freguesia foram oficiadas pela Câmara Municipal de Estarreja em 31/10/1963 e o ofício teve resposta ao SNI em 8/1/1964.

Assim, a 10 de Dezembro de 1963 a Junta de Freguesia de Avanca informou o seguinte:

Em resposta ao ofício n.º 1450, cumpre-me informar V. Ex.ª que nesta freguesia existem os seguintes artesãos:

Artesão	Manufatura	Local
Jovita Pimpão	Boleira e doceira	Pinheiro
Matilde Vasconcelos Borges	Mantas (Tecedeira)	Mato
Umbelina e Palmira Matos	Mantas (Tecedeiros)	Congosta
Maria Conceição Tavares Almeida	Mantas (Tecedeira)	Congosta
Joaquina Barombas	Tecelagem de linho	Rego de Arada
Artur Oliveira	Cestas de Vime	Zangarinheira
José Fidalgo	Carros e alfaias agrícolas	Agualevada
Firmino Nunes de Abreu	Cangas e jugos	Arçã
José Maria Almeida	Cangas e jugos	Areia do Gonde

Da Junta de Freguesia de Beduído:

Artesão	Manufatura	Local
Custódia de Almeida Carvalho	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Beduído
João Marques Couto	Funileiro/latoeiro	Praça
Augusto Ferreira da Silva	Funileiro/latoeiro	Praça
Angelino Marques da Silva	Funileiro/latoeiro	R. Desem. M. Silva
Joaquim da Silva Teixeira	Carros	Campo
João Marques de Matos	Cestos de vime	Beduído
Manuel Dias da Silva	Alfaias agrícolas e ferro trabalhado	Santo Amaro
Júlio Alberto da Costa Rodrigues	Alfaias agrícolas e ferro trabalhado	Santo Amaro

Artêsão	Manufatura	Local
Manuel de Oliveira Beco	Alfaias agrícolas e ferro trabalhado	Santo Amaro
Manuel Marques Nunes	Alfaias agrícolas e ferro trabalhado	Agro
António Marques Pires	Alfaias agrícolas e ferro trabalhado	Agro
Joaquim da Silva Valente	Alfaias agrícolas e ferro trabalhado	Agro

Da Junta de Freguesia de Fermelã:

Artêsão	Manufatura	Local
José Dias Assunção	Funileiro/latoeiro	Lugar do Vale
Gracinda Ferreira da Silva	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Lugar do Vale
Maria Ribeiro Baptista	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Terra do Monte
Manuel de Sousa Fernandes	Ferreiro	Lugar do Vale
João da Silva	Ferreiro	Lugar do Botêlho
António Rodrigues de Sousa	Ferreiro	Rua de Oliveira

Da junta de Freguesia de Pardilhó:

Artêsão	Manufatura	Local
Ana Rosa Matos	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Igreja
Idalina Valente de Almeida	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Mte Cima
Nazaré Pereira Valente	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Igreja
Ascensão Régia	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Saltadouro
Júlio Sardo	Mantas e cobertas (Tecededor)	Saltadouro
Maria Rosa Valente Vigário	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Salgueiro
Francelina Valente Vigário	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Salgueiro

Artêsão	Manufatura	Local
Ana Rosa Matos	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Igreja
Idalina Valente de Almeida	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Mte Cima
Nazaré Pereira Valente	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Igreja
Ascensão Régia	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Saltadouro
Júlio Sardo	Mantas e cobertas (Tecedor)	Saltadouro
Maria Rosa Valente Vigário	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Salgueiro
Francelina Valente Vigário	Mantas e cobertas (Tecedeira)	Salgueiro
Ainda Oliveira	Bordadeira	Celeiro
Madalena Ferreira Estrela	Bordadeira	Rua Nova
Adriano Mortágua	Funileiro/latoeiro	Monte de Cima
Abel Marques Correa	Funileiro/latoeiro	Monte de Cima
Alfredo Marques Correa	Funileiro/latoeiro	Igreja
Emília Marques (Viúva)	Funileiro/latoeiro	Monte de Cima
Manuel Valente de Almeida	Ferro Trabalhado	Igreja
Manuel Ferreira da Costa	Ferro Trabalhado	Monte de Baixo
Júlio Miranda	Ferro Trabalhado	Agro
Os Três Unidos (1)	Tamanqueiro	Canedo
Maria da Nazaré Frutuoso (2)	Tamanqueiro	Celeiro
José Ferreira da Costa	Barcos (Construção naval)	Agro
Henrique Ferreira da Costa	Barcos (Construção naval)	Salgueiro
Firmino da Silva	Barcos (Construção naval)	Salgueiro
Diniz Valente de Matos	Barcos (Construção naval)	Salgueiro

(1) Essencialmente produtores de sapato

(2) Maria da Nazaré Almeida Matos, a conhecida Maria dos tamancos



*Mantas e tapetes de trapo conhecidos como de Pardilhó eram tecidos um pouco por todo o Concelho de Estarreja.
Fotografia do autor*

Da Junta de Freguesia de Salreu:

Artêsão	Manufatura	Local
Manuel da Silva Pereira	Funileiro	Cavada
Francisco Bastos	Funileiro	Mato
José Firmino Marques	Funileiro	Agra
Jesus da Silva (Filho)	Ferreiro	Campinos
Francisco Nunes de Oliveira	Ferreiro	Santo
Armando da Fonseca	Ferreiro	Casal
Manuel Dias da Silva	Ferreiro	Ladeira
Matilde da Conceição Gomes	Tecedeira	Mato
Glória Valente Couras	Tecedeira	Casal
Manuel Marques Nogueira	Boleiro	Cadaval
Manuel Maria Rodrigues Garrido	Barqueiro (Construção naval)	Laceiras

Da Junta de Freguesia de Veiros:

Artesão	Manufatura	Local
José Maria Pereira	Esteiras	Santa Luzia
António Pires de Castro	Esteiras	Pinheiro
Carlos Alberto Pires de Castro	Esteiras	Cabeças
Hilário Pires de Castro	Esteiras	Daí
Boanerges da Costa Mortágua	Esteiras	Santa Luzia
Albino Marques	Alfaias agrícolas	Igreja
Joaquim Maria da Silva	Barcos (Construção naval)	Areia
Manuel Luiz Henriques de Miranda	Barcos (Construção naval)	Santa Luzia
Manuel Fernandes da Fonseca	Serralheiro	Outeiro
Manuel Joaquim Dias	Serralheiro	Telhões

Da Junta de Freguesia de Canelas:

Artesão	Manufatura	Local
António Baptista Beirão	Barcos (Construção naval)	Rua da Estação
António Máximo da Cunha	Barcos (Construção naval)	Cabeço de Cima
Arnaldo Rodrigues Pires	Barcos (Construção naval)	Rua da Aldeia
Guilherme Rodrigues Pires	Carros e alfaias agrícolas	Rua da Mata
Tito Perez Lopes	Ferreiro	Rua da Teixeira
Matias Moreira de Abreu	Funileiro	Rua Direita

Os barqueiros de Canelas supracitados, construíam um tipo diferente de embarcação, as bateiras erveiras de Canelas, mais pequenas que os barcos moliceiros de Pardilhó e sem as decorações que caracterizam os mesmos, para além de outras pequenas bateiras e chatas dedicadas à pesca. Estas embarcações eram apenas breadas, pintadas de negro breu sobre o qual se espalhava casca de arroz a fim de criar aderência aos pés do utilizador quando este percorria o barco da proa à ré enquanto e por intermédio de uma vara de madeira o fazia deslocar.



Baixo Vouga, anos 60. Fotografia de António Fernando Lousada

A bateira erveira para além da sua utilidade no trabalho agrícola nos campos e arrozais do baixo Vouga, no transporte do gado bovino, poderia servir de habitação a quem passava as noites nas águas fosse em trabalhos de pesca ou, guarda de bens e animais.

Alguns de nós, marinhões, nascemos e criámo-nos na dormência das águas esperando o regresso dos pais que trabalhavam os terrenos agrícolas, recolhiam molliços ou pescavam.

§

Este interesse do poder central pelo artesanato e artesãos, ao que se aliava igual interesse pela etnografia e folclore (pelo ofício 196/3 do mesmo Secretariado, fora igualmente pedido o levantamento dos agrupamentos folclóricos e respectivos directores existentes no concelho à data, ao que todas as Juntas responderam que não existia qualquer grupo em actividade, explica-se pelo fenómeno do turismo e pela atractividade do tal país rural e romântico construído pelo SPN durante os anos de 40. Já antes de 1974, a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT) oferecia férias acessíveis para os trabalhadores e as suas famílias, o que foi continuado pelo INATEL após a revolução de Abril.

O levantamento feito pelas Juntas de Freguesia, aparentemente, estaria algo incompleto até porque a definição de artesão não seria, à época, clara e a fronteira entre a pequena indústria familiar e o puro artesanato, sobrepor-se-iam. O próprio presidente da Junta de Freguesia de Canelas, na resposta à CME expressa essa dúvida.

Não há conhecimento de outros artesãos em Canelas, a não ser que se entenda – o que não me parece – dever incluir-se na designação “Artezões” os artífices que se dedicam à construção civil tais como pedreiros, carpinteiros, pintores, estucadores, ou ainda, os sapateiros.

Apesar da recomendação de que todas as actividades deveriam ser referidas e de que a omissão de qualquer uma falsearia os resultados do estudo, não é certo que todos os artesãos tenham sido referenciados. Por exemplo e nesta freguesia de Canelas, ficaram de fora daquele recenseamento e pelo menos:

Artesão	Manufatura	Local
Ilda Máximo da Cunha	Tecedeira	Cabeço de Cima
Manuel Nora	Tanoeiro	Rua da Fonte

De qualquer forma se percebe que estas artes e ofícios distribuíram-se pelas freguesias do Concelho conforme e de acordo as necessidades de cada e também em função da matéria prima disponível. Em Beduído concentravam-se ferreiros e latoeiros. Dos 12 artesãos identificados, 9 enquadram-se nos ofícios de ferreiro e latoeiro. Em Veiros entre os 10 artesãos referidos, 5 dedicam-se à tecelagem de esteiras de bunho. Pardilhó destaca-se pelo número de artistas identificados num total de 22, ainda assim distribuídos por apenas 4 tipos de produção; 9 tecedeiras e bordadeiras, 7 ferreiros e latoeiros, 2 tamanqueiros e 4 constructores navais. A influência da ria nota-se no número de constructores navais, 4 em Pardilhó, 3 em Canelas, 1 em Salreu e 2 em Veiros num total de 10.

Destas artes ficaram não só testemunhos espalhados pelo Concelho, como surgiram novas artes e novos artesãos, que manufacturam produtos modernos e adaptados aos tempos actuais mais de sentido turístico, lúdico ou recordatório. Definitivamente perdidas estão as artes de ferreiro, os carros de tracção animal ou as cangas vareiras entre outros. As pesadas manufacturas de portões e varandins em ferro, os carros construídos em madeira cujo chiar ecoava pelas estreitas ruas das aldeias ou, os notáveis jugos vareiros que submetiam os bovinos ao trabalho, extinguíram-se.

Compreende-se que à época, o artesanato não correspondia à definição e ideia que temos hoje do mesmo. Era artesanato porque manufacturado mas, era essencialmente uma produção de bens e utensílios absolutamente necessários ao trabalho e modos de vida de então. Desde agasalhos a alfaias agrícolas, embarcações, carros e carroças, portões e varandas em ferro, cestos e alcofas, calçados, etc., era toda uma indústria de carácter familiar que em nada se pode comparar com o artesanato actual, eminentemente figurativo.

Actualmente e segundo o Sector de Promoção Turística da Câmara Municipal de Estarreja, existem no Concelho 16 artesãos conforme as seguintes descrições:

Artesão	Manufatura	Local
Anabela Tavares (Casa do Tear)	Tecelagem	Pardilhó
Emanuel Conde Rufo	Brinquedos e miniaturas em madeira	Pardilhó
Humberto Manuel Pires Alves	Cerveja artesanal	Fermelã

Artêsão	Manufatura	Local
João Augusto Barbosa Silva	Utensílios em Madeira, pranchas de surf	Estarreja
José António Reis Pitarma	Cerâmica e azulejaria	Estarreja
Manuel dos Santos M. Rufo	Tecelagem e miniaturas em madeira	Pardilhó
Maria Celeste Tavares Vieira	Feltragem de lã e cerâmica figurativa	Estarreja
Rosa Maria de Pinho Conde Rufo	Tecelagem e calçado de pano	Pardilhó
Sandra Guiomar Cipriano Ferreira	Acessórios para vestuário	Estarreja

Fonte: CEARTE (Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património) via Sector de Promoção Turística da Câmara Municipal de Estarreja

Artêsão	Manufatura	Local
António Esteves	Construção naval	Pardilhó
Arménio Almeida	Construção naval	Pardilhó
Manuel Felisberto Amador	Construção naval	Pardilhó
Diogo Valente	Lutier – Instrumentos musicais	Avanca
Ana Ferreira & Daniel Rodrigues	Velas artesanais	Estarreja
Maria Fernandina Henriques	Esteiras de bunho	Veiros
Carlos Matos (Picapeixe)	Pranchas de surf em madeira	Pardilhó

Fonte: Sector de Promoção Turística da Câmara Municipal de Estarreja

Da antiga manufatura pesada, restam 3 constructores navais em Pardilhó que e apesar de esforços vários dificilmente terão continuadores. Regista-se o aparecimento de um cervejeiro na freguesia de Fermelã e do lutier (violeiro) Diogo Valente, em Avanca.

A Última Bateira Erveira de Canelas



Bateira erveira de Canelas. Fotografia do autor

Esta embarcação lagunar de fundo raso, específica das aldeias de Canelas e Salreu – Concelho de Estarreja e Distrito de Aveiro – de desenho semelhante ao dos barcos moliceiros mas de dimensões inferiores, foi importantíssima ao modo de vida das gentes locais. Utilizada para transportar gado às pastagens lagunares, cereais, moliços e pessoas era movida pelas forças do vento, dos braços, empurradas através de varas, ou ainda, puxadas à corda a partir das margens dos esteiros.

Completamente negra devido ao piche que a revestia, apresentava 14 cavernas, não contando os golfiões, bem salientes à proa e à ré, tinha um banco central e estava preparada para a aplicação de mastro.

As bateiras erveiras de Canelas, com registo de ervagens, eram também conhecidas por bateiras moliceiras de Canelas ou Salreu. A última destas bateiras – na foto e já exposta no Museu - foi comprada pelos Amigos do Museu Marítimo de Ílhavo, tendo sido construída por Arnaldo Pires em 1964 nesta aldeia de Canelas. Era pertença de Manuel da Fonte (Ti Manel da Fonte) e foi a última destas embarcações a transportar Canelenses à festa a S. Paio, na Torreira.

Fontes e Bibliografia

Cultura Popular em Portugal: de Almeida Garrett a António Ferro. Carla Ribeiro

Arquivo Municipal da CME ofício do SNI n.º 1978/3 de Setembro de 1963.

Correspondência entre a CME e as Juntas de Freguesia e respostas das Juntas de Freguesia.

CEARTE (Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património) via Sector de Promoção Turística da Câmara Municipal de Estarreja.

Sector de Promoção Turística da Câmara Municipal de Estarreja.

O DESPORTO EM ESTARREJA NOS SEUS PRIMÓDIOS

António Augusto Silva *

O título deste artigo pode induzir-vos em erro depois da leitura total do mesmo. Na verdade, do que realmente se vai falar é de futebol, e pouco mais, mas fazendo uma cronologia até meados da década de 30 do século passado.

Salvo uma ou outra exceção, todas as fontes que consultei, e aproveitei, são os periódicos locais e regionais, pois dado o tempo transcorrido não é possível transmitir imagens ou o testemunho oral de algum dos intervenientes.

No final do século XIX a actividade desportiva, como parte da saúde pessoal, foi ganhando espaço em todas as camadas da sociedade. Em Portugal sabemos que o futebol, por exemplo, foi assistindo nesse tempo ao nascimento de muitos grupos, depois clubes, principalmente nos meios urbanos das principais cidades.

Por Estarreja o cenário deveria ser idêntico, como se depreende da notícia do Jornal de Estarreja , de 14/5/1903 que diz *Vai-se desenvolvendo bastante entre nós o «sport» e, principalmente, a velocipedia e o automobilismo; este, para os ricos e privilegiados da sorte, aquele para os «pequenos» como nós*¹. Poucos dias depois o mesmo Jornal relata uma corrida de bicicletas integrada nas Festas de S. Filipe, com o percurso entre Pardilhó e a Póvoa, mas que não correu como se desejava, devido ao péssimo regulamento da organização². Anos mais tarde, o Grémio de Estarreja (importante associação recreativa) organiza em Março de 1910 um «*match de foot-ball* entre 2 teams de Aveiro», que seria dirigido pelo Sr. Mário Duarte (uma das mais importantes figuras do desporto Aveirense). Da notícia dos jornais Campeão das Províncias e Povo da Murtosa³ ficamos a conhecer a constituição das 2 equipas e que ambas se treinavam num campo em Oliveirinha. Infelizmente desconhece-se o local do campo em Estarreja e o resultado do jogo.

*Investigador autodidata da História do Concelho de Estarreja.

1- Jornal de Estarreja – 14/5/1903.

2- Jornal de Estarreja – 28/5/1903.

3- *Campeão das Províncias* – 9/3/1910 | Povo da Murtosa – 12/3/1910.

Durante toda a década de 10 nenhuma outra notícia se encontra sobre a prática de desporto no Concelho. Certamente as crises ocasionadas pela 1.^a Grande Guerra e pela 1.^a República para tal tenham contribuído. Mas em Maio de 1922 o Jornal de Estarreja anuncia que “Estarreja, vai ter, enfim, o seu Club de Sport. Entre nós, onde a mocidade é numerosa, fazia-se sentir a necessidade inadiável de se criar um grupo de Foot-Ball⁴”. A mesma nota informa que já há um campo provisório, até que a Câmara construa um apropriado. Quanto ao nome o mesmo artigo indica 2 (certamente por lapso): *Foot-ball Club de Estarreja e Sport Club de Estarreja*. Provavelmente seria o 1.^o destes nomes, pois com essa designação são convidados os associados a comparecerem no campo de Jogos em S. Filipe, no dia 25 de Junho de 1922⁵. No entanto o importante não seria o nome do Clube mas sim a sua implantação na sociedade, pois logo em Julho aparece noutro periódico o seguinte anúncio: *ESTARREJA SPORT CLUB – Convidam-se todos os associados a comparecer no campo de jogos, a S. Filipe, pelas dezassete horas do próximo domingo, a fim de se elegerem os capitães de grupo e de se dar um treino rigoroso e ainda para se tratar de assuntos de importância*⁶. Como se deduz o Clube já tem outra designação, uma estrutura diretiva, atletas e associados. Mas este nome será o que permanecerá no futuro.

Certamente o percurso do agrupamento não terá sido fácil; isto se depreende dum longo e muito interessante artigo de opinião publicado em Outubro de 1922⁷, e da autoria de Ernesto Marques de Oliveira e Silva – então jovem estudante no Porto, mais tarde advogado e cônsul de Portugal em Aiamonte e Sevilha – de que destaco: “*Estarreja Sport Club – uma junção de espíritos que se nobilitam e chamam a si uma salutar educação, está ainda embrionário. Esta Vila, que poderia ser cognominada «a princesa do Antuã», é uma órfã indigente que não pode dar hospitalidade ao mais pobre viandante, que por aqui passar. Os seus filhos são duma ingratidão a toda a prova*”. Mais à frente continua: *Mas afinal, trata-se de foot-ball. E eu ousou perguntar: quem é que combate o foot-ball em Estarreja? Ninguém de tino – só a galeria improdutiva e desdenhosa dos ignorantes natos que discutem ocamente, sem fundamentos, nos meios pesados, onde as considerações são equivalentes. Mas apesar de tudo este autor ainda acredita: Não embarqueis; deixai vir a mocidade educar-se, deixai-a. Afastar-se-ão das alforjas do mal, dos estamines alcoólicos, dos antros obscuros. O sport, fez sempre bem aos moços, e países houve que o adoptaram obrigatoriamente. Passaram anos, e a lei foi suspensa, porque os voluntários eram em maioríssimos números que os obrigados. Para quê combater o foot-ball em Estarreja.*

Da leitura integral do texto verifica-se que na Vila já haviam vários grupos, mas que os jovens organizadores do Estarreja Sport mereciam mais carinho – até já tinham vencido dois jogos ... - e pedia à Comissão Executiva da Câmara que providenciasse a construção de um campo de jogos, para substituir o utilizado em S. Filipe que não reunia as condições necessárias.

Não sabemos se este artigo despertou alguma atenção extra, mas o facto é que a partir daqui a imprensa local vai informando o resultado de jogos; a 29 de Outubro realizou-se um desafio entre duas equipas mistas do *Estarreja Sport*⁸; em Novembro é a vez de defrontar o Sporting Club Oliveirense por duas vezes, uma na Póvoa outra em Oliveira de Azeméis, com o saldo de uma vitória para cada lado⁹; a 24 de Dezembro o nosso *team* vai à Murtosa apadrinhar a estreia do *Murtoense Foot-Ball Club*, onde é derrotado.

4- Jornal de Estarreja – 14/5/1922.

5- Jornal de Estarreja – 25/6/1922.

6- Voz de Estarreja – 22/7/1922.

7- Jornal de Estarreja – 15/10/1922.

8- Jornal de Estarreja – 22/10/1922.

9- Jornal de Estarreja – 26/11/1922.

Ainda na Murtosa, e no Campo do Chula, acontece em Janeiro de 1923 um encontro entre o *Estarreja* e uma Selecção Distrital, de que faziam parte atletas do Galitos, Beira Mar, Atlético, Belenense, Vilanovense, Ovarense e Murtoense; desta notícia ficamos a conhecer os nomes de alguns dos nossos jogadores como Alberto Vidal, Graça, Pompeu, Picado, Natividade e Corte Real. Para avaliarmos do conhecimento da assistência sobre este desporto, vejamos como termina esta notícia: *O público completamente alheio ao que seja football, aplaudiu freneticamente, temendo, contudo, que o esférico lhe quebrasse o ânimo*¹⁰.

Mas o entusiasmo estaria a crescer pois a 31 de Dezembro de 1922 o grupo infantil do Estarreja vai até Pardilhó defrontar o Pardilhoense Football Club obtendo uma vitória por 4X0. Para além da importância de vermos os mais jovens a irem a jogo – embora se desconheçam as idades para grupos infantis, fica na notícia o registo da equipa de *Estarreja*, assim constituída: *Pereira; Mortágua, Cavilhas e Castro; Castelhana e Silva; Gaspar, Norberto, Pinho, Ferreira e José*¹¹.

O mesmo Grupo Infantil vai evoluindo durante 1923, em desafios com o *Pardilhoense* e mais tarde participando na Taça José Vidal, em Ovar, defrontando grupos congéneres da Associação de Ovar, Aviz Atlético, Sport Club de Ovar e Aliança¹².

Mas sem apoios seria muito difícil prosseguir e continuar a oferecer condições aos praticantes, pelo que a Direcção do Clube resolve renovar o pedido de apoio material e pecuniário feito antes à Câmara Municipal, e que agora em reunião da Comissão Executiva de 23 de Maio de 1923, é deliberado conceder um subsídio de 200 escudos.

Apesar do aparente crescimento de praticantes e adeptos pela modalidade, o certo é que a Imprensa local a partir de Outubro de 1923 até Janeiro de 1925, pouco ou nada transmite. Desconhece-se o que aconteceu com o *Estarreja Sport Club*, se parou e recomeçou do zero, como se pode ver da leitura de um aviso publicado no jornal *Povo de Estarreja* a 11 de Janeiro de 1925:

“A Comissão encarregada da inscrição de sócios para a agremiação desportiva « Estarreja Sport Club », faz saber que, em virtude de ficar sem efeito a constituição desse agrupamento, resolveu que a importância em seu poder, respeitante às quantias recebidas de jóia e primeira mensalidade, fosse entregue à Corporação dos Bombeiros Voluntários avisando, por esse motivo, todos os inscritos que queiram ser embolçados da importância com que se inscreveram para, até ao dia 30 do corrente, a reclamarem pois que, findo este prazo, a importância em sobra será imediatamente entregue à Corporação acima referida. Estarreja 7 de Janeiro de 1925; pela Comissão, Armino Soares”.

Este anúncio parece indiciar que o Clube recomeçara a actividade, pois fala de jóias de inscrição e primeira mensalidade; como depois desta notícia nada mais se soube, fica a dúvida do que terá acontecido. Na verdade, sabe-se que em 1923 e 1924 o Concelho tinha outros clubes e na Vila vários grupos jogavam futebol, grupos esses que quase sempre não eram mais que *equipas de lugares*. É de admitir que esta rivalidade ou mesmo divisão, tenha sido a causa da paragem do *Estarreja Sport Club*, mas isso não afectou a prática do desporto que foi progredindo, embora não tenham ficado notícias a partir daqui e até Abril de 1928. No dia 29 desse mês dão-se dois acontecimentos marcantes; uma a notícia de um desafio de futebol, no campo provisório da Avenida (a futura Avenida Visconde de Salreu?), entre um grupo de Estarreja e outro de Ovar. A numerosa assistência – incluindo o elegante elemento feminino ... - aplaudiu a vitória dos locais por 8X2; também ficamos a conhecer alguns dos nossos elementos mais destacados: Serra, Silva, Moacir, Miranda, Cunha, Moura e Pereira.

10- Jornal de Estarreja – 14/1/1923.

11- Idem.

12- Jornal de Estarreja – 7/10/1923.

Mas nesse mesmo dia aconteceu uma reunião de enorme importância para o desporto de Estarreja: os sócios da *União Desportiva Estarrejense* e da *Associação Desportiva Estarrejense* reuniram-se para discutir a formação de uma só colectividade a nascer da junção daquelas duas, pondo fim à rivalidade que existia. A reunião foi presidida pelo sr. Alberto A. Figueiredo Vidal¹³, que terá tido importante papel na aprovação do novo clube que aí adoptou o nome de *Estarreja Sport Club*. Na mesma reunião foram eleitos por unanimidade os Corpos Gerentes e o Conselho Técnico, para o qual nomeado o sr. Alberto Vidal¹⁴. Poderia existir na época um outro grupo, de nome *Sporting Club de Estarreja*, mas também é possível que esta designação fosse comum a uma das Associações mencionadas para a reunião, pois Alexandre Miranda – então jovem de 18 anos – indica ter sido fundador do *Sporting* e depois é fundador do *Estarreja Sport*, e também seu atleta.

Mas esta era, sem dúvida, uma nova etapa, que agora parecia ter mais consistência e acabaria por ter mais sucesso. O Campo de Jogos passa a ser no Carvalhal (pinhal situado a sul das actuais instalações da Cercieira), e o Clube até conseguia indicar para árbitros dos jogos dois dos seus atletas: António Ferreira e Artur Cunha. Não existiam ainda os Campeonatos Distritais, nos moldes que agora os conhecemos. Por isso o *Estarreja* ia efectuando partidas amigáveis com equipas de Águeda, Aveiro, Oliveira de Azeméis, Ovar e Espinho. É contra o Clube Desportivo Espinhense, partida efectuada no Carvalhal a 10/11/1929 que encontramos uma formação cujos nomes ficariam ligados à história do Clube, até porque alguns viriam a ter descendência que lhes seguiram os passos. A tática de então era de 2X3X5, e aqui vão os seus nomes:

*A, Oliveira; Pompílio e D. Moura; Viana, Florentino e Calado; Alberto Silva, Corte-Real, Moacir, Miranda e A. Ferreira. Do plantel faziam ainda parte Álvaro, M. Viana e Francisco Silva*¹⁵. O terreno de jogos no Carvalhal não era dos melhores para a prática desportiva o que levou a Direcção a promover actividades para angariar fundos para a sua melhoria, entre as quais sessões cinematográficas... Ao mesmo tempo a Direcção procurava manter os elementos mais importantes do plantel, que vamos encontrar nos dois anos seguintes.

Entre 1931 e 1933 não são muitas as notícias sobre a actividade do Clube, mas em Abril de 1934 em várias edições do Jornal *O Povo de Pardilhó* informa de vários encontros e os jogadores que neles participaram, a saber:

*Guarda redes: José Maria e Eduardo; defesas: Calado, Ferreira e Albano; médios: Alberto, Eugénio, Nini, Bento e João; avançados: Marcelino, Miranda, Moacir, Eleutério, Lima e Pompílio*¹⁶.

Em Agosto desse mesmo ano podemos encontrar outros nomes de atletas, como Moutela, França, Almeida; na caso de guarda-redes surge o nome Agra, que deverá o Eduardo referido na ficha de Abril¹⁷.

Apesar de este ano de 1934 ter sido farto em notícias das actividades desportivas do *Estarreja Sport Club*, infelizmente a partir de 1935 nada pudemos saber da sua existência. Nos dois periódicos locais, que felizmente ainda estão disponíveis para leitura, a partir de 1935 e até meados de 1938 nada encontramos. Terá mais uma vez cessado a actividade, por cansaço dos seus dirigentes, por falta de apoios ou até desavenças internas? Ou terá sido falta de interesse da comunicação em relatar o que acontecia no desporto local? Não sabemos.

13- Alberto Augusto de Figueiredo Vidal – Salreu 24/8/1899 – Beduído 7/9/1948.

14- Jornal de Estarreja – 6/5/1928.

15- Jornal de Estarreja – 17/11/1929.

16- O Povo de Pardilhó – 14/4/1934 / 21/4/1934 / 12/5/1934.

17- O Concelho de Estarreja – 11/8/1934.

Mas inclino-me mais para a primeira, pois a 20 de Agosto de 1938 no *Jornal de Estarreja*, Joaquim Rodrigues da Silva (então jovem estudante de Direito da Universidade de Coimbra) escreve um belo texto intitulado *Sonho ou realidade* que começa assim: *Graças ao brio e boa vontade de alguns filhos de Estarreja, iremos ter uma sociedade desportiva.*

Ou seja, o antigo clube de futebol, ou de desporto, já não existia.
Mas por agora fiquemos em 1934. Depois se verá o que veio a seguir.

A OBRA RETABULAR DA CAPELA DE SANTO AMARO

António Cruz Leandro *

Maria Clara de Paiva Vide Marques **

A atual Capela de Santo Amaro situada na paróquia de São Tiago de Beduido, com construção datada do século XVIII, veio substituir uma outra construção anterior, provavelmente de origem fini-medieval e que terá ardido em meados da centúria de 1700¹. A sua localização e a propagação da importância da sua invocação na proteção de doenças e pestes ao longo dos séculos XIV a XVIII terão levado ao aumento de romagens e aos pedidos de intervenção milagreira, não só do seu protetor, Santo Amaro, como também de São Roque, os quais faziam sentir a sua presença neste espaço religioso através da sua imagética². Terá sido neste sentido que o pároco responsável pelas respostas ao inquérito das *Memórias Paroquiais* de 1758 se tenha referido a esta construção como ermida e não como capela, percebendo-se, também, pela sua resposta que teria havido uma outra construção anterior, o que veio a ser comprovado nas escavações arqueológicas realizadas nos primeiros anos do nosso século³.

Na mesma resposta o pároco esclarece que junto a esta ermida realizava-se feira mensal, cativa, a todos os dias 15⁴, mas não faz qualquer referência a romaria ou festa. Também sabemos, pelo mesmo documento, que a paróquia de São Tiago de Beduido contava com uma confraria protegida por Santo Amaro.

* Licenciado em História e Mestre em Património e Turismo. Professor de História. Autor de obras e artigos monográficos nas áreas de história e património.

** Licenciada em Ciências Históricas, Pós-Graduada em Museologia e em História Contemporânea. Autora de obras e artigos monográficos nas áreas de história e património.

1- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e ALMEIDA, Pedro Brochado – A intervenção arqueológica na Capela de Santo Amaro. Beduido – Estarreja. In FERREIRA, Delfim Bismarck (Dir.) – *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, n.º 1, 2007, p. 113.

2- As duas imagens mais antigas, em pedra de Ançã da Escola de Coimbra, encontradas em escavações arqueológicas a que a capela foi sujeita, datam da primeira metade do século XVI. Cf. ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e ALMEIDA, Pedro Brochado – A intervenção arqueológica na Capela de Santo Amaro. Beduido – Estarreja, pp. 103-108.

3- Sobre este assunto vejam-se o já citado trabalho de Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida e PEREIRA, Marco – Novos subsídios para a história da Capela de Santo Amaro. In FERREIRA, Delfim Bismarck (Dir.) – *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, n.º 2, 2008, pp. 275-278.

4- A festa anual realiza-se a 15 de janeiro.

Na nossa opinião, o atual edifício ainda permite antever expressões estéticas da primeira metade do século XVIII, ou seja, do barroco joanino, mas com quase toda a certeza foi já erigido em meados da centúria e estaria terminado em 1754, como muito bem alvitraram os autores Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida devido ao primeiro enterramento no seu interior apenas ter ocorrido a 25 de maio de 1754⁵. Por seu turno, no interior desta capela encontra-se um excelente conjunto de três retábulos da estética rococó, executados, pelo menos o revestimento, já na sua fase policromada de fingidos e marmoreados, conjugando-se alguns motivos decorativos claramente rocailles com outros já de feição já clássica, o que remete para a terceira e última fase do rococó português.

Retábulo-Mor

O retábulo principal da Capela de Santo Amaro é dedicado ao seu orago, expondo-se a sua imagem neste móvel sacro sobre o trono da tribuna. Ocupando toda a parede testeira da profunda capela-mor, e estruturalmente dividido em três panos, o retábulo é constituído por banco, corpo e remate. O banco retabular é bastante elevado, o que lhe confere uma imagem de sustentação vigorosa, possuindo praticamente a mesma altura do corpo do retábulo se excluirmos a elevação da boca da tribuna. As ilhargas do banco são ocupadas quase na sua totalidade por duas portas de acesso à tribuna, portas essas circundadas por molduras com linhas ondulantes nos cunhais e revestidas com fingidos tonais de rosa. As portas são, também, marcadas por um losango de largas linhas pintadas em rosa carregado e os restantes espaços com fundo de tonalidades cinzentas, nos quais se destacam desenhos de concheados com pouca volumetria, mas bem espargidos. Os restantes espaços são revestidos com fingidos marmóreos azuis com moldura retangular com fingidos rosáceos semelhantes aos da moldura da porta. Na parte superior da ilharga, ao centro, abre-se uma volumosa e muito elegante flor dourada, da qual se estendem duas fartas e aromáticas grinaldas de flores, uma para cada lado, que vão suspender-se no centro de outras duas flores postas nos cunhais das ilhargas. Destas duas últimas flores descaem, ondulada e suavemente, dois graciosos panos de cortinas fechadas, terminados com berloques. Ao centro do banco retabular avança a simples mesa de altar, de estrutura paralelepípedica sem linhas curvas nem ondulações, como seria comum na estética rococó. É possível que a mesa já seja uma obra posterior como aconteceu em tantos outros casos pelo nosso país. O frontal é marcado por uma singela moldura dourada com o vazado preenchido por simples linhas retas ziguezagueantes. O centro do frontal é ainda realçado e decorado com um ornato da mesma criação. A um quarto da zona superior do frontal descai, de forma um pouco dura e muito ritmada, um modesto lambrequim.

Sobre a mesa de altar, num espaço mais recuado no mesmo plano das ilhargas, ocupando o tramo central do móvel sacro na linha da tribuna, estende-se um singelo plano marmoreado em tonalidades azuladas ornado por uma simples linha estreita revestida a ouro. Sobre este elemento, num plano mais recuado, destaca-se uma tábua lisa ornada por um largo fingido de tons avermelhados com o centro revestido por policromia de imitação de mármore rosáceo. A moldurada em tonalidades vermelhas é flanqueada, a cada lado, por duas estreitas linhas em relevo dourado. O centro do elemento é marcado pelo sacrário,

5- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e ALMEIDA, Pedro Brochado – A intervenção arqueológica na Capela de Santo Amaro. Beduído – Estarreja, p. 101.

o qual é ladeado pelas mesmas fingidas linhas avermelhadas. Dos cantos da moldura avermelhada sobressaem quatro graciosas rosas e em cada lado destaca-se um agitado concheado típico do rococó. Como já referimos, ao centro evidencia-se o sacrário de linhas ondulantes afinadas pelos ornatos concheados na base e nas laterais. A porta é firmada por moldura dourada, sendo os cunhais inferiores invertidos em forma circular. O remate é, igualmente, de forma semicircular. O espaço interior de fingidos azuis é centrado por uma Glória Solar. A porta é coroada por uma linha semicircular ao centro da qual descai um largo lambrequim de tons vermelhos. Sobre esta linha eleva-se a conjugação de diferentes ondulantes elementos florais e vegetalistas de delicada leveza.

O corpo retabular é definido, em cada ilharga, por um par de colunas coríntias separadas. As colunas de fuste liso, marcadas no terço inferior por uma coroa de folhas erguidas, são policromadas pelos usuais marmoreados azulados. O largo intercolúnio, revestido pela mesma tonalidade das colunas, mas com a comum moldura avermelhada, destina-se à exposição de imagens de vulto. Estas assentam numa movimentada peanha em forma de pirâmide invertida com linhas ondulantes, sendo estas desmaterializadas por largos e esbeltos elementos vegetalistas de cuidadosa volumetria. No centro da peanha exibem-se dois joviais serafins, de fechadas asas levantadas, em posições assimétricas sob uma asa de morcego de evidente plasticidade. A proteger cada sacra imagem, entre os dois capitéis coríntios, avança uma ondulante e vigorosa concha, da qual pendem duas cortinas enroladas terminadas por um delicado berloque. Sobre os corpos das ilhargas levanta-se um duplo entablamento, o qual acompanha o jogo de avanços das colunas. O entablamento inferior recorre ao cromatismo de mármore pérola fingido e o superior recorre a marmoreados e esponjados de tonalidades avermelhadas e brancas. Na linha de cada coluna ressalta um jovial querubim dourado de asas fechadas.

Ao centro abre-se a larga e elevada tribuna, cuja linha de boca é mascarada por elegantes ornatos diversos de cariz floral, vegetalista e concheados de gramática claramente rocaille. A tribuna é fechada em linha semicircular e rasga o remate do retábulo, sendo que toda a linha horizontal da boca se integra completamente no corpo retabular. A parede de fundo da tribuna, em tons azuis leves, é animada com alegre policromia vegetalista, de cachos de uvas e flores (margaridas, rosas e malmequeres) alternadas pelo espaço com diferentes tamanhos, tonalidades (azuis, vermelhos e dourados) e formas, sendo alguns ramos ligados entre si por delicadas grinaldas e fragmentos arquitetónicos dourados. O teto da tribuna é contínuo e revestido por delicadas placas fingidas de mármore rosa embrechado. Ao centro da tribuna destaca-se um possante e alteado trono de cinco degraus, tendo cada degrau um desenho tripartido de três panos com o central mais avançado. Os cunhais dos últimos quatro degraus são ondulados com um perfil misulado e ornados com suaves enrolamentos vegetalistas. Cada degrau é revestido com o mesmo tratamento pictórico: orlas de marmoreados azuis enquadram painéis, igualmente, fingidos em tonalidades pérolas; os filetes superiores apresentam a mesma cadência pétrea fingida de tons avermelhados com orla dourada. O remate apresenta uma linha de intencionalidade semicircular a acompanhar a estrutura das paredes laterais e do teto e apresenta a mesma dimensão da largura dos panos laterais do corpo retabular. Todavia, é composto por vários elementos: arranca do supracitado entablamento duplo até ao centro da linha semicircular, expondo-se variados elementos. Sobre as colunas parece assentar uma mísula desmaterializada de bases concêntricas. Ao centro da mísula exhibe-se um pujante ornato floral e da mísula desenvolve-se um largo elemento de linhas ondulantes enrolado na sua base. Esta é aprofundada no seu enrolamento pelo requintado, mas agitado elemento vegetalista de clara plasticidade. Sobre a ondulação concavada diagonal recosta-se um refinado anjo acroterial. Os elementos, ou partes, vão-se

multiplicando, conquanto acabam por ser olvidados por um vigoroso baldaquino, de linha ondulada e de perfil avançado ao centro, do qual desce um distinto lambrequim. A força dos ornatos que se encontram sobre a sua linha superior, a vida que emanam, o frémite que invocam num diálogo constante e contínuo são o coroar da majestade retabular. A rematar a linha semicircular inferior, que toma a forma da linha elevada da tribuna mostra-se um complexo cruzamento de enrolamentos vegetalistas, concheados e asas de morcego, centrado por uma cartela que abriga ao centro uma mitra, referência a Santo Amaro enquanto beneditino.

Desconhecemos se a pintura fingida de marmoreados e esponjados foi realizada imediatamente a seguir ao entalhamento, tal como também desconhecemos quem foi o entalhador, mas cremos que não terá havido muito tempo de intermeio entre as duas fases, pois a escritura para a pintura data de 23 de abril de 1776, tendo sido redigida pelo tabelião Luís da Maia Bernardo e a pintura por Manuel dos Santos, ambos de Aveiro⁶. Tendo em conta a data da escritura, o tipo de revestimento de fingidos de alguma qualidade com recurso às tonalidades avermelhadas, pérolas e azuis e o desenho já mais classicizante de alguns ornatos e até o perfil quase plano da estrutura do retábulo, cremos que este terá sido entalhado no final do terceiro quartel de setecentos, apesar de ainda apresentar elementos mais antigos como a gramática decorativa rocaille dos concheados, das asas de morcego e a plasticidade marcada; os anjos acroteriais que surgem no barroco joanino já desenvolvido e o baldaquino que é um elemento muito identificativo na linguagem joanina.



Retábulo mor

6- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e ALMEIDA, Pedro Brochado – A intervenção arqueológica na Capela de Santo Amaro. Beduído – Estarreja, p. 105.

Retábulos Laterais

Os retábulos dedicados a São José e a São Mateus, no lado do Evangelho e da Epístola, respetivamente, encontram-se inseridos em pequenos arcos-capelas rasgados nas paredes laterais do templo, e são gémeos, pois são em tudo idênticos. Como tal, a descrição e análise de um serve para o seu congénere. Dedicados a uma só invocação, apresentam a típica estrutura dos retábulos laterais: sotobanco, banco, corpo e remate. O sotobanco é praticamente constituído pelas simples mesas de altar paralelepípedicas. A do retábulo dedicado a São Mateus é precisamente igual à mesa de altar do retábulo principal, quer na estrutura quer na disposição dos elementos quer nos motivos decorativos e no revestimento. A mesa de altar do retábulo consagrado a São José apresenta a mesma estrutura e forma, diferindo apenas na policromia – fundo carmim nos espaços das orlas e dourados no painel central – e nos motivos ornamentais (elementos vegetalistas com desenho mais classicizante). Ainda encontramos no sotobanco, num plano mais recuado, uma faixa como género de segunda predela, revestida de marmoreados azulados e brancos com uma moldura central e duas robustas flores, uma de cada lado, douradas. Sobre este elemento assenta o banco de pouca elevação, numa forma de predela, o qual transmite um jogo de volumes com avanços e recuos, determinado pela composição do corpo retabular. Todos os volumes postos nas linhas dos elementos do corpo (ilhargas do corpo, pedestais das colunas, ilhargas da falsa tribuna e a própria tribuna) são orlados com fingidos avermelhados, enquanto o centro de cada emana a pureza pérola.

Sobre o banco desenvolve-se o elevado corpo retabular, constituído por três panos, com a linha da boca da falsa tribuna emergindo pelo remate semicircular, acompanhando a forma da linha pétreia da pequena capela rasgada na parede lateral do templo. Cada pano apresenta uma ilharga em forma de simples pilastra: a base dourada, o fuste vazado com marmoreados em tom pérola e orlado de fingidos avermelhados e o capital toscano com a mesma sintaxe formal e pictórica. A ladear encontramos, numa posição mais avançada, uma coluna compósita com o terço inferior marcado por um filete dourado, a base igualmente dourada e o fuste ostenta um fingido mármoreo em azulados. O capitel é, também, revestido a folha de ouro. A estabelecer a ligação entre a coluna e a boca da tribuna deparamo-nos com uma outra simples pilastra, cópia da já descrita. A boca da tribuna é marcada por uma moldura dourada em dentes-de-leão e o espaço entre esta e a simples pilastra é revestido por fingidos pétreos animados com singelos elementos florais. A moldura dourada, de linhas direitas, eleva-se até à linha do friso do entablamento, onde forma um cunhal para o interior da tribuna para, de seguida, voltar a elevar-se numa linha semicircular que adentra pelo remate. A parede de fundo, em azul-claro, com a mesma gramática utilizada na parede da tribuna do retábulo-mor, é toda ornada com motivos vegetalistas, florais (rosas, margaridas, ambas flores de simbologia mariana e malmequeres) e cachos de uvas (numa clara referência ao sacrifício de Cristo e à Sua Ressurreição) em azuis mais marcantes, vermelhos e dourados.

O remate destes retábulos gémeos é de trabalho muito próximo do realizado no móvel sacro principal. Do interrompido e alteado entablamento movimentado, repetindo o jogo de volumes emprestado pelas simples pilastras e pela coluna do corpo retabular, já anteriormente descritas, com o friso animado por um querubim na linha da coluna e uma rosa na linha da pilastra interior, arrancam três arquivoltas semicirculares de perfil reto, mas denotando um ligeiro jogo de volumes em consonância com o entablamento. Estas arquivoltas vão sendo olvidadas por fragmentos arquitetónicos (arranques de pilastras) ondulados desmaterializados por dourados e marcantes ornatos vegetalistas de talhe firme e robusto. Tal como no retábulo principal, a arquivolta inferior é fechada ao centro por uma

movimentada cartela de linhas transmutadas em elementos vegetalista. O centro do remate é claramente marcado pelo ondulante e majestoso baldaquino do qual descai um elegante e distinto lambrequim, de tonalidades avermelhadas com apontamentos dourados, terminado com berloques, estes também dourados. Sobre as ilhargas do baldaquino ostentam-se duas possantes conchas de forte plasticidade, as quais se espargem até ao centro de onde crescem seguras ramagens de talhe firme, que enquadram uma outra cocha que exhibe ao centro um bonacheirão querubim.



Retábulo Colateral de S. Mateus



Retábulo Colateral de S. José

Conclusão

Dos três exemplares expostos não temos dúvidas que se integram na estética rococó e evidenciam já algumas características da sua última fase, tal como os marmoreados e outros fingidos em detrimento do recurso à folha de ouro e também algum trabalho de traçado classicizante de certos ornatos vegetalista, referidos nos textos anteriores. Para corroborar a nossa opinião, foi já dado à estampa, acima referenciado, o contrato de pintura do retábulo principal com data de 23 de abril de 1776, o que coloca a execução de entalhamento na passagem do terceiro para o quarto quartel do século XVIII, ou seja, cronologicamente na época da estética em que se enquadram os retábulos, mormente o mor. Apesar de só se conhecer o contrato de pintura do retábulo principal não significa que os laterais também já não estivessem levantados e colocados nas respetivas capelas. Por norma, os trabalhos iam sendo realizados de acordo com a disponibilidade financeira, como tal, é possível que tenham sido, em primeiro, entalhados os retábulos, mesmo que os laterais tenham sido posteriores ao mor, e só depois contratado a pintura, primeiro a do retábulo-mor e mais tarde dos laterais. Em termos estruturais e ornamentais, os três exemplares denotam muita similitude, quer na organização espacial como no uso dos elementos: o mesmo tipo de colunas, o baldaquino

com o lambrequim, os fragmentos arquitetónicos do remate e os ornatos distribuídos pelos retábulos, já para não referir a pintura marmoreada e fingida, a policromia das tribunas e as mesas de altar, as quais poderão ser posteriores. Deste modo, cremos que os três retábulos terão sido executados pela mesma mão entalhadora, ainda que não tenha sido uma campanha única.

O contrato de pintura mostra que na urbe de Aveiro haveria mão-de-obra disponível e especializada para este trabalho muito específico de marmoreados. Neste sentido, o revestimento policromo também terá sido executado por artistas aveirenses, se não pelo mesmo Manuel dos Santos. Esta situação leva-nos para outra questão. E os entalhadores seriam, também, da região de Aveiro? Não sabemos responder, mas estes três espécimes vêm materializar a ideia que na região de Aveiro se formou, como em muitas outras zonas do país, uma escola regional de talha da estética rococó, como são exemplos os retábulos da Igreja de Santa Cruz em Albergaria-a-Velha, os da Igreja de Santa Maria Madalena em Agadão, os da Igreja de São Pedro em Belazaima do Chão, e ainda entre outros, como o retábulo de Nossa Senhora do Rosário na atual Sé de Aveiro, antigo Mosteiro de Nossa Senhora da Misericórdia da Ordem de São Domingos, desfiliando-os da escola rococó de Coimbra, como foi proclamado durante muitos anos.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos A. Brochado de e ALMEIDA, Pedro Brochado – A intervenção arqueológica na Capela de Santo Amaro. Beduído – Estarreja. In FERREIRA, Delfim Bismarck (Dir.) – *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, n.º 1, 2007, pp. 95-123.
- DORDIO, Paulo – Capela de Santo Amaro, Portugal, Aveiro, Estarreja, União das freguesias de Beduído e Veiros, IPA.00000588, [12-06-2024], disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=588.
- LAMEIRA, Francisco – O retábulo em Portugal – das origens ao declínio. In *Promotória Monográfica – História da Arte*. Revista do Departamento de História Arqueologia e Património da Universidade do Algarve. Faro: Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve e Centro de História de Arte da Universidade de Évora, n.º 1, 2005.
- MARQUES, Maria Clara de Paiva Vide – Paróquia de Beduído: Inventário do património religioso, [Texto policopiado]. Estarreja: [s.n.], 2009.
- PEREIRA, Marco – Novos subsídios para a história da Capela de Santo Amaro. In FERREIRA, Delfim Bismarck (Dir.) – *Terras de Antuã. Histórias e memórias do concelho de Estarreja*. Estarreja: Câmara Municipal de Estarreja, n.º 2, 2008, pp. 275-278.
- SILVA, Filomeno e OLIVEIRA, Américo – *Estarreja e Murtosa nas Memórias Paroquias de 1758*. Estarreja: Edição Fundação Solheiro Madureira. Murtosa, 2009.

REITOR DE SANTIAGO DE BEDUÍDO P.^o CORNÉLIO SILVA OPOSITOR ÀS LEIS REPUBLICANAS DA SEPARAÇÃO DO ESTADO DAS IGREJAS

*Artur Castro Tavares **

Na frontaria da igreja de Santiago de Beduído, Estarreja, encontra-se incrustada uma placa com inscrição: um milésimo - 1910, sem mais referências.

O significado mais profundo desta placa encerra uma grande história de oposição às políticas da República, particularmente às Leis da Separação do Estado das Igrejas, de 1911, e ao conseqüente arrolamento dos bens das igrejas e capelas, alguns deles vendidos em hasta pública, protagonizada pelo reitor Cornélio Honório da Graça e Silva, que tinha sido colocado na paróquia em 1905, e promovido uma remodelação da igreja, iniciada em 1908.

Num momento conturbado, especialmente para a Igreja, com a implantação da República, a 5 de outubro de 1910, o P.^o Cornélio Silva opôs-se ao arrolamento dos bens da igreja de Beduído, há obrigatoriedade dos registos civis dos atos litúrgicos: batizados, casamentos e óbitos; incitou o povo contra a República, em 1919, durante a permanência das tropas monárquicas em Estarreja, aquando da tentativa da implantação da Monarquia do Norte, foi perseguido, andou fugido e foi julgado, condenado, amnistiado, reformando-se, numa cerrada negação, que durou anos.

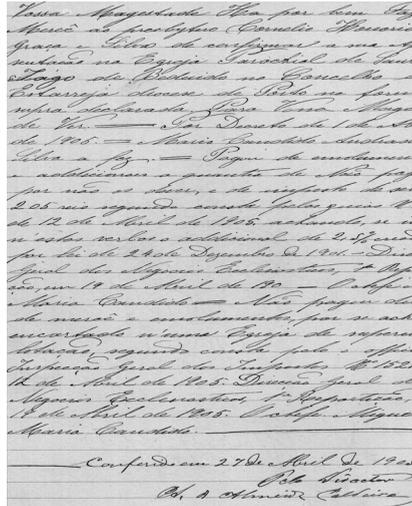
Nomeação

O P.^o Cornélio Honório da Graça e Silva, foi nomeado pároco colado da igreja de Santiago de Beduído, Estarreja, por carta de 24 de abril de 1905, do rei D. Carlos, tendo tomado posse no dia 5 de setembro do mesmo ano¹.

Anteriormente, entre outras, tinha sido pároco colado na freguesia de S. Mateus da Junceira, concelho de Tomar, desde 23 de dezembro de 1894, até 14 de fevereiro de 1896, e na de S. Sebastião, da cidade de Setúbal, desde 15 de fevereiro de 1896, até 2 de setembro de 1905, localidade com mais população que a freguesia de Beduído, e por isso, isentado do pagamento (...) *de direitos de mercê, emolumentos (...)*, como refere a carta de nomeação.

* Professor aposentado. Ajudador de “coisas” do concelho de Estarreja. Tem trabalhos publicados em jornais e revistas. Em livro: *Criação de Cavalos para a Remonta do Exército – Ordenanças, Milícias e Guerra Peninsular*, ed. Câmara Municipal de Estarreja, 2020; *Comenda de Santiago de Beduído (Igrejas de Beduído, Veiros e Murtosa)*, ed da Comissão Fabriqueira da Igreja de S. Tiago de Beduído, Estarreja), no prelo.

1- Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT). *Registo Geral de Mercês*, D. Carlos I, liv.22, fl. 83. Exercia o cargo de reitor da igreja de Beduído, o P.^o Dr. Domingos Barbosa Ferreira de Albuquerque, coadjutor da mesma, tendo aqui falecido a 15 de setembro de 1806, e sepultado dentro da igreja, no dia seguinte. Colado - Sacerdote indicado para assumir em caráter permanente uma paróquia canónica e legalmente constituída. O cargo existiu durante o período monárquico, quando estava em vigor o sistema do padroado, em que Igreja e Estado compartilhavam responsabilidades na administração da vida religiosa e civil. Considerados funcionários do estado, recebiam um salário, a cõngrua, retirado do dízimo recolhido dos fiéis.



Nomeação do P.º Cornélio Honório da Graça e Silva

A República

A implantação da República, em Portugal, a 5 de outubro de 1910, resultou de uma revolução acontecida em Lisboa, iniciada no dia 2 de outubro, permitindo uma modernização do Estado, terminando com os exagerados gastos da realeza e da nobreza, com o *poder da igreja, a instabilidade política e social, o sistema de alternância de dois partidos no poder, fieis ao rei, (o Partido Progressista e o Partido Regenerador), e a ditadura de João Franco (Primeiro-ministro da monarquia: 1855 – 1929)*² entre outros.

Pelas 9 horas da manhã do dia 5 de outubro, José Relvas³, com os seus correligionários assomaram à varanda da câmara de Lisboa, de onde proclamaram o novo regime político, tendo a notícia chegado a todo o país, via telegrafo, não tendo havido incidentes de maior.

Todavia o país ficou dividido, quanto às ideias políticas. O sul mais republicano e o norte, à exceção dos grandes centros urbanos, mais monárquico, sendo a laicização do Estado um dos principais objetivos perseguidos pelo regime instaurado pela revolução, procurando de imediato reduzir a influência da Igreja Católica na sociedade portuguesa, nomeadamente através de produção legislativa, retomando diplomas relativos à expulsão dos jesuítas e à extinção das ordens religiosas e aprovando decretos de cariz anticlerical, como os respeitantes à alteração dos feriados, à abolição do juramento religioso, à eliminação do ensino da doutrina cristã nas escolas, ao divórcio ou ao registo civil.

2- <https://web.archive.org/web/20110515101356/http://www.vidaslusofonas.pt/joaofranco.htm> (consultado em 04.08.2024)

Partido Progressista - O Partido Progressista, surgiu da fusão do Partido Histórico e do Partido Reformista, em 1876. Foi um dos partidos históricos portugueses do rotativismo da monarquia constitucional de finais do século XIX, e dissolvido em 1910. Abrangia o centro esquerda, e aglomerava os progressistas, os liberais e uma minoria republicana.

Partido Regenerador - Foi um dos partidos do rotativismo da monarquia constitucional, alternando no poder com o Partido Progressista, e que nasce na altura da Regeneração (1851-1868), como partido conservador oposto ao Partido Histórico. De direita, foi dissolvido em 1910.

3- José Relvas (1858-1929) - Político e diplomata, desencadeou uma campanha, abrangendo até a imprensa estrangeira, preparando a opinião nacional e internacional para o movimento revolucionário que instaurou a República.

A Assembleia Nacional Constituinte consagraria na primeira *Constituição republicana*, aprovada em 21 de agosto de 1911, a *liberdade de consciência e de crença, a igualdade política e civil de todos os cultos*, garantindo o seu exercício *nos limites compatíveis com a ordem pública, as leis e os bons costumes*, assim como a neutralidade religiosa do *ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares, fiscalizados pelo Estado*.



Igreja de Santiago de Beduído

Seguindo o exemplo da França, o governo provisório republicano, presidido por Teófilo Braga, com Afonso Costa como Ministro da Justiça e dos Cultos, decretou a 20 de abril de 1911, a Lei da Separação do Estado das Igrejas, na qual se lê, nos seus artigos:

A República não reconhece, não sustenta, nem subsidia culto algum; e por isso, a partir do dia 1 de Julho próximo futuro, serão suprimidas nos orçamentos do estado, dos corpos administrativos locais e de quaisquer estabelecimentos públicos todas as despesas relativas ao exercício dos cultos; Da mesma data em diante serão extintas as cóngruas e quaisquer outras imposições destinadas ao exercício do culto católico; as corporações ficam proibidas de receber para fins culturais, por doações entre vivos ou por testamento, ou ainda sob o disfarce de contrato oneroso, ou de sociedade, transacção ou conciliação, directamente ou por interposta pessoa, quaisquer bens ou valores, e os que forem adquiridos com ofensa desta proibição, poderão ser reclamados pelo legítimo sucessor ou interessado, dentro do prazo de um ano a contar da morte do indivíduo a quem pertenciam esses bens ou valores, e reverterão, passado esse prazo sem reclamação, para a respectiva junta de paróquia, que os aplicará a fins de assistência e beneficência; o arrolamento e inventário serão feitos administrativamente, de paróquia em paróquia, por uma Comissão concelhia de inventário, composta do administrador do concelho ou do bairro e do escrivão da fazenda, que poderão fazer-se representar por empregados seus, sob sua responsabilidade, servindo o primeiro de presidente e o segundo de secretário, e por um homem bom de cada paróquia, membro da respectiva junta, e indicado pela câmara municipal para o serviço dessa paróquia⁴.

4- www.laicidade.org (consultado em 07.11.2016).

Estava aberto o caminho para a nacionalização de todos os bens da Igreja em Portugal, com a contestação da Igreja Católica, à Lei da Separação e da política anticlerical do regime, conduzindo mesmo ao corte de relações com o Vaticano, em 1913, surgindo também entre os republicanos, críticas, relativamente à aplicação das mesmas, que só tiveram alterações significativas, em 1918.

Transladando da lei francesa, a lei portuguesa introduziu as comissões culturais, que tinham a função de fiscalizarem o culto público; regulavam o destino dos edifícios e bens da Igreja e as pensões a conceder aos sacerdotes da religião católica, tendo sido criadas duas comissões, uma central, a Comissão Central de Execução da Lei da Separação, que superintendia as locais, as Comissões de Administração dos Bens das Igrejas, criadas em cada concelho para administração dos bens pertencentes às igrejas do mesmo, consignadas na Lei da Separação, nos termos do regulamento interno da Comissão Central, de 22 de agosto de 1911, que de acordo com o seu artigo 10.º, eram constituídas por um cidadão de reconhecida idoneidade e competência, que presidia, um professor de instrução pública do concelho, um vereador e por um indivíduo, com as indispensáveis habilitações de escrituração e contabilidade, que era o secretário.



Diário de Notícias de 6.10.1910

Em 1918, as comissões concelhias de administração dos bens, provenientes da Lei da Separação, passaram a ser constituídas por um conservador, um secretário de finanças e um tesoureiro. Nos concelhos onde não houvesse comarca, tinham sede nas administrações de concelho. Nos restantes, nas repartições de finanças.

A intromissão destas, nunca foi aceite pelos representantes da religião católica, nem por alguns setores da população, havendo manifestações de desagrado à lei publicada por Afonso Costa.

Em Lisboa, cinco dias após a publicação da Lei da Separação, a 25 de abril, o cabido da Sé e os párocos da capital, em reunião, solidarizaram-se com o prelado, na não aceitação da mesma. Seguiram-se Évora, Guarda e Porto, no desagrado.

No dia 28 de dezembro, no *Diário do Governo*, é publicada as suspensões dos cargos de patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo. Também o governador do bispado do Porto, deão Coelho da Silva, e ainda o bispo da Guarda, foram proibidos de residirem, durante dois anos, dentro dos limites do distrito onde desempenhavam o cargo.

Comissão Concelhia dos Inventários

Em 3 de julho de 1911, o Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, António Tavares Afonso e Cunha⁵, acumulando o cargo de administrador do concelho, por alvará, delegou no Vice-Presidente, Francisco de Moura Coutinho de Almeida de Eça⁶, para presidir à Comissão Concelhia para a feitura do inventário dos bens móveis e imóveis, pertencentes à igreja matriz e capelas da freguesia de Santiago de Beduído, fazendo ainda parte da mesma, o aspirante da repartição de finanças do concelho de Estarreja, António Pedro Ferreira, por delegação de competências do secretário da mesma repartição, José Maria da Silva Pereira, e o representante da Junta de Paróquia de Santiago de Beduído, Aurélio Marques de Azevedo⁷.

Devido à polémica Lei da Separação do Estado das Igrejas, o assunto passou a estar presente, quer nas instituições parlamentares republicanas, quer nas instituições clericais, ocupando por vezes o altar, nas homilias dos mais destemidos, ou no cochicho de um virar da esquina.

A 10 de março de 1911, Afonso Costa, afirma no parlamento que

era preciso abrir um debate profundo para tirar os últimos pretextos às campanhas movidas, não só contra a lei, mas contra a própria República, fazendo da lei uma interpretação propositadamente falsa (...), inventando (...) uma lei de intolerância e de perseguição para a atacar, para anunciar uma paz reação

5- António Tavares Afonso e Cunha – Advogado. Nasceu no Bunheiro, Murtosa, e veio para Estarreja com 25 anos. Residiu na antiga “República”, situada na Praça do Peixe, em Estarreja, no edifício onde presentemente está situado o Bar da Tomázia, assim chamada, em virtude de na mesma se processar a fórmula existente nas de Coimbra. Foi Presidente da Câmara Municipal de Estarreja. Faleceu solteiro, sem descendência, em Estarreja, a 3 de março de 1956, com 85 anos, e sepultado no cemitério de Beduído.

6- Francisco de Moura Coutinho de Almeida de Eça, nasceu em Estarreja, a 11 de fevereiro de 1888, onde seu pai tinha sido colocado como Delegado do Procurador Régio, em 4 de outubro de 1869, filho do Dr. Dionísio de Moura Coutinho de Almeida de Eça e de Maria da Glória Soares Pinto de Mascarenhas. Foi batizado na igreja de Beduído, sendo padrinhos, seu tio Dr. João de Moura Coutinho de Almeida de Eça e sua avó materna, Inês Francisca de Sales Paiva de Sousa e Brito. Foi funcionário público, sendo colocado na direção das Obras Públicas de Braga, em 1897, diretor das agências do Banco de Portugal, de Évora, Santarém, Braga, Bragança e Viseu. Casou na Igreja de Beduído, Estarreja, com Graziela de Sousa Mota, em 23 de setembro de 1909.

7- Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças (ACMF). CJB, ARROL, liv. 2.

A mesma comissão fez o levantamento de todos os edifícios e alfaías de culto, existentes em todas as freguesias do c. Estarreja, mudando apenas o nome do representante da freguesia correspondente, indicado pela câmara municipal.

Administrador do Concelho – Magistrado administrativo existente junto de cada concelho, entre 25 de abril de 1835 e 31 de dezembro de 1937, escolhido pelo governo. Junta da Paróquia – Atual Junta de Freguesia.

religiosa está convencida de que tem a defendê-la muita gente que tem assento nos arraiais republicanos, mas engana-se. (...). O que se há de provar neste debate é que os católicos estavam mal preparados, e por isso desvairaram ao anúncio da Lei da Separação.

O deputado republicano à Assembleia Nacional Constituinte de 1911, Rodrigo Fernandes Fontinha, na sua intervenção do dia 11 de março, começa por referir o melindre e a delicadeza da questão, *porque dificilmente se encontrará quem entre nela sem paixão, quem não exagere, pró ou contra, o valor e os direitos das coisas e das pessoas afetas à religião.*

Intervindo como *cidadão português, republicano, avesso a todas as tiranias, absolutamente contrário a todos os facciosismos*, afirma que a Lei da Separação revela, em alguns preceitos, um propósito de *vexar a Igreja Católica e os seus fiéis, que formam a grande maioria da sociedade portuguesa e que parece ter havido a intenção de destruir, com artigos e parágrafos, aquilo que é obra de séculos.* Não estando em causa o princípio da separação, considera que a lei de 1911 criou o maior conflito que tem havido e ainda perdura na sociedade portuguesa, *porque ela viu que se legislou, com opinião antecipada, contra o que de mais respeitável existe no coração humano: a crença.*

Entre as críticas que apresenta às disposições do diploma, destaca o *exercício do culto por intermédio das associações chamadas culturais*, referindo ainda outras questões como, por exemplo, a proibição de doações destinadas ao culto, as restrições ao uso de vestes talares, a menção das pensões a viúvas e filhos dos padres (que considera “enxovalhante”, tendo em conta regime disciplinar do celibato dos sacerdotes católicos), a proibição do ensino religioso nas escolas particulares, a dependência da educação ministrada nos seminários do poder civil, as pensões eclesiásticas e o beneplácito, que entende contrário ao direito constitucional de liberdade de expressão⁸.

Arrolamento dos Bens

A Comissão Local para a inventariação dos bens eclesiásticos esteve no dia 4 de julho de 1911, na igreja paroquial de Santiago de Beduído, para proceder ao arrolamento e inventariação dos bens da mesma, tendo o reitor, P.^o Cornélio Honório da Graça e Silva, entregue à Comissão, uma declaração em papel selado, dirigida ao presidente da Comissão de Inventário de Bens Eclesiásticos, na qual declara que (...) *a Igreja pelos seus ministros e pelas corporações eclesiásticas canonicamente erectos, pertence em bom direito a prova, uso, guarda e administração dos templos, alfaias, bens móveis e imóveis, destinados ao exercício de culto católico.* De qualquer forma, (...) *em presença do acto a que se vai proceder, declara o signatário não ser intuito seu desacatar a auctoridade civil, mas cedendo à força, de nenhum modo de colaboração nas operações do presente inventário em nome da liberdade religiosa, declara igualmente não concordar com ele, considerando-o como uma violência atentatória dos direitos legítimos da Igreja, pedindo que juntasse a sua declaração, aos autos dos arrolamentos, o que aconteceu*⁹.

8- <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Separacao-Estado-Igrejas.aspx> Assembleia Nacional - No presente, Assembleia da República.

9- ACMF, CJBC, ARROL, liv. 2, fls. 309-309v. Os inventários das capelas da Paróquia de Beduído, Estarreja, foram realizados nos seguintes dias: 6 de julho: Santo António, situada na Praça de Estarreja; N.^a S.^a da Luz, Areosa do Norte; S.^a Bárbara, Beduído; a 7 de julho: S. Amaro; S. Joaquim, Santiaís; S. Filipe, Póvoa de Baixo.

Ameaça de Excomunhão

Com o passar dos anos, o Estado começou a vender os bens que fossem comprovadamente pertença da Igreja ou das suas instituições, em hasta pública.

Na missa da manhã, de 6 de agosto de 1916, realizada na igreja de Beduído, o P.^e Cornélio Silva, utilizou o altar para amedrontar os fregueses que arrendassem ou comprassem alguns dos bens da igreja de Santiago de Beduído, constantes do inventário realizado em 1911, dizendo que (...) *quem comprasse ou arrendasse bens ou outros quaisquer objectos, hoje sob a administração da Comissão Concelhia, ficava excomungado, e fora do grémio da igreja*¹⁰.

A reação dos fervorosos republicanos locais, não demorou muito. Perante os factos, a Junta da Paróquia de Beduído, no dia 10 do mesmo mês, pela mão do vogal, Francisco de Oliveira Marques, fez uma participação ao Administrador do Concelho, Francisco de Almeida Eça, em virtude de achar que as palavras do pároco, *representam uma ameaça ao povo desta freguesia e, sobretudo, um atentado contra a liberdade do cidadão, devendo o mesmo pároco ser chamado à responsabilidade*, indicando como testemunhas, Alexandre Dias, solteiro, 28 anos, carpinteiro, natural e morador no lugar de Santiago de Beduído; António Dias Afonso, casado, lavrador, e morador no lugar de Santiago e Agostinho José da Silva, casado, proprietário, também do lugar de Santiago¹¹.

O Administrador do Concelho, resolveu ouvir as testemunhas referidas, e ainda mais duas, António da Silva Condeço, casado, carpinteiro, e António Marques Couto, casado, lavrador, ambos do lugar de Santiago, tendo sido levantados autos de declaração pelo amanuense, confirmando as mesmas o que constava na participação.

Só a 6 de setembro é que o reitor prestou declarações, em nada coincidentes com as relatadas pelas testemunhas, referindo que, (...) *sendo pároco da freguesia de Beduído, deste Concelho, numa das práticas que aos domingos costuma fazer aos seus parochianos, disse que os católicos têm obrigação de obedecer às leis da igreja católica. Assim como não é bom republicano, quem não cumpre as leis da república, também não é bom católico quem não obedece às leis da Igreja. Quanto ao facto que apontam, declara nada ter dito, com respeito aos bens na posse do estado*¹².

O processo, foi enviado pelo Administrador do Concelho de Estarreja, ao Presidente da Comissão Central da Lei de Separação, em Lisboa, no dia 22 de setembro de 1916, tendo o P.^e Cornélio Silva, sido amnistiado pelo decreto de 22 de abril de 1917¹³.

10- ACMF/CJBC/AVE/EST/PROCD/002.

11- ACMF/CJBC/AVE/EST/PROCD/002. Junta da Paróquia – Atualmente, Junta de Freguesia.

12- ACMF/CJBC/AVE/EST/PROCD/002.

13- ACMF/CJBC/AVE/EST/PROCD/002.

Contra o Registo no Civil

O decreto de 18 de fevereiro de 1911, introduziu profundas alterações na legislação então vigente sobre o Registo Civil, tendo estabelecido o princípio da obrigatoriedade da inscrição no registo civil dos factos a ele sujeitos; que tal obrigatoriedade abrangia todos os indivíduos, independentemente da sua confissão religiosa; confiando a realização do registo a funcionários civis privativos; fixando a precedência obrigatória do registo civil sobre as cerimónias religiosas correspondentes, cominando sanções pesadas para os infratores.

Além da obrigatoriedade do registo e da secularização dos serviços, o Código do Registo Civil de 1911, alargou o âmbito do registo (que até então se limitava às três espécies de assentos criados pela Igreja, e exclusiva desta: nascimentos, casamentos e óbitos), com o intuito de facultar ao Estado e aos particulares através dos livros das repartições, o conhecimento tão completo quanto possível da situação que cada indivíduo ocupa na família e na sociedade, passando obrigatoriamente todos os registos de nascimento, casamento e óbitos, para a alçada civil, deixando a igreja de fazer exclusivamente estes registos, atendendo a que nem todos os cidadãos processavam a fé católica.

Mais tarde, em 1932, surge uma versão melhorada deste código, e a realização em 1940 da *Concordata*, entre Portugal e a Santa Sé reintroduziu o reconhecimento das cerimónias religiosas, obrigando, no entanto, à transcrição do assento paroquial nos livros do Registo Civil da Conservatória da área dessa paróquia.

Inicialmente, foi difícil a alguns clérigos aceitarem a perda da exclusividade secular que possuíam.

Em 1919, o representante do Ministério Público, em Estarreja, levantou um processo ao P.^o Cornélio Silva, por ter celebrado, no dia 2 de fevereiro, o batizado de um indivíduo do sexo feminino; no dia 11 do mesmo mês, o casamento religioso de António Leite de Azevedo e Josefa Gomes de Jesus; e no dia 3 de março, o enterramento também religioso de Maria Marques da Silva, cerimónias efetuadas sem o prévio registo civil¹⁴.

14- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003. Também o pároco da freguesia de Avanca, Firmino Pais e Silva, foi acusado de ter procedido a um enterramento religioso sem as prévias formalidades de registo civil, e “festejado com repiques de sino a chegada das tropas Couceiristas à freguesia” (ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003). Foi-lhe instaurado processo disciplinar, em 09.04.1919 (ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/005). Foi aposentado, em 1927. (ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/002). Igualmente, o pároco de Veiros, Manuel Marques Capeleiro e Silva, foi acusado de ter celebrado um batismo, sem o competente registo civil (ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003), de que resultou a absolvição (ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/001). Foi aposentado em 1937 (ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/003). José Maria Alberto Soares, pároco da freguesia do Bunheiro, então no concelho de Estarreja, foi aposentado em 1828. (ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/005). Aníbal Ribeiro das Neves Matos Viegas, pároco colado da freguesia de Salreu (São Martinho), pediu a aposentação em 22.01.1923, tendo o processo ficado concluído em 08.08.1924 (ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/004). Uma queixa contra o padre Pantaleão José Costeira, morador no lugar do Monte, capelão na capela do Monte da Murtosa, então concelho de Estarreja, em 1917, não resultou na abertura de processo disciplinar (ACMF/CJBC/AVE/EST/PROCD/003). Em 03.10.1915 o regedor de Canelas, Estarreja, Domingos Henriques da Silva, queixou-se do padre José de Almeida Rebelo, pároco da freguesia, pelo facto de este ter expulsado do cemitério, algumas crianças que acompanhavam um funeral, *por serem filhos de maçons, que não vão à missa e não se confessam*. O processo foi amnistiado pela lei de 17.04.1916 (ACMF/CJBC/AVE/EST/PROCD/001).

A 19 de janeiro de 1919, rebentou no Porto uma contrarrevolução, levada a efeito pelas juntas militares favoráveis à restauração da monarquia, que ficou conhecida como a Monarquia do Norte ou Traulitânia. No Porto, foi instalado um governo provisório, chefiado por Paiva Couceiro, militar exilado, do qual fez parte o estarrejense Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon¹⁵, 2º Conde de Azevedo, tendo durado apenas 25 dias, de 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919.

Estarreja, esteve ocupada pelas forças monárquicas, de 24 de janeiro a 11 de fevereiro, havendo aqui confrontos entre estas e as tropas republicanas, no dia 11 de fevereiro, cujo desfecho se traduziu na fuga apressada da facção monárquica acossados pelas tropas republicanas, em alguns mortos e feridos, inclusive entre civis, para além de estragos de alguma monta.



*Em Estarreja.—O batalhão de marinha em descânço, em frente do edifício dos Paços do Concelho, d'após da retirada dos monárquicos, que ali praticaram violências inauditas.
(Clixé do sr. Antonio Serafim, de Aveiro).*

Tropas republicanas na Praça de Estarreja (Ilustração Portuguesa)

Durante a permanência das tropas monárquicas em Estarreja, o P.º Cornélio Silva, numa missa rezada na praça da então vila, “instigou em praça pública, perante as tropas realistas, o povo à rebelião contra a República”, tendo os factos merecido uma participação do Administrador do Concelho, Francisco de Almeida d’Eça, para o Ministério da Justiça e dos Cultos - Comissão Central de Execução da Lei da Separação.

Em correspondência trocada entre o Administrador do Concelho de Estarreja, Francisco de Almeida d’Eça, e o Governador Civil de Aveiro, em 10 de março de 1919,

15- Pedro Barbosa Falcão de Azevedo e Bourbon, nasceu em Estarreja, na Casa da Fontinha, a 08.04.1875, e faleceu a 20.09.1962, nas Caldas de Vizela. Filho de Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto-Major, natural de Braga, deputado e Presidente da Câmara Municipal de Estarreja, e de Maria Cândida Falcão de Azevedo Pereira de Bourbon e Menezes. Formado em direito, pela Universidade de Coimbra, sobrinho-neto, pelo lado materno, do 1.º Visconde e 1.º Conde de Azevedo de quem, por falta de descendência, herdou o título de 2º Conde de Azevedo (concedido por D. Carlos, decreto de 14.07.1905). Foi deputado por Viana do Castelo (1908-1910). Com a proclamação da república exilou-se em Espanha, de onde regressou em 1914. Senador monárquico pelo Minho (1918). Foi Ministro da Agricultura, Comércio, Indústria e Trabalho, tendo ainda acumulado interinamente o Ministério e Secretaria de Estado da Instrução Pública e Belas Artes, durante a Monarquia do Norte, instalada no Porto, e após o falhanço desta, foi preso, vindo a ser amnistiado em 1921 (ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, “Nobreza de Portugal e do Brasil”, 3.ª ed., vol. II, ed. Zairol, 2000, pp. 362-363; TAVARES Afonso e Cunha, José, “Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto-Maior”, ed. Rotary Clube de Estarreja, 1996).

aquele informou que, ao pároco, já tinha sido apreendido, o Arquivo Paroquial, pelo funcionário do Registo Civil do concelho¹⁶, significando que o reitor de Beduído, não tinha entregue os registos de batizados, casamentos e óbitos, como o consignado na Lei da Separação entre o Estado e as Igrejas, de 1911.

Por despacho do Ministro da Justiça e dos Cultos, de 14 de abril, foi comunicado ao Administrador do Concelho, que devia proceder de imediato ao despejo do reitor, do presbitério da freguesia de Beduído, caso este o habitasse. Pelo mesmo despacho, foi ordenada a apreensão dos livros do Registo Paroquial (já concretizada anteriormente), e ainda ordenado ao Juiz de Direito da Comarca de Estarreja, que sobre os casos relatados, e de quaisquer outros, de hostilidade ao regime republicano, devia proceder a um inquérito sumário.

Quanto ao despejo, o Administrador do Concelho, informou o Diretor Geral do Ministério da Justiça e dos Cultos, que o padre de Beduído *estava há muito desapossado da residência Paroquial*, tendo o Juiz de Direito da Comarca de Estarreja, por ofício datado de 28 de maio de 1919, referido ter inquirido três testemunhas que corroboraram *a manifestação hostilizada ao régimen, pois aconselhara o povo e soldados a defender a Monarquia e a combater as instituições republicanas, instigações ou conselhos que eram dados pelo arguido numa prática, depois da missa campal realizada na Praça d'aquela vila, a quando das tropas realistas*, não tendo ainda sido possível interrogar o pároco, em virtude deste se encontrar ausente, há muito tempo, em parte incerta.

Dando seguimento ao processo, o Juiz de Direito, mandou publicar um Aviso, no *Diário do Governo*, n.º 136, 2.ª Série, de 14 de junho de 1919, dando ao P.º Cornélio Silva, oito dias para se apresentar, a fim de ser ouvido e a defender-se das acusações que pendiam sobre ele, no qual se lê: (...) *devendo o referido ministro da religião apresentar defesa contra as arguições que lhe são feitas, por si ou por procurador bastante, perante o Juiz de Direito, num prazo não superior a oito dias, a partir da publicação do presente aviso, sob pena de correrem à revelia os ulteriores termos do processo*¹⁷.

Se compareceu ou não, o processo não refere. Todavia, apresentou defesa, tendo o Juiz de Direito da Comarca de Estarreja concluído o mesmo, enviando-o em 24 de junho de 1919, para o Diretor Geral da Justiça e dos Cultos, tendo merecido do Ministério da Justiça e dos Cultos, a seguinte apreciação: (...) *o pároco arguido serviu-se das suas funções eclesásticas, pois foi no exercício delas que, como ele próprio confessa, proferiu a alocação religiosa, por ocasião de uma missa, ali (...), que é a mesma referida, por forma diferente, pelas testemunhas, sem que outra prova a contrário (...)*¹⁸.

No dia anterior, 23 de junho de 1919, a Comissão Central da Lei de Separação, tinha dado o seu parecer sobre o mesmo assunto: (...) *ao referido pároco, Cornélio Honório da Graça e Silva, sem prejuízo das penas que lhe caiba e a aplicar pelos tribunais, deve desde já ser-lhe disciplinarmente impostas a da perda dos benefícios concedidos pelo Estado, de interdição de residência no Concelho de Estarreja e limítrofes, pelo tempo que se julgar conveniente*¹⁹.

A 11 de agosto de 1919, o Ministério da Justiça e dos Cultos decreta a proibição do reitor de Beduído, de residir no concelho de Estarreja, ou nos limítrofes, durante 180 dias, além da perda dos benefícios materiais do Estado, *a que por ventura tiver direito, e sem prejuízo de procedimento criminal, que no caso couber*, devendo o pároco cumprir esta decisão,

16- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003.

17- ACMF/ DGJC/AVE/EST/PROCD/003.

18- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003.

19- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003.

num prazo máximo de cinco dias, após a publicação no *Diário do Governo* (2.ª Série, n.º 192, 16.08.1919)²⁰.

Há muito que o P.º Cornélio Silva se encontrava ausente da paróquia, e como tal, salvaguardando-se, o Administrador do Concelho, em 23 de agosto de 1919, informa o Governador Civil de Aveiro, que o padre *acha-se ausente da freguesia, em parte incerta, desde fevereiro do corrente ano, e deste mesmo Concelho*, constando que o arguido desrespeita as disposições do registo civil, manifestando hostilidade ao regime, aconselhando o povo e soldados a defender a monarquia e a combater as instituições republicanas, servindo-se das suas funções eclesiásticas²¹.

O P.º Cornélio Silva foi acusado de crime de rebelião, e julgado no Tribunal Militar Especial de Lisboa, em 29 de junho de 1920, não tendo, contudo, comparecido. A defesa do réu, para além do que constava nas contestações, alegou que o mesmo não tinha procedido com intenção criminosa, como tal, sem culpa. Para o júri, no entanto, o crime foi provado, embora sem unanimidade, pois alguns elementos divergiram, relativamente a ter agido com intenção criminosa, como pretendia a acusação. Lida a sentença, o reitor de Beduído, foi condenado a onze meses de prisão correccional, e igual tempo de multa, à razão de cinquenta centavos, por dia²², tendo sido amnistiado pela lei n.º 1144, de 09 de abril de 1921.

Reforma por Invalidez

Passados seis anos, o P.º Cornélio Silva, pede a reforma por motivo de doença, em 14 de abril de 1927, tendo-lhe sido reconhecido o direito à aposentação, como consta no *Diário do Governo*, II.ª Série, n.º 161, de 22 de julho de 1927.

A 24 do mesmo mês, o Diretor Geral da Repartição dos Cultos, escreveu ao Governador Civil de Aveiro, pedindo a convocação do P.º Cornélio Silva para ser submetido a exames de sanidade, de forma a verificar-se se está, ou não, *absoluta e permanentemente, impossibilitado de exercer as funções do seu cargo, devendo o respectivo auto ser subscrito por todos os membros da Junta Médica, autenticado com o selo do Governo Civil e remetido à Direcção Geral*.

Depois das diligências necessárias, o Governador de Aveiro respondeu, em 20 de agosto, dizendo que o ex-pároco *não reside na freguesia de Beduído, mas sim no Porto, na Rua do Pinheiro Manso, n.º 173. Como tal, foi enviado idêntico ofício, ao Governador Civil do Porto*²³.

Entretanto, o P.º Cornélio Silva, por requerimento de 28 de julho de 1927, pediu ao Ministério da Justiça e dos Cultos, que mandasse certificar o tempo de serviço prestado como pároco colado na freguesia de S. Mateus da Junceira, concelho de Tomar, desde 23 de dezembro de 1894, até 14 de fevereiro de 1896; na de S. Sebastião de Setúbal, desde 15 de fevereiro de 1896, até 2 de setembro de 1905; e na de Beduído, desde 3 de setembro de 1905, até à data do requerimento. No dia seguinte, o Ministério solicitou aos Bispos do Porto e de Lisboa, o envio de todas as informações necessárias, referentes ao tempo de serviço eclesiástico prestado nas respetivas dioceses²⁴.

20- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003.

21- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003.

22- ACMF/DGJC/AVE/EST/PROCD/003. Foi ainda levantado um processo disciplinar contra o padre Joaquim Dias Afonso, natural e residente no concelho de Estarreja, de que resultou a proibição de residir durante seis meses nos limites do concelho. Foi julgado pelo Tribunal Militar Especial de Lisboa, acusado de ter celebrado missa campal em Estarreja às tropas revoltosas que pretendiam a restauração monárquica (CJBC/AVE/EST/PROCD/004).

23- ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/001.

24- ACMF/DGJC/AVE/EST/APECL/001.

Dados Biográficos

Cornélio Honório da Graça e Silva, natural da Freguesia de S. João Baptista, Abrantes, distrito de Santarém, onde nasceu a 18.09.1865, foi ordenado sacerdote a 15.06.1889, na Sé de Portalegre, por D. Gaudêncio José Pereira²⁵.



Sé Catedral de Portalegre

Foi pároco encomendado²⁶ nas seguintes freguesias: S. Julião, concelho e distrito de Portalegre, a 27.06.1889; em S. Pedro de Alviobeira, Tomar, distrito de Santarém, desde 27.11.1889, novamente em 03.12.1890 e 13.09.1893; S. Miguel de Carregueiros, Tomar, Santarém, em 14.04.1891 e novamente a 14.05.1892, e a 14.06.1893; N.ª S.ª da Conceição, Sabacheira, Tomar, em 10.07.1891; N.ª S.ª da Conceição, Paio de Pele, Vila Nova da Barquinha, (Santarém), a 03.09.1892; S. Pedro de Beberriqueira, Tomar, a 03.10.1894, e a 26.11.1895; padre colado, na freguesia de S. Mateus, Junceira, Tomar, a 13.12.1894; S. Sebastião, Setúbal (Lisboa), em 06.02.1896, e em Santiago de Beduído, Estarreja, Aveiro, a 29.08.1905²⁷.

25- D. Gaudêncio José Pereira - Bispo de Portalegre. Nasceu a 6 de outubro de 1830, em S. Cristóvão, Viseu, e estudou no seminário daquela cidade. Após a ordenação matriculou-se nas Faculdades de Teologia e Direito da Universidade de Coimbra, terminando o curso em 1863. Adoeceu gravemente em junho de 1906, vindo a falecer a 2 de novembro.

26- Encomendado - Padre que é nomeado interinamente para reger uma paróquia, no antigo regime do padroado.

27- <https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/CleroSecular/index.php/RPCC/resultados/1649> (consultado em 15.05.2023).

Notas Finais

Pouco mais de quinze anos da vida do P.^o Cornélio Honório da Graça e Silva, durante os quais foi molestado pelas suas convicções, certamente a pior fase da sua vida, foram aqui abordados, e embora não tenhamos tido acesso a todas as decisões, ficámos com a certeza de que o padre conseguiu ludibriar o sistema de então, ausentando-se da paróquia, para “parte incerta”, não comparecendo quando era convocado para se defender, inclusive quando foi julgado no Tribunal Militar Especial de Lisboa, e condenado com prisão, que nunca cumpriu.

Passada a euforia republicana, e perante a pressão de outros países, o ostracismo a que ficou sujeito o país, por parte do Vaticano, com o corte das relações entre a Santa Sé e Portugal, as mudanças de governos e de mentalidades foram acontecendo, permitindo encurtar o fosso existente entre o Estado e a Igreja, dando hipótese a novos diálogos e entendimentos, flexibilidade e ajustamentos suficientes para as necessárias alterações legislativas.

No entanto, o bem ou o mal já estava feito. O passal e a residência paroquial da freguesia de Beduído, tinham sido vendidas em hasta pública, e para além destes prejuízos materiais, ficaram os sociais, motivados pelas divergências políticas acontecidas.

As negociações entre o Estado português e a Santa Sé, foram reatadas, ressaltando o compromisso do primeiro entregar à Igreja os bens confiscados, em 1911. Após este cumprimento, os dois estados, procederam à assinatura de nova *Concordata*, a 07 de maio de 1942.

Baseado no artigo 51.^o do Decreto-Lei n.^o 30615, de 25 de julho de 1940, publicado no *Diário do Governo*, n.^o 112, 1.^a Série, Suplemento de 26 de julho de 1940, o reitor de S. Tiago de Beduído, Estarreja, P.^o Donaciano da Silva Bastos de Abreu Freire²⁸, na qualidade de representante da fábrica da igreja de Santiago, requereu ao Ministro da Justiça, a entrega dos bens pertencentes à referida igreja, em 18 de abril de 1941, tendo juntado ao requerimento, uma minuciosa relação dos bens pertencentes à fábrica da igreja, nomeadamente o edifício, alfaias e paramentos da mesma; capelas da freguesia, e respetivo recheio²⁹.

A restituição dos bens móveis e imóveis, pertencentes à igreja matriz e capelas da paróquia de Santiago de Beduído, do concelho de Estarreja, aconteceu antes da assinatura da *Concordata*, no dia 24 de fevereiro de 1942. José Dias Simões, Chefe da Repartição de Finanças de Estarreja, juntamente com as testemunhas, Manuel Marques e Henrique Maria de Pinho Soares Albergaria, entregaram o auto do facto, ao Presidente da Comissão de

28- P.^o Donaciano da Silva Bastos de Abreu Freire – Nasceu na freguesia de Pardilhó, concelho de Estarreja em 15.11.1889, e faleceu na freguesia de Beduído, Estarreja, a 18.04.1950. Filho de Manuel António de Bastos Gurgo e de Maria Joana de Abreu Freire, de Pardilhó. Fez os seus estudos no colégio de S. Fiel, na Beira Baixa, transferindo-se para o Seminário dos Carvalhos, afim de concluir os seus estudos preparatórios. E dos Carvalhos passou para o Seminário Teológico do Porto. Foi ordenado sacerdote, no dia 04.08.1912, dedicando-se depois à pregação e ao ensino. Começou por lecionar no Colégio Almeida Garrett, desde a sua fundação, e no Colégio de S. Carlos, onde chegou a ser diretor, no Porto. Paroquiou as freguesias do Bunheiro, Murtoza, e a de Santiago de Beduído (1922 a 1950), Estarreja, onde se destacou na reconstrução da igreja, destruída por um incêndio em 1922. No ano seguinte, funda o Orfeão de Estarreja. Foi o mentor da construção do Hospital e Misericórdia, batendo à porta de Joaquim da Silva, Visconde de Salreu, levando-o a custear as obras do Hospital, com Asilo anexo. Fundou em Beduído, a Conferência de S. Vicente de Paulo (1924), colaborou na fundação do Instituto de Beneficência, Instrução e Recreio (1931), e reorganizou o Sindicato Agrícola de Estarreja. Foi ainda Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Estarreja (FIGUEIREDO, Filipe de *O P.^o Donaciano de Abreu Freire – O Homem e o Padre do seu tempo*, IV – Biografia, Casa Municipal da Cultura, Estarreja, 1989).

29- ACMF/CJBC/AVE/EST/ADMIN/005.

Finanças de Estarreja, juntamente com as testemunhas, Manuel Marques e Henrique Maria de Pinho Soares Albergaria, entregaram o auto do facto, ao Presidente da Comissão Fabriqueira da Igreja, P.^e Donaciano da Silva Bastos de Abreu Freire³⁰.

30- ACMF, CJBC, ARROL, liv. 2, fls. 314-315.

Sinais e Abreviaturas Utilizadas

(...) - Supressão de palavras em uma transcrição

2.^a - segunda

ACMF- Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças

c. - concelho

D. - Don

Dr. - Doutor

ed. - editora

fl./fls. - fólho/fólios

IAN/TT - Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo

liv. - livro

n.^o – número

N.^a S.^a – Nossa Senhora

P.^c - Padre

p./pp. - página/páginas

S. - São (santo)

vol. - volume

Bibliografia

FIGUEIREDO, Filipe de O P.^e *Donaciano de Abreu Freire – O Homem e o Padre do seu tempo*, vol. IV – Biografia, Casa Municipal da Cultura, Estarreja, 1989.

SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, ed. Figueirinhas, 2006.

TAVARES Afonso e Cunha, José, *Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto-Maior*, ed. Rotary Clube de Estarreja, 1996.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, 3.^a ed., vol. II, ed. Zairol, Lisboa, 2000.

Arquivos

ARQUIVO CONTEMPORÂNEO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (ACMF):

CJBC, ARROL, liv.2

CJBC, ARROL, liv.3

CJBC/AVE/EST/ADMIN/005

CJBC/AVE/EST/PROCD/001

CJBC/AVE/EST/PROCD/002

DGJC/AVE/EST/PROCD/003

CJBC/AVE/EST/PROCD/004

DGJC/AVE/EST/APECL/001

DGJC/AVE/EST/APECL/002

DGJC/AVE/EST/APECL/003

DGJC/AVE/EST/APECL/004

DGJC/AVE/EST/APECL/005

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS / TORRE DO TOMBO (IAN/TT):

Registo Geral de Mercês, D. Carlos I

Recurso Internet

<https://web.archive.org/web/20110515101356/http://www.vidasusofonas.pt/joaofranco.htm>
www.laicidade.org
<https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Separacao-Estado-Igrejas.aspx>
<https://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/CleroSecular/index.php/RPCC/resultados/1649>

Outros

Arquivo pessoal
Constituição Republicana de 1911
Jornal de Notícias, 6.10.1910
O Século (jornal), 5.10.1910
Ilustração Portuguesa, 1919, vol.1:
II série, n.º 678, 17.2.1919, pp. 121-124
II série, n.º 679, 24.2.1919, pp. 141-148
II série, n.º 680, 3.3.1919, p. 164

A EPOPEIA DO HOMEM-MOLICEIRO DA RIA DE AVEIRO

*Etelvina Resende Almeida**

o homem | a agricultura | a laguna | o moliço | o barco
A Ria de Aveiro e as suas Indústrias

A laguna, denominada de Ria de Aveiro, sofreu várias transformações geomorfológicas ao longo dos séculos, apresentando diferentes configurações. O contacto com o mar assumiu várias posições, de norte a sul, tendo gerado constrangimentos ao Homem: prejudicando a navegação, a agricultura e a pesca lagunar. Em 1808, o Homem interveio fixando a barra, onde actualmente se encontra. A laguna apresenta uma extensão de cerca 45km e uma largura máxima de 8,5 km. Distribui-se pelos Concelhos de Ovar, Murtosa, Estarreja, Aveiro, Ílhavo, Vagos no distrito de Aveiro, e Mira, no distrito de Coimbra ¹.

Segundo, Frada (1997)², a Ria ramificou-se em quatro braços. O da “Ria de Ovar” como o mais importante troço da Ria, indo do Bico do Moranzel até ao Carregal, com um comprimento aproximado de 25 km. Corre paralelamente à costa, atingindo a sua maior largura frente à Torreira (o “Lago da Torreira”), com cerca de 2 km. Em frente às Quintas do Norte subdivide-se em dois ramos: o “braço do Carregal” que se estende para o norte e o “braço da Ribeira”, orientado para NE, indo até ao Cais da Ribeira. Este último “braço” forma ainda diversos “esteiros” – Entre - Águas, Mourão, Ribeira das Bulhas, Ribeira da Aldeia, Ameirinho, Bunheiro e Pardilhó.

O da “Ria da Murtosa”, fica situado a NO e começa frente ao Bico do Moranzel, ramificando-se em vários esteiros e banhando diversas povoações: Pardelhas, Murtosa, Veiros, Estarreja, Salreu, Canelas e Fermelã. Entre Salreu e Estarreja desagua o Rio Antuã e nas proximidades da “Cale do Chegado” desaguava outrora o Rio Vouga (resta agora um pequeno curso de água, conhecido por Rio Velho).

* Etelvina Resende Almeida, nasceu em 1969, sendo natural de Aveiro. Licenciou-se em Design pela Universidade de Aveiro, tendo terminado o Mestrado, em Dezembro de 2012, com o tema: “Embarcações Tradicionais da Ria de Aveiro. Uma análise pelo Design”. É Designer da Comunicação, em regime de freelancer. Integrou o projecto “Postais Solidários”, no concelho da Murtosa, na vertente fotográfica e de design. Participou em 7 exposições colectivas de fotografia, na Murtosa, Torreira e Aveiro, durante os anos 2013, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023. Participou, em co-autoria com Ana Maria Lopes, numa palestra intitulada “Uma viagem p’la Ria”, em 2014, no CV da Costa Nova. Expôs individualmente, de Janeiro a Maio de 2014, no Museu Marítimo de Ílhavo (bateira ílhava). | Publicou, em co-autoria, com Ana Maria Lopes, e fotografia de Paulo Godinho, “Uma Janela Para o Sal”, em Abril de 2015, editado pela Alêtheia Editores. Tem publicado artigos no “Diário de Aveiro”, “Notícias de Aveiro”, “O Ilhavense”, “Aveiro Mag”, sendo colaboradora do “Jornal Concelho de Estarreja”, e da Revista “Terras de Antuã”, desde 2018. | Inteveio na “Jornada Cultural Náutica”, em Ovar, em Janeiro de 2016, com o tema, “A arte dos nossos barcos tradicionais”. Conduziu a “Conversa à Volta da Construção Naval, com o Mestre Esteves”, em Pardilhó, em Maio de 2018. Em Dezembro de 2018 abordou o tema: “A Murtosa e a faina da enguia, e as suas embarcações tradicionais”, integrado no Festival Gastronomia de Bordo. Em Fevereiro de 2019, num projecto “Olhar por Dentro”, abordou o tema “A Barca da Passagem”, em Ílhavo. Faz parte da Direcção dos “Amigos do Museu de Ílhavo”. Foi coordenadora do livro “Memórias 30 Anos a Pintar a Ria”, de José Oliveira, editado pela Câmara Municipal da Murtosa em 2019. A autora não segue o acordo ortográfico.⁴

1- REIS, Álvaro. “Ria de Aveiro. Memórias da Natureza”. Câmara Municipal de Ovar. 1993.

2- FRADA, Gabriel. “O Matola na Ria. O Moliceiro do Seixo”. Junta de Freguesia do Seixo. 1997.

O da “Ria de Ílhavo” situa-se a SO de Aveiro, passa por Ílhavo, Vista Alegre, Vagos, Soza e termina no Boco. Tem um comprimento de 7 km e uma largura máxima de 200 metros.

A denominada “Ria de Mira”, situada a SE tem um comprimento máximo de 14 km e 300 metros de largura. Antigamente chegava até à Barrinha, e no tempo dos moliceiros,



Moliceiro na Ria de Aveiro. Apanha do Moliço | Postal

A apanha do moliço

O Homem das terras interiores foi migrando para junto das “frentes de água” existentes na restinga de areia formada ao longo dos séculos pela sedimentação, de norte a sul da laguna. Procurava um solo para edificar a sua casa e criar a família, subsistindo através das actividades primárias, da pesca e da agricultura. Os solos eram arenosos, pobres em nutrientes, estéreis e permeáveis. Para cultivar nesses solos, teria de os fertilizar e impermeabilizar. Tendo o mar, e sobretudo a laguna, como vizinhos, com o seu fundo lodoso repleto de algas das mais variadas espécies, misturadas com crustáceos e pintalgada por “praias de junco” e outras plantas lagunares, encontraria ali a fonte de riqueza, em nutrientes para tornar os solos arenosos produtivos, podendo cultivar os produtos hortícolas, ervagens e forragens para a criação de gado.

Como atesta o Padre Rezende (1936)³, “os terrenos arenosos, carecem bastante de passar pela operação de serem humificados. (...)” Foi a Ria que fez a Gafanha, enriquecendo-lhe a pobreza das areias com os moliços, que lhes adicionavam simultaneamente com o humo, as suas propriedades químicas. É por isso que desde o início do povoamento tem sido indispensável a cada agricultor o barco moliceiro devidamente apetrechado para a apanha daquelas algas marítimas. O “moliço” foi por largo tempo o único adubo empregado nas suas culturas. O estrume do curral era inconscientemente vendido e levado pelo próprio

3- REZENDE, Padre João Vieira. “Monografia da Gafanha”, 2ª ed. Publicação subsidiada pelo Instituto para a Alta Cultura, Coimbra 1944. Prefácio do Doutor Orlando Ribeiro.

gafanhão aos lavradores das Ribeiras de Vagos, Ílhavo e Aradas, que dele melhor se sabiam utilizar. E as cinzas do borracho seguiam idêntico caminho. A partir de 1900 repararam na importância destes adubos. Estes adubos são fabricados no curral, com o “junco”, a “bajunça”, a “junça”, que o lavrador compra e corta nos ilhotes e depois transporta para as medas que faz junto às casas, ou nos pátios, e com os quais durante o inverno faz a cama do gado.

Gabriel Frada (1997)⁴, refere que na região de Seixo de Mira, era dada muita importância ao moliço. *“Nesta região a batata e o milho eram as principais culturas, e o seu cultivo exigia bastantes fases de adubação, o que tornava o processo muito complexo, demorado e trabalhoso. As adubações eram feitas com “moliço”, esterco de gado e “guano”. O tipo de “moliço” diferia, sendo “moliço verde” ou “arrolado”, para as batatas e “moliço seco” para o milho.*

Existiam muitas espécies botânicas que entravam na composição do moliço, conhecidos pelos nomes vulgares de “Sirgo”, “Musgo”, “Rabos”, “Fitas”, “Gorga”, “Pinheira”, “Pojos”, “Carqueja”, “Limó”, “Morno”, “Mormassa”, “Papeira”, “Trapa”, “Erva de Arganel”⁵, etc.

Das várias Indústrias, actividades, que o homem tem vindo a realizar na laguna ao longo do tempo: da salicultura; pesca; aquacultura; transportes; à colheita das ervagens (“junça”, “bajunça” e “caniço”), a “apanha do moliço”, ou extracção das algas das águas da Ria foi uma das que mais gerou proveitos, com cerca de 300.000 toneladas transaccionadas por ano, tendo sido praticada e comercializada por toda a região lagunar. Havendo referência de uma grande “actividade moliceira”, confirmada pelo número de barcos registados (em 1883 – 1.342 barcos; 1889 – 1.749 barcos, tendo posteriormente vindo a decrescer, chegando a 2 exemplares, em 1988). Por tal facto, o exercício da “colheita do moliço” teve de ser regulamentado, juntamente com o da pesca, em 1883, tendo sido publicado em 1886⁶. O intuito era o de defender e preservar a riqueza piscícola; o de recuperar os terrenos alagados pela maré para o domínio público e o de proteger as desovas e criação de peixes, que eram destruídos com a “rolagem” contínua dos fundos, com “redes de arrastar” e ancinhos de “apanhar moliço”.

Foi criada uma época de “defeso”, em 1912, elaborado por Jaime Afreixo, não só para impedir o arrastar devastador dos ancinhos sobre os peixes e enguias, mas também sobre a vegetação lagunar, onde desovavam, abrigando-os e protegendo-os, sobretudo dos mais vorazes. Esse regulamento gerou revolta entre os pescadores e moliceiros, que inibidos de pescar e de apanhar “moliço”, *“saíram à rua” em sinal de protesto, “a clamar pelo seu direito de trabalho, a gritar por pão (...)*⁷.

4- FRADA, Gabriel. “O Matola na Ria”. Moliceiro do Seixo”. Junta de Freguesia do Seixo, 1997.

5- VILAR, Jaime. “Barco Moliceiro. Que futuro?”. Edição Jornal Gente da Ria. Associação Cultural Bunheirense. 1983.

6- REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca, relator e oficial da Armada. “A Ria de Aveiro e as suas Indústrias”. Projecto do regulamento para o exercício da pesca e colheita do moliço. Elaborado pela Comissão tomada por portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 16 de Abril de 1883. Lisboa Imprensa Nacional. 1889. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha - 1.ª Repartição. Pescarias.

7- *Alarmadas as tropas, chamaram a tropa, tendo estado a Murtosa em estado de sítio durante três dias. A 5 de Maio de 1913, o jornal da terra descreveu “de todo o alvoroçado movimento que agitou o povo (..) e o levou a reclamar por um dos mais sagrados direitos - o direito do trabalho. Não lhes podendo ser permitido o livre exercício das suas indústrias, pela remodelação do regulamento da pesca e da apanha do moliço, na nossa Ria, na parte que obriga a quatro meses de defeso, foi-lhes facultado trabalho em obras na Ribeira de Pardelhas. Mas o povo exigia “o rio livre, trabalho ou pão!”* Que os deixassem trabalhar. In CUNHA, José Tavares Afonso. Advogado em *Notas Marinhas* Notícias Históricas do Concelho da Murtosa e das suas Freguesias Marinhas do Concelho de Estarreja. Livraria.

Segundo dados obtidos pela contagem de embarcações em dias de descanso, nas “malhadas”, Regalla (1883)⁸ apresenta um quadro indicativo do número de indivíduos, barcos e capitães empregados na colheita do “moliço”: barcos de 19 a 22 cavernas – 1.299, cada barco com 2 tripulantes; barcos de 15 a 18 cavernas – 142 – cada barco com 1 tripulante.

A colheita do “moliço” fazia-se em duas épocas distintas: uma iniciava-se em princípios de Agosto e terminava em fins de Dezembro, empregando-se todos os barcos; a segunda iniciava em princípios de Janeiro e terminava em fins de Julho, limitando-se a um certo número de indivíduos, que dela faziam modo de vida exclusivo.

Cada tripulação colhia uma carga completa (“maré”) ou duas, num dia de trabalho, conforme as distâncias a que as “praias” ficavam das respectivas “malhadas”.

Nos cinco meses decorridos, de Agosto a fins de Dezembro, calculavam-se 90 cargas para cada barco.

Numa das viagens que os estudiosos fizeram, numa determinada época, contaram cerca de 20 barcos na apanha do “moliço”, em média, ao longo do braço de Ovar, entre a Torreira e as Ilhas do Monte Farinha, Ovos, e Perrichil. Supondo que a colheita se faça com a mesma intensidade por toda a ria, o número de barcos empregues seria de 120.

O número de homens a trabalhar na “apanha do moliço”, calculava-se em cerca de 2.542, mais os que se empregavam na construção de barcos e “aparelhos”, e os que se prestavam à agricultura, adubando o solo com estas algas, o que atestava bem a importância que esta indústria tinha para a região.



Barcos Moliceiros. Festival do Moliceiro-Vagos 21.07.2024 (fot. Etelvina Almeida)

8- Ibidem.

O barco Moliceiro

O barco é um instrumento de trabalho criado pelo homem para o servir, adaptado a navegar em águas pouco profundas apresentando, para tal fim, um fundo chato. Com um propósito, o de trabalho, o seu baixo “pontal” facilita o puxar, carregar e arrumar do “moliço” para o seu interior, com os pesados ancinhos de madeira.

Segundo Vilar (1983), *o barco moliceiro é o prolongamento da casa sobre as águas (...), uma complexa e delicada obra de arte*. Para além da utilidade e eficiência, denota-se a sua elegância, nas suas *linhas sóbrias e esbeltas e poesia policroma, ingénua e viva dos adornos da proa*. Foi construído para cumprir a função da apanha e transporte do “moliço” e outras vegetações da ria, tal como o “junco” e até de gado e mercadorias.

As suas dimensões variam conforme as zonas onde navegam e avaliam-se pelo número de cavernas. Segundo Regalla (1883)⁹, *os mais empregados têm 19 a 22 cavernas, são os maiores; os menores de 15 a 18. Aqueles suportam uma carga de 4 a 6 carradas; estes, apenas 2 a 3*. Ao norte da laguna medem de comprimento, cerca de 15 metros e apresentam uma boca de 2,50 m, 1 metro de “pontal” (com “falcas”). Construídos com 21 cavernas, deslocam cerca de 5 toneladas. O seu meio de propulsão era a vela, a “sirga” e a vara. Apesar de ser embreado a pez louro quando construído, após a primeira “amanhação”, é embreado a pez negro. Mas este detém uma policromia nos quatro painéis que o compõem.

Segundo Frada (1997)¹⁰, *O barco moliceiro do sul “o matola”, é um produto cultural, e têm uma linguagem própria que traduz a “resposta” encontrada pela nossa gente no diálogo do homem com a Natureza. Não será tão bonito como o moliceiro do Norte, mas ele não foi pensado para “regalo dos olhos”, mas para o trabalho duro da ria. Os homens moliceiros da freguesia do Seixo eram demasiado pobres, tinham a “fome a bater-lhes à porta”. O barco moliceiro é uma criação sábia bem mais adequada à “apanha do moliço” nos locais para que foi pensado, do que o barco nortenho. (...) Os seus donos não se preocupavam com as pinturas dos barcos, porque não eram seu hábito, nem queriam gastar dinheiro nisso. Os construtores também não tinham qualquer divisa*.

Ana Maria (1997)¹¹ refere que *os barcos do sul, medem cerca de 13,30 m de comprimento, com 2,50 m de boca e 0,40 m de pontal, de proa muito baixa e arredondada e completamente embreado a negro*.

Os seus proprietários eram dos lados do Areão e Mira (nomeadamente Carapelhos, Gândara, Corticeiro, Ramalheiro, Parada e Fonte de Angeão) e utilizavam como cais de carga e descarga o Poço da Cruz, o Areão e a Quintã.

Para além dos barcos moliceiros, existiam outras embarcações que ocasionalmente se empregavam nesta actividade, tais como as “bateiras de ervagens”, ou “moliceiras”.

Rezende (1944)¹² refere que em 1942, existiam 866 moliceiros a trabalhar na apanha do moliço, e 1.226 outras embarcações para as ervagens ou serviços agrícolas. O que mostra que as embarcações eram uma ferramenta imprescindível para a indústria da “apanha do moliço” e outras ervagens. Mas o barco moliceiro era visto como um barco *de uma elegância característica e original, como em parte alguma poderemos encontrar, que tem o seu quê de poético e também de hilariante. A simplicidade com que o rude pincel do construtor tracejava à proa e à popa, as suas pinturas bizarras e as suas desengonçadas epígrafes adaptadas às garatujas, em que se celebrava um motivo religioso, um idílio ou acto de heroísmo*.

9- Ibidem.

10- Ibidem.

11- LOPES, Ana Maria” Moliceiros, a memória da Ria”, de 1997, Editora Âncora..

12- Ibidem.



Barco Moliceiro nas Folsas Novas. Quintã, Vagos. Cais do Moliço. A descarga do junco. Recriação do leilão do moliço. Festival do Moliceiro. 21.07.2024. (fot. Etelevina Almeida)

O Homem-Moliceiro e o Moliceiro-Lavrador, de norte a sul

De norte a sul da Ria de Aveiro encontravam-se barcos moliceiros a sulcar as águas, com as suas tripulações empregues na faina da “apanha do moliço”. Com os pesados ancinhos “penteavam os fundos da ria”, na procura das preciosas algas para fertilizarem os solos agrícolas. Eram arrancadas directamente dos fundos, ou apanhadas “arroladas” em “ria aberta”, ou nas “praias” de particulares, para depois serem descarregadas nas “malhadas”, ou nas margens, para venda directa aos lavradores ou, ainda, para escorrerem e serem vendidas secas. A elas se juntavam, por vezes, o “escasso” (caranguejo e peixe em putrefacção que servia de adubo), e lamas que o tornavam mais rico em nutrientes.

Os moliceiros e pescadores da Murtosa são os que mais a povoam. Toda a semana, durante alguns meses, vivem sobre essas águas, apanhando o “moliço”, ou lançando as redes, dormindo na proa dos seus barcos, cozinhando neles ou perto deles, em terra, na sua frugal caldeirada. Ao sábado, porém, a ria fica deserta: os barcos somem-se, todas essas frotas de centenas de velas dispersam-se: moliceiros e pescadores vão para casa. (Magalhães, 1911)

Homem-Moliceiro

Ao homem que fazia desta actividade, a “apanha do moliço”, a sua profissão era dado o nome de “moliceiro”, tal como ao barco. O “Homem-Moliceiro”, ora tinha o seu próprio barco, ou barcos, onde trabalhava com a família, ou era empregado. Era essa a sua forma de ganhar a vida. Apanhava o “moliço” e vendia as “marés” aos pequenos agricultores, ou aos grandes proprietários de terrenos. Passava a maior parte do tempo no barco, na faina da “apanha” e no transporte do “moliço” ao longo da ria, de norte a sul. O barco era a sua casa. Nele dormia, cozinhava, trabalhava, e até nele nasciam os filhos.

As refeições eram parcas e o trabalho era duro, trabalhando mesmo sob condições climatéricas adversas. Usava um traje simples, ceroula e camisa, e descalço percorria os bordos do barco, com a vara encostada ao ombro, empurrando a embarcação, puxando os ancinhos, ou velejando. *Em terra eram conhecidos pelo andar: marcavam os passos com ritmo, balançando como quem só sabe pisar os caminhos movediços da água. (...) À noitinha, saquitel “da manja” ao ombro, partiam para o rio. Regressavam à ribeira de manhã, descarregavam no cais a maré e, durante o dia, os carros de vacas não tinham parança no transporte do moliço para as terras, um calvário sem cume. (...) Na época do defeso, o manto negro da penúria, o frio, a fome estendia-se medonho sobre a casa (...). O “moliço” era a riqueza dos campos e a pobreza dos lares, refere Vilar (1983)¹³.*



Barco Moliceiro nas Folsas Novas. Quintã, Vagos. Cais do Moliço. A descarga do junco. Recriação do leilão do moliço. Festival do Moliceiro 21.07.2024. (fot. Etelvina Almeida)

Moliceiro-Lavrador

O homem da “beira-ria” trabalhava na pesca e na “apanha do moliço”, e também na agricultura. A ria e a agricultura eram actividades que se complementavam. A maior parte dos lavradores tinham o seu barco para a “apanhado moliço” para com ele adubarem as suas terras: era o “Moliceiro-Lavrador”. Intercalavam as duas actividades, a colheita do “moliço” e outras ervagens, e o cultivo do campo. Tinham o seu próprio barco, ou juntavam-se a outro camarada, alugando um barco e trabalhando em sociedade.

A “vida ao rio” é uma expressão regional lagunar. O rio (ria) significava “moliço”, *dizer rio ou moliço era a mesma coisa, refere Frada (1997)¹⁴, acerca dos moliceiros do Seixo.*

13- Ibidem.

14- Ibidem.

Magalhães (1911)¹⁵, caracteriza o “barqueiro-lavrador”, gafanhão ou mirão (...) como aquele que ostenta a maciça e tosca rudeza de um sátiro. É pesado, lento, desgracioso, de feições ordinárias e incaracterísticas. Em compensação é um trabalhador robusto e infatigável. Das suas rudes mãos saiu uma das maiores maravilhas da agricultura portuguesa: a transformação dos areais estéreis em fertilíssimas campinas (...). Eles semearam o pinhal que fixou a areia (...).

Os mais antigos moliceiros do Seixo de Mira, começavam a semana com uma dura prova, descreve Frada (1997)¹⁶: *manhã cedo de segunda-feira, ei-los ensonados com um pesado saco às costas, rompendo as sete lombadas de dunas que os separavam do Areão. Baleiras feitas de areias movediças, sem outros pontos de referência que as “bosteiras” deixadas pelos animais nos carretos do “moliço” (...), chegavam a perder-se e ir parar a quilómetros do cais. O perigo espreitava, após dias de forte ventania: as covadas onde se formavam pequenos lagos podiam desaparecer, ficando um terreno sem consistência que os engoliria (...).*

Quando o moliceiro tinha uma terra na barra, podia ter aí armazenadas as batatas e os “rachões” de lenha, levados nos carros de gado quando iam buscar o “moliço”. Isso já lhes aliviava o saco, mas tinha de levar ainda uma ou duas broas grandes, toucinho, charro, couves, arroz, massa... o avio para toda a semana. Nas manhãs de Inverno, os pés descalços quebravam a geada e a pequena camada de gelo dos charcos, o restolho picava-lhe as pernas, o vento húmido fustigava-lhe a cara, num tormento de “condenado às galés”, mas cujo único crime era esta luta pela sobrevivência.

Chegados ao Cais, os dois camaradas arrumavam de imediato os sacos, arrancavam o ferro (âncora), desprendiam o barco do “moirão” e ei-los a caminho dos locais da apanha.

Faziam esse trajecto quase sempre à vara, uma vez que tomavam a direcção do norte e o vento não lhes era de feição para o uso da vela. Depois da caminhada pelas baleiras, mais um esforço gigantesco de que estavam dispensados os moliceiros que viviam nas zonas ribeirinhas.

Para retemperar as forças, punham a panela ao lume e faziam café com que demolhavam a broa. Os mais afortunados, punham no café um pouco de manteiga de porco: “fortalecia e tonava-se mais guloso”, diziam. (...).

Os moliceiros experientes conheciam bem os segredos da Ria e sabiam conjugar os diversos factores: os ventos, as marés, a corrente, o estado do amadurecimento do “moliço” e os melhores locais para a apanha, de acordo com a época do ano e do tipo de “moliço” pretendido (“verde”, “seco” ou “arrolado”). (...) Com o conhecimento de experiência feito, eram exímios na previsão das condições atmosféricas. Os nossos moliceiros, quando iam para a Ria de Ovar ou Ria da Murtosa, tinham de atravessar a ponte do “Buraco Velho”. Era uma manobra delicada: tinha de se arrear o mastro e exigia-se um bom controlo do leme. (...).

A tripulação de cada barco compunha-se de dois homens, o “arrais” e o “moço”. Frequentemente era pai e filho, algumas vezes ainda uma criança, ou dois irmãos.

O processo da “apanha” e recolha do “moliço” era um trabalho rotineiro e cansativo, tendo de se colocar os ancinhos de arrastar numa posição assimétrica, trilhados entre as “tamancas” e os “forcados”, deixando-os a pentear o “moliço”, sem os enterrar muito, enquanto o barco ia deslizando. Este era tocado à vara, ou com o pano recolhido quase na totalidade. “Os camaradas iam levantando os ancinhos, quando os sentiam cheios, pondo as respectivas encinhadas nas cavernas, no fundo da embarcação. Essa operação repetia-se inúmeras vezes, virando o barco de uma borda para a outra.

15- MAGALHÃES, Luís. “Os barcos da Ria de Aveiro”. Revista Portugalía. Tomo II. Fasc. 1. 1911.

16- Ibidem.

Quando a maré de moliço é boa chegam a fazer uma barcada que ultrapassa os bodos do barco (...). O “moliço verde” era colhido e trazido de imediato para o Cais do Areão ou do Poço da Cruz.

Os moliceiros do Seixo preferiam o moliço mais leve, liberto de lama e água. *Terão sido as grandes distâncias a que se encontravam os bons locais de moliço, na Torreira e Murtosa, que levaram os nossos “conterrâneos” a inventarem o “moliço seco” - de uso específico para adubar o milho.*

Tornava-se mais fácil transportá-lo e guardá-lo em casa. Depois de apanhado, o “moliço” era descarregado nas “malhadas” (terrenos situados à beira da ria com uma inclinação), alugadas à Capitania.

O “moliço arrolado”, era o que se desprendia do fundo depois de maduro, que pela agitação das águas, ficava a boiar. Era utilizado para a cama do gado e também para adubar.

Padre Rezende (1944)¹⁷, descreve a epopeia do Homem-Moliceiro-Lavrador durante o seu árduo labor da “apanha do moliço”. (...) *Por todas as enseadas, esteiros e folsas, ou mesmo na borda da ria, acostavam os típicos barcos moliceiros que diariamente vadeavam o lago em todas as direcções. Era uma azáfama tão intensa e necessária para a campina esterilizada, que dificilmente dela se poderiam dispensar a maior parte dos membros de cada família da Gafanha. Quase todos trabalhavam na ria (...). Enquanto a areia era remexida e cultivada pela grande enxada de uns, ali a dois passos, varejavam o barco na apanha do moliço.*

E então era de ver como a rapariga corpulenta e sadia que emparelhava sobranceira com o irmão, um Hércules também, a correr o bordo de proa à popa, a medirem forças (...).

O barco balouçante no dorso da maré, desliza fugazmente patilhando a marola que cresce cada vez mais, espumante e fugitiva. Os dois irmãos moços, fortes, repetem a varada paralela, certa, cadenciada. O leme vai à vontade. Nesta operosa acção um veterano espadaúdo e ainda valente, pai deles, lança os ancinhos à praia (...).

As hastes soluçam, vergam-se, rangem entaladas sobre a forcada e a tamanca: geme todo o maquinismo adaptado ao bordo, mas os mocetões, sempre fortes e audazes, com mais energia esticam as pernas, ficando uma das extremidades da vara sob as clavículas e outra na praia. Não se deixa afrouxar a marcha do barco fustigado, coleando a vara.

O velho, aplicando o ombro e as mãos enclavinadas na haste, arranca o ancinho, que ao emergir da água é baldeado, para o centro do barco e aí é sacudido o moliço com presteza e arte só conhecidas daqueles profissionais.

Presos pelos dentes e dobrados sobre o costado do ancinho, ao baldear-se para o barco, vêem-se pendentes as lustrosas fitas de “seba”, os fios verdes do “sibarro”, a pastosa lombada da “folhada”. A operação repete-se dez... cem vezes.

A maré está feita, o barco começa a adernar. O José da Luz, de ceroula curta, camisa de estopa, e careca tisonada pelos raios solares, com os filhos impando mocidade (...) dá duas bombadas de vertedoiro a aliviar o barco da água escorrida do moliço e... ala para fossa ou para a borda. Um espirituoso rapazelo, de barrete encarrapitado na cabeça espera impacientemente a arribada (...) Era a o momento de aconchegar os estômagos.

À tardinha, o “moliço”, juntamente com o estrume dos estábulos, era espalhado pela areia, e em breve se abria a elfa para a sementeira. (...) Era assim a lida, a vida laboriosa e sacrificada do gafanhão. Arrancar ao fundo da Ria, para esconder novamente no ventre dos seus campos, o princípio vitalizante das suas areias e das suas searas. A Ria, era o primeiro factor de riqueza da Gafanha.

17- Ibidem.

Regalla (1883)¹⁸, para além da colheita do “moliço”, refere a de outras plantas da ria - actividades realizadas directamente pelos lavradores. *Os “sapais” ou “praias”, que são principalmente formados por areias, o que os torna muito permeáveis (rotos ou pobres), ou, que pelo seu nível, não permitem a alimentação e o esgoto fácil ou, ainda, que se encontram situados em lugares, onde a água não chega, com grau de salugem conveniente, e não têm as condições necessárias para a construção de marinhas e, por isso, lhes dão outro destino que não é menos lucrativo para os proprietários. Sem preparo e com pequena despesa, cobrem-se depressa de “junça”, “bajunça” ou “caniço”, vegetais que os lavradores e os marnotos utilizam, aqueles, para a cama do gado e adubos, estes, a “bajunça” para resguardarem do tempo os montes de sal, que por falta de consumo imediato, têm de deixar nas eiras das marinhas.*

Os lavradores colhiam estas plantas, alternado este trabalho com o do campo. Esta colheita também podia ser feita por pessoas que não tinham outra ocupação. Os proprietários das “praias” arrendavam-nas para esse fim.

Em Aveiro empregavam-se nesta actividade 18 pessoas, que trabalhavam durante todo o ano, colhendo e transportando as ervagens para o dia do mercado – uma carga de bateira, perfazendo 270 anuais, cada pessoa. De referir, ainda, que durante uma parte do ano, 12 homens da Murtosa transportavam para o mesmo mercado uma média de 100 cargas anuais, cada um. Para o mercado de Aveiro eram transportadas um sexto das que iam às numerosas “malhadas” (cais de descarga do “moliço” e adubos) e ribeiras do resto da ria. De norte a sul, todos os homens moliceiros sofriam a mesma agrura: Moliceiros-Lavradores, ou Homens-Moliceiros de profissão, entendiam-se. Dormiam e cozinhavam a bordo, com a água da ria, e alguma água doce que levavam, e os parques haveres. No entanto, por vezes, havia desacatos entre os “matolas” do sul e os “labregos” do norte.

Os barcos tinham de estar registados, constando o nome de cada elemento da tripulação, e matriculados. Um dos homens tinha de ter carta de “arraís” e possuir licença para a “apanha do moliço”. A bordo seguiam os documentos do barco, tendo este de ter a vistoria em dia, assim como as cédulas dos tripulantes.

Era bonito ver a Ria povoada de tantas velas brancas e os barcos na apanha do moliço, Relembra. Frada (1997).

18- Ibidem.



*Barco Moliceiro do Município de Vagos. Folsas Novas. Quintã, Vagos. Cais do Moliço.
Festival do Moliceiro. 21.07.2024. (fot. Etelevina Almeida)*

O declínio da “apanha do moliço” e o futuro do Homem-Moliceiro e do Barco Moliceiro

O aparecimento dos adubos químicos, de mais fácil aplicação, contribuíram fortemente para o declínio da actividade. Assim como a poluição da água e as consequências que teve para a hidrodinâmica da ria, referindo, ainda, a realização das obras no Porto de Aveiro. Tudo isto contribuiu para a alteração das correntes, da salinidade e do assoreamento.

Outro motivo que também teve o seu peso, no declínio da actividade, foi o da dureza, sendo este mal remunerado, o que levou o Homem-Moliceiro, sobretudo da Murtosa, a abandonar a profissão e a emigrar, nas décadas de 60 e 70, ou a empregar-se em fábricas. Sempre na ânsia de obter mais rendimento e melhorar a qualidade de vida.

Desta forma, a função do barco moliceiro terminou - deixando de existir a actividade para o qual foi criado, tornou-se obsoleto. Como alternativa, na década de 80, começou a ser empregue como instrumento de trabalho para a actividade marítimo-turística. *De carro fluvial dos lavradores-barqueiros, passou a atracção turística.*¹⁹

Actualmente, mantém-se como barco de passeio turístico, nos canais da cidade de Aveiro, tendo desta forma vindo a contribuir para manter a actividade da construção naval tradicional activa. Nos últimos anos muitos barcos de traça tradicional, aparelhados para navegar à vela, se têm construído, após uma época de quase extinção. Existem, actualmente, cerca de duas dezenas de barcos a participar nas tradicionais regatas. Muito se tem devido à persistência e teimosia dos antigos Homens-Moliceiros, que mantiveram os seus barcos cuidados. E, mais recentemente ao entusiasmo da nova geração, de jovens murtoseiros que têm contribuído, através da construção de novas embarcações, para aumentar a frota existente, tanto para empregar na área turística em “ria aberta”, como para competir nas regatas, com o principal objectivo de manter a tradição, não deixando morrer o barco moliceiro.

19- SARMENTO, Clara. “Os Moliceiros da Ria de Aveiro: Quadros Flutuantes”. Aveiro. Edição da Câmara Municipal. 2000.

Da faina do “moliço” já nada resta, somente fica o Homem e o Barco Moliceiro.

Vilar (1983)²⁰ enaltece esses Homens-Moliceiros referindo-se-lhes, como Homens da Verdade, do arrojo, da certeza, da força. Homens da Ria e do Mar. Homens da água e da terra. Uma geração em extinção. “(...) A SAUDADE É ALMA VIVA DA GENTE DA RIA, DE MIRA A OVAR”.



*Barcos Moliceiros e Mercantel marítimo-turísticos. Canal Central. Aveiro.
15.07.2024. (fot. Etelvina Almeida)*



Regata de Barcos Moliceiros “Ria de Aveiro Weekend” 06.07.2024. (fot. Etelvina Almeida)

20- Ibidem.

Bibliografia

- CUNHA, José Tavares Afonso. Advogado. “Notas Marinhoas”. Notícias Históricas do Concelho da Murtoza e das suas Freguesias Marinhoas do Concelho de Estarreja. Livraria Ramos. 1995. Vol.V pág. 145 cap. XV.
- FRADA, Gabriel. “O Matola na Ria. O Moliceiro do Seixo”. Junta de Freguesia do Seixo. 1997.
- LOPES, Ana Maria. “Moliceiros, a memória da Ria”, de 1997, Editora Âncora.
- MAGALHÃES, Luís. “Os barcos da Ria de Aveiro”. Revista Portugalíia. Tomo II. Fasc. 1. 1911.
- REGALLA, Francisco Augusto da Fonseca, relator e oficial da Armada. “A Ria de Aveiro e as suas Indústrias”. Projecto do regulamento para o exercício da pesca e colheita do moliço. Elaborado pela Comissão tomada por portaria do Ministério da Marinha e Ultramar, de 16 de Abril de 1883. Lisboa Imprensa Nacional. 1889. Ministério da Marinha e Ultramar. Direcção Geral da Marinha - 1.ª Repartição. Pescarias.
- REIS, Álvaro. “Ria de Aveiro. Memórias da Natureza”. Câmara Municipal de Ovar. 1993.
- REZENDE, Padre João Vieira. “Monografia da Gafanha”, 2.ª ed. Publicação subsidiado pelo Instituto para a Alta Cultura, Coimbra 1944. Prefácio do Doutor Orlando Ribeiro.
- SARMENTO, Clara. “Os Moliceiros da Ria de Aveiro: Quadros Flutuantes”. Aveiro. edição da Câmara Municipal. 2000.
- VILAR, Jaime. “Barco Moliceiro. Que futuro?”. Edição Jornal Gente da Ria. Associação Cultural Bunheirense. 1983.

ESTARREJA E A 1.^a GRANDE GUERRA – A CRISE DAS SUBSISTÊNCIAS

*José Pedro Reis **

Sumário

O presente artigo pretende escrutinar e trazer mais clareza para o estudo da história contemporânea do concelho de Estarreja, nomeadamente nas temáticas respeitantes à Primeira Guerra Mundial e os seus impactos para a sua comunidade, concretamente a “Crise das Subsistências”.

A referida crise foi provocada por diversas alterações nos mercados de abastecimento de produtos alimentares, caracterizada pelo aumentado exacerbado de preços, desregulamentação dos circuitos de abastecimento, açambarcamento, contrabando, entre outras práticas ilícitas e nefastas para a economia de mercado e para o seu normal funcionamento.

Um labor que terá fundamentalmente o auxílio da imprensa local, como também da documentação à guarda do arquivo local em que serão referidas as possíveis particularidades deste fenómeno económico e social no território em questão e também descritas as várias soluções que foram sendo implementadas para a sua resolução quer pelo poder local como também no patamar seguinte da governação nomeadamente pelo poder nacional.

O poder local é um importante elemento nesta cadeia de acontecimentos e atores, até porque, estando mais próximo da realidade irá seguramente compreender melhor as necessidades da sua população, como também a procura de soluções de forma mais energética e desejavelmente mais eficazes.

Em suma, serão quatro anos difíceis para os habitantes de Estarreja tiveram a braços com uma grave crise económica e social de difícil resolução.

*José Pedro Reis (CIDEHUS-UE), nascido em Fornelo (Vila do Conde), licenciado em História e Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Mestre em Ensino em História do 3.º Ciclo e Secundário pela Universidade do Minho, pós-graduado em História do Império Português pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Atualmente aluno de doutoramento em história pela Universidade de Évora.

Autor de diversas comunicações em congressos, como também de artigos científicos dedicados a diversas problemáticas da história contemporânea e colaborador com a imprensa local escrevendo regularmente uma crónica sobre a história da terra que o acolheu (Trofa).

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/00057/2020.

Introdução

O concelho de Estarreja geograficamente está localizado no distrito de Aveiro, e no período de tempo em estudo concretamente entre 1914 – 1918, tinha pouco mais de duas dezenas de milhares de habitantes.

Um elemento que é imperioso quantificar atendendo ao facto de as necessidades demográficas serem fundamentais para definir a dimensão real e as necessidades do normal abastecimento dos circuitos de distribuição de produtos alimentares.

A realização de uma pequena incursão para definir um cenário global com a economia portuguesa a ser extremamente frágil.

A distância temporal permite-nos examinar que o país não estava claramente preparado para os típicos esforços de uma economia de guerra e rapidamente surgiriam os primeiros problemas quer a nível nacional como igualmente numa escala mais micro, alusão para a escala da economia municipal. Embora na imprensa republicana vários eram os artigos de opinião em que os seus autores afirmavam que tal cenário era exagerado e que a população deveria estar tranquila.

O excessivo peso do setor primário na economia quer a nível nacional como também a nível local era uma realidade, uma informação confirmada nas várias asseverações efetuadas no periódico “Concelho de Estarreja” que considerava a agricultura como sendo a mola principal de todas as outras forças produtivas do país, embora vive-se um período angustioso que se poderia traduzir na tangente da mais cabal e completa falência (O Concelho de Estarreja, À miséria não pode exigir-se pão, 19.12.1914).

O mesmo artigo introduz mais elementos relativamente a essa situação económica, especialmente a alusão a um país pobre, com a agricultura e as indústrias que estavam a definharem, com uma diferença para menos na exportação sobre a importação.

No parágrafo anterior atento que a nossa economia era extraordinariamente dependente do exterior, o que revelava graves limitações económicas que estarão em destaque neste artigo com as importações a serem fundamentais para o abastecimento do território.

Atendendo ao carácter local deste estudo, a seleção das fontes de informação será focada, detalhadamente nos dois jornais locais editados nesta circunstância histórica em Estarreja, como também com informações recolhidas no seu Arquivo Municipal.

Relativamente aos jornais locais a sua consulta é imperiosa até pelo acompanhamento semanal que faziam dos acontecimentos que poderá permitir a validação da informação redigida em outros documentos.

As complicações sociais e económicas começaram a surgiram pouco tempo após o início deste conflito bélico e rapidamente os problemas começaram a assomar neste território e com alguma previsibilidade eis que a 22 de novembro de 1914 era escrito no periódico: “O Jornal de Estarreja”:

O anno que vae correndo é cheio de dificuldades para os pobres e legará a miséria ao seu sucessor. Sobre o seu aspecto da dureza e sem esperanças, fazem-se mil conjecturas. Todos os corações que sentem lhe chamam um ano de fome.

Em verdade, olhando-se para os campos, para os vastos terrenos da cultura cerealífera, o que se vê em senão espectro da fome, na esterilidade da produção, no definhamento das plantas que deviam ser as productoras do cereal indispensável à alimentação de milhares... (Jornal de Estarreja, Espectros Terríveis, 22.11.1914).

Algumas semanas depois o cenário descrito era cada vez mais trágico, afirmando-se:

Com a horrosa hecatombe nas maiores nações da Europa, e que ameaça assolar o mundo inteiro, começaram já também as lágrimas e o luto da Família Portuguesa. Dos contingentes que teem partido para a África a defender o que ali há do domínio de Portugal e que tão cobiçado tem sido em todos os tempos por algumas das nações agora em lucta, já alguns portugueses perderam a vida e muitos mais decerto a perderão... (Jornal de Estarreja, Hora de Sacrificios, 20.12.1914).

No outro periódico, “O Concelho de Estarreja” em 23 de abril de 1915 é a confirmação do que foi referido anteriormente:

Não é só nos campos de batalha que a guerra provoca grandes males, espalhando-se a desgraça e a miséria. A sua influência estende-se a toda a parte, e nem mesmo os povos neutros estão inteiramente ao abrigo dos efeitos, sobretudo se considerarmos a guerra no seu ponto de vista económico. Ela é uma calamidade sem nome.

A situação ia ganhando contornos de extrema gravidade com o deflagrar do conflito, nomeadamente quando em 1915 se esperava que fosse levantada a proibição de pesca que era um ato repetido todos os anos, proibição essa que se prolongava durante alguns meses.

Apelava-se ao fim dessa suspensão por causa das dificuldades de vivência dos membros da comunidade piscatória, mas, eram informados que tal não seria possível e ocorreria ainda a apreensão de barcos e redes.

Os pescadores deste território ficavam impedidos de laborar causando graves transtornos, essencialmente numa época de grande inflação que era incompatível com a perda de rendimentos.

A proibição de pesca e igualmente a apreensão de barcos e redes era justificado com a necessidade de defesa das espécies marinhas, o que não era percebida pela maioria da população que se encontrava numa situação extremamente difícil atendendo que os recursos alimentares escasseavam.

O facto de não poderem exercer a sua atividade económica ainda agravava mais essa situação, porque ficavam privados de recursos financeiros para a sua compra, como foi explicado anteriormente e tudo isto era extremamente difícil de compreensão para aqueles que pouco ou nada tinham (Jornal de Estarreja, A Questão dos Pescadores e Molicieiros 21.03.1915).

A relação entre a comunidade e o poder político era demasiado tensa devido a acontecimentos como aquele que foi referido precedentemente.

Os confrontos com as autoridades marítimas aconteciam em diversos momentos e em algumas dessas circunstâncias diversos tiros foram disparados para o ar como também em direção dos populares por intermédio das autoridades que tentavam impedir esses momentos de contestação.

O Governo apresentava como soluções para os pescadores que estavam sem trabalho a colaboração na construção do estaleiro de Pardelhas, mas, eles apenas queriam trabalhar nas suas artes.

Estamos perante um impasse sem fim à vista que será uma das marcas de conflito social neste momento da história, a perramente indefinição que irá contribuir também para o escalar de tensão e agravamento das condições de vida da maioria dos elementos da comunidade.

Rutura de Stocks

Iniciando o percurso pelas várias dificuldades na questão das subsistências, deve ser referida a rutura de stocks que foi um dos problemas que mais afetou a sociedade, até porque a ausência de produtos alimentares era uma constante, com a agravante de ser alguns desses produtos, nomeadamente o pão entre outros produtos essenciais à manutenção da dieta alimentar do comum cidadão.

Os problemas da crise das subsistências iniciaram-se rapidamente, surgiam várias ruturas de stocks que fizeram surgir outros problemas, tais como os açambarcamentos, a elevada taxa de inflação, entre outros etc.

Relativamente à rutura de stocks, um dos produtos que tinha de ter uma gestão mais intrincada para evitar essa situação, embora a mesma acontecia com alguma regularidade era a produção de farinhas:

A falta de farinhas de trigo que, como aqui dissemos no nosso último número, muito se estava fazendo sentir nesta freguesia, estando muitas das nossas fábricas de panificação prestes a cessar com o seu trabalho, parece ter deixado de existir, porque à porta desta redação já alguns carros passaram carregados de sacas com destino a algumas destas fábricas (O Concelho de Estarreja, Farinhas, 04.09.1915).

Atestando a quebra de stocks neste produto, não se tratava de uma situação simples, até porque as soluções tardavam em ser implementadas com sucesso e no decorrer do ano de 1916 era anunciado nova rutura desta matéria prima em que quem se queixava da falta de farinhas para a panificação e do seu preço elevado eram as padeiras.

Os problemas de abastecimento de produtos alimentares, não afetava somente a consumidor, mas, também o produtor.

A situação era de extrema complexidade se atendermos que a falta de farinhas era estrangulante para os mercados e quase que os paralisava por completo até porque a pouca quantidade disponível deste alimento era vendida a um preço bastante elevado, o que obviamente resultava em não poder ser fornecido ao público, o seu produto final, concretamente o pão a um preço aceitável para a realidade da grande maioria dos seus consumidores.

A farinha num curto espaço de tempo, nomeadamente desde que tinha iniciado o conflito tinha subido de 2\$100 em cada saca para 9\$900 e ainda subiria mais posteriormente para os 12\$000, nos vários meses em que iria decorrer o conflito.

O aumento da matéria prima obviamente que se ia repercutir no aumento do preço final do pão, todavia a imprensa local apontava soluções para evitar esse aumento.

As ideias passavam sobretudo por diminuir o seu peso, como também o encerramento de estabelecimentos, apesar de, na imprensa ainda fosse anunciada uma outra solução mais drástica, particularmente a penhora dos bens necessários à atividade da sua indústria (O Concelho de Estarreja, Farinhas de Trigo, 01.07.1916).

O exemplo do pão é apenas um de muitos exemplos que poderiam ser anunciados, todavia, a sua complexidade e a sua difícil resolução, como igualmente o prolongar no tempo deste problema, motivou especial atenção na redação deste artigo.

Em síntese, é elementar referir que nesta área do território nacional ocorriam com bastante frequência contrariedades relacionadas com as falhas nos stocks que significavam a entrada para o comum cidadão para um mundo em espiral de problemas e poucas soluções.

O preço dos produtos alimentares

O levantamento das fontes permitiu acompanhar a evolução dos preços nos produtos alimentares no mercado de Estarreja desde o início do conflito até ao seu término e também nos anos seguintes.

A definição do preço dos produtos alimentares tem de ter em atenção inúmeras variáveis e o inverno de 1915 foi sinónimo de péssimo ano para agricultura, até porque se escrevia na imprensa local que continuava o rigoroso inverno na freguesia de Canelas que deixava na maior miséria as classes trabalhadoras (Jornal de Estarreja, Canelas, 14.02.1915).

O mau tempo é um elemento fundamental para a definição dos preços, até porque uma das primeiras variáveis nesse exercício é a quantidade disponível de produto e essa situação esta estritamente relacionada com as condições meteorológicas.

A conjuntura provocada pelo mau tempo era também extensível à freguesia de Veiros, em que se escrevia na imprensa que se vivia um tempo verdadeiramente invernosos e a continuar assim sem alterações iria-se agravar a crise dos operários que atualmente estavam a braços com a miséria. O clima era chuvoso, acompanhado de uma enorme ventania e da constante descida de temperatura (Jornal de Estarreja, Veiros, 21.02.1915).

A referida situação ganha contornos de dramatismo porque o mau tempo prolongava-se por vários dias, e não parecia ter fim à vista, escrevia-se pela primeira vez que no concelho de Estarreja haveria fome:

Continua sem interrupção alguma, o enfadonho tempo invernosos, aparecendo apenas por instantes os raios do sol bemdito. A miséria vae-se alastrando nas classes pobres, sentindo-se já os horrores da fome (Jornal de Estarreja, Veiros, 28.02.1915).

A alegação anterior corrobora com grande evidência as dificuldades do comum cidadão que estava com a sua conjuntura a roçar os limites da sustentabilidade, ao ponto de se escrever que inclusivamente existia fome neste território.

A subida do preço dos produtos alimentares torna-se insustentável, afirmava-se na imprensa local que de todo o lado surgiam clamorosas queixas de elementos do povo devido à alta do preço dos géneros de primeira necessidade, pedindo-se resoluções ao governo e às autoridades locais.

Os lamentos eram imensuráveis, as dificuldades em estabelecer um preço nos produtos alimentares aumentavam com o desenrolar do conflito, as soluções tardavam em surgir, apelava-se ao tabelamento de preços e à venda obrigatória por esses valores, previamente definidos.

Afirmava-se também que a atuação das autoridades dever-se-ia centrar fundamentalmente no sentido de terminar com os abusos dos negociantes e igualmente dos açambarcadores, enquanto a título de exemplo alguns géneros como os cereais, gado, ovos, etc., eram exportados e conseqüentemente provocavam a majoração da carestia da vida em Portugal.

O poder político tentava disfarçar a sua fragilidade política, mas, por intermédio da imprensa era afirmado que nos mercados deixava-se fazer o açambarcamento descarado dos alimentos necessários para um comum cidadão se alimentar, permitindo inclusivamente a exportação de carne, dos ovos, etc. e continuava-se com a argumentação de que a subida daqueles produtos era devido à guerra.

Estamos perante uma situação de desacordo e fundamentalmente incompreensão em que os populares arguíam que as práticas referidas anteriormente motivavam esse aumento de preço e não existia uma rutura de stocks como muitos afirmavam.

As afirmações reforçam que o milho era o principal alimento dos pobres e naquele momento da história estava o seu preço a encarecer assustadoramente, não obstante, a sua colheita ser abundante, assim não poderia ser fundamentada essa subida de preço se tivermos em atenção os parágrafos precedentes.

Analisando sobre outra situação que adulterava o normal funcionamento dos mercados que eram os problemas causados pelos açambarcadores que ocorria principalmente no mercado da vila de Estarreja em que se afiançava que os cereais, as galinhas, os coelhos, as pombas entre outros alimentos eram vendidos a um preço elevado, sem que o pobre os pudesse comprar (Jornal de Estarreja, A subida do preço dos géneros, 14.03.1915).

O poder de compra descia drasticamente, a aquisição de determinados produtos era uma miragem e estava a ser desenhado um cenário nefasto fundamentalmente para os menos abastados financeiramente da sociedade que se viam privados de conseguir a sua plena alimentação.

No continuar da construção desta narrativa de que a ausência de produtos alimentares provocava o aumento dos preços, era possível perceber essa situação em alguns produtos, precisamente no açúcar que deveria estar à venda em janeiro de 1915 nos estabelecimentos de mercearia, contudo, pouco ou nenhum aparecia e aquele que era possível comercializar era de péssima qualidade e vendia-se por preços elevadíssimos (Concelho de Estarreja, Assucar, 13.01.1915).

Relativamente a esta carência a situação era um pouco anómala até porque segundo um novo artigo no mesmo jornal, não se podia argumentar relativamente à falta de açúcar no mercado a sua pouca disponibilidade de abastecimento dos mercados, pois segundo o que referiam os jornais da capital, havia ali bastante que tinha chegado das províncias ultramarinas e de outros portos (O Concelho de Estarreja, O Assucar, 27.02.1915).

As adversidades referentes ao acréscimo do preço dos alimentos continuaram nos meses seguintes, concretamente em 1916 em que se afirmava que o milho no mês de março no mercado principal de Estarreja era vendido por uma quantia superior de 1\$000, havendo no imediato um movimento de contestação iniciado pelos compradores que pediam que o preço para uma medida de 20 litros não fosse superior a 800 reis e inclusivamente instavam que os lavradores o vendessem a esse preço.

Alguns lavradores acabariam por acatar a vontade popular e comercializar esse precioso alimento a esse preço, não obstante, outros mantiveram a sua postura de não vender a baixo do preço previamente previsto. (O Concelho de Estarreja, Milho, 04.03.1916).

Relativamente a este preço máximo rapidamente seria ultrapassado porque a 10 de junho já era vendido naquele mesmo espaço na medida de 20 litros o mesmo alimento pelo preço de 1\$600 e 1\$700 (O Concelho de Estarreja, Milho, 10.06.1916). Os populares expectavam que o poder local intervisse nessa situação de escalada de preços que se conseguia situar ao nível do insustentável e a solução foi recorrer ao milho colonial que era o milho que era produzido nas antigas colónias africanas.

A importação poderia ser uma solução, o comportamento posterior dos preços nos mercados era fundamental para perceber se era conseguido com sucesso esse objetivo de regularizar e estabilizar os mercados.

A medida teve sucesso pelo menos no plano a curto prazo até porque o preço de venda baixou para os 1\$350, na razão de cada vinte litros (O Comércio de Estarreja, Milho, 03.08.1916).

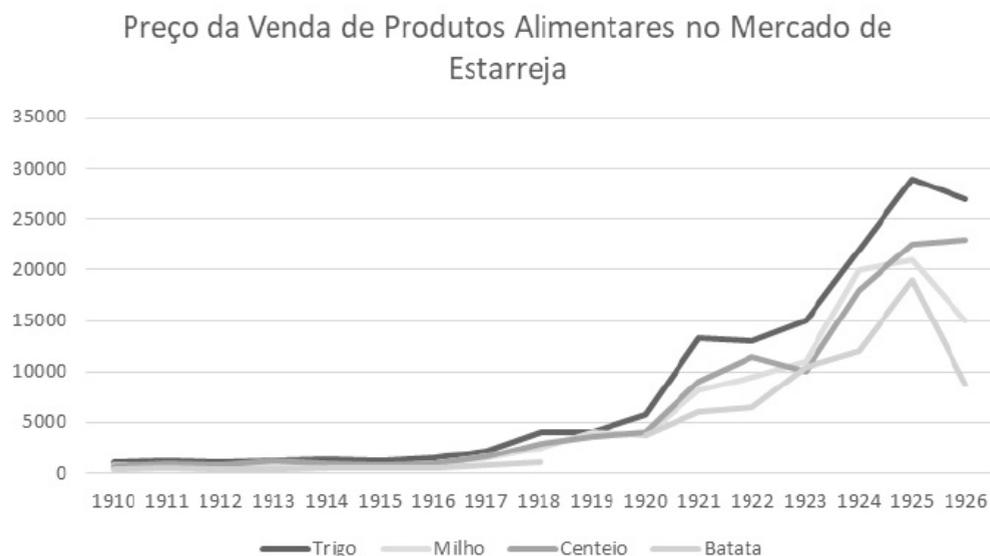


Tabela 1 - Preço da Venda de Produtos Alimentares no Mercado de Estarreja (Trigo, Milho e Centeio em lotes de 20 litros e batata em lotes de 15 quilos) Fonte: Livro da Tarifa Camarária (1905 - 1930) Arquivo Municipal de Estarreja.

Arrematando o presente capítulo que é respeitante aos aumentos dos preços dos produtos alimentares se analisarmos o gráfico presente neste artigo torna-se evidente que numa primeira fase do conflito os preços mantiveram-se moderadamente estáveis para no ano de 1917 se iniciar uma inflação galopante que se estendeu inclusivamente até próximo do fim da Primeira República.

Municipalização das subsistências

Atendendo ao que tem vindo a ser supramencionado, concretamente os diversos problemas e a ausência de respostas do Estado central é com naturalidade que o poder local, mais próximo do cidadão vai procurar solucionar esses problemas.

As soluções eram pouco reformistas, optava-se por um caminho prático e essencialmente baseado em soluções de aplicação no imediato o que fez com alguma previsibilidade que acontecesse a municipalização das subsistências. Na prática esta municipalização das subsistências mais não era do que o poder local a tentar comprometer-se com o normal funcionamento dos mercados dos produtos alimentares.

No intuito de confirmar esta informação em 27 de setembro de 1915 era comunicada a instalação da Comissão de Subsistências Municipais que tinha como presidente o Administrador do Concelho, sendo secundado no seu cargo pela figura de vários vogais, o Presidente da Comissão Executiva da Câmara que era Aurélio Marques de Azevedo que era o representante da agricultura, Augusto Ferreira que era o representante do comércio, e por último, António Maria de Matos que era o representante da indústria.

A tentativa de colocar sobre o mesmo jogo político e económico os vários setores da economia local, desde o setor primário, passando pelo secundário e até ao terciário. O empenho das autoridades em encontrar ideias e planos agregadores para soluções mais eficazes.

A informação existente no arquivo municipal sobre a municipalização das subsistências é limitada, o seu livro de reuniões tem insuficiente informação e apenas faz notícia da sua fundação como igualmente algumas referências pertinentes sobre o seu funcionamento que seria em todas as primeiras quartas feiras do mês, a decorrer pelas dez horas e além dessas reuniões ordinárias iriam ser realizadas outras quaisquer que fossem necessárias, concretamente com o objetivo de implementar a fixação da tabela dos preços de venda nas diferentes freguesias.

A primeira reunião teve a sua ata devidamente elaborada e em anexo a informação referente ao preço de diversos produtos alimentares que deveria entrar em utilização no mercado nos meados daquele mês (Arquivo Municipal de Estarreja - Livro das Atas das Resoluções da Comissão de Subsistências 1915).

Se considerarmos as várias notícias presentes na imprensa local, existia algum desconforto em relação a este organismo acusando os seus membros de falta de preparação, como da mesma forma de inatividade, fundamentalmente quando comparados com as comissões de outros concelhos do distrito de Aveiro.

Além disso, deve ser referido que a fixação de preços era uma tarefa extremamente difícil e por vezes impossível devido à pressão dos elementos capitalistas que tentavam ampliar ao máximo as suas margens de lucro. Na maioria dos territórios nacionais os preços definidos pelo tabelamento eram simplesmente ignorados.

A exploração de outras fontes de informação relativamente ao passado desta organização permitem perceber que o trabalho do poder local era intenso e não era de todo frágil como se afirmou no parágrafo precedente.

A referida argumentação é comprovada em um telegrama enviado nos princípios de 1917 em que se informava que a administração municipal requisitava 14 vagons de milho que era destinado ao consumo da localidade, sendo que na impossibilidade aparente da encomenda ser entregue no primeiro momento, pelo menos 4 desses vagons deveriam seguir com urgência (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas 1917).

Nos meses seguintes, prolongando a análise desta fonte de informação é revelada

alguma instabilidade nesta organização porque ao que tudo indica demorava a surgir dois nomes para preencher os lugares vagos nesta organização.

As tribulações eram principalmente relacionadas com o facto de a Câmara Municipal ainda não ter indicado o nome do representante dos comerciantes, unicamente estavam representados os elementos ligados à agricultura e à indústria (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas de 1917).

Os elementos desta organização eram substituídos com facilidade, era comum o seu pedido de exoneração e respetiva substituição nos cargos, o que obviamente fragilizava toda esta organização e fazia com que a sua missão tivesse dificuldades acrescidas.

Com o aproximar do final do ano é possível perceber que a Câmara Municipal tinha como aliados também elementos do setor económico privado, nomeadamente na transformação da matéria prima necessária à produção de alimentos como acontecia com a firma comercial “Marques Rodrigues, filho” que tinha a função de receber a farinha e transformar a mesma em pão para distribuir nos mercados locais (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

Apesar do livro fazer referência apenas na sua capa a 1917, nas suas páginas existem informações sobre os anos seguintes, concretamente a 1918 em que se denota a preocupação do executivo municipal em acabar com as carências da cultura do trigo e do centeio nos limites geográficos do seu concelho, sendo basilar pelo menos a importação de dois vagons dos alimentos referidos previamente (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

O poder político local ia tentando mover as suas influências em territórios cada vez mais longínquo atendendo à dificuldade de abastecimento em áreas próximas do seu território, estando em meados de outubro a requisitar alimentos no distrito de Viana do Castelo.

Nessa situação era informado que a Câmara Municipal tentava obter através de autorização prévia do Ministério das Subsistências pelo menos um vagon de milho, mas eis que o Governador Civil daquele distrito intervinha para bloquear esse mesmo negócio.

O Governador Civil tentava fazer com que a carga não saísse na sua totalidade e fosse antes destinado na seguinte razão: 10 mil quilos para a Câmara Municipal ao preço de 1\$50 e mais 500 quilos, mas, estes últimos eram destinados aos pobres de Viana.

A resposta das autoridades locais era clara, era impossível arranjar milho perante esse número elevado de impasses, mais, não fazendo sentido esses bloqueios às importações até porque o movimento de mercadorias era acompanhado de toda a documentação e além do mais de autorização superior do Governador Civil de Aveiro (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

Na prática estamos perante um exercício de sobrevivência em que as autoridades locais tentavam garantir primeiro o funcionamento dos seus mercados, fazer com que nada faltasse aos elementos da sua população e as dificuldades dos elementos em territórios vizinhos eram sempre tratadas em planos secundários e tão somente surgiam as soluções para esses problemas se não houvessem carências (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

Podemos encarar como uma situação única, mas, os problemas políticos eram mais comuns do que aquilo que era desejável, isto se considerarmos que nas semanas seguintes, novos problemas iriam surgir desta vez com o Governo Civil de Braga que igualmente não autorizava a saída de vagons de milho daquela localidade, que tinham sido comprados, mesmo havendo absoluta falta de milho em Estarreja (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

Sobre este impedimento a situação revestia-se de especial gravidade porque as soluções internas escasseavam, o poder local fazia os habituais arrolamentos pelos produtores existentes no seu concelho, que mais não eram do que rusgas às casas desses produtores na procura de mercadoria escondida e as mesmas revelaram-se infrutíferas, restava apenas comprar.

Retornando à questão da compra de cereais no distrito de Braga, o Governador Civil de Braga era informado que era necessária a anuência imediata de saída, pelo menos de uma parte daquela quantidade que na incapacidade de ser libertada na sua quantidade máxima, pelo menos dois vagons deveriam ser libertados. (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas 1917).

Todavia, por vezes as soluções estavam circunjacentes, as apreensões que as autoridades realizavam de mercadorias próximas à costa de Estarreja, por vezes na Murtosa de mercadorias que estavam em trânsito desde Vagos, era pedido ao capitão do Porto de Aveiro que a batata e feijão apreendidos em grandes quantidades fosse destinada a Estarreja (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

As preocupações dos elementos do executivo da Câmara Municipal de Estarreja eram extensíveis a provocar alterações no próprio regulamento de posturas municipais, passando a ser proibido comprar para revender nas praças ou mercados da vila de Pardilhó e Canelas, como no trânsito para as mesmas quaisquer géneros, comestíveis, aves ou animais, antes da hora regulamentar, sob pena de dois escudos.

Introduzindo mais referências relativamente a este conjunto de proibições, acontecia fundamentalmente nos mercados de abril a setembro (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Editais).

Arrolamentos

Atendendo ao que foi explicado precedentemente, os arrolamentos eram uma prática que era comumente realizada, até porque era algo relativamente fácil de executar, bastava que as autoridades realizassem buscas aos locais que eram utilizados para o armazenamento desses produtos.

Quanto maior a necessidade de abastecimento de produtos alimentares, mais comumente eram realizadas essas operações, até porque obviamente que as necessidades eram para suprimir com carácter de urgência devido a todo o ambiente nefasto que existia.

No decorrer do mês de novembro de 1915 era anunciado a realização de um novo conjunto de arrolamentos de todos os produtores e detentores de milho, arroz, feijão, grão de bico e milho em farinha, sendo que os seus proprietários eram obrigados a declarar até ao dia 18 do referido mês, na administração do concelho ou nas regedorias, quais as quantidades que possuíam daqueles cereais, ficando sujeitos às respetivas penalidades, caso não as cumprissem.

Era também apresentado que quando os produtores tinham colhido milho, arroz, feijão ou grão de bico em mais que uma paróquia, tinham de realizar tantas declarações quantas sejam essas paróquias em que tenham acolheitado quaisquer desses cereais.

As envolvências nestes processos estendiam-se também aos Regedores de paróquias que prestariam aos declarantes os esclarecimentos precisos de forma a propiciar esse serviço de acordo com as instruções recebidas dos seus superiores.

As referidas declarações em nada prejudicariam os referidos detentores que as poderiam fazer pelo seu próprio punho ou mandar fazer e a seu rogo e por fim assinar (O Concelho de Estarreja, Arrolamentos, 13.11.1915).

Uma solução eficaz para os membros da população que na sua maioria eram analfabetos e estavam alheados de participar neste tipo de soluções.

Os arrolamentos aconteciam com naturalidade, embora quando existissem mais carências alimentares no mercado, mais vezes era realizada esta prática e eis que no mês de maio de 1918 era realizado um arrolamento de trigo nas freguesias de Beduído e Salreu, mas, os produtores locais mesmo vendendo a um preço elevado recusavam-se a entregar a sua produção para venda. (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas 1917).

Perante o que foi esgrimido na argumentação do parágrafo precedente estamos perante um poder executivo demasiado frágil que não conseguia fazer valer os seus regulamentos e não conseguia penalizar de forma célere e sobretudo exemplar esses atos de insubordinação.

Açambarcamentos

O açambarcamento de produtos alimentares ao contrário do que existia noutros concelhos não existe bastante informação sobre esta prática no município de Estarreja, somente algumas anotações nas diversas fontes que referiram a compra de milho ainda durante o decorrer da sua colheita, numa fase embrionária para desviar esse produto dos mercados de abastecimento (O Concelho de Estarreja, Milho, 01.07.1916).

A pouquidade de notícias, não significa obviamente que essa prática não se tenha tornado habitual no dia a dia, até porque em outros territórios era bastante comum, numa tentativa claramente de influenciar a subida do preço dos alimentos.

Ordem pública

A fome é inimiga da racionalidade e expõe sérios entraves à ordem pública e se analisarmos esta afirmação estamos perante uma simples situação dos membros da comunidade em garantir a sua sobrevivência numa circunstância da história em que as soluções tardavam em surgir.

O conflito no seu início previa-se nos jornais e nos debates políticos que fosse de rápida solução, no entanto, ia-se arrastando no tempo sem término à vista e a vida dos elementos da sociedade estarrejense era cada vez mais difícil.

Os pedidos de elementos por intermédio do poder local de forças de segurança para garantir a segurança da comunidade e a normalidade da ordem pública eram contínuos (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas).

As referências a estes pedidos aconteciam sobretudo desde os meados da guerra, até aos meses do seu término. Uma imagem deste conflito são os elementos das forças policiais em permanente sobressalto.

Na freguesia de Pardilhó em maio de 1918 era pedido um número considerável de guardas, concretamente de 10 praças para evitar o que se afirmava de repetição de assaltos a lavradores e a destruição de chicória, não existindo capacidade de resposta a estes problemas com os elementos que estavam normalmente alocados ao concelho de Estarreja.

Se analisarmos com atenção o parágrafo precedente, aludindo para a repetição de conflitos é claro que esta situação não era uma novidade e até poderia acontecer com alguma regularidade.

O emprego de meios dissuasores de manutenção da ordem pública também acontecia nos momentos de distribuição de milho aos populares, em que por exemplo num desses momentos era pedida a presença de diversos operacionais de cavalaria na totalidade de seis para evitar putativos atropelos e não contentamento na ração que lhe era distribuída (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

Perante a informação precedente, as autoridades preferiam atuar de forma preventiva, para frustrar a realização de acontecimentos violentos, sendo possivelmente conhecedores dos perigos que enfrentavam naquelas situações.

Conclusão

Atendendo a tudo que foi explicado a situação em Estarreja era tudo menos tranquila no espaço de tempo correspondente à Primeira Guerra Mundial.

Os maus anos agrícolas, a fraca produção, a falta de produtos alimentares, alimentavam as dificuldades no mercado e lançavam sobretudo a suspeição relativamente à garantia de boas condições de vida no futuro para os membros da sua comunidade.

Embora em determinados momentos esse cenário tivesse tido momentos de esperança, como aconteceu no início de 1915 em que devido às boas condições climatéricas se afirmou na imprensa que corria o tempo magnífico para a agricultura. Inclusivamente os campos apresentam um aspeto prometedor, esperando-se um bom ano de milho (O Concelho de Estarreja, Agricultura, 22.05.1915).

A indefinição relativamente ao futuro fazia com que a paz social estivesse comprometida e por diversas vezes no decorrer deste conflito os populares tiveram bastantes dificuldades para garantirem os bens necessários à sua alimentação.

A situação ganhava contornos de insustentabilidade quando quem deveria ser o responsável pelas soluções era o primeiro a colocar entraves, referência para os vários bloqueios de funcionamento da CP que não conseguia garantir o transporte de produtos alimentares em consequência das várias greves dos seus funcionários que bloqueavam de forma permanente o seu normal serviço (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

O problema das subsistências não se ficava exclusivamente por garantir o normal abastecimento de produtos alimentares, sem embargo de ser extensível da mesma forma à saúde pública, com várias farmácias no concelho, no total de 10 farmácias e um hospital que estavam permanentemente a necessitar urgentemente de açúcar. A título de exemplo nos meados do ano de 1918 essa necessidade era de 200 quilos de açúcar para a utilização na produção de produtos farmacêuticos (Arquivo Municipal de Estarreja, Registo de Telegramas, 1917).

O açúcar era um elemento fundamental para a produção de fármacos e a sua não existência nos mercados locais poderia condicionar a sua produção, colocando em risco a saúde pública com vários dos seus doentes a ficarem privados de diversos fármacos.

Uma nova amplitude para o problema da crise das subsistências que demonstra a sua pertinência e a dificuldade na sua resolução.

Os problemas foram inúmeros conforme foi exemplificado anteriormente nos capítulos precedentes e as possíveis soluções tardavam em acontecer, até porque pelo que foi argumentado previamente as soluções eram fundamentadas em decisões elementares sem carácter reformista.

O poder político a nível local tentava minimizar os vários problemas, apesar disso, lidava com diversos bloqueios até mesmo políticos e na maioria das vezes tinham uma atuação que era incompreendida pelas massas populares.

Por último, estamos perante quatro anos de exceção em diversas áreas em que felizmente não tiveram mais paralelismo com a história nos anos seguintes, em que a palavra de ordem foi superação que era imperiosa para ultrapassar essas arduidades e fundamentalmente manter esperança no futuro.

Bibliografia

Fontes periódicas:

- Jornal de Estarreja, A subida do preço dos géneros, 14.03.1915
- Jornal de Estarreja, Veiros, 28.02.1915
- Jornal de Estarreja, Veiros, 21.02.1915
- Jornal de Estarreja, Canelas, 14.02.1915
- Jornal de Estarreja, Hora de Sacríficos, 20.12.1914
- Jornal de Estarreja, Espectros Terríveis, 22.11.1914
- Jornal de Estarreja, A Questão dos Pescadores e Moliceiros 21.03.1915
- O Concelho de Estarreja, Agricultura, 22.05.1915
- O Concelho de Estarreja, Milho, 01.07.1916
- O Concelho de Estarreja, Arrolamentos, 13.11.1915
- O Comércio de Estarreja, Milho, 03.08.1916
- O Concelho de Estarreja, Milho, 04.03.1916
- O Concelho de Estarreja, O Assucar, 27.02.1915
- O Concelho de Estarreja, Farinhas de Trigo, 01.07.1916
- O Concelho de Estarreja, Farinhas, 04.09.1915
- O Concelho de Estarreja, A miséria não pode exigir-se pão, 19.12.1914

Arquivo Municipal de Estarreja:

- Registo de Telegramas 1917
- Livro das Atas das Resoluções da Comissão de Subsistências 1915
- Registo de Editais

ESTARREJA - FITA DO TEMPO

PESSOAS, ACONTECIMENTOS, FACTOS E CURIOSIDADES QUE, AO LONGO DO TEMPO, FORAM “MOLDANDO” O CONCELHO DE ESTARREJA

*José Fernando Ferraz Correia**

Ao longo dos anos, quando procurava situar no tempo alguns acontecimentos associados a Estarreja e suas gentes, ia à procura dessa informação em jornais locais e regionais, livros e revistas, na memória de algum conhecedor ou até mesmo, mais recentemente, nas várias edições do “Terras de Antuã”, que cada vez mais são, por acumulação das suas edições, um “arquivo” de histórias, episódios, factos e memórias onde se procura localização cronológica. À força da recorrência nessas buscas, saltou-me a ideia de que uma “fita do tempo”, inventariando por sequência cronológica alguns desses factos, a qual se poderia sempre ir incrementando e desenvolvendo para tornar mais completa e substancial, seria uma ferramenta de alguma utilidade para quem gosta e procura saber o **que** e **quando** aconteceu de mais relevante neste espaço geográfico concelhio.

Não pretende esta “fita” fazer um registo em determinado sentido ou orientação, mas seguir tão somente a inclusão de situações envolvendo pessoas ou realizações que impactaram de modo mais relevante os cenários, as estratégias, a cultura e outras marcas que hoje nos rodeiam e ou de que somos herdeiros e curadores. Não é, e provavelmente nunca será, completa e exaustiva e terá, portanto, sempre espaço para albergar o que possa parecer interessante e útil. É assim, simplesmente proposta como um princípio e não como um fim, naquele conceito do poeta *...caminhante não há caminho, faz-se caminho ao andar...*

Entendeu-se também, num ou noutro momento, incluir um marco nacional ou internacional que afectou a sociedade ou mais latamente a humanidade, e que consequentemente também trouxe a sua ressaca até estas terras. Porque, tal como os homens, as terras também não são “ilhas”, que fiquem estanques e isoladas aos ventos das mudanças.

* José Fernando F. Correia nasceu em Novelas, Penafiel, mas logo à saída da Escola Primária vem viver para Estarreja trazido na onda migratória industrial que assolou esta região no final dos anos cinquenta do século passado. Quase setenta anos passados sobre essa chegada, sente-se um filho adotivo bem tratado e um Estarrejense agradecido à terra que lhe deu novas raízes e oportunidades. Casado com Marília, sua namorada desde os bancos do Colégio, também ela filha de migrantes industriais vindos do Norte, é um orgulhoso pai da Patrícia e da Gilda. Com uma vida profissional exercida sempre no Concelho, procura retribuir o que Estarreja lhe deu e dá, participando nas formas em que pode ser útil na vida comunitária e associativa, e procurando saber mais sobre o passado, as gentes e as memórias destas “Terras de Antuã”.

Assim ...

569

Encontrada a primeira referência escrita aos territórios que hoje constituem o Concelho de Estarreja.

922

Um documento identifica Avanca como sede de um mosteiro com a invocação de Santa Marinha, então doado pelo Rei Ordonho II ao Mosteiro de Crestuma.

1143

Fundação de Portugal – 5 de Outubro (Tratado de Zamora)- Nesta data, e em consequência de uma conferência de paz, é assinado um diploma entre D. Afonso Henriques e o seu primo Afonso VII de Leão, onde se declara a independência de Portugal e tem início a dinastia Afonsina.

1210

1.ª Referência à Terra Marinhôa, com a designação escrita de *Veyros* (Veiros).

1254

D. Sancho II faz a doação do Padroado de Avanca ao Bispo do Porto, D. Pedro Salvador.

1257

D. Afonso III faz doação das Vilas de Antuã e Avanca ao Mosteiro de Arouca.

1265

D. Afonso III, o “Bolonhês”, junta as Terras de Antuã e de Avanca formando, para as freiras de Arouca, o Couto de Antuã.

1334

Surge a primeira menção a Estarreja.

1455

Gutenberg termina a impressão do seu primeiro livro (a Bíblia), usando uma prensa de tipos móveis, tendo com este seu invento um papel fundamental no desenvolvimento e democratização do acesso ao conhecimento e á disseminação em massa da aprendizagem.

1519

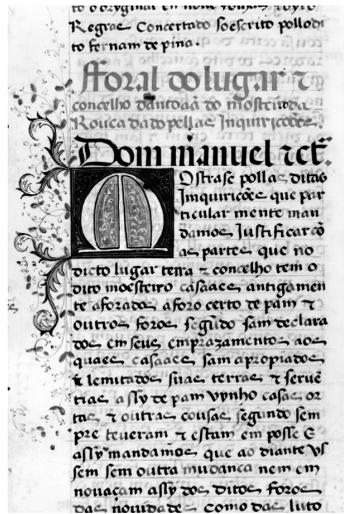
Foral de Antuã -15 de Novembro – D. Manuel I outorga o Foral à Vila de Antuã, sendo que os territórios que hoje compõem o Concelho tinham nessa época uma população que rondava os 2.000 habitantes.

1529

1.ª designação oficial do Concelho de Estarreja.

1663

Por Alvará Real de D. Afonso VI é estabelecida a criação de uma Feira quinzenal, junto à Ermida de Santo Amaro, na Freguesia de Beduído.



Foral de Estarreja

1667

D. Afonso VI faz Tiago de Beduído cabeça de Condado.

1745

Nasce no mês de Agosto, na Freguesia de Salreu, José Marques, que viria a ser Frei José da Soledade, Bispo de Cochim – Índia.

1749

Inaugurada a Igreja de Avanca.

1763

A 17 de Julho é baptizado na Freguesia de Canelas – Estarreja, o poeta Francisco Joaquim Bingre, filho de Manuel Fernandes Dias e de Maria Clara Hybringe. Virá a falecer em 1856.

1812

D. João VI autoriza a realização de mercado em Estarreja, aos domingos de manhã.

1824

Nascimento, na Freguesia de Veiros, de João Assis Pereira de Melo, que viria a ser Presidente da Câmara de Estarreja durante 16 anos e representante concelhio às Cortes durante 10 anos.

1835

Salreu é desanexada do Concelho de Pinheiro da Bemposta.

1842

O Concelho de Estarreja tinha 7 Freguesias: Beduído, Avanca, Bunheiro, Murtosa, Pardilhó, Veiros e Salreu.

1846

É promulgada a Carta de Lei que isenta os habitantes do Concelho de Estarreja do pagamento dos foros ao Convento de Arouca.

1850

Nasce no dia 27 de Janeiro, Caetano Ferreira, que viria a fundar em 1883 o Jornal d'Estarreja e a estar ligado a vários projectos do jornalismo local. Faleceu em 1937, repousando no cemitério de Beduído. Em 1960 a autarquia atribuiu o seu nome a uma das ruas da então Vila de Estarreja.

1854

Nasce a 27 de Novembro, no Lugar das Ladeiras da freguesia de Salreu, Domingos Joaquim da Silva, sendo o quarto dos nove filhos do casal Joaquim da Silva e Maria do Rosário (os seus irmãos foram Manuel Júlio, Rosa, António, Francisco, Violante, Margarida, Joaquim e Severiano). Emigrou para o Brasil – Rio de Janeiro, com 16 anos por completar, e aí viria a fazer fortuna em actividades comerciais, de importação e exportação nomeadamente de materiais para a construção e muitas outras diversificações de investimento. Nas décadas seguintes torna-se no maior mecenas do seu Concelho natal, vindo a receber em 1907 o título de Visconde de Salreu que lhe é concedido pelo Rei D. Carlos. Entre muitas das suas obras de mecenato destacam-se o Hospital de Salreu, o Lar Asilo e as Escolas das Ladeiras e da Sr.^a do Monte. O Visconde de Salreu vem a falecer a 11 de Setembro de 1936.



Domingos Joaquim da Silva - Visconde de Salreu

1858

João Carlos d'Assis Pereira de Melo – Presidente da Câmara de Estarreja.

– É fundada, pelo professor primário Agostinho António Leite, a Banda Municipal de Estarreja, com o nome de Filarmónica Estarrejense. Em 1890 passará a designar-se por Filarmónica União Salreu-Estarreja e em 1927 é incorporada nos Bombeiros com a designação de Banda dos Bombeiros Voluntários de Estarreja.

1863

Chegada do Comboio/Caminho de Ferro a Estarreja – 8 de Junho – Ligação regular Gaia – Estarreja.



Estação da CP em Estarreja – Finais do Séc. XIX

1864

O Concelho de Estarreja regista no Censos 18.802 habitantes.

– Ligação da Via Férrea para Sul, Estarreja-Taveiro – 10 de Abril.

– António Maria Themudo – Presidente da Câmara de Estarreja.

1865

Fundada, por um grupo de Canelenses, a 26 de Março, a Sociedade Musical União Canelense, nome que manteve até 12 de Abril de 1832, quando passou a designar-se Banda Bingre Canelense. Posteriormente, a 6 de Outubro de 1967, com a aprovação de novos Estatutos, adoptou a actual denominação de Sociedade Recreativa e Musical Bingre Canelense.

1866

João Carlos d'Assis Pereira de Melo – Presidente da Câmara de Estarreja.

1871

Nasce em Salreu, a 17 de Fevereiro, Alberto Ferreira Vidal que viria a ser Governador Civil de Aveiro, Presidente da Câmara de Lisboa e membro do Parlamento Nacional. Faleceu a 13 de Janeiro de 1967.

1874

Fundada a Banda Club Pardilhoense – 4 de Novembro, na época designada de Filarmónica União Pardilhoense, por vezes chamada de Musica Velha. Em 1926 passou a integrar o Club Pardilhoense e muda a designação para Banda Club Pardilhoense.

– Joaquim Manuel Ruella– Presidente da Câmara de Estarreja.

– Nascimento de Egas Moniz – 29 de Novembro.

1876

Alexander Graham Bell, regista a 7 de Março, nos Estados Unidos, a patente de “o método e o instrumento para transmitir sons vocais ou outros telegraficamente, causando ondulações eléctricas, similares às vibrações do ar que acompanham o som vocal.”, ou seja, “inventa” o telefone.

1878

O Concelho de Estarreja regista no Censos 18.941 habitantes.

1879

Inventada a Lâmpada Eléctrica (Lâmpada de filamento incandescente) patenteada por Thomas Alva Edison.

1880

Fernando Tudela de Sousa Lemos e Nápoles - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Adquirida pela Câmara Municipal a Capela de St.º António, no espaço Sul-Poente da actual Praça Francisco Barbosa.

1881

Construído o primeiro cemitério civil em Beduído, terminando a prática de enterramento em capelas e igrejas no Concelho.

1882

Nasce a 21 de Janeiro, no Largo da Estação – Estarreja, Carlos Marques Rodrigues, que viria a ser anos mais tarde, o fundador da Fábrica a “Hidro Eléctrica de Estarreja – Fábrica de Descasque de Arroz”.

1883

É criada a Comarca de Estarreja, resultando do “Mappa da Divisão do Território de Portugal e do Algarve”. Essa Comarca de Estarreja compreendia 9 Concelhos, assim designados: Angeja, Cever, Estarreja, Estêvão, Macieira de Cambra, Oliveira de Azeméis, Paus, Pinheiro da Bemposta e Frossos.

– Fundado o “Jornal d`Estarreja”. De propriedade de Caetano Ferreira, inicia-se como bi-semanário, com publicação às segundas e quintas-feiras, tendo a edição do seu 1.º número a 12 de Abril e sendo publicado até 1887. A partir de 1890, o Jornal passa a semanário e a ser designado por “O Jornal de Estarreja” sob a direcção de José Mortágua.

1884

António Augusto Barbosa de Cunha e Mello – Presidente da Câmara de Estarreja.

1886

Invenção do Automóvel, com o registo a 29 de Janeiro da patente pelo engenheiro alemão Karl Benz.

– Nasce a 9 de Janeiro, em Salreu, António Rebelo dos Anjos, que viria a ser Cônego e uma destacada figura da Igreja, tendo sido, entre vários cargos que ocupou, Capelão Militar em França na 1.ª Grande Guerra, professor nos Seminários de Serpa e de Beja e Arcediago da Catedral de Beja.

– Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto Maior – Presidente da Câmara de Estarreja.

1889

Nascimento do Padre Donaciano de Abreu Freire – 15 de Novembro.

1890

O Concelho de Estarreja regista no Censos 19.254 habitantes.

1893

José Maria de Abreu Freire – Presidente da Câmara de Estarreja.

1896

Inaugurado o Edifício dos Paços do Concelho/Câmara Municipal, a 5 de Janeiro, sob a presidência de José Maria de Abreu Freire, e com projecto da autoria do arquitecto João da Maia Romão, de Aveiro.



Edifício da Câmara Municipal de Estarreja

– Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto Maior – Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundado o Sindicato Agrícola de Canelas.

1897

Encontradas na imprensa concelhia as primeiras referências às “Batalhas de Flores”, que serão as festividades precursoras do Carnaval de Estarreja.

1898

A actual Praça Francisco Barbosa, foi designada por Praça Vasco da Gama, em comemoração do IV Centenário da Descobrimto da Índia.

1899

Manuel Maria Tavares de Sousa - Presidente da Câmara de Estarreja.

1900

O Censos de 1900 regista para o Concelho de Estarreja 33.309 habitantes (15.661 H e 17.648 M).

– João Carlos d’Assis Pereira de Melo – Presidente da Câmara de Estarreja.

1901

Fundado o Jornal “O Concelho de Estarreja”, a 10 de Outubro e com edição semanal, tendo a sua redacção e impressão em Pardilhó.

– Construído o “Palacete Fonseca”, de propriedade do Dr. António Caetano Lopes da Fonseca, que foi escrivão de direito e presidente da Câmara de Estarreja. O projecto deste palacete foi da autoria de António da Silva, um dos irmãos do Visconde de Salreu, e foi décadas mais tarde adquirido pela empresa “Amoníaco Português” sendo a partir daí conhecido como o “Palacete do Amoníaco”.

1902

António Caetano Lopes Fonseca - Presidente da Câmara de Estarreja.

1903

Nasce a 29 de Novembro, em Veiros, João Joaquim Tavares da Silva, que viria a ser notável jornalista desportivo, na imprensa escrita e radialista, Arbitro Internacional de Futebol, Seleccionador Nacional, Dirigente desportivo e Orientador técnico de vários clubes, entre os quais “Os Belenenses”, a Académica de Coimbra e o Sporting Clube de Portugal. Apesar de residir desde muito cedo em Lisboa, manteve sempre uma ligação à sua terra, tendo apoiado desde o início a criação em 1944 do Clube Desportivo de Estarreja (CDE), que lhe concede décadas mais tarde a atribuição do seu nome ao Estádio do CDE, até então designado como Campo de São Gonçalo. Na década de 80 a Câmara Municipal atribui o seu nome à rua que passa bem frente ao Complexo Desportivo Municipal, sendo que Tavares da Silva havia falecido já em 1958.

1903

Primeiro voo controlado – A 17 de Dezembro, num descampado da pequena cidade de Kitty Hawk, no Estado da Carolina do Norte – Estados Unidos, um biplano em madeira coberto com pano de algodão, construído pelos irmãos Wright e equipado com um pequeno motor de 12 cavalos, consegue um voo controlado, a poucos metros do chão, aterrando depois de 12 segundos no ar e percorridos 36 metros, tendo aos comandos Orville Wright. Embora sendo polémico e discutível, este terá sido o primeiro voo sustentado e como que o momento da “invenção” do avião.

1905

Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto Maior - Presidente da Câmara de Estarreja.

1907

A 15 de Setembro é inaugurada a Escola das Laceiras, em Salreu, construída e oferecida à Freguesia pelo Visconde de Salreu, com projecto da autoria do Arq. Manuel Joaquim Norte Júnior.

1908

Cornélio Honório da Graça e Silva (Padre) - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto Maior - Presidente da Câmara de Estarreja.

– António Tavares Afonso e Cunha - Presidente da Câmara de Estarreja.

1909

António José de Oliveira Guerra - Presidente da Câmara de Estarreja.

1910

É inaugurada em Pardilhó a renovada “Fonte da Samaritana”, uma obra patrocinada a expensas do Vereador J.M. de Rezende.

– Fundada a Colectividade “Centro Recreativo de Estarreja” – 10 de Julho.

1910

Implantação da República – 5 de Outubro. Termina, após 767 anos, o Regime Monárquico em Portugal.

– António Tavares Afonso e Cunha – Presidente da Câmara de Estarreja.

1911

O Censos de 1911 regista para o Concelho de Estarreja 34.385 habitantes (15.911 H e 18.474 M). Nesta data o Concelho de Estarreja incluía o território que mais tarde (em 1926) passou a constituir o Concelho da Murtosa, daí ter uma população mais elevada que aquela que irá aparecer nos Censos após essa data.

– Por Edital Municipal, o Mercado de Estarreja passa a ser bi-semanal.

1912

Francisco Moura Coutinho de Almeida Eça – Presidente da Câmara de Estarreja.

– Instalada em Salreu, nos terrenos anexos ao palacete, a fábrica de “Queijos Visconde de Salreu”.

1914

Joaquim Lívio de Assis Pereira de Mello - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Francisco Barbosa do Couto Cunha Sotto Maior – Presidente da Câmara de Estarreja.

– A 23 de Março nasce em Pardilhó, Francisco Farinhas, que viria a ser um reputado construtor civil regional, criando mesmo um estilo próprio nas suas moradias e bairros habitacionais que se tornou conhecido como “Estilo Farinhas”.

– Construída no Largo da Igreja, em Salreu, o Palacete propriedade de Francisco Maria Simões, com projecto de Francisco Augusto da Silva Rocha, um notável exemplo arquitectónico representativo da “Arte Nova”.

1914

Início da 1.ª Grande Guerra Mundial – 28 de Julho.

1915

Reconstrução da “Casa do Marinheiro”, residência do Professor Egas, Moniz, com projecto arquitectónico de Ernesto Korrodi, decoração interior de Álvaro Pinto de Miranda, da Granja, e os trabalhos de reconstrução dirigidos pelo Padre de Avanca, António Maria de Pinho.

1917

Fundado o Jornal “Ecos do Antuã” – 1 de Setembro.

– Fundado o Sindicato Agrícola de Estarreja.

– José Luciano da Costa Pires Corte Real - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundada a Cooperativa de Avanca.

1918

Fim da 1.ª Grande Guerra Mundial – 11 de Novembro.

1919

A 24 de Janeiro, no seguimento do movimento revoltoso da “Monarquia do Norte” ou “Traulitânia”, é proclamada a monarquia na Praça de Estarreja. O Quartel General das tropas monárquicas estacionadas em Estarreja é instalado no “Palacete dos Leite”, edifício onde hoje se encontra a funcionar a Biblioteca Municipal.

– Fundado, em Avanca, o Jornal “A Notícia” – 17 de Abril.

– Fundado, em Estarreja, o Jornal “O Republicano” – 8 de Julho.

1920

Inicia a sua actividade, em Avanca, a ADICO, Adelino Dias Costa & C. Lda. – Fábrica de Móveis Metálicos.

– Fundado o Jornal “A Soberania de Estarreja” – 13 de Setembro

1922

José Maria de Abreu Freire - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Incêndio da Igreja de S. Tiago de Beduído – 27 de Março.

– Instalada e inicia a laboração, a 17 de Janeiro, a “Hidro-Eléctrica de Estarreja” – Fábrica de descasque de Arroz, empresa industrial que será sempre gerida pela família Marques Rodrigues.

– Estabelecida a “Companhia de Curtumes do Antuã. S.A.R.L.”

– Abertura da Av. Visconde de Salreu, ligando a Estação da C.P. à Praça de Estarreja.

– Inaugurado, a 17 de Junho, o obelisco de Homenagem aos Soldados mortos na 1.ª Grande Guerra Mundial, passando a praticar-se por Largo dos Combatentes. O discurso de inauguração, com o título “Do Valor e da Saudade”, foi proferido pelo Professor Egas Moniz.

1923

José Luciano da Costa Pires Corte Real - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Instalado em Outubro, o Externato de Estarreja, na Casa de S. Gonçalo, tendo como fundadores o Padre Donaciano de Abreu Freire e o Dr. António Augusto Oliveira Pinto, sendo que os nomes do Padre Manuel Resende Tavares Garrido e do Dr. António da Silva Tavares também aparecem associados à instalação desse estabelecimento de Ensino.

– Instalada em Avanca, no lugar do Mato junto ao rio Gonde, a “Sociedade de Produtos Lácteos, Lda”, que teve Egas Moniz como o seu grande impulsionador e que posteriormente viria a dar origem à Nestlé em Avanca. O local onde a fábrica foi instalada tinha a designação popular de Pensal, nome que veio a ser atribuído ao queijo aí produzido e mais tarde a vários produtos da Nestlé.

– Nasce, a 21 de Setembro, José Maria da Silva Mendonça, que viria a tornar-se conhecido como o pintor José Mendonça, autor de inúmeras obras, muitas delas retratando o naturalismo regional, com os temas da Ria, da ruralidade e das paisagens das terras marinhôas.

1924

Manuel Tavares de Oliveira Lacerda - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja – 13 de Julho.

1925

Fundada a Banda Visconde de Salreu, a 1 de Outubro fazendo a sua primeira aparição em público em Maio de 1927.

1926

José Maria de Abreu Freire - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Guilherme Eugénio Souto Alves – Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundado o “Estarreja Sport Club” – 4 de Setembro.

– Estarreja perde a Freguesia de Pardilhó para o Concelho de Ovar, pelo Dec. Lei n.º 12.457 de 11 de Outubro.

– Estarreja perde as Freguesias de Murtosa e Bunheiro, para o recém criado Concelho da Murtosa, pelo Dec. Lei n.º 12.569 de 29 de Outubro.

1928

Rafael António José Correia - Presidente da Câmara de Estarreja.

– A Freguesia de Pardilhó volta para o Concelho de Estarreja, pelo Dec. Lei n.º 15.395 de 14 de Abril.

– Fundada a Banda Nova de Pardilhó, tendo, porém, como designação nessa data “Banda União Pardilhoense em Capricho”. No presente tem a designação de “Banda da Associação Musical Pardilhoense Saavedra Guedes”, sendo também conhecida por Banda Nova de Pardilhó.

1930

O Censos de 1930 regista para o Concelho de Estarreja 22.158 habitantes (10.290 H e 11.868 M).

– José Maria de Abreu Freire – Presidente da Câmara de Estarreja.

– É extinta a colectividade “Clube Grémio de Estarreja”.

1931

O Externato de Estarreja passa a Colégio D. Egas Moniz e instala-se no Palacete da “Casa dos Leites”, onde mais tarde se instalará também a “Casa do Pessoal do Amoníaco Português-Quimigal” e actualmente se encontra a funcionar a Biblioteca Municipal.

1933

Inaugurada a 8 de Janeiro a Escola Primária da Sr.ª do Monte – Salreu, com a oferta da sua construção por parte do Visconde de Salreu e com projecto do Arquitecto Manuel Joaquim Norte Júnior.

– Estabelecida uma fábrica de manteiga e queijo, na Av. Visconde de Salreu e perto da estação da CP, a “S. Lopes e & Alves, Ltda”, de propriedade de Sérgio Augusto Lopes, produzindo a marca que se torna famosa do queijo “Flamengo Salreu”. Mais tarde esta unidade fabril ir-se-á deslocar para a Arrozinha, na margem nascente da EN 109, em edifício hoje ocupado pela “Casa Ezequiel”.

– A Nestlé adquire a “Sociedade de Produtos Lácteos” – Março.



*Edifício do Antigo Palacete dos Leite e onde esteve instalado o Externato
D. Egas Moniz, de 1931 a 1960*

1934

Fundada a Associação Cultural e Recreativa Saavedra Guedes – 20 de Abril– Pardilhó.

– Inaugurada a Escola Primária Masculina do Mato – Avanca.

1935

Fundada a Santa Casa da Misericórdia de Estarreja e inaugurado o Hospital Visconde de Salreu.

1936

Aprovado o Brasão da Vila de Estarreja.

1937

António Maria Pinho (Padre) – Presidente da Câmara de Estarreja.

– João Rodrigues Marques Valente (Padre) – Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundada a Associação Atlética de Avanca – 1 de Julho.

– Fixação em Pardilhó da Delegação Distrital do Sindicato dos operários da Construção Naval.

1939

Início da 2.ª Grande Guerra Mundial – A 1 de Setembro a Alemanha invade a Polónia e em consequência a França, Reino Unido e países aliados declaram a 3 de Setembro guerra à Alemanha, dando origem ao conflito que viria a ficar historicamente conhecido como a 2.ª Grande Guerra Mundial.

– Ano da criação do “Rancho de Veiros”, também por vezes referido como Rancho Regional de Estarreja ou Rancho Folclórico de Estarreja.

– Tem início a construção, no lugar da Fontela-Avanca, da unidade fabril “*A Lacticínia de Avanca*”, de propriedade da sociedade “Nunes, Rodrigues & C.^a Lda”.

1940

O Censos de 1940 regista para o Concelho de Estarreja 23.709 habitantes (10.934 H e 12.775 M).

– A 23 de Junho é inaugurada em Lisboa, junto ao Mosteiro dos Jerónimos, no espaço onde se situa actualmente a Praça do Império, a Exposição do Mundo Português, fazendo a apologia do Império Continental e Ultramarino de Portugal, tendo estado aberta até 2 de Dezembro. O Rancho Regional de Estarreja, que ensaiava e era todo praticamente da Freguesia de Veiros, participou em representação de Estarreja no grandioso desfile Etnográfico e Folclórico realizado no espaço dessa Exposição.

1941

Espectáculo de Teatro Amador no antigo Cine Teatro de Estarreja (CTE), a favor da construção de um Dispensário Anti-Tuberculoso.

– Espectáculo de Teatro Amador no antigo CTE, para celebrar a inauguração da Nova Sede do “Centro” – Centro Recreativo de Estarreja – CRE.

– É constituída a 24 de Dezembro a Sociedade “Amoníaco Português”.

– É fundado o Jornal Paroquial “Notícias de Avanca”.

– É constituída a SOREBEL – Sociedade de Representações da Beira Litoral, Lda, tendo como sócios António Augusto Souto Alves, Alexandre Miranda e os irmãos João Augusto da Costa e António Costa. Tinha como objecto social o exercício do comércio e representação de vários produtos e marcas. Segundo a memória local, terá sido esta sociedade a receber uma encomenda de conservas de peixe para fornecer às forças beligerantes da II Grande SDAD

1942

Eduardo Câmara Carvalho e Silva - Presidente da Câmara de Estarreja.

1944

Fundado o “Clube Desportivo de Estarreja – CDE” – A 27 de Novembro é fundado o CDE, tendo como fundador e sócio n.º 1 Alexandre Miranda, que veio a ocupar lugares de relevo na Associação de Futebol de Aveiro e na Federação Portuguesa de Futebol. O primeiro campo de jogos do CDE era conhecido como Campo de S. Gonçalo e actualmente é designado por Parque de Jogos Dr. Tavares da Silva. Ao longo da sua história o CDE veio a ter várias modalidades, como o Futebol, Atletismo, Basquetebol, Ciclismo e Natação.

1945

Fim da 2.ª Grande Guerra Mundial – A 8 de Maio é ratificado o acordo de rendição dos alemães. A Guerra no Pacífico termina formalmente a 2 de Setembro com a rendição do Japão.

– Atribuído o Prémio de Oslo a Egas Moniz.

– É inaugurada a Escola Primária de Água Levada.

1946

Jaime Ferreira da Silva - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Inaugurado, a 8 de Setembro, o primeiro campo de futebol do Clube Desportivo de Estarreja – CDE, o Campo de São Gonçalo.

1947

A Empresa de Transportes “J. Amaral – TJA” inicia a sua actividade.

1948

Inaugurada a 28 de Abril a Escola Primária do Celeiro – Veiros.

1949

O Professor Egas Moniz é galardoado, a 27 de Outubro, com o Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia.



*Professor Doutor Egas Moniz, Prémio Nobel da
Medicina e Fisiologia, em 1949*

1950

O Censos de 1950 regista para o Concelho de Estarreja 24.709 habitantes (11.666 H e 13.043 M).

– O Clube Desportivo de Estarreja sagra-se pela primeira vez titular de um campeonato de futebol vencendo o Campeonato Distrital de Aveiro da 2.ª Divisão e ascendendo à 1.ª Divisão Distrital.

– Inaugurado o “Hotel Miranda” – No primeiro semestre deste ano é inaugurado o hotel propriedade da Família Miranda (António e Laura Miranda), situado no Largo dos Combatentes, mesmo ao lado do então Externato Egas Moniz. Este hotel veio a ser uma referência na região, particularmente pelo seu serviço de restaurante e esteve em actividade até final da década de sessenta.

– Inaugurado o novo Cine Teatro de Estarreja – CTE. No mês de Março é apresentado o primeiro espectáculo neste novo espaço cultural com a exibição do filme “Bonnie – As aventuras do Príncipe Charlie”. Dias depois, a 1 de Abril, é inaugurado o palco, com a exibição de uma Revista de Costumes Regionais, com o título de “Nada de Confusões”. Esta revista, com texto, músicas e letras de canções originais escritas pelo professor Manuel Craveiro Júnior, tinha um elenco totalmente amador à base de jovens de Estarreja e alguns de Ovar. O espectáculo foi um enorme sucesso, tendo durante cerca de 3 meses, dado 12 espectáculos, sendo 2 deles em Aveiro, no Teatro Avenida, e outros 2 no Concelho vizinho da Murtosa. A terceira representação desta revista foi dedicada como homenagem ao Professor Egas Moniz, que havia sido no ano anterior galardoado com o Prémio Nobel, e que esteve presente no espectáculo, tendo dirigido no intervalo um discurso de agradecimento e elogio a todo elenco e organização.



Foto do último Quadro / Apoteose da Revista “Nada de Confusões”

– Falecimento do Padre Donaciano de Abreu Freire – 18 de Abril.

1953

Inaugurada a Escola Primária Feminina do Mato – Avanca.

1954

Fundado o Jornal Paroquial de Beduido “Ecos da Ria”.

1955

Fundação do Núcleo Estarrejense de Campismo, a 5 de Fevereiro, tendo como Fundador e primeiro Presidente, o doutor Joaquim Silva.

– Falecimento do Professor Dr. Egas Moniz – 13 de Dezembro.

1956

Fundada a Associação Artística de Avanca – 23 de Setembro.

– Inicia a sua actividade industrial a “Uniteca”.

1957

Tem lugar, a 7 de Março, a primeira emissão regular televisiva, em Portugal. Tal como um pouco por todo o Mundo, a “caixa mágica” invade os lares e a sociedade, as famílias e muito particularmente os serões familiares, nunca mais voltarão a ser os mesmos ...

1959

Fernando Elísio Pinto Gomes - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Inaugurada a Escola Primária da Póvoa de Baixo.

1960

O Censos de 1960 regista para o Concelho de Estarreja 25.213 habitantes.

– Inicia a sua actividade industrial a Empresa multinacional Japonesa CIRES, actual Shin-Etsu. Esta empresa, que foi o primeiro investimento nipónico Europeu após a 2ª Grande Guerra e que nasceu de uma joint-venture formada pela banca e empresas portuguesas e japonesas, tendo como objecto a produção de PVC, um plástico de diversos usos e aplicações, e que veio ajudar na consolidação e desenvolvimento do Complexo Químico e Industrial de Estarreja.

– Inaugurado em Setembro o Edifício do Novo “Colégio/Externato D. Egas Moniz”. Em resultado do prestígio granjeado em décadas anteriores, o “Colégio” de Estarreja tinha uma frequência que não se acomodava já no anterior edifício do “Palácio dos Leite”, onde se albergou durante cerca de 30 anos. Precisando de mais espaço, funcionalidade e modernidade, o proprietário do “Colégio”, Dr. Augusto César de Oliveira Ramos, decide-se pela construção de um edifício de raiz com capacidade para 300 alunos e equipado com Ginásio, Cantina e todas as necessárias infraestruturas associadas a um moderno e de referência estabelecimento escolar. Esse edifício, actualmente propriedade do Município, ainda hoje é de grande utilidade em actividades educacionais, culturais e comunitárias.

1962

Fundado, a 30 de Janeiro, o Rotary Club de Estarreja, sendo recebida a Carta Constitucional em 15 de Abril.

– Fundada a UPREL—Como resultado de uma actividade regional de fabricação artesanal de refrigerantes, que criaram algumas marcas então conhecidas como a Vidoranja, Riamar e Confiança, dá-se uma União dos Produtores de Refrigerantes de Estarreja Limitada – UPREL, que vai ter como produto mais popular o seu “pirolito de bolinha de vidro/berlinde” em garrafa de vidro.

1963

Estarreja recebe, a 15 de Dezembro, a Biblioteca fixa da Gulbenkian n.º 53, com cerca de 2000 volumes e em que a passagem da carrinha com a Biblioteca itinerante da Gulbenkian, que parava na praça de Estarreja, próximo do local onde se encontra hoje a Casa Municipal da Cultura, era o acesso à Cultura livresca de que se dispunha.

1964

Inauguração, a 14 de Junho, do novo Mercado Municipal de Estarreja, com projecto de Arquitectura de António Linhares de Oliveira, sendo então presidente da Câmara Fernando Elísio Pinto Gomes.

– Inauguração, a 22 de Junho, da Ponte da Varela, ligando por via rodoviária o Concelho de Estarreja à Freguesia da Torreira e á sua zona balnear.

– Boaventura Pereira de Melo – Presidente da Câmara de Estarreja.

1965

Inicia as actividades lectivas para o ano de 1965-66, com 122 alunos, a Escola Industrial de Estarreja, localizada na Casa da Fontinha, embora ainda como Secção da Escola Industrial de Ovar.

1967

Fundação do Clube de Campismo de Estarreja, a 13 de Janeiro, sendo sucessor do Núcleo Estarrejense de Campismo.

1968

“Os Amigos do Carnaval” recuperam a festa carnavalesca.

– Inaugurada, a 14 de Julho, a “Casa Museu Egas Moniz”.

– Inauguração a 17 de Novembro do Novo Quartel Sede dos Bombeiros de Estarreja/BVE, localizado no gaveto da rua dos Bombeiros Voluntários de Estarreja com a rua Dr. Manuel Andrade.



Casa Museu Egas Moniz

1969

20 de Julho - O Homem chega à Lua – Neil Armstrong, pisa o solo lunar e profere a célebre frase: “É um pequeno passo para o Homem, mas um passo gigantesco para a Humanidade”.

– Francisco José Marques de Oliveira Pinto - Presidente da Câmara de Estarreja.

1970

O Censos de 1970 regista para o Concelho de Estarreja 25.335 habitantes (12.025 H e 13.310 M).

1973

Elevação de Avanca à categoria de Vila.

– O Concelho de Estarreja é elevado a Comarca de Segunda Classe.

– É instalado em Estarreja o Ensino Secundário oficial, passando a ter uma das primeiras Escolas Secundárias do País.

1974

Revolução do 25 de Abril – Fim do Regime do Estado Novo e início do Regime Democrático.

– António Marques de Oliveira e Silva - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Manuel Augusto Domingues Dias de Andrade – Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundado o Clube Cultural e Desportivo de Veiros – CCDV.

1975

José Luís Marques Figueira Vidal - Presidente da Câmara de Estarreja.

– Fundada a Associação Cultural de Salreu – ACS, a 12 de Abril.

1977

Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu – Eleita Presidente da Câmara de Estarreja – (1.º Mandato).

– O “Amoníaco Português” passa a designar-se como “Quimigal”.

– A 1 de Março tem a sua primeira actuação e apresentação formal o Agrupamento Musical “Escala 5”, que viria durante as décadas seguintes a ser o grande animador musical de eventos festivos no Concelho e outras regiões do País, com particular relevo para os tradicionais bailes de Carnaval e de Passagens de Ano/Reveillons, organizados pelos Bombeiros.

– A 21 de Dezembro a Câmara Municipal delibera por unanimidade a fixação de 13 de Junho, dia de Sto António, padroeiro de Estarreja, como o seu Feriado Municipal. Anteriormente a esta deliberação haviam sido consideradas, em 1942, a data de 8 de Dezembro, dia da N.ª Sr.ª da Conceição e, em 1952, a data de 15 de Novembro, dia do Foral Concelhio, como as datas de Feriado Municipal.

1978

Fundada a Associação Desportiva Arsenal de Canelas – 15 de Dezembro.

1980

Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu – Eleita Presidente da Câmara de Estarreja (2.º Mandato).

1981

O Censos de 1981 regista para o Concelho de Estarreja 26.261 habitantes.

– Inicia a sua produção a multinacional Norte Americana “Isopor”, mais tarde “Dow Portugal”.

– A Câmara Municipal adquire o Palacete do Visconde de Valdemouro, na praça Francisco Barbosa, onde vem a instalar a Casa Municipal da Cultura.

1982

Fundado o Rancho Folclórico “Tricaninhas do Antuã” – Agosto.

– Fundado, a 18 de Novembro, o Cineclube de Avanca.

– Inaugurada a Escola da Congosta, Avanca.

1983

Desfila o primeiro Grupo de Folia Carnavalesca, os “Pimpões”.

– Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu – Eleita Presidente da Câmara de Estarreja (3.º Mandato).

1984

Fundado o Rancho Etnográfico da Casa do Povo de Avanca.

1985

Primeiro desfile Carnavalesco Infantil.

– A Escola Secundária de Estarreja passa a funcionar em pleno nas instalações onde ainda hoje se encontra.

1986

Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu – Eleita Presidente da Câmara de Estarreja (4.º Mandato).

– Desfila a primeira Escola de Samba “Os Carecas”.

1987

Encerra a actividade a “Hidro-Eléctrica de Estarreja” – Fábrica de Descasque de Arroz.

– É constituído o “Núcleo Sportinguista de Estarreja” – 12 de Março.

– É inaugurado, em Maio, o viaduto sobre a linha férrea do Norte, permitindo através da nova rua Fernando Assis Pacheco, o acesso rodoviário para Poente, a ligar às Freguesias de Veiros e Pardilhó e ao Concelho da Murtosa, sem a necessidade de atravessar pelas passagens de nível, que são então encerradas.

– É constituída a 20 de Junho, a “Emissora Concelhia de Estarreja – Rádio Voz da Ria”.

– Fundada a Escola de Samba “Vai Quem Quer”.

1988

Abertura da Casa Museu Marieta Solheiro Madureira.

– Fundada a Escola de Samba “Tropa de Estarreja”.

1989

Fundada a Escola de Samba “Os Morenos”.

– Inicia a sua actividade industrial o “Ar Líquido” – Estarreja.

– Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu – Eleita Presidente da Câmara de Estarreja (5.º Mandato).

1990

Criada a Orquestra do Clube Cultural e Desportivo de Veiros.

– Mudada a localização do Obelisco de Homenagem aos Mortos da 1.ª Grande Guerra, sendo deslocado alguns metros mais no sentido Poente.

1991

O Censos de 1991 regista para o Concelho de Estarreja 26.742 habitantes.

– Realização da 1.ª Edição de recriação do “Mercado Antigo” de Estarreja, integrado nas Festas da Semana Cultural do Moliceiro.

– Criada, a 14 de Maio, a Associação dos Antigos Alunos do Externato Egas Moniz e Escola Secundária de Estarreja, tendo como seu grande mentor e primeiro presidente o Dr. Casimiro da Silva Tavares.

1992

É formalmente constituída a Fundação Solheiro Madureira, administrada pelos municípios de Estarreja e Murtosa, que viria a ser a herdeira dos bens do médico veterinário António Mota Godinho Madureira.

1993

Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva –Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (1.º Mandato).

1996

A Árvore/sobreiro centenário de Veiros, é classificada como árvore de interesse público.

1997

Vladimiro das Neves Rodrigues da Silva –Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (2.º Mandato).

– A Casa Museu Egas Moniz é classificada como imóvel de Interesse Público.

– Casa de Arte Nova de Francisco Maria de Oliveira, no Largo de Salreu, é classificada como imóvel de Interesse Público.

– Fundado o Grupo Etnográfico “Danças d`Aldeia”.

– Tem lugar a 1ª edição do Festival Internacional de Cinema de Avanca.

2000

Registada a marca “Carnaval de Estarreja” e criado o seu primeiro Regulamento Interno.

– Fundado o Grupo Folclórico e Etnográfico de Veiros.

– Fundado o Rancho Folclórico as “Tricaninhas de S. Miguel de Fermelã”.

2001

O Censos de 2001 regista para o Concelho de Estarreja 28.182 habitantes.

– É fundado o Painel Comunitário “PACOPAR”, no âmbito do Programa Internacional da “Actuação Responsável” da Indústria Química, integrando as Empresas do Complexo Químico de Estarreja e diversos organismos comunitários.

– José Eduardo Alves Valente de Matos –Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (1.º Mandato).

2002

É extinto o Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura da Fundação Calouste Gulbenkian, após 39 anos de serviço público, deixando à Câmara Municipal um espólio de 15.000 obras literárias.

2003

Inauguração, a 13 de Julho, do Actual Quartel dos Bombeiros de Estarreja – BVE, na zona da Teixugueira.

2004

Inaugurada a Biblioteca Municipal de Estarreja no restaurado edifício onde funcionou anteriormente o Colégio Externato Egas Moniz e a Casa do Pessoal do Amoníaco Português/Quimigal.

2005

Elevação de Salreu à categoria de Vila – 7 de Janeiro.

– Estarreja é elevada à condição de Cidade – 26 de Janeiro.

– Elevação de Pardilhó à categoria de Vila.

– A 24 de Setembro é inaugurado o Parque Municipal do Antuã, com uma área de 4,6 ha para um espaço de natureza e de lazer situado entre a área urbana e a margem direita do Rio Antuã.

– Reabertura do restaurado Cine Teatro de Estarreja, que passa a ser classificado como imóvel de Interesse Público.

– José Eduardo Alves Valente de Matos – Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (2.º Mandato).

2007

Publicação da 1ª Edição da Revista “Terras de Antuã – Histórias e Memórias do Concelho de Estarreja” – Novembro.



Capa da 1.ª Edição da “Revista Terras de Antuã”

2008

Realização em Estarreja, do 1.º Troféu Nacional do Samba.

– Fundada a ACRAP – Associação Cultural e Recreativa dos Amigos das Póvoas.

2009

José Eduardo Alves Valente de Matos – Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (3.º Mandato).

– Inaugurado o Eco-Parque Empresarial de Estarreja.

2010

1.ª Edição do Garci Cup – Torneio internacional de Andebol de Estarreja.

– A 10 de Julho o Centro Recreativo de Estarreja celebra o 1.º Centenário da sua fundação.

2011

O Censos de 2011 regista para o Concelho de Estarreja 26.997 habitantes.

– Criada a Universidade Sénior do Rotary Club de Estarreja – USRE.

– Fundada a Escola de Samba “Samba Tribal”.

– Inaugurada a nova piscina municipal “Complexo de Desporto e Lazer”.

2013

Diamantino Manuel Sabina – Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (1º Mandato).

– Com a reorganização administrativa do território e das freguesias, o Município de Estarreja passa de 7 para 5 freguesias com a União de Freguesias de Beduido e Veiros e a União de Freguesias de Canelas e Fermelã.

2015

1.ª edição do BioRace Challenge, no espaço da BioRia.

2016

1.ª edição do ESTAU – Estarreja Arte Urbana.

2017

Fundada a Associação Musical do Antuã/AMA – 24 de Julho.

– Diamantino Manuel Sabina – Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (2.º Mandato).

2018

O Carnaval passa a desfilar no “Sítio do Carnaval” junto do Parque Municipal do Antuã.

– Fundada a ARCAL – Associação Recreativa e Cultural de Água Levada.

– O Grupo Químico CUF (em Estarreja ex-Amoníaco Português e ex-Quimigal), passa a designar-se, a partir de Maio, por Bondalti.

2019

Estarreja celebra, a 15 de Novembro, 500 anos da Concessão pelo Rei D. Manuel I, da Carta de Foral ao lugar de Antuã do Mosteiro de Arouca.

2020

Estarreja, e o País, cumprem Confinamento devido à Pandemia Covid-19. A 16 de março de 2020, o Governo decretou o “Estado de Alerta” que obrigou ao encerramento de escolas, bares, discotecas, restaurantes e restringiu a circulação de pessoas, e a 18 de Março decreta o “Estado de Emergência”, o qual vem a ser levantado nos finais de Abril.

2021

O Censos de 2021 regista para o Concelho de Estarreja 26.213 habitantes.

– Diamantino Manuel Sabina – Eleito Presidente da Câmara de Estarreja (3.º Mandato)

2024

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja cumpre a 13 de Julho o seu 1.º Centenário de existência.

Fontes de Consulta e Referências Bibliográficas:

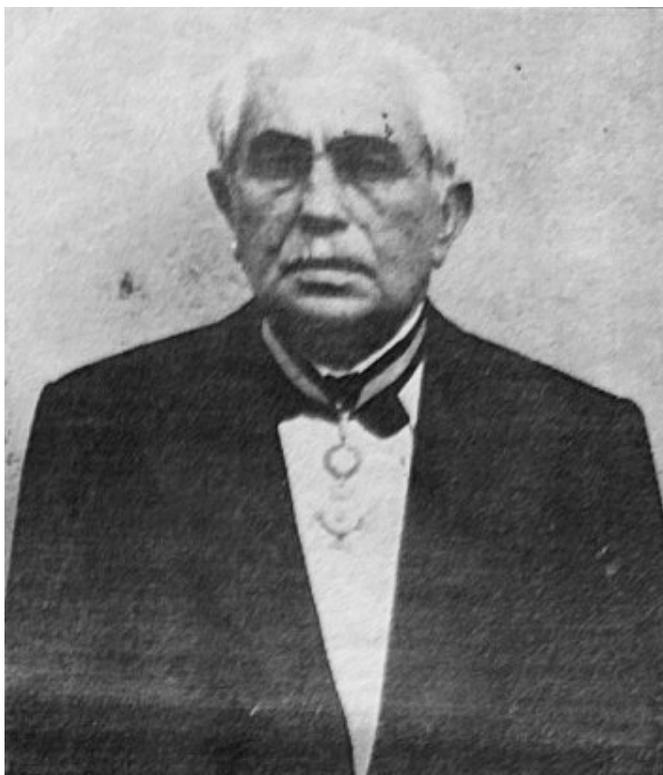
- Este trabalho de recolha cronológica de Factos, Personalidades, Curiosidades e outros possíveis elementos que ao longo do tempo se tornaram em “marcos referenciáveis” do percurso da Comunidade Estarrejense, só é possível indo beber, na sua grande maioria, à informação constante de documentos mais ou menos antigos. A memória dos homens que ainda se podem consultar abrange apenas as décadas mais recentes e é cada vez mais esparsa e, com tristeza o dizemos, menos confiável, pois a factualidade relatada é inconscientemente envolvida pela saudade e romantismo do passado vivido e que por vezes pregam partidas aos arquivos das meninges...

Foi portanto, recorrendo a espólio existente em jornais, revistas, livros e publicações diversas e de muitos autores e autoras, a uma ou outra memória pessoal ou de terceiros, que se foi enchendo o esqueleto da fileira dos anos. E é precisamente a todos esses quantos, de diversas formas e em variados suportes que registaram essas informações, que os queremos aqui deixar listados, não apenas por tal ser legalmente devido, mas muito principalmente por ser moral e eticamente indispensável. Todos o fizeram por gostarem, e por tal valorizarem Estarreja e a sua história. A todos agradeço, e espero não me esquecer de nenhum. Se tal porém acontecer, desde logo as minhas maiores desculpas e a garantia de que, mal delas tenha conhecimento, as corrigirei de imediato, Será fraco remédio, mas será sincero.

Assim, consultei e recolhi informação a partir de: “Jornal de Estarreja”; “O Concelho de Estarreja”; “A Voz Regionalista”; Instituto Nacional de Estatística (INE); “Revistas Terras de Antuã”, designadamente artigos da autoria de: Abel Cunha; Andreia Tavares; António Augusto Silva; Carlos A. Brochado de Almeida; Delfim Bismarck Ferreira; Diamantino Matos; Domingos Tavares; Eduardo Dias; Isabel Simões Pinto; João Alegria; Joaquim Ventura Faria Victorino; Juliana Cunha; Manuel Ferreira Rodrigues; Marco Pereira; Maria Elvira Callapez; Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva; Maria João Fernandes; Pedro Brochado de Almeida; Rosa Maria Rodrigues; Teresa Bagão.

DR. MAXIMIANO POMBO CIRNE UM BUNHEIRENSE EM TERRAS GAÚCHAS

*José Gurgo e Cirne**



O advogado Maximiano Pombo Cirne, personalidade a merecer mais justa homenagem dos poderes públicos da terra onde nasceu, viu a luz do dia a 22 de Março de 1910 no lugar do Feital, freguesia do Bunheiro, então concelho de Estarreja. Foi filho único de Manuel Luís de Sousa Cirne, do lugar da Levegada, da mesma freguesia, e de Maria José Pombo e Cunha, daquele referido lugar do Feital.

Era neto paterno de Maria Rosa da Silva Pereira, também da Levegada, e de Manuel José Afonso Cirne, de S. Simão, igualmente da freguesia do Bunheiro. Os avós paternos casaram na igreja paroquial desta freguesia em 01 de Junho de 1876. O avô contava 20 anos de idade (pelo que necessitou da autorização paterna para o acto) e a avó tinha 23. Fixaram residência no lugar da Levegada, em casa da noiva¹.

*Licenciado em Antropologia e Serviço Social, pós-graduado em Família e Sistemas Sociais, mestre em Antropologia Social e Cultural, concluiu a parte curricular do doutoramento em Antropologia na Universidade de Coimbra. Frequentou também cadeiras dos cursos de doutoramento em História das Idades Média, Moderna e Contemporânea na mesma Universidade. É membro do CRIA – Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

1- Segundo o Pe. Manuel Cirne (1996), “Foram abastados de bens e de filhos: deixaram dez.”

Acrescenta-se que a sua avó paterna era irmã de Manuel António da Silva de Bastos, os quais foram os únicos filhos do casal constituído por Domingos Manuel da Silva de Bastos, também da Levegada, e de Maria Caetana Pereira², da vizinha freguesia de Pardilhó, que pelo casamento passou ao Bunheiro.

Por sua vez, Manuel António da Silva de Bastos consorciou-se, na referida freguesia de Pardilhó, no lugar do Saltadouro, com Maria Joaquina de Abreu Freire³. Estes viriam a ser os pais do padre Donaciano da Silva Bastos de Abreu Freire e seus irmãos, entre os quais o advogado António Emílio Bastos de Abreu Freire e o médico Licínio Elísio da Silva Bastos de Abreu Freire.

Conclui-se assim que Manuel Luís de Sousa Cirne (n. 27.02.1886), pai do Dr. Maximiano, era primo direito do mencionado Pe. Donaciano de Abreu Freire, que foi pároco de Beduído, por despacho de 16 de Fevereiro de 1922, até à sua morte em 1950, tal como os seus restantes irmãos, entre os quais a avó paterna do autor destas linhas, Maria Joaquina de Sousa Cirne (n. 07.03.1888). Quanto ao Dr. Maximiano, era seu primo em segundo grau.

Manuel Luís era o quinto dos irmãos e o terceiro dos rapazes, desconhecendo-se, porém, a data em que emigrou para o Brasil, pois no Arquivo Distrital de Aveiro não consta qualquer passaporte em seu nome. Terá emigrado clandestinamente? Sabendo-se que o seu casamento ocorreu a 24 de Abril de 1909, a sua ida para o Brasil não devia ter sido muito anterior a 1910, ano em que nasceu o filho.

No entanto, quase uma década depois, já solidamente instalado como comerciante, em 14 de Abril de 1919, requereu, junto do Vice-Consulado de Portugal em Pelotas, um passaporte com destino à República Portuguesa, “*valioso* por trezentos e sessenta dias”. Terá vindo tratar já da futura ida da esposa e do filho para o Brasil?

Com efeito, em 9 de Novembro de 1921, ambos requeriam o seu passaporte para o Brasil. Ao filho, apenas identificado como Maximiano de Sousa Cirne⁴, de 11 anos de idade, o mesmo foi-lhe concedido com a seguinte menção expressa: “Vai com a sua mãe para a companhia do seu pai.”

(Ao contrário dos pais, que jamais voltaram, em breve tornaria a Portugal, para estudar. No entanto, após o seu regresso definitivo ao Brasil, só voltaria novamente ao país que o viu nascer quase quarenta anos depois.)⁵

Pelo passaporte da mãe, ficamos a saber que se chamava Maria José Pomba (sic) e Cunha, tinha 33 anos de idade, era filha de José Manuel Afonso e Cunha e de Piedade Maria Peneiras, ambos da freguesia do Bunheiro. O atencioso amanuense que o preencheu não deixou de justificar o motivo da sua viagem: “Vai para a companhia de seu marido, Manuel Luís de Sousa Cirne”⁶

2- Era irmã do Pe. José Bento Pereira da Cunha, durante largos anos pároco da Maia, que amparou os primeiros passos de estudante do sobrinho e futuro abade João Domingues de Sousa Cirne (cf. Cirne, 1996).

3- Também usou o nome de “Maria Joana da Silva de Abreu Freire” (cf. Cirne, 1989).

4- Treze anos depois, com 24 anos de idade, no seu passaporte, emitido em 06.04.1934, já constava o nome de Maximiano Pombo Cirne.

5- Cf. “O Concelho da Murtosa”, de 30.09.1970: “Em gozo de merecidas férias, esteve algum tempo na sua e nossa terra, que há largos anos não visitava, o prestigioso sr. Dr. Maximiano Pombo Cirne, Vice-Cônsul de Portugal na cidade brasileira de Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.”

6- Embarcaram em Lisboa no vapor da Mala Real Inglesa chamado “Deseado”, em 6 de Janeiro de 1922, e desembarcaram no Rio de Janeiro, em 19 do mesmo mês. Por falta de navio costeiro, demoraram-se dez dias na então capital federal, acabando por chegar a Rio Grande em 2 de Fevereiro, de onde seguiram para Pelotas, no mesmo dia.

A propósito, mencionam-se ainda Maximiano de Sousa Cirne (n. 29.03.1882)⁷, seu padrinho de batismo, e José Bento de Sousa Cirne (n. 04.08.1894). Maximiano era o terceiro dos irmãos e o mais velho dos rapazes, tendo emigrado em 1912 para a cidade de Pelotas, quando contava já 30 anos de idade⁸. José Bento era o mais novo e emigrou em 1916, com 21 anos, embora do seu passaporte não conste destino concreto. Destes, apenas regressou, solteiro, o primeiro. Quanto a José Bento, há notícia de ter casado com Zaida Fagundes Cirne, de quem teve uma filha, de nome Cármen Zilda Fagundes Cirne, que, por sua vez contraiu matrimónio com Basílio Simões Dias.

Dos irmãos do pai do Dr. Maximiano Pombo Cirne, refere-se ainda o abade João Domingues de Sousa Cirne (n. 15.09.1878), seu tio-paterno (“e notável orador sacro”, nas palavras do sobrinho), sob cuja orientação fez os estudos secundários na cidade do Porto⁹. Quanto aos restantes cinco, aqui fica também a sua identificação:

Catarina de Sousa Cirne, a mais velha (n. 03.07.1877), casou na Igreja do Bunheiro com Francisco Guedes da Silva, de S. Pedro de Pedroso, para onde foi viver; Beatriz de Sousa Cirne (n.03.02.1880) casou com Joaquim da Silva Cotrena, tendo vivido em S. Silvestre; António de Sousa Cirne (n. 21.04.1884) casou com Domingas Antónia Tavares Cirne, da Levegada de Sedouros, onde moraram; Joana de Sousa Cirne (n.27.04.1890) casou com José Tavares Amador, viveram na Levegada e foram os únicos que não tiveram descendência; Agostinho Afonso Cirne (n. 02.02.1892) casou com Custódia Tavares Cirne, da Rua do Forno, onde moraram.

O Dr. Maximiano Pombo Cirne viria a falecer na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil, aos 82 anos de idade, em 19 de Junho de 1992. Sobre o biografado, transcreve-se de seguida uma reportagem publicada no Jornal do “Centro Português 1.º de Dezembro” de Pelotas, quando o mesmo decidiu dar início a uma série de homenagens aos seus Sócios Grandes Benfeitores. O Dr. Maximiano Pombo Cirne, ainda vivo na altura (1989), foi a figura escolhida:

7- É curioso que no seu passaporte tenha acrescentado ao nome o apelido de “Domingues”, o qual viria a ser efectivamente usado pelo seu irmão, o abade João Domingues de Sousa Cirne.

8- Não corresponde, por isso, à verdade a afirmação inserta in Poverada (2017), justificando tal atitude como tendo sido motivada pelo deflagrar da I Guerra Mundial. Assim como, seguindo a mesma linha de raciocínio, é absurdo dizer que a família se dedicava no Verão à agricultura e no Inverno à pesca. Para quem conhece o meio, agricultores e pescadores encontravam-se em polos opostos da sociedade, com clara proeminência dos primeiros. Para já não falar sequer dos moliceiros...

9- Inicialmente nomeado coadjutor do Bunheiro, em 20 de Setembro de 1902, acabaria por ser despachado, com as mesmas funções, para a freguesia de S. Pedro de Pedroso (Vila Nova de Gaia), em 31 de Outubro seguinte. Em 4 de Março de 1904 seria nomeado pároco encomendado da mesma freguesia. Em Setembro de 1905, por concurso, alcançaria a colação, com o título de Abade. E aí se manteve até 23 de Novembro de 1912, quando se retirou para a sua casa da Levegada. Porém, pouco antes de morrer, D. António de Sousa Barroso ter-lhe-á pedido que assumisse a paroquialidade de Penafiel. Aceitou e tomou posse da freguesia em 27 de Julho de 1918. O sucessor daquele, D. António Barbosa Leão, aí o manteve até o despachar pároco do Bunheiro, em 17 de Fevereiro de 1922. Envolvido em rocambolesca contenda com o seu primo Donaciano de Abreu Freire, então coadjutor da freguesia e que aspirava a ser pároco da mesma, em 9 de Maio seguinte pediu ao Prelado a demissão, “para bem” daquela. Após a sua renúncia, passou a dedicar-se exclusivamente à pregação, que já antes exercera no interregno de 1912 a 1918.

NOSSO PERSONAGEM

Maximiano Pombo Cirne, filho de Manuel Luís de Sousa Cirne e de Maria José Pombo e Cunha, nasceu no dia 22 de Março de 1910, no Lugar do Feital, Freguesia do Bunheiro, Concelho da Murtosa, Distrito de Aveiro.

Portugal vivia seus últimos meses de Monarquia, estando no poder a dinastia de Bragança, a terceira (sic) naquele país.

Nascido no ano da proclamação da República, Maximiano tomaria para si a defesa dos ideais republicanos, embora seu pai não fosse partidário de facções políticas, e os mantém ainda hoje.

Vida vocacionada para os estudos, realizou o primário na freguesia que o viu nascer. Em 1921, foi aprovado em exame de admissão ao Liceu José Estêvão, de Aveiro. Contudo, quis o destino que fosse Pelotas o lugar onde realizaria os estudos secundários. De fato, chamado pelo pai que se estabelecera em Pelotas, para cá veio na companhia da mãe, aqui chegando em 2 de Fevereiro de 1922. Logo foi matriculado na Escola Prática de Comércio, mantida pela municipalidade e localizada no prédio onde funciona atualmente o Instituto de Ciências Humanas da UFPel, em frente ao Mercado Público Municipal¹⁰.

Nesse período sua vocação foi posta duramente à prova. Comunicando ao pai que pretendia acompanhar as aulas do professor António Augusto Pinto – português que ilustrou o magistério pelotense –, a fim de preparar-se para os exames de ingresso no Curso Livre de Direito, em Pelotas, não só foi proibido, como sofreu na carne a repressão, suportando dura “sova com relho de pala larga”, como recorda, para que deixasse de lado essa bobagem de querer estudar. Já tomava conta do armazém. Nada lhe faltava. Que lá ficasse.

Revoltado com a decisão paterna, e porque era rapaz de temperamento forte, declarou-se “fora de casa”. Poderia arranjar sustento com o próprio trabalho em qualquer lugar. “Surpreendido com minha atitude e para me adoçar os beiços, meu pai comprou um automóvel usado, um Overland, do Dr. José Brusque, e disse-me que era para eu usar quando quisesse. Prefери continuar com a decisão de estudar. Não me apetecia guiar automóvel”, arremata com brilho especial nos olhos.

De fato, ser advogado era seu maior sonho. Como seu primo¹¹, com quem convivera em Portugal. Firme em sua decisão, foi castigado pelo pai, que o mandou de retorno a Portugal¹². Em Outubro de 1928, estava matriculado, como aluno interno, no Grande Colégio Universal, levado por seu tio, o abade João Domingues de Sousa Cirne¹³. Já aos dezanove anos, ficava ali na companhia de meninos de 13 e 14 anos, frequentando as aulas e sem participar das brincadeiras. Em 1931, concluiu o 5.º ano liceal, no Liceu Rodrigues de Freitas, para onde se transferira; em 1933, ainda no Porto,

10- Fez o ensino primário no Bunheiro e, em Julho de 1921, prestou exames de admissão ao 1.º ano do curso secundário do Liceu José Estêvão, em Aveiro. Apesar de aprovado, não chegou a matricular-se, pois o seu pai, já estabelecido com um negócio de secos e molhados, denominado “Armazém Cristal”, situado na então Rua Marquês de Caxias (hoje Santos Dumont), n.º 201, na cidade de Pelotas, estado do Rio Grande do Sul, mandou-o chamar, tal como à sua mãe, para viverem em sua companhia.

11- Embora não se tenha encontrado qualquer outra referência à pessoa em causa, presume-se que seja o Dr. António Emílio da Silva Bastos de Abreu Freire, nascido em 28.04.1901, nove anos mais velho do que ele e, na verdade, primo direito do seu pai. (N.A.)

12- No dia 7 de Setembro de 1928, às 11 horas da manhã, embarcou em Pelotas para o Rio de Janeiro, de onde prosseguiu viagem.

13- Em 1929, no fim do ano letivo, ficou aprovado nos exames do 3.º ano liceal e em 1931 concluiu o 5.º ano do Curso Geral dos Liceus. Só então é que deixou o internato e se inscreveu no 6.º ano do Curso Complementar de Letras. Em 1933, concluído o ensino secundário, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

concluiu o 7.º ano do Curso Complementar de Letras no ainda hoje famoso Liceu Alexandre Herculano¹⁴.

A seguir, matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, curso que interrompeu pela decisão de retornar um dia ao Brasil, o que lhe foi confirmado pelo dr. Bruno de Mendonça, a quem escrevera solicitando esclarecimentos, decidiu-se [decidindo-se] pelo regresso imediato¹⁵. Certamente que razões do coração também teriam influído, pois uma certa senhorita, natural de Rio Grande, já entrara há muito na vida do futuro bacharel.

Em 13 de Dezembro de 1940 colou grau na Faculdade de Direito de Pelotas¹⁶. A obtenção do diploma — que para a maioria significa o coroamento da etapa mais difícil da formação intelectual e o início da carreira mais ou menos tranquila para um profissional liberal — representou maiores problemas e mais dores de cabeça e correrias para Maximiano que, casado há dois anos com sua amada Auzêndia Pinheiro Cirne (1938)¹⁷, viu-se obrigado, em 1942, a transferir-se para o Rio de Janeiro — onde em 1943 nasceria a primogénita do casal, Noêmia Maria, a fim de acompanhar o processo que instaurara para obter a naturalização, necessária para exercer advocacia¹⁸. No então Distrito Federal, teve de prestar o serviço militar (contava já 36 anos de idade)¹⁹, e naquela capital iniciou sua militância de pleno direito, estreando na tribuna jurídica justamente no Supremo Tribunal Federal, defendendo os recorrentes de Recurso Extraordinário, oriundo da Comarca de Pelotas.

Vencida a causa, graças à repercussão que teve o resultado na comarca de origem, passou a ser solicitado para, em última instância, defender pleitos junto aos Tribunais Superiores do Trabalho e Federal de Recursos, bem como no Conselho Federal de Contribuintes, além de outros.

Começava por onde a maioria termina, como se vê. Em 1949 retorna a Pelotas, para ocupar o cargo de Consultor Jurídico da Associação dos Proprietários de imóveis desta cidade. As atividades no campo jurídico, deixou-as em 1963, quando assumiu a gerência local do Banco Português do Brasil S.A., cargo que ocupou até aposentar-se por tempo de serviço em 1972.

No campo político, exerceu a vereação por uma legislatura e, na Câmara Municipal, foi 1º Secretário e Relator da Comissão de Constituição e Justiça durante os quatro anos de mandato, reeleito anualmente para as funções. Nesse período apresentou Projeto de Lei, aprovado pelo Executivo, doando à Instituição Pré-Ensino Superior do Sul do Estado — Fundação (IPESSE — Fundação) seis hectares de terra no perímetro urbano, juntamente com verba anual, para garantir a criação de uma Faculdade de

14- Entretanto, ia dando provas do seu espírito de intervenção cívica, pelo que fica o registo de que em 1932 foi um dos fundadores do Centro Recreativo do Bunheiro. Embora não fizesse parte da Direção, escolhida em 2 de Março desse ano e presidida pelo advogado Dr. José Tavares Afonso e Cunha, viria a proferir aí, em 24 de Julho seguinte, algumas palestras subordinadas ao tema “Instrução”. (Vd. “O Concelho da Murtosa”, respetivamente de 05.03.1932 e de 30.07.1932).

15- Preocupado em saber se, formado em Portugal, poderia advogar livremente no Brasil, o “eminente professor” Dr. Bruno de Mendonça Lima, da Faculdade de Direito de Pelotas, informou-o de que, para isso, teria de revalidar o curso de Direito naquele país. Regressou em fins de 1934, no navio alemão “Madrid”.

16- Em 1935, prestou exames de admissão à Faculdade de Direito de Pelotas, onde viria a formar-se em 13 de Dezembro de 1940.

17- Casou em 28 de Abril de 1938 com Auzêndia Pinheiro Cirne, quando ainda cursava Direito. Fez o seu curso sempre trabalhando: primeiro, como revisor do Diário Popular, depois, como vendedor da Perfumaria Lopes do Rio de Janeiro.

18- Apesar de estar diplomado em Direito, não podia exercer a profissão de advogado sem se inscrever na Ordem dos Advogados do Brasil, pelo que precisava, antes, de se naturalizar. Face a essa exigência, requereu, em 1940, ao Presidente da República, a sua naturalização. Mas como a mesma estivesse a demorar em ser-lhe concedida, resolveu, em Agosto de 1942, transferir a residência para o Rio de Janeiro, então capital federal, com o propósito de ativar e acompanhar o andamento do respetivo processo.

19- Após obter a naturalização, precisava ainda de prestar serviço militar, por força do disposto no art.º 150 da Constituição de 1937, que estabelecia que “as profissões liberais somente poderão ser exercidas por brasileiros natos ou naturalizados, que também tenham feito o serviço militar no Brasil.”

Medicina em Pelotas.

Como se recorda, o caso gerou séria polémica, provocada pelo então bispo diocesano, também reitor da Universidade Católica de Pelotas, que pleiteava doação semelhante para o mesmo fim.

O empenho e liderança de Maximiano Pombo Cirne obtiveram os melhores resultados. E a Faculdade de Medicina “leiga”, como passou a ser conhecida, iniciou suas atividades sendo mantida pela IPESSE – Fundação, até ser absorvida pela Universidade Federal de Pelotas, anos mais tarde. Maximiano foi vice-presidente da IPESSE –Fundação por um ano e, por mais dez, seu presidente, respondendo pelos destinos da Faculdade, porquanto a ele, como Presidente, cabia indicar, de uma lista tríplice, o [seu] diretor²⁰.

Como vice-cônsul Honorário de Portugal em Pelotas, atuou desde 1956 a 1989, prestando serviços relevantes a suas duas pátrias²¹. Porque, afinal, é bem isso. Até como anedota, vale o registo de que Pombo Cirne, Português de nascimento, necessitou de uma licença especial do Governo do Brasil para assumir o cargo de vice-cônsul de Portugal em Pelotas. Explica-se: Maximiano Pombo Cirne é brasileiro naturalizado. Como tal, não poderia assumir cargo de representatividade de outro país²²...

No Centro Português 1º de Dezembro foi 1º Secretário de 1936 a 1940 (época de estudante na Faculdade de Direito, de Jornalista e de Executivo na Associação Comercial de Pelotas – onde propôs a compra do então desativado Diário Popular, o que efetivamente aconteceu); a presidência de nosso Centro, Maximiano ocupou de 1952 a 1955; em 1956 passou a membro do Conselho Deliberativo, sendo eleito por seus pares para a presidência, cargo que ocupou, sempre em reeleições sucessivas, até 1984, quando solicitou afastamento por motivos de saúde²³.

Por seus incansáveis trabalhos em favor da divulgação da cultura lusa no Brasil, o doutor Maximiano Pombo Cirne foi agraciado pelo Exmo. Presidente da República Portuguesa, na qualidade de Grão-Mestre das Ordens Portuguesas, com as insígnias e o colar, no grau de oficial, da Ordem de Benemerência, por diploma lavrado em Lisboa a 8 de Março de 1969²⁴.

Em 15 de Janeiro de 1973, recebeu o título de “Cidadão Pelotense”, como “homenagem e gratidão do município pelos relevantes serviços prestados à comunidade”, como regista o diploma²⁵.

20- Foi sócio e presidente da IPESSE–Instituição Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Fundação), entidade mantenedora da Faculdade de Medicina de Pelotas, em reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu para a fundação da mesma. Hoje é reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura e, quando da criação da Universidade Federal de Pelotas, foi a ela agregada.

21- Em 1956, tendo vagado o cargo de Vice-Cônsul de Portugal, por três vezes foi convidado a ocupá-lo e por três vezes recusou essa honra. Face à sua reiterada recusa, o Conselho da Comunidade Portuguesa deliberou convocar os portugueses de Pelotas para uma reunião no Centro Português 1.º de Dezembro, a fim de apreciar o assunto. Nessa reunião, estando presente, foi mais uma vez indicado e aclamado por unanimidade, facto que o impediu de voltar a recusar o cargo.

22- Como era brasileiro por naturalização, pediu e obteve, por decreto especial, do Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek de Oliveira, autorização para receber e exercer o cargo de Vice-Cônsul de Portugal em Pelotas, tomando posse do mesmo em 17 de Agosto de 1956.

23- Foi sócio ativo e presidente de honra do Conselho da Comunidade Portuguesa de Pelotas, galardão que lhe foi conferido em reconhecimento pelos serviços prestados à comunidade lusa e por ser representante consular de Portugal.

24- Agraciado com as insígnias da Ordem de Benemerência, mas no grau de Comendador. A entrega das insígnias e comenda foi efetuada pelo Dr. João de Matos Proença, Cônsul de Portugal em Porto Alegre, em sessão solene realizada pelo Centro Português 1.º de Dezembro, no dia 15 de Novembro de 1969, data da comemoração da Proclamação da República Brasileira.

25- Em virtude de um projeto de lei apresentado à Câmara Municipal de Pelotas pelo seu então presidente, prof. Teófilo Alves Galvão, foi distinguido com o título de Cidadão Pelotense, “por relevantes serviços prestados à comunidade”, cuja entrega se verificou na noite de 15 de Janeiro de 1973 em sessão solene da Câmara Municipal, à qual compareceram o Prefeito e as mais altas autoridades locais.

Em 1985, pelas mãos da Exma. Dra. Maria Manuela Aguiar, então titular da Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas, recebeu a Medalha de Valor e Mérito, daquela Pasta.

De seu feliz consórcio com D. Auzêndia, 53 anos de vida em comum, teve também Maximiano Pinheiro Cirne, nascido em 2 de Maio de 1950, em Pelotas²⁶. Da filha Noêmia Maria, tem dois netos: Estela Maria Cirne Magalhães e Luís Gonzaga Crespo Magalhães Jr.; de Estela Maria, tem a bisneta Mariana Magalhães Monteiro; de Luís Gonzaga, os bisnetos: Tomás de Oliveira Magalhães e Isadora de Oliveira Magalhães; do filho Maximiano, os netos Cristiane Piloto Cirne, Carlos Eduardo Piloto Cirne e Maximiano Duval da Silva Cirne. Uma descendência que, sem favor, tem muito do que se orgulhar pelo exemplo de dignidade e inteireza desta figura humana insigne que é o dr. Maximiano Pombo Cirne.

A confirmar a proeminência do Dr. Maximiano Pombo Cirne no seio da comunidade pelotense, registam-se ainda alguns factos dignos de nota:

Em Dezembro de 1952, quando o Exmo. Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, Dr. António de Faria, visitou oficialmente Pelotas, coube ao Dr. Maximiano Pombo Cirne fazer-lhe a saudação oficial, em nome dos portugueses aí radicados, no banquete que lhe foi oferecido no Centro Português 1.º de dezembro.

Por ocasião da ida ao Brasil e ao Rio Grande do Sul, de 16 a 18 de Junho de 1957, do então Presidente da República Portuguesa, marechal Francisco Higinio Craveiro Lopes, coube-lhe também fazer a saudação, em nome dos portugueses de Pelotas, na recepção que deu no Palácio do Governo do Rio Grande do Sul, bem como no banquete que o Governo do Estado ofereceu, no Clube do Comércio, ao ilustre visitante e sua comitiva, de que fazia parte o Ministro dos Estrangeiros, Prof. Dr. Paulo Cunha, seu contemporâneo na Faculdade de Direito de Lisboa.

Em 1966, quando se deslocou a Pelotas, a convite da Faculdade de Direito, para realizar uma conferência, o ex-ministro do Ultramar, Prof. Doutor Adriano Moreira²⁷, foi ele ainda quem o saudou no banquete de homenagem que lhe prestou a comunidade portuguesa de Pelotas, no salão de festas do Clube Comercial, a que estiveram presentes as altas autoridades civis, militares e religiosas.

De realçar, por último, segundo testemunho pessoal do seu filho, a sua intervenção decisiva no processo de geminação das cidades de Aveiro e Pelotas, a qual viria a ser formalizada posteriormente ao seu falecimento, mediante um convénio assinado em 15 de Abril de 1996, quando da deslocação de uma delegação aveirense àquela cidade²⁸. Note-se que presidia então à Câmara Municipal de Aveiro (1994-97) o Prof. Celso Augusto Baptista dos Santos, o qual, para além de ter sido professor primário e delegado escolar no concelho da Murtosa, foi também edil (1967-69) da respetiva municipalidade²⁹.

26- Professor da Universidade Católica de Pelotas, faleceu em 27 de Setembro de 2019.

27- Segundo apreciação pessoal que consta do seu currículo, “uma das mais robustas inteligências moças de Portugal”. (Apesar de contar então 44 anos de idade... Como é sabido, o Prof. Adriano Moreira viria a falecer, já centenário, em 23 de Outubro de 2022.)

28- Das entidades e personalidades que fazem parte da lista de agradecimentos manifestados por Fiss & Pombo (1991), autoras de uma espécie de monografia prévia dedicada ao assunto, orientada pelo Prof. Jorge Arroiteia, da Universidade de Aveiro, consta de facto o nome do Dr. Maximiano Pombo Cirne.

29- O autor destas linhas lembra-se bem das suas visitas dominicais à casa do seu avô materno, António Tavares Afonso e Cunha, no Celeiro, pelo menos até à transmissão de poderes para a novel e “revolucionária” Comissão Administrativa, cuja acta ele assinou, como vereador ainda em exercício, em substituição do presidente demitido (31.10.1974).

Das actividades profissionais que constam igualmente do currículo do biografado, ressaltam-se ainda as de jornalista e periodista. Com efeito, de 1935 a 1937, foi revisor e repórter do Diário Popular, de Pelotas. De 1937 a 1938, foi redator do Boletim Informativo da Associação Comercial de Pelotas, secretário executivo e director geral da mesma entidade. De Julho de 1938 a Agosto de 1942, exerceu os cargos de gerente e secretário da redacção do já mencionado Diário Popular³⁰. E de 1942 a 1945, foi director e revisor da revista mensal “Ciência Política”, editada no Rio de Janeiro.

Mas a sua veia jornalística despontara já em Portugal, quando ainda estudante no Liceu Alexandre Herculano. Com efeito, o autor do “Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX” (1996), ao enumerar as publicações relativas aos anos de 1900-1940 (Vol. I), identifica a seguinte revista:



OUTRO RITMO: Fundada no Porto em 1933, subintitulava-se “revista do pensamento jovem — letras, arte, crítica” e foi dirigida por Artur Vieira de Andrade e Maximiano Pombo de Andrade (sic), editada por António Lobão Vital e secretariada por Fernando Sampaio e Castro e Carlos Espain Neves (pág. 270). No editorial focaliza as suas linhas de força: «Destas páginas faremos a Ágora da moderna juventude, que serão como [a]manhecidas claridades a iluminar o ciclópico Himalaia que vamos galgar...» Tecendo um hino às virtualidades da juventude, prenuncia, como nota Fernando Guimarães, o neorrealismo. (Cf. Guimarães, 1981.)

30- Nesse ano de 1938, como o Diário Popular tivesse sido fechado pelo Governo da República, por ser órgão do Partido Republicano Sul-Riograndense, conseguiu que a Associação Comercial de Pelotas adquirisse o prédio e máquinas daquele jornal, redigindo de seguida o contrato social da “Gráfica Diário Popular, Lda.”, sua nova proprietária.

Eis os principais textos que encerra: Abel Salazar, «Marañón e os Ursos»; Almerindo Lessa, «A Educação Sexual dos Rapazes»; Artur Andrade, «Educação e Progresso»; Guerra Junqueiro, «A Criança e a Escola»; José Marinho, «Aforismos sobre umas Coisas e Outras»; Lobão Vital, «Mulheres de Agora».

A colaboração plástica esteve a cargo de António Carneiro, que se manifesta contra a guerra, e de Zeferino do Couto.

Não existe qualquer exemplar desta revista na Biblioteca Municipal do Porto nem na Biblioteca Nacional. Por gentileza do Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos, pude consultar esta publicação (pág. 271).



Verso da capa, com a indicação de que se trata do n.º 1 e do ano de publicação: 1933. Identifica os seus diretores (Artur Vieira de Andrade e Maximiano Pombo Cirne), secretários (Fernando Sampaio e Castro e Carlos Espain Neves), assim como o seu editor (António Lobão Vital). Localiza a sua Redação e Administração: “Rua de Camões, 834—Porto— Portugal”, além de informar que foi composta e impressa na “Tipografia Sequeira, Lda., Rua José Falcão, 114-122 – Porto.” Dá nota das modalidades de assinatura: “Semestre, 7\$50 – Trimestre, 4\$00”, assim como do custo de cada n.º avulso: 1\$50. E não esquece a advertência: “Visado pela Comissão de Censura.” (A revista tem 24 páginas, incluindo o editorial. A última e metade da penúltima são de propaganda, tal como a contracapa e o respetivo verso.)

Quando, alguns anos mais tarde, o próprio Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos (2009) decide publicar a “História Literária do Porto Através das Suas Publicações Periódicas”, faz-lhe também obviamente referência, nos seguintes termos:

OUTRO RITMO: Com o subtítulo «Revista do Pensamento Jovem: Letras-Arte-Crítica», esta publicação mensal anunciava também «Divulgação Científica, Filosofia, Sociologia, Crónicas, Desporto e Cinema».

Foi dirigida por Artur Vieira de Andrade e Maximiano Pombo Cirne e teve como secretário Fernando Sampaio e Castro e Carlos Espain Neves. Foi editada por António Lobão Vital (pág. 328).

No entanto, apresenta com algumas alterações a lista dos principais colaboradores e respetivos textos:

Abel Salazar – «Marañón e os Ursos»; José Marinho – «Aforismos sobre umas coisas e outras»; Almerindo Lessa – «A Educação Sexual dos Rapazes»; Artur Andrade – «Educação e Progresso»; Lobão Vital – «Mulheres de Agora»; Fernando Sampaio e Castro – «Moral Internacional»; Camilo Vasconcelos – «Cinema» (pág. 328).

E esclarece:

Na colaboração artística, capa de Bernardino Fabião, aluno de Belas-Artes; um desenho de Zeferino do Couto e a reprodução de um desenho de António Carneiro («A Guerra») (pág. 328).

Por fim, remata com estas considerações:

Dos académicos fundadores da revista e dos seus colaboradores, somente António de Oliveira e Maximiano Pombo Cirne eram, respetivamente, professor e aluno do Liceu de Alexandre Herculano, no Porto. Os outros pertenciam ao Liceu Rodrigues de Freitas, na mesma cidade, sendo José Marinho professor, e alunos os restantes.

A revista “Outro Ritmo” surge em 1933, ano em que, como dissemos, Hitler toma o poder, e Salazar funda o Estado Novo, ideologias que os jovens repudiam. Quatro anos mais tarde, desta geração saem os fundadores da revista “Sol Nascente”.

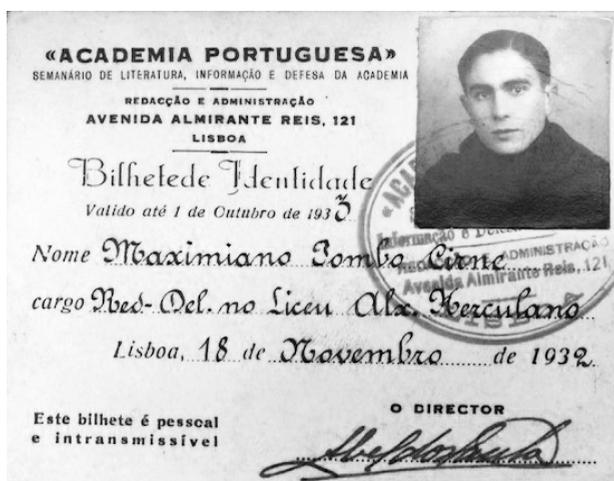
É uma revista académica muito rara, que não existe na Biblioteca Municipal do Porto nem na Biblioteca Nacional³¹.

No caso, para além de codiretor, o jovem estudante Maximiano Pombo Cirne colabora também com um artigo, em tom algo plangente (note-se o contraste com o respetivo editorial que, no fim, proclamava: «OUTRO RITMO, ao iniciar-se, levanta um “hurrah!” de efusiva saudação a toda a imprensa do país»), intitulado “Contrastes da Vida”. Pelo teor do mesmo, pode-se concluir que a revista foi publicada logo após o Carnaval de 1933.

Por sua vez, em “A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neorrealismo” (Guimarães:1981), pode ler-se o seguinte testemunho, a propósito da outra mencionada revista ou, mais propriamente, jornal (1937-40):

«Quinzenário de ciência, arte e crítica», editado no Porto. Foi precedido por algumas efêmeras revistas de orientação afim ou com colaboradores comuns das quais podemos destacar: “Outro Ritmo” (Porto, 1933), encontrando-se alguns dos elementos desta revista entre os fundadores do “Sol Nascente” (pág. 281)³².

Por essa altura, o Dr. Maximiano Pombo Cirne participou também na “Academia Portuguesa – Semanário de Literatura, Informação e Defesa da Academia”, propriedade da “Academia Portuguesa”, que se publicou em Lisboa, entre 1932-1933, sob a direção de Abel dos Santos, com Redação e Administração na Av. Almirante Reis, n.º 121.



31- “Publicou-se o primeiro e único número em 1933” (Santos, 2009:328).

32- Não foi, porém, o caso de Maximiano Pombo Cirne, que, após ter frequentado a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa em 1933/1934, regressou ao Brasil no final deste último ano.

De resto, é o mesmo Abel dos Santos quem rubrica, em 18 de Novembro de 1932, o seu “Bilhete de Identidade” (válido até 1 de Outubro do ano seguinte), enquanto Redator Delegado do referido Semanário no Liceu Alexandre Herculano, no Porto. Dos vinte e um números da “Academia Portuguesa” que se sabe terem sido publicados, restam apenas onze, à guarda da Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Entre estes, encontra-se o n.º 12, de 15 de Fevereiro de 1933, no qual o Dr. Maximiano Pombo Cirne colabora, a págs. 2, com um artigo intitulado “O 31 de Janeiro no Porto”.

Em 2011, Luís Augusto Chaves da Costa Dias, em “O «Vértice» de Uma Renovação Cultural – Imprensa periódica na formação do Neorrealismo (1930-1945)”, a págs. 121-122, viria a acrescentar:

Ainda no mesmo ano [1933], surgiu uma iniciativa literária de alunos dos liceus Alexandre Herculano e Frederico (sic) de Freitas do Porto que, embora efemeramente reduzida ao primeiro número, representou uma tentativa mais sólida de criação cultural. Trata-se de “Outro Ritmo”, revista que foi – pelo motivo da sua raridade bibliográfica e igual escassez de referências coevas³³ – um cometa no universo, até agora escassamente conhecido, de publicações que indiciaram e alegadamente prepararam o terreno ideológico do Neorrealismo português³⁴.

E no “Roteiro da Imprensa Cultural Juvenil dos Anos Trinta”, que mais não é do que um simples Anexo a “O «Vértice» de Uma Renovação Cultural...”, a págs. 9-10, o mesmo autor, a propósito de “Outro Ritmo”, reafirma:

Exemplo já classicamente citado e repetido como um dos jornais da juventude que «prepararam terreno ideológico» ao Neorrealismo, não se encontra qualquer exemplar nas principais bibliotecas do país.

Realça, no entanto, o seguinte pormenor:

A vinda a público desta revista foi, na época, recenseada nas páginas de Seara Nova (n.º 339, 20 Abr. 1933), com a sumária referência de um registo bibliográfico, entre as publicações recebidas na redacção seareira; e, anos mais tarde, “Vértice” (n.º 244-245, Jan.-Fev. 1964) veio a recensar o grupo diretivo deste título como fundador de Sol Nascente.

Ao que acrescenta, no fim:

Alcançada a possibilidade de consulta de exemplar e número que reputo único, em coleção particular (antes de ser vendido em leilão organizado pelo livreiro Manuel Ferreira, em Outubro de 2007)³⁵, trata-se de uma revista de estudantes portuenses dos liceus Rodrigues de Freitas e Alexandre Herculano, sob o impulso ou patrocínio intelectual de Abel Salazar e José Marinho que aí assinam colaborações de algum modo relacionadas com o âmbito juvenil da publicação. O primeiro destes conclui, no seu artigo, que «uma mocidade retrógrada, pacata e egoísta, curta de ideias e falha de ideais é um fenómeno social aberrante e transitório.»

33- “A única referência coeva a esta revista foi encontrada in *Seara Nova*, n.º 339 (20 Abr.), Lisboa, 1933, que a regista extensamente como «revista mensal de letras, artes, divulgação científica, filosofia, sociologia, crítica, crónicas, desporto e cinema»; a consulta do que penso ser o único exemplar da revista, não detetado nas bibliotecas públicas, deveu-se ao favor do Dr. Alfredo Ribeiro dos Santos, a quem agradeço a cópia completa do seu exemplar” (Dias, 2011:122).

34- “Ideia excessiva muito postumamente reproduzida a partir de Joaquim Namorado: «Breves notas sobre a personalidade e a obra de Redol», *Vértice*, n.º 322-23 (Nov.-Dez.), Coimbra 1970, vol. XXX, p. 915; *id.*: *Obras. Ensaios e Críticas*, ed. Cit., p. 234” (Dias, 2011:122).

35- Colocado novamente à venda, foi adquirido ao mesmo livreiro, em Março de 2024, pelo autor deste artigo, para cuja elaboração dele se socorreu.

Foi fundada por António Lobão Vital, no seu último ano liceal, e a sua publicação ter-lhe-á valido a expulsão do estabelecimento de ensino (podendo admitir-se que, pela raridade de exemplares, o título possa ter sido apreendido). Afigura-se como revista que, no essencial, abre espaço a uma vontade de revelar literariamente um plêiade de muito jovens estudantes, não sem uma muito vaga posição comum que o seu editorial manifesta: «Lutar por ALGO é, dentre o obscuro cepticismo ideológico, da época que passa, a nossa mais terna aspiração.»

Aparentemente vago, “algo” era, porém, como principal atitude de recusa, uma firme tenção de escapar, por exemplo, aos «satânicos dentes da gigantesca roda social.» Do mesmo modo, em artigo assinado por um dos jovens diretores, Artur Andrade, é definido esse “Outro ritmo” que compete à juventude estabelecer para contrariar as condições do meio: «Tudo neste mundo é Preconceito e Norma... Mas da tacanhez beócia das gerações atuais, irromperão em breve novas idiossincrasias e novas inteligências que velozes, partirão em busca da oirejante Sementeira.»

Desta ideia resulta um mais claro esclarecimento, metaforizado, porém, daquele algo indistinto: «nós – os que no lugar do espinho queríamos ver uma açucena – opomos um OUTRO RITMO mais coerente e dinâmico – sinfonia matinal duma Alvorada Nova que despona...»

ANEXOS

OUTRO RITMO Contrastes da Vida

«A palavra, sendo a fiel representante do pensamento, deve resumir em si, quando escrita para o vulgo ler, algo de original e nobilitante, servido, não só para elogiar, mas também para criticar, com acerba crítica, os vícios e desmedido orgulho da atual sociedade, tão pervertida e que tanto gosta dos grandes aparatos e do desenfreado luxo.

Ora, dos elementos que constituem a sociedade, poucos são aqueles que possuem a noção bem nítida dos seus deveres para com ela, para com a Pátria e para com o Indivíduo.

Por isso, nunca fica mal aos novos, quando bem-intencionados, enveredarem pelo imenso campo da verdadeira crítica – da crítica por excelência – porque têm a certeza de que, criticando e fazendo justiça, contribuem de algum modo para o bem colectivo.

Isto veio a propósito do carnaval que passou e que, na loucura dum prazer antegozado em sonhos, arrastou em fraternal amplexo, devido aos múltiplos e variados divertimentos que oferecia, quasi a totalidade da nossa elegante sociedade que se deixou ir embalada pela fictícia ilusão de passar alguns momentos longe da realidade da vida, gastando – simplesmente para satisfazer um capricho que avilta – o dinheiro com que mataria a fome a tantos infelizes que, como nós, são de carne e osso e que precisam ser socorridos cristãmente.

Porém, poucos são aqueles, a quem a riqueza favoreceu, que dão um prato de alimento ao faminto ou uma esmola à esfarrapada criancinha que, na rua, lhe estende os tenros braços arroxeados pelo frio e que tem em casa, em mísero catre, a sua mãezinha doente e dois ou mais irmãozinhos com fome.

Aquele que nasceu rodeado da riqueza e da opulência não sabe avaliar o que é a miséria, o que é ter fome e não ter que comer, o que é ter sede e não ter que beber!...

É triste, e às vezes revolta, ver o argentário, senhor de si e em si contente, desprender, lá do alto da estátua que o ouro lhe erigiu, olhares de superioridade e de desprezo à legião de desgraçados que têm fome e frio. Não se lembrará ele que, dum momento para o outro, a vida pode dar uma reviravolta e inverterem-se os termos?

Oh! senhores argentários, descei lá do alto desse pedestal feito de orgulho e estulta vaidade! Socorrei os vossos irmãos que têm o corpo roído pela doença, pela fome e pelo frio e que não foram, como vós, bafejados pela riqueza!...

E reparai que o vosso dinheiro podia ser útil a muitas famílias que vivem em confrangedora miséria e promiscuidade, dormindo, em fétidas esteiras, irmãos com irmãs e filhos já grandes com mães ainda novas.

E lembrai-vos ainda de que a sociedade se encontra repleta de órfãos «com pai e mãe vivos»: os que mendigam dos 5 aos 10 anos, os que roubam ordinariamente dos 15 aos 20 e assassinam dos 20 aos 25 anos. Para evitar que o mal alastre auxiliai e difundi também a instrução. Da instrução do seu povo depende a magnitude da Pátria; e, a magnitude da Pátria não será mais que a magnitude dos filhos.

§

Voltando ao carnaval. É durante os dias de carnaval – paganismo em ação – que nós podemos analisar, criteriosa e conscienciosamente, através do prisma da realidade, os mais desenfreados atos que humilham e deprimem o homem como ser racional e inteligente. Nesses dias de loucura, de prazer e de desvario, em que o instinto da animalidade impera, o homem, não convicto daquilo que é e quanto vale, caracteriza-se com as mais variegadas máscaras imitando figuras verdadeiramente canibalescas.

E, por vezes, o impudor é tanto que ele, sem lhe importar o quanto desce e se ridiculariza, vestindo-se com a pele dum urso, tenta imitá-lo com gestos desarticulados.

Que triste e ridículo é o papel que o homem por vezes desempenha!...

E que ele, seguindo em grande parte a moral hedonística que Eristipo [Aristipo] de Cirene um dia criou, pensa que só encontra a felicidade naquilo que lhe dá prazer e esquece-se por completo de que na vida tudo é relativo e que, para a aquisição da felicidade, é preciso desprender-se de si mesmo num ato de altruísmo e nobreza de carácter.

É por isso que a sociedade, constituída por indivíduos os mais variados, não só pelos costumes e raças, mas também pela diversidade da linguagem, precisa da colaboração de todos os elementos que a formam para se aproximar da perfeição.

Porém, a maior parte dos elementos constitutivos, em lugar de se ocuparem daquilo que poderá ser útil a si e à colectividade, esquecem-se deste princípio básico, e ocupam-se mais daquilo que lhes é prejudicial e que contribui para a ruína da actual sociedade.

Por isso, é necessário – e mesmo imperioso se torna – que toda a juventude académica, unida em unísono brado, ponha barreiras e lute desassombadamente contra os vícios duma sociedade decadente e não permita que ideias dissolventes e destruidoras alastrem minando, desde os alicerces, uma raça que outrora, audaciosa e valente, deu lições e novos mundos ao mundo.

O carnaval passou; e, na embriaguez do prazer e do gozo, mais uma vez o homem demonstrou a competência dos seus alienados pensamentos.

Pobre criatura!...

Quando compreenderás que és um animal superior e que vestes sobrecasaca, usas cartola e que és um ser pensante?

Talvez nunca!

Maximiano Pombo Cirne – Aluno do Liceu Alexandre Herculano»

ACADEMIA PORTUGUESA O 31 de Janeiro no Porto

«Mais uma vez se comemorou no Porto, com fé e com entusiasmo verdadeiramente patriótico, a gloriosa data de 31 de Janeiro.

O povo portuense mais uma vez prestou a sua humilde, mas sincera homenagem aos heróis precursores da Liberdade e da República, manifestando a sua gratidão para com aquele punhado de homens que, um dia, sedentos de liberdade, tombaram no glorioso campo da luta, pugnano por um ideal nobre e sublime que inundava de luz as suas almas audazes e fortes.

Sublime exemplo de abnegação e de heroicidade!

Mesmo vencidos os revoltosos do 31 de Janeiro de 1891 nem por isso deixam de ser para nós, jovens de hoje e homens de amanhã, os pioneiros da Liberdade e da República que tanto amamos – da nossa querida República pela qual tantos estudantes e homens insignes deram a vida lutando, não só com a palavra calorosa e convincente, mas também pegando nas armas redentoras que sabiam manejar tão bem como a palavra.

Para nós, académicos, o dia 31 de Janeiro tem e sempre há de ter o alto significado das grandes datas históricas.

E a prova disso é que, um grande número de colegas nossos compenetrados do seu amor para com a Pátria e dos seus deveres de cidadãos para com a República, incorporaram-se no cortejo dos liberais desta nobre e leal cidade e foram depor junto do monumento comemorativo de tão grande data, erigido no Cemitério do Prado do Repouso, as flores da sua reconhecida gratidão para com os mártires e precursores da República. A imponência do cortejo pode juntar-se a palavra dos oradores que foram unânimes em fazer justiça aos gloriosos heróis. Dentre os oradores citaremos dois que, por serem académicos e representarem a academia republicana do Porto e Coimbra, merecem que vinculemos nas colunas deste jornal as suas fortes e desempoeiradas palavras.

Dos dois estudantes o primeiro a falar foi o nosso ilustre colega do I.S.C. Varela Seixas, representante da academia republicana do Porto que, com palavras fogosas e arrebatadoras principiou por dizer que a mocidade não podia ficar alheia perante aquela manifestação de saudade, e pede que seja lembrada a figura do ilustre republicano Manuel Maria Coelho que, mesmo distante desta cidade, teria naquele momento tão solene o mesmo pensamento que a todos ali animava e reunia. Continuando, disse que a mocidade estruturalmente republicana, amanhã como hoje, será sempre a mesma; que faziam 42 anos que a bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro tremulou na Câmara Municipal perante os olhos extasiados dos que repousavam naquele Monumento tão significativo.

Foi um sonho; mas, como não podia deixar de ser, a realidade veio inevitavelmente.

A seguir usou da palavra o académico Horácio Cunha representante da academia republicana de Coimbra.

Dirige-se aos rapazes de capa e batina para lhes dizer que traz, da alma da academia republicana de Coimbra, o sentir dos que estudam, dos que trabalham e que irmãmente se associam àquela grandiosa manifestação cívica prestada à memória dos que souberam morrer pelo seu ideal.

Os estudantes republicanos jamais esquecerão a gloriosa data de 31 de Janeiro.

Ambos os oradores foram muito ovacionados. Os estudantes do Porto que ali se encontravam levantaram vivas à academia republicana de Coimbra e, entre vivas à Pátria, à República e à Liberdade, terminou, sem o menor incidente, a cívica e patriótica manifestação.

Maximiano Pombo Cirne»

PS – Regista-se, por último, que o seu filho também nos havia pessoalmente confidenciado que o Dr. Maximiano Pombo Cirne ocupara um lugar de relevo no seio da Maçonaria brasileira. De facto, em vésperas de darmos por terminado este trabalho, a sua neta Cristiane haveria de nos confirmar isso mesmo, esclarecendo que o seu avô fez parte da Loja Fraternidade, de Pelotas, onde atingiu o grau máximo 33.

Bibliografia

- Andrade, Artur Vieira de; Cirne, Maximiano Pombo (Diretores). OUTRO RITMO – Revista Mensal de Letras, Artes, Divulgação Científica, Filosofia, Sociologia, Crítica, Crónicas, Desporto e Cinema, n.º 1, Porto, 1933.
- Cirne, Maximiano Pombo. Curriculum Vitae, Pelotas, 18 de janeiro de 1974.
- Cirne, P.º Manuel. 1989. Achegas para a História do Bunheiro, n.º23, in “O Concelho da Murtosa”, 30 de novembro.
- Cirne, P.º Manuel. 1996. Achegas para a História do Bunheiro, n.º44-2, in O Concelho da Murtosa, 30 de Julho.
- Dias, Luís Augusto Chaves da Costa. 2011. *O «Vértice» de Uma Renovação Cultural – Imprensa Periódica Na Formação do Neorealismo (1930-1945)*. Tese de Doutoramento. Coimbra, FLUC. Disponível em: <https://handle.net/10316/20295>
- Fiss, Regina Lucia Reis de Sá Britto; Pombo, Carmen Regina da Silva Matos. 1991. *Aveiro-Pelotas: Geminação e Repercussões em Estudo*. Monografia. Universidade de Aveiro (Portugal) e Universidade Federal de Pelotas (Brasil). Aveiro. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/cidadesirmas/2022/05/24/convenio-entre-pelotas-brasil-e-aveiro-portugal>
- Guimarães, Fernando. 1981. *A Poesia da Presença e o Aparecimento do Neorealismo*. (2.ª Ed.), Porto, Brasília Editora.
- Jaques, Biane Poverada. 2017. “Eis, aí, como tomei contato com o Diário”: *Ascensão social-profissional do imigrante português Maximiano Pombo Cirne a partir do Diário Popular. Pelotas, 1922-1949*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas. <https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/4177?show=full>
- Jornal do Centro Português 1.º de Dezembro, s/n. Pelotas, 1989.
- Pires, Daniel. 1996. *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*, Vol. I, Porto, Ed. Grifo.
- Santos, Abel dos (Diretor). *ACADEMIA PORTUGUESA – Semanário de Literatura, Informação e Defesa da Academia*, n.º 12, Lisboa, 15 de fevereiro de 1933.

A “HIDRO-ELÉCTRICA” DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA – OS COLABORADORES

Juliana Cunha *

Tivemos o indizível prazer de visitar há dias a grande fábrica do importante comerciante e capitalista sr. Carlos Marques Rodrigues e as impressões que colhemos são que esse estabelecimento industrial é deveras para admirar...os machanismos que o sr. Marques Rodrigues escolheu das melhores procedências e dos mais acreditados sectores, são, em verdade, o que há de mais perfeito.¹



1 - A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, fábrica de descasque de arroz, 1949

*Licenciada em Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (pré-Bolonha) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Mestre em Património Cultural e Museologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Técnica Superior da Divisão da Cultura Eventos e Turismo da Câmara Municipal de Estarreja. Coordenadora do Museu Fábrica da História - Arroz.

1- In Jornal de Estarreja – “Estarreja Industrial”, 25 de março de 1923, n.º 1836.

A “Hidro-Eléctrica” de Estarreja - fábrica de descasque de arroz, fundada a 17 de janeiro de 1922 por Carlos Marques Rodrigues (1882-1976), é a consequência de um território com características lagunares que o Homem transformou em terrenos propícios ao cultivo do arroz. É, igualmente, a criação de uma identidade numa determinada época histórica e é feita de pessoas, homens e mulheres que de alguma forma a ela estão ligados.

No anterior número da Revista *Terra de Antuã*, e no que diz respeito à gerência da antiga “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, abordamos os homens e mulheres que fizeram a fábrica ao longo das décadas em que esteve a laborar, uma vez que a empresa industrial foi sempre gerida pela família Marques Rodrigues.

Em ano de abertura do novo equipamento cultural do Município de Estarreja², o Museu Fábrica da História – Arroz, edificado a partir das instalações da antiga fábrica de descasque agora reabilitada, abordaremos os outros homens e mulheres que dedicaram parte da sua vida a esta unidade industrial: os colaboradores.

Marco do desenvolvimento e progresso industrial do concelho, a fábrica de descasque de arroz esteve a laborar até ao final 80. Ao longo dos anos em que esteve em funcionamento, vários homens e mulheres estiveram ligados a esta unidade industrial. É acerca destas gentes e das suas memórias, homens e mulheres que fizeram a fábrica, que abordaremos neste artigo.



2- Pormenor da porta do escritório da antiga fábrica de descasque de arroz, 2017³

2- O Museu Fábrica da História – Arroz foi inaugurado no passado dia 14 de setembro de 2024.

3- Fotografia de Rute Ferraz.

Em 2017, cerca de trinta anos após o fecho da fábrica, e já com a estratégia municipal de musealização definida, o Município de Estarreja inicia um projeto cultural, no âmbito de uma candidatura de programação cultural em rede, com a recolha de testemunhos de ex-colaboradores da antiga fábrica de descasque, familiares de Carlos Marques Rodrigues e outras pessoas ligadas à cultura do arroz. Projeto colaborativo com a comunidade, com o objetivo de salvaguardar este património e de avivar memórias que se verificaram cruciais para a compreensão da história da antiga unidade industrial.

Desta forma, foram sinalizadas e localizadas todas as pessoas ligadas à antiga fábrica de descasque de arroz, para que pudessem contar, na primeira pessoa, as suas vivências e memórias. De facto, as fontes orais e o envolvimento da comunidade são cruciais para o sucesso de um projeto cultural de musealização, marcando o sentimento de pertença e envolvendo a comunidade. Neste caso em concreto, e dado o espaço temporal entre o fecho definitivo da fábrica e o referido projeto, cerca de trinta anos, era urgente que se iniciasse o processo de recolha de testemunhos. Na referida partilha de memórias que vieram enriquecer a história local da cultura do arroz, são igualmente recuperados documentos que ainda se mantinham no cofre original da antiga fábrica, que a par com os testemunhos orais, foram elementos cruciais para a compreensão da história da unidade industrial e criação de conteúdos museológicos. Um exemplo de destaque dos documentos encontrados na fábrica - um livro de registo de funcionários, documento imprescindível para identificar todas as pessoas que colaboraram na “Hidro-Eléctrica”.

LIVRARIA **2107** PAPELARIA
 Telef. - 26212
 PORTO
 N.º
 REF.º
 PREÇO

TERMO DE ABERTURA

Há-de servir este livro para nele ser feito o registo do

pessoal de Carlos Marques Rodrigues & Filhos
de Estarreja....., e contém
100 folhas, que vão ser por mim rubricadas.

Aveiro e Delegação do Instituto Nacional
 do Trabalho e Previdência, aos 25 dias do mês de Novembro
 de mil novecentos e setenta Alb. F. C. F. Esp. L. F.

O Delegado,

Alb. F. C. F. Esp. L. F.

INT.
 DELEGACAO CU MEDIO
 17 NOV 1970
 ENTRADA Nº 912
 Lº Nº Pº

4- Livro de registo de pessoal da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja, 1970

Mod. 52/Liv. Ant-Porto

Nome: Joaquim da Silva Marques N.º

Data do nascimento: 28 de Junho de 1934 Idade: 38 anos, Natural de Bombas

Freguesia de Bombas Concelho: Estarreja Distrito: Aveiro

Estado civil: casado em 27 de 11 de 1985 com Maria Conceição Pereira Sousa

Nome do pai: Rufino Oliveira Marques Nome da mãe: Encarnação Marques da Silva

Profissão: Técnico de Contas Situação militar: Isento

Habilitações literárias: Curso Complementar de Comércio

Bilhete de identidade n.º: 707 664 do arquivo Lisboa de 13 / 8 de 1968

Sócio n.º: 1700 do Sindicato Nacional dos Empregados da Escritório e Bancas de Crédito de Aveiro

Beneficiário n.º: 939 da Caixa de Previdência dos Empregados Operários Indústria do Aveiro

Data em que iniciou a profissão: 5 / 11 / 1952 na firma

Outras firmas onde trabalhou

Data de admissão: 5 de Novembro de 1950

CATEGORIA: Técnico de Contas
Assinatura ou Imposto Digital

Firmas donde transitou

Motivo porque saiu

Outras indicações

Residência: Agra - Saben

Inspeção médica: ficha médica n.º

ALTERAÇÕES				PESSOAS DE FAMÍLIA A SEU CARGO	
DE CATEGORIA		DE VENCIMENTOS		NOME	PARENTESCO
DATA	DESIGNAÇÃO	DATA	IMPORTÂNCIA		
				<u>Maria Conceição Pereira Sousa</u>	<u>Esposa</u>

Mod. 52/Liv. Ant-Porto

Nome: Alvaro Marques Garrido N.º

Data do nascimento: 15 de Dezembro de 1935 Idade: 37 anos, Natural de Estarreja

Freguesia de Bombas Concelho: Estarreja Distrito: Ponte

Estado civil: casado em 17 de Agosto de 1988 com Maria Marques Rodrigues Pires

Nome do pai: Mannel Rodrigues Garrido Nome da mãe: Rosa Marques Melo

Profissão: Situação militar: Reservista

Habilitações literárias: 4.ª Classe da Instrução Primária

Bilhete de identidade n.º: 1906922 do arquivo Lisboa de 20 / 5 de 1968

Sócio n.º: 2451 do Sindicato Nacional dos Profissionais Industriais Managem, Manos e Similares do Alto Porto

Beneficiário n.º: 984 da Caixa de Previdência dos Empregados e Operários Indústria do Aveiro

Data em que iniciou a profissão: / / 19 na firma

Outras firmas onde trabalhou

Data de admissão: 9 de Fevereiro de 1972

CATEGORIA: Fiel de Armazen
Assinatura ou Imposto Digital

Firmas donde transitou

Motivo porque saiu

Outras indicações

Residência: Rua Dr. Joaquim Mannel Ruels, nº 66

Inspeção médica: ficha médica n.º

ALTERAÇÕES				PESSOAS DE FAMÍLIA A SEU CARGO	
DE CATEGORIA		DE VENCIMENTOS		NOME	PARENTESCO
DATA	DESIGNAÇÃO	DATA	IMPORTÂNCIA		
				<u>Maria Marques Rodrigues Pires</u> <u>Alvaro Francisco Rodrigues Garrido</u>	<u>Esposa</u> <u>Filho</u>

5- Livro de registo de pessoal da "Hidro-Eléctrica" de Estarreja, 1970

Segundo o referido livro, datado de 1970, os funcionários da antiga “Hidro-Eléctrica” de Estarreja eram os seguintes:

Joaquim da Silva Marques
José Alberto Mendes Pinto
Elmano Augusto de Almeida Sacadura Botte
Ângelo de Azevedo Saramago
António Afonso de Almeida Lopes
Narciso da Silva Afonso
Manuel Rodrigues de Pinho
Álvaro Marques Garrido
Filipe Fernandes
Joaquina Augusta Vicente
José Maria Lopes Venâncio
Horácio de Azevedo Saramago
Manuel Tavares da Silva
José Moutela Pires Tavares
Ernesto Tiago Marques Antão
Maria Amélia Dias Nunes
Maria Anatólia Fernandes Braz
António Gonçalves Bento
Albino Valente Moreira
José da Silva
Luís Armando de Almeida
António Duarte Sousa
Maria Victória Lopes Saramago
Maria Alexandrina Ferreira de Oliveira
Manuel Augusto Marques Antão
Artur Adriano Neto
Jalsetina Maria Dias Nunes
Mário Sousa e Silva
Arlindo Rodrigues Valente
Maria do Carmo da Silva
Irene da Silva Figueiredo
Eugénia Pereira Andrade
Melchior dos Santos
Lúcia Almeida
Maria Ermelinda Teixeira

Identificados estes colaboradores, foi ainda possível recolher na primeira pessoa uma grande parte de memórias e testemunhos acerca da antiga fábrica de descasque de arroz. Numa recolha emotiva e crucial, as estórias destes homens e mulheres tornaram-se essenciais para a compreensão da história da “Hidro-Eléctrica” de Estarreja. Explanaremos de seguida alguns exemplos dessas vivências e memórias.

Joaquim da Silva Marques, foi um desses homens que fizeram a fábrica. Começou a trabalhar na unidade industrial de descasque de arroz com 16 anos. Foi colaborador durante trinta e cinco anos, onde exercia a função de escriturário/guarda-livros. Segundo Joaquim Marques no seu testemunho, ainda se lembra do primeiro dia: *O primeiro dia não foi difícil porque as pessoas que me receberam eram pessoas conhecidas. Eram pessoas aqui da terra. Eram uma família extremamente acolhedora. A empresa era constituída pelo pai e dois filhos originários de Estarreja. Por isso, eu como sou natural de Estarreja, também não tive dificuldades nenhuma em me adaptar e em conviver com eles durante os 35 anos que lá estive. O meu trabalho era essencialmente administrativo e comecei a trabalhar no dia dois de novembro de 1950. E continua a contar: A fábrica tinha reaberto as suas instalações nesse ano porque durante o período da guerra esteve parada por falta de matéria-prima e também devido à organização política que existia em que faziam o chamado condicionamento industrial. Só trabalhavam as fábricas que o governo queria e quando verificavam que estavam, enfim, em excesso, condicionavam e paralisavam algumas indústrias. Quanto aos colaboradores, Joaquim Marques afirma que, A fábrica tinha relativamente pouco trabalhadores e depois foi-se desenvolvendo a partir dessa data e foi criando postos de trabalho e indústria. Quanto à venda do produto final, Joaquim Marques explicou que: Os nossos principais clientes na altura eram do distrito do Porto, Braga, Viana do Castelo, aquela zona toda. Saiu da unidade industrial em 1985, pouco tempo antes da fábrica fechar definitivamente.*



6- Joaquim da Silva Marques, colaborador da fábrica de descasque de arroz, 2017⁴

4- Fotografia de Rute Ferraz.

Álvaro Marques Garrido (1935-2020), foi outro homem que fez a fábrica. Entrou em funções em 1950, com apenas 15 anos. Iniciou-se como ajudante do condutor das máquinas, função que desempenhou durante cerca de 10 anos, passando posteriormente a chefe de armazém em 1960. Acerca da fábrica, disse: *O ambiente naquela fábrica era ótimo, porque o pessoal era selecionado, não ia para lá qualquer indivíduo. Quando aparecia um indivíduo a pedir trabalho, o senhor Eurico queria ser logo o primeiro a entrevistar. E se ele não sabia, procurava saber quem era, e se servia, entrava, se não servia ia embora. Portanto, tínhamos o pessoal selecionado.* Acerca do processo, continua: *Quando passei a chefe de armazém, o arroz vinha em vagões, em sacos. Depois era descarregado ali. Mas tínhamos uma vantagem muito grande pois tínhamos uma linha, aquilo é mesmo encostado à C.P., e lá está uma linha dos comboios, os vagões vinham descarregar às nossas portas.* Álvaro Garrido afirma ainda que: *No princípio, o arroz era ensacado em sacos de 60 kg. Depois, foi evoluindo, passou para sacos de 30 kg em papel, e depois mais tarde passou a ser embalado já numas máquinas próprias. Hoje são muito mais modernas e era feito por senhoras, chegámos a ter seis empregadas senhoras a empacotar pacotinhos de plástico de 1 kg, de 2 kg e de 5 kg. Posteriormente o arroz ia para o cliente, conclui.*



7- Álvaro Marques Garrido (1935-2020), colaborador da fábrica de descasque de arroz, 2017⁵

5- Fotografia de Rute Ferraz.

Lúcia Almeida, foi também uma das mulheres que fez a fábrica. Entrou na empresa no ano de 1974, com apenas 17 anos, local onde trabalhou durante onze anos como embaladeira. Relembra-se do primeiro ordenado que auferiu: dois contos e quinhentos. Acerca das suas funções, conta que: *O nosso trabalho era empacotar o arroz, tínhamos uma máquina, saquinhos de 1 kg, punha-se o arroz no tegão, despejavam para lá o arroz. Aquilo subia, nós pegávamos num saquinho 1 kg e enchíamos. Faziam-se também embalagens de 25 kg. No total, trabalhavam nessa função seis mulheres.* Quanto ao ambiente na fábrica, Lúcia Almeida afirma mesmo que: *Os patrões sempre foram meus amigos, posso mesmo dizer que houve uma altura que eu ia de férias e chegava a ter saudades da fábrica.* No que diz respeito à central de energia hidroelétrica, a “turbina” que fornecia energia para o funcionamento da fábrica, Lúcia relembra: *Quando faltava a luz na fábrica, comunicavam logo lá para cima, para a Quinta da Costa e de lá da turbina é que forneciam a luz para a fábrica. E para a casa dos patrões, tudo era fornecido com aquela luz da turbina.* Quanto ao futuro da unidade industrial, com o objetivo de musealização, Lúcia Almeida afirmou em 2017 que: *Se eu agora passasse lá e se visse aquilo renovado, ficava feliz, porque os onze anos que eu trabalhei lá, fui feliz.*



8- Lúcia Almeida, colaboradora da fábrica de descasque de arroz, 2017⁶

6- Fotografia de Rute Ferraz.

Com funções semelhantes, entrevistamos em 2017 outros homens e mulheres que fizeram a fábrica ao longo de várias décadas. Através destes, a essência da antiga “Hidro-Eléctrica” de Estarreja mantém-se viva. Porque é feita de pessoas e de memórias. Do passado, do presente, e do futuro. E hoje, é o novo Museu Fábrica da História – Arroz, um equipamento cultural de memória, com o principal objetivo de salvaguardar e preservar a identidade de um concelho e região e de elevar um edifício que continua a moldar um território. Um museu de todos e para todos. Muito mais dos homens e mulheres que um dia fizeram a fábrica.



Por ordem, da esquerda para a direita: José Alberto Mendes Pinto (1943-2021), Elmano Botte (1949-2022), Eugénia Andrade, José da Silva, Irene Figueiredo, Jalsemina Nunes, Manuel Antão, Maria Ermelinda Teixeira, Maria do Carmo Pereira, José Moutela, Luís Armando de Almeida, Arlindo Valente e Albino Moreira.

Fontes de Informação

ARQUIVO FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ

Fundo documental Fábrica de Descasque de Arroz, Município de Estarreja.

ARQUIVO FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ

Fundo videográfico e sonoro Fábrica de Descasque de Arroz, Município de Estarreja.

ARQUIVO PESSOAL DA FAMÍLIA MARQUES RODRIGUES

Fundo documental e fotográfico, Estarreja.

O JORNAL DE ESTARREJA

25 de março, 1923, n.º 1836.

O COUTO DE ANTUÃ EM MEADOS DE SÉCULO XIV, SEGUNDO UM DOCUMENTO COEVO

Marco Pereira *

O documento que esta nota introdutória acompanha é uma lista de imóveis – casais e herdades – pertencentes ao Mosteiro de Arouca, nas terras de Antuã e Avanca, aforados em meados do século XIV. Não está no texto esclarecida a data a que respeita, contudo vem identificada a Abadessa D. Guiomar (contemporânea ou pouco anterior), que terá dirigido o Mosteiro entre 1346 e 1357. Época coincidente com a entrada da Peste Negra em Portugal (1348), mas sem nenhum sinal dos estragos provocados por esta.

A transcrição aqui realizada baseia-se numa cópia manuscrita contemporânea, de 27 páginas, pertencente ao espólio de Monsenhor Miguel de Oliveira, de Válega. O texto foi primeiro conhecido por via de uma carta deste eminente historiador, com a parte respeitante a Pardilhó, transcrita no jornal “O Concelho de Estarreja”¹. Perto do final da sua vida o mesmo autor tornou a prestar-lhe alguma atenção, no seu livro “Ovar na Idade Média”², dando conta da sua origem numa nota de rodapé, conforme segue: «*Deste documento conservo uma cópia, executada em 1936 por um modesto funcionário da Torre do Tombo, chamado Afonso Henriques, que nessa época prestou serviço a numerosos investigadores, pois era um paleógrafo muito competente. O caderno de pergaminho encontrava-se inutilizado em vários passos que não foi possível reconstituir. E não estava catalogado! Conferida a cópia, o funcionário disse-me que o ia restituir ao «monte de papéis» onde o tinha achado.*».

Este documento sempre me causou certa curiosidade, desde que pela primeira vez dele tive conhecimento nos anos 90, e a ele me referi em diversas ocasiões³. Em boa medida por incluir a mais antiga referência escrita a alguns topónimos, sendo Pardilhó um dos lugares que ali se encontram pela primeira vez. Procurei por ele no Cartório do Mosteiro de Arouca, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sem sucesso. É um documento sem cota, perdido, sem aparente coincidência com os cotados. E sustentei a expectativa de encontrar a tal cópia do Monsenhor Miguel de Oliveira, se porventura ainda existissem preservados os seus papéis e os pudesse consultar, como recentemente sucedeu.

Faz-se aqui uma transcrição da cópia que poderá não estar inteiramente correcta, mas procura superar as dificuldades de forma séria. Tanto quanto possível desdobram-se as abreviaturas, para tornar o todo mais inteligível, e destacam-se a negrito os nomes das localidades.

Ao longo do documento ainda se fez, claramente, a diferenciação entre Antuã e Avanca, no património do Mosteiro de Arouca, seguindo-se os reguengos. No final referiram-se outras localidades fora do Couto de Antuã, onde aquela Casa Religiosa igualmente recebia foros.

*Advogado

1- MATOS, Ismael – *Subsídios para a História de Pardilhó*, n.º 110, O Povo de Pardilhó, n.º 613, 7.1.1939, p. 1.

2- OLIVEIRA, Miguel – *Ovar na Idade Média*. Câmara Municipal de Ovar, 1967, pp. 184-185.

3- PEREIRA, Marco – *Pardilhó - Origens da povoação*, O Concelho de Estarreja, n.º 4174, 21.1.2007, p. 4;

PEREIRA, Marco – *A Terra Marinhosa na Idade Média*. Junta de Freguesia de Veiros, 2010, p. 60;

PEREIRA, Marco – *Pardilhó na Idade Média*, Terras de Antuã, Câmara Municipal de Estarreja, XVI, 2022, pp. 169-182.

A expressão *burgo*, aplicada a Antuã mas não a Avanca, sugere a ainda proeminência sobre Estarreja e alguma actividade comercial e artesanal. Repetiu-se uma mesma fórmula, identificando os possuidores – na sua maioria antepassados de uma grande parte dos estarrejenses de hoje – os prédios aforados e as rendas que por eles deviam ser pagas. Em vários casos foi utilizado como padrão o foro de Veiros (o datado de 1210 e confirmado em 1250), servindo ocasionalmente para o mesmo efeito o foro da Ladeira (Salreu). Identificou-se um celeiro do Mosteiro de Arouca em Avanca e um outro celeiro em Antuã, onde seriam entregues as rendas, que variavam entre o quarto e o oitavo da produção agrícola, ou quantidades certas. Os contratos de aforamento eram em três vidas uns e perpétuos outros.

O que se produzia e pagava? Além das quotas-partes, mediam-se alqueires, almudes e teigas de trigo, milho (miúdo) e vinho. Entre os animais de criação e seus derivados contavam-se cabritos, cordeiros, porcos, galinhas, frangãos, capões, ovos e mel, enumerando-se além disso linho. Enfim dava-se conta de quantias monetárias, em soldos, dinheiros e morabitanos. Resta enumerar os lugares identificados, uma lista que não abarca todos os que se sabe então existirem e terem aproveitamento económico.

Na terra de Antuã encontravam-se os seguintes lugares: Antuã, Ladeira (Salreu), Cavada(s), Modorna (Murtosa), “cavadas sob a ermida”, Quebradas, Estarreja (onde se contaram muitos prédios), Eiras (Estarreja), Alagoa (Estarreja), Conanen/Gozanem (Murtosa), Mouta Redonda (Murtosa), “lagoa da cad’la”, Mato (Salreu?), Outeiro (da Marinha, em Estarreja?), Outeiro da Costa, Adou (Salreu?), Murtosa, Mosteiro (Santo Amaro?⁴), Póvoa de Trabelhadouro, Veiros, Bouça, Paredes, Beduído (dentro de Antuã?).

Por sua vez, na terra de Avanca havia estes lugares: Talhadyo (Telhado?), Santa Ovaia, Póvoa, Tojal, Póvoa de Meições, Marinha o Talhadeiro (Telhadouro de Pardilhó?), Tralo Rio, Telhado, Mata, Arcã, Freixieiro, Roçomil, Póvoa da Costeira, Arroiteia, Mato e Pardilhó. Sendo que Pardilhó era um lugar grande, onde cabiam outros, concretamente Chaans, Cavallo e Castelão.

4- Na doação do Couto de Antuã de 1257 mencionava-se uma “encruzilhada de Mosteiró”, por alturas da actual capela de Santo Amaro.

DOCUMENTO I

Estes som os Casaes e erdades de terra dantoaam. E o que rrendem todos. Primeiramente. E outrossy de terra dabanca.

Em **ladeira** que sta a par de **antoaam** ha v casaaes que trage domingos tome e domingos dominguiz e andam doys e teem estes proprios para ssy para toda sa geraçom por huma carta da Abbadessa dona luca e and'dar d'cada hum deles d'direitos huma teiga d'milho do monte e dous alqueires d'trigo e dous soldos d'renda e hum capom e meio d'cabrito e a viij parte do que laurarem.

E d'pois d'sto ganhou domingos tome huma carta da Abbadessa dona guiomar destes casaaes sobreditos para ssy e para sa molher margarida dominguiz e para todos seos filhos. E ele e sua molher and'dar estes foros sobreditos E d'mais ha d'dar uma teiga d'trigo. Uma teiga d'milho e a viij parte do que hi laurarem e aas suas mortes ficarem a estes seos filhos e and'dar a v parte do que hi laurarem ao foro d'**veiros** e estas forarias todas e d'mais outra teiga d'trigo e outra teiga d'milho pela medida **dantoaam**. E loitosa aa morte d'cada hum deles.

Huum destes casaaes no que morou domingos cham(?) he emprazado a gonçalo Anes **dantoaam** e ha de dar del oytava do que hj laurar e huma teiga de trigo e huma teiga de milho e xx soldos polas forarias.

. . . . reia ha huma erdade que chamam a **cauada** e o **peiro(?)** que ten emprazada domingos A° de **veiros** para ssy e para . . . e para huma pessoa E a de dar del a viij parte de todas cousas que deos hi der E de foraria hum alquere de que ouuer E cada hum galinha.

. . . **modorna** outro casal que trage domingos Johanes por carta para ele e para duas pessoas. E dar a viij parte de pam q ouuer e d'to o al E dar mays vj alqueires d'trigo de direitura pelo alquere do paaço

. . . outro Casal q trage Gonçalo Estevez E a d'dar a viij parte do pam e bj alqueires de trigo de direitura.

. . . outro casal que trage a meytade pedro francisco e a metade trage agueda dominguiz E am de dar a v^a parte do pam . . . alqueires de trigo e temno por carta.

It domingos Johanes comcorridinho diz q tem as **cauadas** sob a **ermida** emprazadas aa oytavo e não mostra como as ten E saberão q direituras hade pagar.

It Este domingos Johanes diz que tem outra terra que chamam das **quebradas** E diz que a dela de pagar a viij do que laurar E diz que perdeo a carta e saberão o que ade pagar

It na **starreia** a hum terreno que chamam as **eiras** e ten o emprazado Domingas Eanes para ssy e para duas pessoas E a de dar a vij parte do que hy ouuer E por foro hum almude de trigo e hum capom e huma galinha e hum soldo.

It domingos ff^{so} tem enprazado para ssy e para duas pessoas hum terreno que esta na **sterreia** que chamam a **alagoa** e a de dar a vj partee do pam que hy laurarem e três alqueires d'pão do monte do melhor e hum capom pelo dya d'sam miguel.

Conanem⁵. Nicolaaio abel(?) e domingos domingos tragem anbos hum casal em conanem para três pessoas e ande dar anbos bj teigas d'trigo e vj soldos de fforo It o dito domingos domingos trage outro casal na mouta rredonda.

It levou Nicolaaio abl(?) huma seara que chamam da **lagoa da cad'la** com seu mato para ssy e para sa molher e para toda sa jeeraçom E ele ha de dar vj alqueires E os outros todos pelo costume do Regueengo.

Terra da banca. O Casal do **Talhadyo** trageo enprazado pedro dominguiz e sa molher e huma pessoa e dar a biiij parte do que hy ouuer com sua uida costumada e os foros d'veeiros que som vj soldos viij dinheiros e hum capom e hum meyo de cabrito e hum almude d'trigo despadoa e senhos sesteiros d'segda(?) do monte e loytosa pl'o costume.

It em **auanca** ha hum logar que chamam **Santa ouaiya** ten a enprazada vicente anes para ssy e para sa molher senhoruinha martjnz(?) e a huma pessoa E a d'da o bj° d'todo o que deos hi der e mais hum alqueire de pam do melhor.

Item em **abanca** há huma uinha que foy d' Lourenço martjnz cauquo que tijnha enprazada Lourenço martjnz e sa molher gerald anes e para duas pessoas e ele e sua molher and'dar a vij parte do vinho que hi ouuer E as outras pessoas darem o quinto.

Item em **abanca** ha huma **poboa** d'Joham ardido e temna enprazada martim dominguiz e sua molher e huma pessoa. E ele e sua molher darem o vjo do pão e do v° que hy ouuer E a pessoa o v° en paz e é saluo no celeiro e dar d'foro vj alqueires d'trigo.

It ahy outra erdade que chamam toial e temna enprazada francisco domingos e sa molher senhorinha veetiz(?) e a seus sucessores e a d'dar del o vjo e do que laurar um almude d'trigo d'foro e de por sa morte darem o v° e o dito trigo.

It ha hy huma **povoa** que chamam d'**meiçaãos** e temna enprazada domingos domingos e domingos esteve sua molher e huma pessoa e a de dar a quinta parte do que laurar e do que arromper dar a vij parte E huma teiga d'trigo d'direituras e hum alqueire d'trigo pelo natal e três soldos pela rrenda e hum capom e meio cabrito e dous dinheiros d'bodo e do v° ffruto dar a rraçom E foro do v° que he costumado **navanca** que he o quinto e loytosa pelo costumado.

A **marinha** o **talhadeyro**. O casal do talhadeiro en que mora bartolomeu soares E teno domingos martjnz para sa molher . . . pessoa e a d'dar dele a viij parte do que laurarem E taaes foros e forarias como dam cada hum dos casaes d'**veeiros** (sic) e viij dinheiros e senhos capoens e senhos meyo cabritos. E senhos almudes d'trigo despadoa e senhos sesteiros d'jugad' (sic) e loytosa plos

5- Guzarém, lugar na Murtosa.

Item **abanca** o Casal en que morou girald'anes teno enprazado pedro martjnz e sua mulher margarida estevez E para toda sa jeeraçom E amd'dar e vinho e foros e forarias a costumado da **vanca** que sam o quarto do pam e o quinto do vinho e direyτος huum puçal de vinho e huma e huum sesteiro de milho e por spadoa huma teiga de trigo e huum almude do trigo d'rribadura da meda e huum meio alqueire d'trigo médio e de galinha e huum meio alqueire de vinho e huum par de capoens e huma galinha com dez ovos E huum cordeiro ou três soldos e iijj soldos de uidas que som de sabr e huum frangam e de linho o quarto. E huum moio(?) destiua e xb soldos as terças do ano que som cada terça v alqueires.

It Joham saluadore tem o casal de **tralo rrio** para toda sa jeeração E a de dar outro tanto come este suso dito que he de Reguengo

It martim pirez da **banca** tem outro casal de **tralo rryo** que foy da Cenço E ade dar dele outro tanto como estes

It Joham martjnz filho de martim martjnz mora no casal do **telhado** da par de o **paaço** E ade dar outros taes foros e direituras come estes sobreditos

It martim giraldez tem o meyo Casal que da **mata** en que morou vivente martjnz E paga meio cabedal e meyos foros como estes outros sobreditos

It Aº bartolameu tem o quarto Casal **daarcaam** E pagara o quarto de quanto pagam os outros dos Reguengos E os outros tres quarta deste casal trage martim martjnz

It Staço martjnz tem o Casal de **ffreyxeyro** E da del taes foros e forias (sic) come o primeiro dos rreguengos

It Joham martjnz morador em **rraçomil** ten huum casal no dito logo e da del taes foros e direituras come cada huum destes do Reguengo

It João gonçalvez de **Recumil** tem huum Casal no dito logo. E ad'pagar taes foros come cada huum destes suso ditos do rregeengo

It em **Racomil** ha huum meio casal em que mora a Runha(?) e pagará del a meytade do Cabedal e meyos foros destes suso ditos

It sebastian(?) da **povoa** e francisco da **povoa** tragem anbos huum Casal em **rreçomil** e am del de pagarem as direituras e foros e Cabedal come os outros do Reguengo

It vicente anes de **tralo Ryo** tem o Casal de nicolaao duraens. E da del tantos foros e todalas cousas como cada huum dos rreguengos da mays três

It o casal de giral pirez da outro tanto come cada huum destes outros do rreguengo

It tragem outro Casal que chama de **ffreyxeyre** come tanto e de Estevão Aº E ade dar outro tanto come os outros dos rreguengos e mays três soldos

It ha em **auanca** huum casal que foy de martim fformoso E trageno moyta que en el tem parte E amde dar taes foros e todas cousas come cada huum dos outros dos rregueengos E deste trage domingoz martjnz o meyo v alqueires(?) de trigo pela rrazoyra e xxij soldos en dinheiros

It martim martjnz **davanca** trage dous quartos d'casal d'Regueengo e huma çeuada mençal e tragea para ssy e para duas pessoas e ade dar a vj parte de cada d'pão que deos hy der e huum alqueire do melhor pam que ouuer

It de huma **povoa** que chamam da **Costeira** e terra enprazada It cartas para ssy e para duas pessoas E da de vj E almude de trigo de foro

It A hy outra **povoa** que chamam da de Lourenço nunez e tena enprazada Johane estevez de **Racomil** para ssy e para duas pessoas E ade dar o vj do que laurar e afora dous soldos e de rrenda huum cabrito e huum capom e huma teiga de milho do monte e huum alqueire de trigo do monte E depos sa morte del asse de tornar de quinto a foro de **veiros**

It hu chamam **arrotea** tem ameytade dela enprazada João salvador para ssy e para duas pessoas E a de dar a bj^a parte do que laurar e de mays huum alqueire do melhor pão que ouuer

It Giral pirez trage duas leiras enprazadas a par de o **mato de daganias** e da delas en cada huum ano a quarta parte e huum capom e dous soldos

Pardilhoo ha hy quatro casaaes em huum deles mora domingos estevez e en outro mora martim spada e en outro mora domingos eanes e en no outro mora mig^elho(?) destes casaaes am de dar de cada huum o quinto de que laurarem tam bem pam come milho e de foro bj soldos d biiij dinheiros e huma galinha e meio cabrito e almude d'trigo despadoa e huum sesteiro de mel e pão que laurarem. Esto é rreguengo e não da outro foro nem tem carta e daram loytosa

It em este logar de **pardelhoo** ha outro casal en que mora domingos giraldez E a de dar o quinto do que laurar e de foro quarto soldos e huum capom e huum almude de pam segundo Esto tem por carta para ssy e para sua jeeraçom

It Este domingos giraldez trage outra erdade que chamam das **chaans** e do **caualo** para ssy e para duas pessoas e ade dar a vj parte e meio foro de **pardelhoo**

It ha hy huum casal que chamam do **Castelão** e ade dar tantos foros

Os Regeengos

Domingos pequeno do p^odo a costa trage hum Casal inteiro d'Regueengo e da de forarias hum quarto de trigo . . . da spadoa pro natal e teiga de trigo deiradega e hum pucal d'v^o sesteiro d'milhoo pla medida sangalhos(?) **dantooam**

. . . de sair do monte do melhor pam que ouuer e o quarto do que h'deos der E o v^o ouuer e le . . . se a ouuer e sesteiro d'trigo da meia que trage e três galuinhas meio alqueire de milho e três mealqueires d'trigo do médio e hum cordeyro destas vidas se ande saber se som mays.

Lourenço da costa do **outeiro** trage hum casal d'Regueengo e da outro tanto come este outro das forarias E que el . . . E tem desta huma carta para sy e para duas pessoas e dar loytosa pelo costume e daa sua(?) d'cada hum so quinto

It Dominguis do **outeiro da costa** trage hum casal e da forarias e d'uoz e cooima outro tanto com o d'domingos pequeno e do pão o quarto do v^o

. dominguiz em **aⁿdeu(?)** tem hum meyo casal d'Regengo e da outro tanto come este suso d'to e do pão o quarto e vinho o v^o it trage outro casal ele e seos irmaaos e ad'dar outro tanto como este e o quarto do pão e o v^o do vinho

It vidal **dantooam** trage hum casal com salvador anbos por meio paga de forarias e d'voz e de cooimha outro tanto e o quarto do pão. . . . ta o tanto da vinha. It Gonçalo eanes **dantooam** trage hum casal e da outro tanto d'forarias e voz e cooimha(?) outro tanto e o quarto do pão e o v^o do vinho.

It Gonçalo Lourenço do **mato** do par d'**antooam** trage o casal do **mato** para ssy e para sa molher maria giraldes e para huma pessoa e ele e sua molher darem hum sesteiro do melhor trigo que ouuer do monte e hum capom huma galinha e a bj parte do que laurar a pessoa que depos elles ade dar a quarta parte do foro de veeiros do que laurar e as ditas direituras e loytosas pelo custumeiro

It Martim Lourenço morador em **antooã** tem huma carta d'dona Guiomar para ssy e para ssua geeraçom e do quarto do casal aia em o **burgo dantooam** E dar o quarto de todalas direituras que da Estevam pequeno do primeiro E dar o quarto do pão e do vinho.

It tem outro . . . doutro meyo Casal que haa no **burgo** para ssy e para duas pessoas. E da a metade de todolos outros foros pela guisa que en cima he conteudo e o quarto do que hi laurar e loytosas pelo custume.

It domingos Johanes morador na **madorna** trage o Casal da **modorna** para ssy e para duas pessoas e dar de todo que laurar doyto hum e bj alqueires d'trigo d'direituras pelo alqueire do **Celeiro dantooam** e loytosas pelo custume

It domingos Lourenço **dantooam** tem hum Casal **dantooam** en que mora pedrelinho e dar as direituras e foros e voz e coomha pla guisa que suso dito he e dar o quarto do que ouuer e ten dele carta para ssy e para duas pessoas

It Francisco(?) vicente tragia hum meio Casal para sy e para sua molher e para hum pessoa e dar dous quartos d'trigo pela teiga **dantooam** por todas cousas que deos der no dito Casal e para todos los foros

Casal d'**gozanem** trage ameitad'dele nicolaao para ssy e para duas pessoas e outro meyo trage domingos dominguiz seu irmaão para ssy e para duas pessoas por duas cartas denprazamentos que ende teem. E amde pagar dele caadaano vj teigas de trigo pela [medida de] sangalhes e b soldos en dinheiros

It o meyo Casal da **mouta rredonda** que esta na **murtosa** trageo gil vicente para ele e para seus sucessores e dar meio foro en que monta v soldos e iiij dinheiros e hum teiga d'pam segundo e hum alqueire de trigo e a vij parte do pão e vinho que laurar.

Madorna trageo Agueda dominguiz com seu marido E teeno enprazado para ssy e para ssa jeeraçom que hum meio casal E trageo a **foro da ladeira** em que monta en milho vj alqueires e três alqueires de trigo E das outras forarias todas ix soldos e três dinheiros e a monta esta agueda dominguiz ande dar deste Casal os seus sucessores a vª parte do pam e do vinho ao custume de **veiros**

Limhõ(?) **dantooam** trage hum casal en **andou** e da os foros come cada hum dos outros do rreguengo pela guisa que o da It pequeno E a quarta parte do pam

It Na **mortosa** hum chamam **mouta rredonda** há dous Casaaes mora en eles anbos domingos pirez e en outro mora antonho dam deles anbos hum morabitino(?) velho e hum quarto(?) d'pam segundo e hum teiga de trigo e hum cabrito e dous capoes E esto amde pagar anbos por meyo E darem o quinto do pam e do vinho que laurarem e teem estes Casaaes para toda sa jeraçom.

Item **mosteiroo** ha hum Casal em que mora Lourenço E a del de dar o quarto e xb soldos d'foros E hum ano da hum quarto(?) de trigo e outro ano hum quarto(?) de milho. E em cada hum ano dar hum teiga d'trigo despadoa e dar d'uidas hum meio alqueire de trigo amassado e hum galinha e hum meio alqueire d'vinho.

It a° **d'mosteiroo** ha d'dar outro tanto come este duum casal que traz

It ffrancisco gudinho **d'mostheiroo** tem hum casal e da outro tanto como estes

It O Casal de **estarreia** trageo Estevão pirez o moço del por dous quartos(?) de trigo

It trage o moura outro meyo deste casal do quarto E ade dar forarias e uooz e coomha pela guisa que o dam E o quarto do pão e do vinho

Ir O Casal **daarca** [Arcã] trageo Estevão pirez e ad'dar os meyo foros e uoz e coomha dos outros casaaes do rregueengo

It dous Casaaes da Costa trageos Estevão pirez E da por elles dous moyos d'trigo por totalas cousas

It Domingos Johanes de **Starreia** de cima trage hum Casal do rregueengo com seus herdeiros E da o quarto do pam e o quarto do vinho E os foros como os dam os melhores casaaes do Regueengo

It trage outro terreo aa bijj que chamam

It domingos gonçalvez da **starreia** trage hum Casal na **starreia** d'Regueengo E da os foros e uooz e coomha com a do pam e vinho do Casal E o quarto do pam e o v^o do vinho

It N.^o de sancha trage huu Casal em **starreia** e Estevão Lourenço do Regueengo E da todolos foros e uooz e coomha come os melhores foros que dam os Casaaes do Regeengo E o quarto do pam e o v^o do vinho

It Steuairo trage outro na **starreia** por esta meesma guisa

It Em **antoam** ha hum Casal que trage por franciscço E Sancha E he de rreguengo E da outro tanto come estes sub dito

It A ffrancisco trage outro Casal em **Antoam** que h'rregueengo E a de dar outro tanto come estes suso ditos

It domingos ty^rdo(?) E os herdeiros de a^onanes tragem hum Casal em **antoam** de Regueengo e am de dar del tanto como estes suso ditos

It em **veeiros** mora pedro grande e domingos pirez crespo seu filho e domingos a^o E o gagnho(?) E martim gago E martim martjnz e Joham do Campo E affonso jentro(?) do gatinho Estes som viq^o e pagam cada hum de foros bj soldos e viij dinheiros e Senho capooens e senhos moyos meyo cabrito E Senhos almudes de trigo despadoa E senhos terço de milho segundo do monte E o quinto do pam e do vinho

Em **estareia** há hum logar que foi d' Lourenço estevez clérigo(?) E teno martim Lourenço clérigo(?) para toda sa jeeraçam E ade dar ele a viij parte do pam e v^o que deos hy der E as pessoas darem o quinto de todo.

It Na **murtosa** mora Juyaaom(?) E o casadinho e Martim cabeça e Estevão Lourenço e domingos dominguiz e martim dominguiz que se le todos pagam cada hum pela guisa que pagam estes suso dito de **veeyros**

It Na **povoa** e no **t'belhadoyro** mora hy bartolameu frade e perra sa madre E pagam cada hum come estes de **veeyros**. It caminho **dantoam** ha huma erdade rregaenga que chamam a **bouça** E trage domingos do c^uqdo(?) em dias do maraynho E ade dar a viij parte do que laurar E destes e os monte do marraom tornasse de quinto E a de dar hum alqueire d'trigo d'foro e hum capom E teno para ssy e para toda sa jeeraçam por carta.

It Estevão vidal **dantoam** tem huma carta denprazamento para ssey E para todos seus sucessores doutro terreno(?) que esta . . . e suso dito que chamam a **bouça** E ade dar o quinto E dar hum almude de trigo d'foro.

It Laucia martijnz **dantoam** tem outra carta para todos seus sucessores dos campos que foram do pico e do tabeliom que estam em **paredes** que he termho **dantoam** E ade dar ele e duas pessoas depos ele a viij parte do que hy laurem E hum ahum de milho e pam que ouuer E as outras pessoas darem o quarto a fforo de **veeyros**

It Em **antoam** ha hum Casal que foy de carvalho(?) trageo o majraynho e da os melhores foros e direituras e vooz e coomha como pagam os melhores **dantoam** E o quarto do pam e o quinto do vinho.

. . . . senhos meios . . . por martym Ramos E por domingos Adaens
. . . . quintaam que chamam de arol de ana leta e da com cada huma das
outras
. . . . tal de duas quintaans ca x dinheiros E doutros dous soldos e meio por
vicente giraldez
. . . . ora outras duas quintaas que soyam de dar xxx soldos.

It figeyroo ha hum meeo Casal E da dous morabitanos e meio por martins manso.
It ha huma quebrada E da hum morabitano por Joham manso.

It aa duas quintaas E dam ix soldos e huma delas da hum meio corazil por antonio e por bartolomeu Bucaços afomso(?) E domingos dominguiz dam dous ij^{os} morabitanos E senhos coraziis.

It ay huma quintaam E da xx soldos por afomso(?)

It Caualeiros | Ay hum meyo casal E da dois morabitanos por Gonçalo gonçalvez.

It varzea | Ay hum Casal e meio dam vij morabitanos por Estevão Lourenço

It feruença | Som dois Casaaes E hum meio he pobrado E da tres morabitanos e huma galjnha por domingos o ano E o Casal E meio da quatro maravedis e xxiiij soldos E hum Corazil por Vicente

It Ay outro meyo Casal e daua ij morabitanos por domingos

It Tauadeyra | Ay dois meyos Casaaes dam v morabitanos E meio por antonio e por Rodrigo

It Lougaras | Ay hum Casal E da v morabitanos e meio por antonio

It Ferreyra | Casal de martym simom da três morabitanos e quarta E hum corazil E Rahoanda de Cabrito.

It Casal dafomso(?) martinz da vij libras e a e a outra pesoa viij libras.

It Casal de Estevão dominguiz da v morabitanos e xx soldos e três dinheiros e martim pesoa vj morabitanos.

It Geriz | Casal de Joham gonçalvez da v libras e meia

It Aldosinde | Ay duas quintaans e dam ix [ix] soldos E senhas teigas de milho por Romeu e por Vasco

It Carvalhosa | hamlam desta aldeya de Carualhosa dam huma teiga e meia de milho por pedro

E para sseu vezinho que tragem o Casal da Igreja de que se da este foro.

It Tremonde | ha aldeya de sisto ay duas quintaans dam hum morabitano por martim iohanes e pelo Caluo e por Gonçalo martinz e por Johane daalem.

It Ay hua quebrada na dita aldeya de sisto e da xx soldos e huma galinha por gonçalo martinz

Sisto Casal do Caluo da tres morabitanos.

It Brito | Som tres quintaans e dam ix [ix] soldos e senhaas teigas de pam cada quintaa

vilar de Cabras | da vj soldos

Beynhas | da tres teigas de milho por martinho

Monte cordoua | Casal dantonio da tres morabitanos e huum par de galinhas e huma Ranhoada de Cabrito e huum meyo Corazil.

It a quebrada que trage lopo de valada da huum morabitino It o dito lopo Rodriguiz da huma teiga pela herdade e que ouue Afonso Rodriguiz huma teiga.

It meyo Casal de Johane da huum morabitino e xx soldos e huum pano.

It pedro piriz da huma de milho.

It domingos estevez e Gonçalo e paayo vj teigas

It Joham domingujz de mirões de tralo ualo huma teiga

It A herdade de pedro vezinho por paayo tres teigas.

It O Casal de Sagnho(?) de bostelo huma teiga.

It francisco seu huma teiga.

It a quintaam de giraldo de santome dos boleyros da x soldos.

It a quintaam de tralo valo que foy de pedro uezinho por paayo da vii soldos e soya de dar tres teigas de milho.

It A quintaam de mironçinhos que foy de francisco martinz da vij soldos e meio corazil.

It Outra quintaam de mironcinhos da vij soldos e huum meio corazil por domingos gonçalvez.

It outra quintaam de que foy de domingos estevez da vij soldos por paayo.

It domingos estevez de mironçinhos e domingos Rodriguiz dam vij soldos.

It Outra quintaam dy que chamam das Cabanas que ham na dita aldeya de Cabanas da vij soldos por giraldo e por martinho da fonte.

It quintaam de Gonçalo de Cabanas da vij soldos e hum meio corazil

Outra quintaam de lourenço dominguez da vij soldos.

It Outra quintaam de domingos anaez da vij soldos.

Outra quintaam de lourenço domingujz da vij soldos.

It Outra quintaam dos freyres da vij soldos.

It Cingeuerga da huum almude de vjnho ou huma quarta pela uelha.

Souerosa Real da x teigas de milho e xb soldos e dinheiros pelo Casal em que mora Gonçalo

Tourelhe | Casal que foy dafonso martinz clerigo da xb teigas de milho e xb soldos e dinheiros.

O loueyro | Casal que foy de domingos Johanes do dito logo da huum morabitino e xb teigas de milho.

Estes som os foros dos Casaaes de padroydo. primeiro. Os Casaaes doos(?) que trage Joham martinz dam de forarias vinte e iiij soldos e huum par d'Carneyros qr (sic) huum morabitino e huum quinteyro d'pam segundo deyradega E o quarto do pam todo que lhe deos der E todos outros Casaaes am de pagar por este foro destes doos(?) Casaaes Saluo o Casal que trage martim pirez da via coua E o Casal das barras que trage domingos martjnz pagam anbos mays que os outros senhos alqueyres de manteyga.

Estes som os foros e os direitos que ande dar os Casaaes de **bedeido** Pmat(?) Maria grsada(?) trage hum casal e deste Casal som as duas partes daRouca e outra terça de Manr de Carcare. Esta . . . a pam e a vinho. It Johanes sadinho hum casal hum Casal enteyro e domingos pequeno trage doos(?) casaaes e he o terço duum deles de Carquere. It ha hy hum meyo Casal pequeno da vij alqueires de trigo pela medida noua dereituras de todoo monte e da huma spadoa e hum par de capooens e do al que laurar da o quarto deste casal he vj de Carquere.

Estes casaaes dam em cada hum ano viij alqueires de trigo de todo o monte e bj alqueires de trigo de fogaça do seu p'po(?) e hum puçal de vinho se deu tuinhas e huma spadoa e hum par de capooens e hao moordomo hum frango e hum meyo alqueire do vinho por sam Johane e meyo alqueire de trigo

It em lamas ha hum meo Casal que trage Steue anes e ade dar na nossa parte de direituras tres moios e meyo de trigo e quatro alqueires de segundo(?) meyado de milho e meya spadoa e hum capom e meya de galinha e o quarto de que laurar.

It no dito logo de lamas ha hum Casal dos moesteyros daRouca e de carcare e de maceyra doom E da outras tantas direituras corre este outro e o quarto de que laurar e hum puçal de uinho E he daRouca.

beate (sic) e martinho do dito logo trage hum meyo casal E da taaes foros e direitos come os Casaaes de **bedoido** e hum sesteiro de vinho na nossa parte E o quarto de todo o al.

As mesas Casal de Johane a° E o casal d' antoninha dam casa hum taaes foros e direitos Come os de **bedoido** e senhos puçaaes de uinho deiradega. E p quarto do vinho que deus hy der. It ha ho mosteiro daRouca em couelas doos(?) casaaes. Estes casaaes tragem domingos pequeno e trage duas vessadas para milho ao quarto e a de dar hum par de capooens. It Lourence anes dos Cristovães(?) duas leiras. destes Casaaes em Cristovães(?) e da a rraçom delas do quarto. E outrossy trage humas leyras de milho hum chamam Aboynhal que esta na rribeyra da Raçom do quarto e ade dar hum par de capooens.

It trage domingos estevez hum pequeno de terreo que esta a par de o paaço de couelos e teue . . . he binho e sam ora hy milho de Johane que mora em Cristovães do quarto.

25 IMAGENS DE ABRIL EM ESTARREJA

*Paulo Dias **

A escolha que aqui trazemos comporta, necessária e ainda que não intencionalmente, uma inevitável subjetividade. Desde logo, por se tratar de uma escolha, também compreendida como uma opção metodológica: desafiámo-nos ao limite de 25 imagens para o presente artigo – ainda que aqui perspectivadas, também, metaforicamente. Por outro lado, como é intrínseco a toda a ação humana, a objetividade é um conceito esquivo e que se nos escapa quando procuramos identificar características e linhas de força numa narratividade que apresente e contextualize qualquer mudança temporal na sociedade humana.

Partindo deste pressuposto, o que propomos é uma trajetória ilustrada por alguns dos momentos vividos em Estarreja sob o mote de “Abril”: o mote da liberdade. Seja o da luta pela liberdade, ainda em Ditadura, seja já o da sua vivência no período pós-revolucionário. Entendemos, assim, que este último se delimita entre o eclodir da Revolução de 25 de Abril de 1974 e a estabilização da democracia a nível local, pela instalação da primeira Câmara Municipal eleita em liberdade, o que vem a ocorrer em inícios de 1977.

A evocação de “Abril” antes de Abril impõe-se, necessariamente, pela sua importância estrutural para o agitar de consciências, para a formação e mobilização da opinião pública Estarrejense em torno dos valores da cidadania e da liberdade. À semelhança do que foi prática um pouco por todo o país, também em Estarreja existem ecos da ação oposicionista, identificando-se alguns períodos de maior e mais intensa atividade logo após a II Guerra Mundial. As oposições ao Regime fizeram-se sentir, de forma mais vincada, durante os períodos das campanhas eleitorais uma vez que, tendo essa janela de oportunidade, desenvolviam diversas ações com vista a conquistarem a atenção das populações.



As eleições de 1969 e 1973 foram particularmente dinamizadas pela Oposição Democrática, pressentindo-se o lento agonizar da ordem política e constitucional vigente.

Há registo de alguns Estarrejenses ativos na oposição como, por exemplo, Manuel Luís Figueiredo, Alberto Jaime Figueira Vidal, José de Oliveira e Silva, Manuel Andrade, Joaquim Rodrigues da Silva, entre outros. Temos, por conseguinte, uma imagem de um comício organizado pelo MDP/CDE de Estarreja - liderado por Manuel Andrade e José de Oliveira e Silva - no contexto das eleições legislativas de outubro de 1969.

* Licenciado em História – História de Arte e Pós-Graduado em Ciências Documentais (Arquivo e Biblioteca), Mestre em Arte, Património e Restauro, Doutorando em Ciência da Informação. Técnico Superior do Arquivo Municipal de Estarreja.



A comissão organizadora - ao ser impedida, no último minuto, de utilizar o Cine Teatro de Estarreja - realizou este evento, de forma genuinamente improvisada. Para tal, reuniu apoiantes num armazém junto ao Esteiro, bem afastado do centro da Vila, nas condições logísticas possíveis. Entre os convidados contavam-se Carlos Candal, jovem advogado de Aveiro, e o cantor Manuel Freire que imortalizou o tema “Pedra Filosofal” sobre texto de António Gedeão.

Não tardaria para que estes e outros esforços em prol da liberdade dessem os seus frutos. A madrugada de 25 de Abril de 1974 traria a já esperada mudança e da capital, através da imprensa e da rádio, essencialmente, chegavam notícias que não davam, ainda, certezas quanto ao desfecho do golpe levado a cabo pelas Forças Armadas. À exceção de Lisboa e Porto, onde a adesão das populações foi imediata e visível nas ruas, é apenas após o 1º de Maio – que motivou, na capital, a celebração massiva do Dia do Trabalhador – que se efetiva a esperança no golpe vitorioso.

“Abril que Maio trouxe” poderia ser o título da imagem que seleccionámos.

É um exemplo de como algumas das situações do quotidiano, por mais comuns e singelas que pareçam, podem entrar para a História. É uma fotografia da coleção do Sr. José Fernando Correia que nos apresenta uma panorâmica facilmente reconhecível. Trata-se de uma perspetiva geral da Praça Francisco Barbosa, ainda com árvores de frondosa copa, enquadrada pelos edifícios circundantes, dos quais se destaca, sobre a esquerda, a Câmara Municipal.

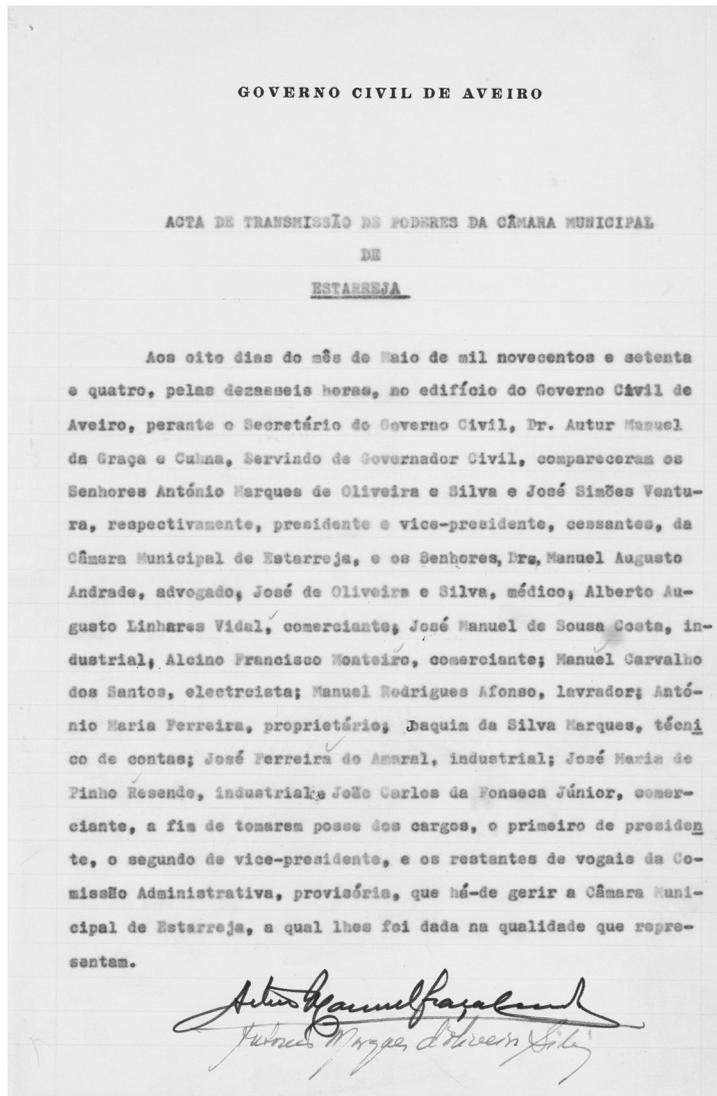


Num primeiro olhar, é um dia normal e solarengo sem nada mais que nos chame a atenção. Contudo, ao aprofundarmos a nossa curiosidade vislumbra-se na varanda dos Paços do Concelho, com as janelas escancaradas, um megafone e, abaixo da bandeira nacional, uma tarja branca. Nela, depois de ampliada a imagem, pode ler-se: “Grupo Democrático [de] Estarreja saúda a Junta [de] Salvação Nacional”. Será esta a primeira manifestação pública de apoio formal da Câmara Municipal ao regime recém-inaugurado com a Revolução dos Cravos. Esta fotografia, tirada no dia 1 de Maio de 1974, vem reforçar a noção de que é após esse dia que, em muitas localidades do nosso país, se confirma a vitória da ação dos Capitães de Abril.

Nesse contexto o último Executivo nomeado pelo Estado Novo, presidido por José Marques de Oliveira e Silva cedo se aperceberá de que se encontra do “lado errado da História” e fará, sem aparente resistência, a transição do poder local para a primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Estarreja, liderada por Manuel de Andrade.



Com vista a assegurar a transição no governo do Município logo a 8 de Maio de 1974 é empossada, pelo Governo Civil de Aveiro, a referida Comissão Administrativa.

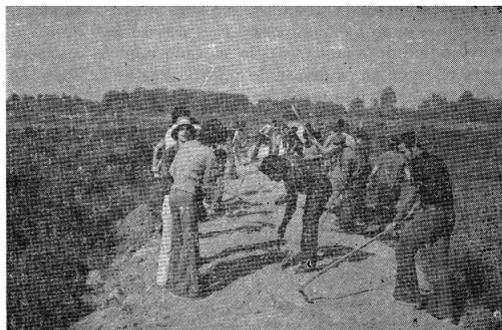


Terá a presidência de um conhecido opositor do Concelho, mas cuja ação à frente dos destinos do Município, à medida que o ano de 1974 avança, não reunirá consensos e originará, até, vivos protestos.

Na imagem que retratará os novos rostos do poder democrático, captada nesse ato no Governo Civil de Aveiro, identificam-se, da esquerda para a direita - os Senhores José Amaral, Coronel Salgado (em representação do Movimento das Forças Armadas), José Oliveira e Silva, Manuel Andrade, Alcino Monteiro, o secretário do Governo Civil - Artur da Graça e Cunha - e, por último, o Presidente demissionário, José Marques Oliveira e Silva. Esta transição de poder será, igualmente, assinalada pela imprensa local, que apresentará ao público os novos protagonistas e o novo contexto de atuação. Apesar dos tempos de instabilidade política e social que o fervilhar de emoções vividas acentuaram, são diversas as ações que a sociedade civil promove, não apenas ao nível da dinamização política e ideológica.



Durante o III Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves, surge, a partir de 6 de Outubro de 1974, o Dia de Trabalho para a Nação. Confiando no espírito de espontânea cooperação das populações que marcou os alvores da revolução, esta ação teve forte adesão por ter subjacente a ideia de que todos podiam contribuir para a construção de um Portugal livre e que os lucros do aparelho produtivo poderiam ser distribuídos para benefício do povo. Em Estarreja identificam-se algumas destas iniciativas das quais destacamos a intervenção de brigadas no arranjo da Marinha do Antuã e a limpeza da Praça Francisco Barbosa por algumas crianças do concelho.



Esta última tinha o sugestivo nome de “Oh pá, pega na vassoura!”, aliás, consentâneo com a “nova linguagem” de sabor mais informal e insubmisso que perpassa, igualmente, por certas notícias na imprensa local e por algumas das Atas das reuniões de Câmara deste período.

Também se verificam desenvolvimentos ao nível da institucionalização do novo regime democrático, desde logo pela realização daquelas que serão as primeiras eleições em liberdade: as que escolherão os Deputados à Assembleia Constituinte e que, simbolicamente, terão lugar exatamente um ano depois da Revolução dos Cravos.

S.  R.

*1 base afiscar 2 Norte da Sec
de vote
1 base afiscar no exterior 2 Sec
de vote*

Eleições para a Assembleia Constituinte

GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE AVEIRO

EDITAL

António Manuel Neto Brandão, Governador Civil deste Distrito, faz público que, para efeitos do n.º 1 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 621-C/74, de 15 de Novembro, foram definitivamente admitidas à eleição para Deputados à Assembleia Constituinte as seguintes listas:

- Movimento Democrático Português
- Partido Socialista
- Frente Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas)
- Partido Comunista Português
- Centro Democrático Social
- Movimento de Esquerda Socialista
- Partido Popular Democrático
- Partido da Unidade Popular

A — MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

Pompílio Carlos Coelho Souto
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro
Adão Pinho da Cruz
Jaine Rodrigues Machado
Álvaro José Pedrosa Curado de Seça Neves
António de Assunção Tavares
Flávio Soares Martins
Rolando Nuno de Matos Ferreira da Silva
Almor Viegas Pires
Manuel Augusto Coentro de Pinho Freire
Luís Carlos Gama Pereira
Joaquim Pinto Moreira da Costa
Joaquim Lopes da Cunha
Angelo Barbosa Resende dos Santos

B — PARTIDO SOCIALISTA

Carlos Manuel Natividade da Costa Candal
Mário Manuel Cal Brandão
Alcides Strecht Monteiro
Manuel Ferreira dos Santos Pato
José Fernando Silva Lopes
João Eduardo Sardinha de Oliveira Neves
José Macedo Fragateiro
Maria Fernanda Navega de Barros Socio de Matos Fernandes
Manuel da Costa e Melo
Joaquim de São Bento Clemente Júnior
Dinocrato Formigal e Costa
José Marques Pinto da Silva
Manuel Carvalho dos Santos
Manuel Rodrigues Lapa

C — FRENTE ELEITORAL DE COMUNISTAS (MARXISTAS-LENINISTAS)

José Manuel Patrício Moreira Martins
António Oliveira Rodrigues Silva
Vitor Manuel Almeida de Oliveira Campos
Liberato Ribeiro de Almeida
Ildíio Leite Ribeiro
Florinda de Jesus Cunha
Domingos Nunes Tavares
António Resende Valente
Carminda Brandão Ferreira Custódio
José António Pereira da Silva
Rui Pais de Carvalho
Manuel Arzur da Cunha Pinto
Maria Emília Abrantes Coelho de Almeida
Vitor Manuel dos Santos Sismeiro

D — PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Rogério Rodrigues de Carvalho
José Manuel Mendonça de Oliveira Bernardino
Américo de Oliveira Pinto
Rui da Cruz Breda de Matos
João Evangelista Vieira Sarabando
Albertino Augusto dos Santos
Adelino Luís da Silva
Cecília Marques Maia
Armando Abrantes Gouvêa
Carlos Alberto Pinheiro de Abreu
Rufo Jorge Rodrigues da Cunha
José Alvarenga Pinto da Costa
Silvério Francisco Soares da Graça
Jorge Manuel de Oliveira Soares

E — CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL

Silvério Martins da Silva
Maria José Paulo Sampaio
Domingos José Barreto Cerqueira
Augusto Lopes Laranjeira
Adolfo da Cunha Nunes Roque
Jorge Nelson Simões Micaelo
Manuel Alves Moreira da Costa
José Maria Soares
Maria Amélia Rocha Fernandes
Álvaro Dias de Sousa Ribeiro
António Nunes dos Santos
Miguel Henriques de Sousa Barbosa
João Carlos de Almeida
Henrique Manuel Marques Domingues

F — MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA

Fernando de Almeida e Sousa
João Celso da Rocha Cruzeiro
Manuel Reis de Mendonça
António Augusto Moreira dos Santos
António da Silva Almendra
Albergo Gonçalves da Silva
Álvaro Pereira Cabral
António Gomes da Rosa
Fausto de Sá e Cunha
José Adalberto de Almeida Martins da Silva
António de Almeida Brandão
Jacinto Delím Bastos Ferreira Martins
José Monteiro
Manuel de Pinho Rocha

G — PARTIDO POPULAR DEMOCRÁTICO

Sebastião Dias Marques
José Manuel Afonso Gomes de Almeida
José Angelo Ferreira Correia
Arnaldo Angelo de Brito Lhamas
António Júlio Correia Teixeira da Silva
Carlos Alberto Branco de Seça Neves
António das Neves Costa
Maria Helena Correia Amorim Seça Neves
Manuel Maria Portugal da Fonseca
Orlando Correia de Oliveira
Luís de Sousa Soares Pinto da Silva
António Coutinho Monteiro de Freitas
Custódio Costa de Matos
José Amigo Tavares de Sousa

H — PARTIDO DA UNIDADE POPULAR

Olindo de Sousa Marques
Manuel Pinto Coelho
Manuel Joaquim Ferreira da Costa
Emídio José Gomes da Silva
Basilio Alves Coelho da Silva
Joaquim Pinto da Silva
Jorge Manuel de Sousa e Silva
Manuel dos Santos Ferreira
Sérgio Manuel da Silva Garmelas
Rosa Armélia Baptista Ferreira Soares Martins
António Manuel Correia dos Santos
Vitorino Pereira dos Santos
Vitorino Soares dos Santos
Manuel Duarte Barroso Gonçalves

Aveiro, 31 de Março de 1975.

O Governador Civil,


(assinatura e selo branco)

Assiste-se à existência de uma plêiade de partidos políticos que procuram, enquadrando-se e respeitando o programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), galvanizar as populações através da novidade da propaganda política exercida em liberdade. Alguns não são, hoje, mais do que uma recordação, mas todos, de forma distinta, deixaram vestígios pelo desenvolvimento de ações e materiais de campanha – como os exemplares da coleção do Sr. José Fernando Correia que aqui se reproduzem.

Círculo eleitoral de Aveiro			
Movimento Democrático Português	MDP/CDE		<input type="checkbox"/>
Partido Socialista	PS		<input type="checkbox"/>
Frete Eleitoral de Comunistas (Marxistas-Leninistas)	FEC (M-L)		<input type="checkbox"/>
Partido Comunista Português	PCP		<input type="checkbox"/>
Centro Democrático Social	CDS		<input type="checkbox"/>
Movimento de Esquerda Socialista	MES		<input type="checkbox"/>
Partido Popular Democrático	PPD		<input type="checkbox"/>
Partido de Unidade Popular	PUP		<input type="checkbox"/>

O país, nas ruas, torna-se um imenso palco para manifestações, comícios, sessões de esclarecimento e debates que em tudo ilustram o sentimento revolucionário que se vivia. É o reflexo da exaltação sentida nas diversas esferas da sociedade civil que se mobiliza para assegurar, nem sempre de forma ordeira e pacífica, que é respeitada a vontade popular na condução dos destinos do país.



Nas listas para a Assembleia Constituinte constam Estarrejenses integrados em diversos partidos que eram, ao tempo, uma novidade que contrastava com o regime de partido único que vigorou durante o Estado Novo. Assim, a imprensa local procurou, entre artigos de opinião e quadros-síntese, esclarecer as populações das escolhas possíveis que Abril veio trazer.

Também os jovens partidos políticos procuram, através da imprensa local, conquistar o voto da diáspora e chegar à comunidade Estarrejense emigrada que, além de granjear o respeito e admiração pelo trabalho desenvolvido nos países de acolhimento poderia, no efêmero regresso anual à Pátria, influenciar os seus conterrâneos.

Nesse primeiro ato eleitoral de 1975 um total de cerca de 14000 votantes deu, em Estarreja, a vitória ao PPD com 59,7%, seguindo-se o PS com 23,2%, o que apesar desta tendência não acalmou os ânimos nem diminuiu a intensidade da ação política dos partidos e organizações que se reconheciam mais à esquerda do espectro político. O “verão quente” de 1975 veio confirmar essa clivagem política e, até mesmo em alguma publicidade saída na imprensa, procurava-se congraçar ânimos mais desavindos, sendo curioso o exemplo que, ao longo de 1975, o Café Central, de Avanca, faz publicar.

Escolha o seu Partido!

Aproximando-se a abertura da campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte encontram-se já legalizados ou em vias de legalização 14 Partidos Políticos:

- C D S — Centro Democrático Social
- P D C — Partido Demócrata Cristão
- P P D — Partido Popular Democrático
- P S P — Partido Socialista Português
- P P M — Partido Popular Monárquico
- MDP/CDE — Movimento Democrático Português
- P C P — Partido Comunista Português
- M E S — Movimento da Esquerda Socialista
- M R P P — Movimento Reorganizativo do Proletariado Português
- F E C — Frente Eleitoral Comunista — Marxista Leninista
- A O C — Aliança dos Operários Camponeses
- P U P — Partido de Unidade Popular
- L C I — Liga Comunista Internacionalista

Vote conscientemente!

AO EMIGRANTE TAMBÉM

O VOTO É LIVRE

QUEREMOS RESPONDER

Eleições

QUADRO GERAL

	Votos	Porcentagem	Deputados
P.S.	2.145.392	37,87	116
P.P.D.	1.494.575	26,38	80
P.C.	709.639	12,53	30
C.D.S.	433.153	7,65	16
MDP/CDE	233.362	4,12	5
U.D.P.	44.546	0,79	1

DISTRITO DE AVEIRO

	Votos	Porcentagem	Deputados
C.D.S.	36.409	11,06	Silvério Martins e Maria José Paulo Sampaio
F.E.C.	1.977	0,60	
MDP/CDE	12815	3,89	
MES	3250	0,99	
PCP	9920	3,10	
PPD	141376	42,94	Sebastião Dias Marques, José Manuel de Almeida, José Angelo Correia, Arnaldo Lhamas, António Teixeira da Silva, Carlos Alberto Neves, José Amigo Tavares de Sousa.
PS	104467	31,73	Carlos Candal, Mário Cal Brandão, Alcides Strecht Monteiro, Manuel Pato, José Silva Lopes.
PUP	1672	0,51	

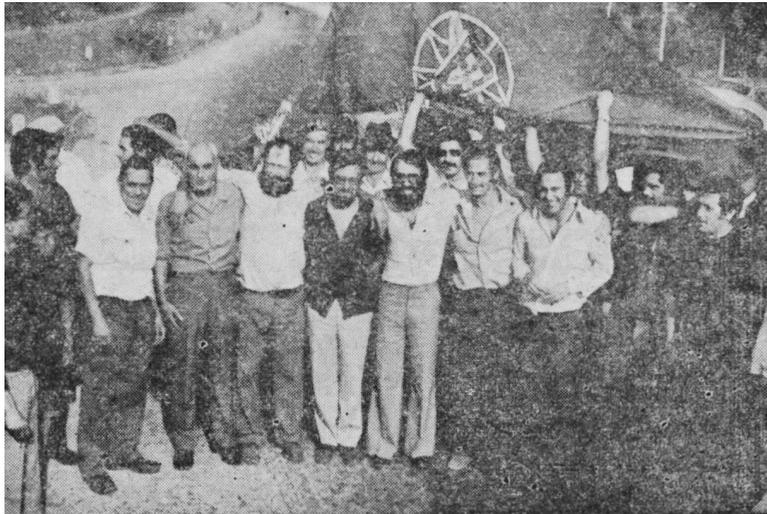
	Beduid.	Saireu	Pardilh.	Avanc.	Canel.	Fermel.	Veiros	Total	Percent.
MDP/CDE	264	118	125	98	85	64	38	792	5,8%
PS	1953	309	401	961	120	156	174	3174	23,2%
FEC	10	10	11	27	2	1	3	64	
PCP	210	58	58	63	20	28	16	453	3,3%
CDS	18	170	50	283	16	19	63	782	5,7%
MES	47	15	19	36	9	4	5	135	
PPD	2011	1675	1255	1502	531	528	756	8158	59,7%
PUP	13	22	17	18	7	5	8	90	

combatido contra a opressão capitalista. O Partido Socialista propõe-se realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade. Tanto as que acentuam a necessidade de instituições que garantam o pluralismo político e ideológico, o exercício do poder por delegação representativa do sufrágio universal, a separação dos poderes, o controle do executivo pelo legislativo, como as que defendem a exigência da democracia local, da democracia directa na base, da iniciativa sindical, dos conselhos operários, do cooperativismo, da autogestão. O Partido Socialista entende, com efeito, que uma democracia de Estado sem democracia de base corre o risco de se afastar do Povo, e que uma democracia de base sem democracia de Estado corre o risco de cair ou na inoperatividade ou no totalitarismo.

4—Sob o impacto da experiência internacional do socialismo e criticamente atento às suas lições, o Partido Socialista considera como inspiração teórica predominante o marxismo, permanentemente repensado como guia para a acção e nunca concebido como corpo dogmático, e re-

CONT. NA ÚLTIMA PAGINA

Com ou sem razão e, em muitos casos, em virtude de divergências mais ou menos pessoais que sempre se verificam no exercício da liberdade de opinião, é dada voz de prisão pelo COPCON a alguns Estarrejenses que, em fins de Agosto e inícios de Setembro de 1975, seriam libertados do Forte de Caxias: Carlos Eurico Marques, Manuel Santos Silva, António Afonso Tavares, António Abraão e Álvaro Abraão.

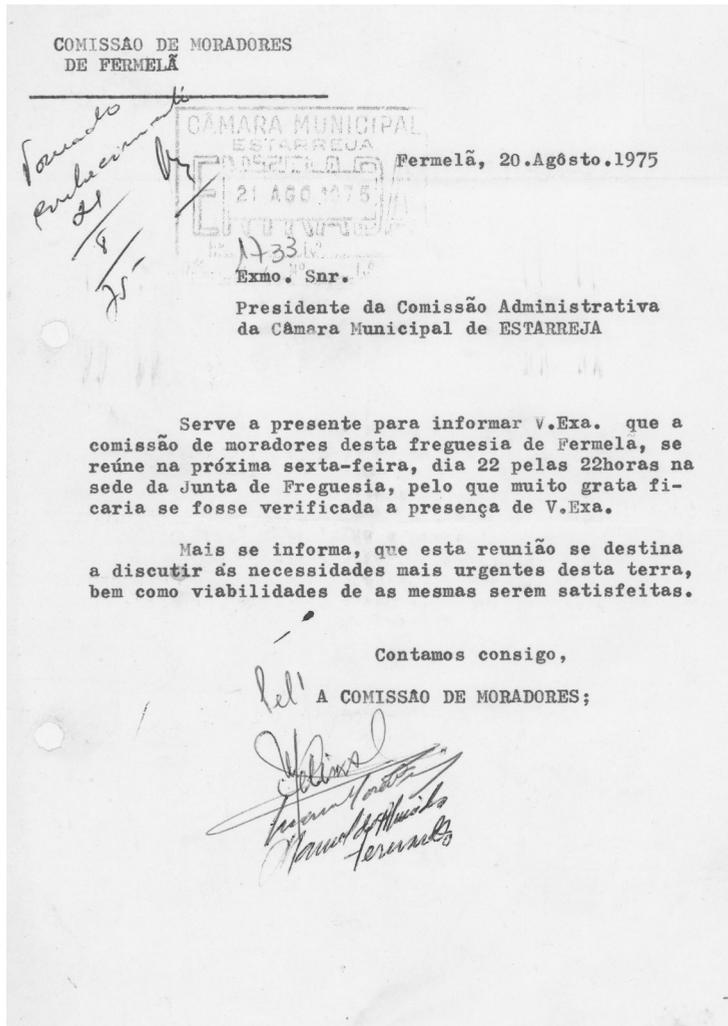


É também essa radicalização que se vive em Estarreja que dará origem às Cooperativas Livres de Agricultores ou às Comissões de Moradores, estas tão próprias do espírito revolucionário do tempo, porquanto marcadas pela ideologia de pendor marxista, de uma esquerda mais acérrima.

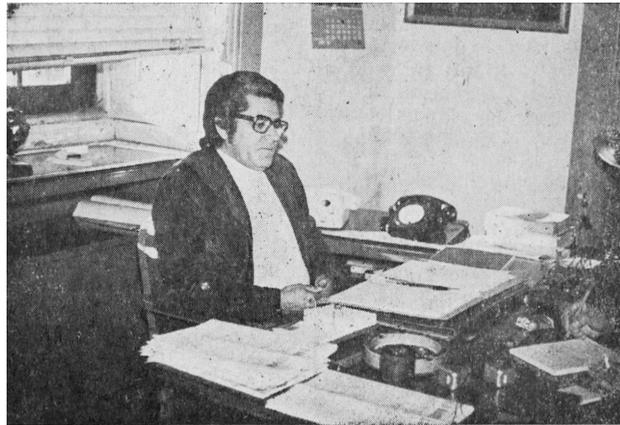
Das primeiras, destacamos o papel do Engenheiro Sousa Veloso – tão conhecido dos portugueses pelo programa *TV Rural* - no apoio aos agricultores Avancanenses, que visita em Agosto desse ano. Também este ímpeto reformista se estenderá, com ações análogas, a outros agricultores do Concelho que, para tal, reunirão no Salão dos Bombeiros Voluntários de Estarreja com vista ao esclarecimento sobre a reforma agrária e a criação de uma Cooperativa Agrícola de âmbito concelhio.

Das diversas Comissões de Moradores tomamos como exemplo a de Fermelã que não hesita em oficiar à Câmara Municipal no sentido de reivindicar pretensões, de poder estreitar a colaboração entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal e de apelar à urgente resolução dos problemas. Era notória a falta de desenvolvimento em muitas zonas do país e também aqui se fazia sentir a falta de saneamento, de caminhos públicos, de obras na escola primária ou a escassez de cuidados básicos de saúde.

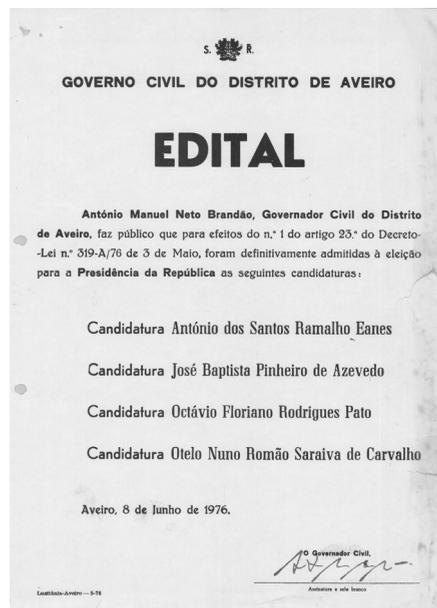
Todo o imobilismo vivido por quase meio século originava agora os mais vívidos protestos. Protestos de vária ordem e que culminam com a manifestação popular que destituirá Manuel Andrade das suas funções para ser substituído por José Luís Marques Figueira Vidal. Entre as críticas contam-se as alterações, sem prévia consulta popular, da toponímia, a má gestão dos resíduos sólidos urbanos ou a legitimidade da constituição e ações da Comissão Administrativa.



Figueira Vidal só seria empossado pelo Governador Civil de Aveiro a 25 de Novembro de 1975, depois de ouvidos os partidos políticos com representatividade em Estarreja. A nova Comissão Administrativa, que procurou ser apatidária, será, ainda, composta por Mário Caetano Rosa, Fernando Pinto Valente, Aleixo Valente de Almeida, Manuel Augusto Valente de Quadros e João Marques Vaz. Não deixa de ser uma feliz coincidência de datas, uma vez que é a partir do 25 de Novembro que se assiste a um redirecionar do rumo da Revolução e se inicia um processo de estabilização da democracia representativa. Não obstante - e atendendo ao momento instável que Estarreja atravessa - o novo Presidente da Comissão Administrativa tem o cuidado de conceder uma entrevista, publicada em diversos números, ao jornal *O Concelho de Estarreja*. Nela explica detalhadamente as principais linhas da gestão municipal, enfatizando a prioridade no plano geral de urbanização, o abastecimento de águas e procura conciliar os diversos interesses em presença.



Os sufrágios que terão lugar nos anos seguintes ajudarão a consolidar o sistema político de um Portugal novo e terão, compreensivelmente, valores históricos ao nível da participação popular. Decorrerão em 1976 as eleições legislativas - realizadas simbolicamente também a 25 de Abril – as Presidenciais – que tiveram lugar a 27 de Junho – e, ainda, as para as Autarquias Locais num procedimento que era, em tudo, novo e que demonstrava que era preciso aprender a conviver em democracia. As eleições para a Assembleia Constituinte indicaram uma tendência de voto mais conservador que os atos eleitorais seguintes vieram confirmar. Não era só preciso aprender a viver em democracia como, também, era preciso apreender a gerir todo um processo recente, particularmente complexo, sem experiências anteriores que servissem de orientação e no qual se depositavam muitas expectativas e anseios. O ambiente de incerteza era partilhado por partidos e eleitores, desconhecendo-se qual o verdadeiro peso eleitoral das diversas forças políticas.





As eleições presidenciais que tiveram lugar a 27 de Junho de 1976 permitiriam a escolha de entre quatro candidatos, sem prejuízo de também ter havido em Estarreja, apoiantes e subscritores a outras candidaturas como a do General Kaulza de Arriaga. Uma outra *sui generis* foi a de Maria Arlete Vieira da Silva, apoiada inicialmente pela Liga Comunista Internacional (LCI) e pelo Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Não tendo conseguido, a nível nacional, apoios suficientes para legalização da sua candidatura, esta candidata faria história ao ser a primeira mulher a almejar ao mais alto magistério da Nação. O facto de ter conseguido apoiantes aqui no Concelho, não obstante a sua vincada tendência trotskista, é revelador da multiplicidade de visões e tendências políticas que, em pleno PREC, coexistiam e se confrontavam. Não obstante, a maioria dos Estarrejenses acabaria por dar a vitória ao General Ramalho Eanes certamente por preferirem o exercício da liberdade em segurança.

A acalmia política e social só se efetivaria após as eleições autárquicas realizadas em fins de 1976 e para as quais concorreram diversas forças políticas.

Simbologia dos órgãos autárquicos a eleger

SÍMBOLO ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

SÍMBOLO ASSEMBLEIA MUNICIPAL

SÍMBOLO CÂMARA MUNICIPAL

CONJUNTO DAS DENOMINAÇÕES, SIGLAS E SÍMBOLOS OFICIAIS DOS PARTIDOS LEGALIZADOS NO SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ATÉ À PRESENTE DATA DE 3 DE OUTUBRO DE 1976.

Aliança Operário-Camponesa	AOC	
Centro Democrático Social	CDS	
Frente Socialista Popular	FSP	
Liga Comunista Internacionalista	LCI	
Movimento Democrático Português	MDP/CDE	
Movimento de Esquerda Socialista	MES	
Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado	MRPP	
Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)	PCP (M-L)	
Partido Comunista Português	PCP	
Partido da Democracia Cristã	PDC	
Partido Popular Democrático	PPD	
Partido Popular Monárquico	PPM	
Partido Revolucionário dos Trabalhadores	PRT	
Partido Socialista	PS	
União Democrática Popular	UDP	

1981 - INCM - 113
(44 - 218) 000 - 2 (PRT 000)

A lei eleitoral permitia, desde os tempos da eleição para a Assembleia Constituinte, que os partidos se afirmassem e assumissem um papel central em todo o processo, reforçando o pluralismo e a representatividade das diferentes correntes políticas pela adoção do método da representação proporcional. O método de listas fechadas, por partido político, e a visibilidade das designações e símbolos políticos nos boletins de voto procuraram facilitar a identificação dos partidos, fortalecendo-os no novo regime democrático.

As organizações políticas pugnaram pelo mais amplo esclarecimento das populações, promovendo a realização de comícios e sessões de esclarecimento, uma vez que, na globalidade, as populações estavam, por um lado, recetivas às novidades das campanhas, mas, por outro, pouco informadas da mensagem política de cada uma das forças em presença.

GRANDE COMÍCIO
- EM -
ESTARREJA

DOMINGO
7 DE MARÇO - 76
ÀS 17 HORAS
NA

com a presença de:
Prof. Dr. Sousa Franco (moderador do debate)
Ángelo Corvela (deputado por Beja)
Sobralho Dias Marques (deputado por Beja)

PRAÇA FRANCISCO BARBOSA
NÃO FALTES
A TUA PRESENÇA É UM PASSO PARA A VITÓRIA

Tiragem Anual - 2.576 - 1980 est.

Estarp, c/12/76

ESTARREJA

Presidente do Conselho Municipal de Estarp
ESTARREJA

Político e Partido Socialista a favor para eu
dego no próximo dia 10, pelas 17 horas, com lista
de abastecimento, na Escola Secundária de Estarp
com os meus melhores cumprimentos

Paulo Dias

ESTARREJENSES

O C.D.S. apresenta-se à opinião pública do Concelho para a eleição da autarquia local, com confiança e firme propósito de trabalhar em prol do engrandecimento e prestígio da nossa terra.

Não é demais vincar a ideologia que o orienta - tão confusa e confundida ela andam. Somos anti-comunistas.

Defendemos a Liberdade que é a alma do País que resada no eco de gerações a esta sacrifícios.

Defendemos a liberdade de imprensa guiada pela verdade e na responsabilidade perante a lei. Queremos a Igualdade de todos os portugueses na oportunidade.

Queremos a liberdade de consciência e a livre opção nos credos religiosos.

Recusamos o partido único e as suas consequências traduzidas pela opressão e cindradagem brutal do direito à consciência colectiva. Somos contra qualquer espécie de ditadura, seja da direita ou da esquerda.

Queremos um País de homens livres guiados pelo alto objectivo da Justiça Social e da Fraternidade.

O C.D.S. irá cumprir o programa que apresenta:

- Distribuição dos recursos municipais em realidades nas quais sejam harmonicamente consideradas as necessidades globais do concelho (sede e freguesias);
- Equacionamento e resolução de problemas de salubridade, designadamente no domínio das redes públicas de abastecimento de águas e de esgotos. Nestes termos, haverá que encetar, sem demora, o que decorre do deficiente funcionamento das redes existentes, introduzindo-lhes as ampliações que as necessidades racionalmente exigirem e os melhoramentos que a técnica permitir;
- Colaboração com o MEIC na construção de novas escolas e na melhoria das existentes, quando estas não satisficarem os requisitos de comodidade e de eficiência pedagogicamente requeridos;
- Ampliação e modernização das redes de electrificação rural e das redes públicas de iluminação;
- Abertura de novas vias municipais (caminhos e estradas) e melhoria de pavimentos das existentes, por forma a facilitar o tráfego e a encurtar distâncias;
- Acções conducentes à dignificação dos vários poderes locais, com inteiro respeito pelas puras regras democráticas;
- Acções tendentes a um aumento de produtividade global dos vários serviços municipalizados;
- Pugnar por todas as formas possíveis junto dos vários centros de decisão por aquilo que possa contribuir para satisfazer as legítimas aspirações do povo do concelho, e incentivar todas as iniciativas tendentes ao seu progresso e bem estar.

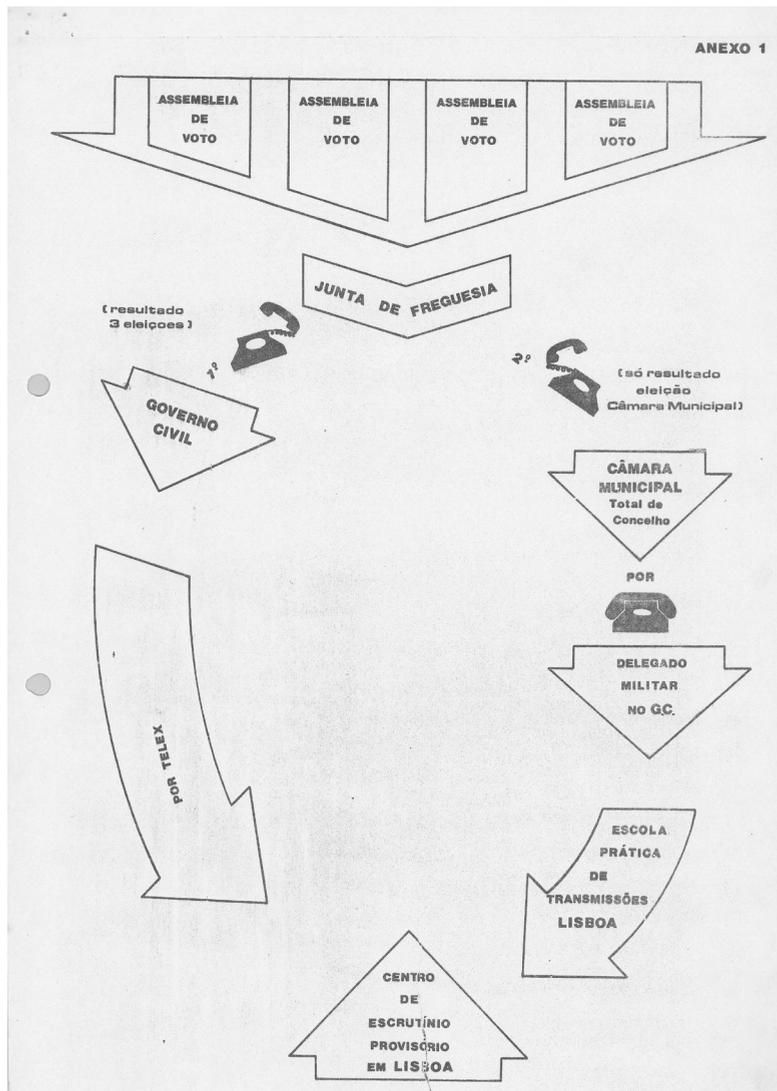
CDS - o voto certo
Portugal dos Portugueses

Paulo - 41 - 2002 - 39

manifesto
DO CDS
NO CONCELHO DE ESTARREJA

VOTA CDS

A organização dos processos eleitorais foi particularmente desafiante para todos os envolvidos. Desde logo, foi necessário proceder ao mais amplo recenseamento numa sociedade que tentava reorganizar-se sob o signo da livre participação cívica numa democracia ainda jovem. Verificam-se, através da documentação administrativa, as dificuldades na gestão de todos os processos mas também o cuidado e o rigor que se procuravam emprestar a tais atos, dada a sua importância para a expressão da vontade popular e para a estabilização da vida coletiva. Percebem-se as dúvidas e os empenhos que possibilitaram a realização, com transparência, dos atos eleitorais, bem como as aprendizagens que tiveram de ser realizadas até mesmo para a comunicação do apuramento dos resultados.



Os Estarrejenses seriam, ainda, chamados às urnas a 12 de Dezembro de 1976 para eleger, pela primeira vez, uma mulher como Presidente de Câmara. O povo elege em liberdade, quem, na proximidade do seu quotidiano, os represente e conduza os destinos do Município. No plano local, os cerca de 11000 eleitores de Estarreja dariam a vitória, com um total de 36,31% dos votos, à candidata proposta pelo PPD/PSD.



Maria de Lurdes de Jesus Almeida Breu tomaria posse a 4 de Janeiro de 1977 e pode considerar-se esse o marco do início da acalmia e normalização da vida democrática do Concelho, pela qual, aliás, pugnou desde início. A 24 de janeiro, depois de empossados todos os seus membros pelo Governo Civil de Aveiro, a Assembleia Municipal elegeria a Mesa que seria presidida por Luís de Sousa Soares Pinto da Silva, coadjuvado pelos primeiro e segundo secretários, respetivamente, Manuel Maria Bezerra da Silva e Joaquim da Silva Marques.

Estavam, a partir de então, constituídas e em pleno funcionamento a primeira Câmara e a primeira Assembleia Municipal escolhidas livremente pelas populações, com o desígnio de poderem assegurar, com estabilidade, novos rumos ao Município de Estarreja.

CRONOLOGIA SELECCIONADA E ANOTADA DE EGAS MONIZ 1874 | 1955

*Rosa Maria Rodrigues **



Os Homens passam, as conquistas científicas permanecem ou transformam-se. A história que as arquiva fará a sua crítica. Sinto-me sombra a desvanecer-se nas gerações que se seguem. E agora ao despedir-me, ousou rematar: esforcei-me por bem cumprir o meu dever.

Egas Moniz | 1944

*Licenciada em História. Diretora da Casa Museu Egas Moniz, com investigação e publicações na temática Moniziana.

1874

29 de novembro | domingo | 3 horas - Nasce António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz¹, na freguesia de Avanca, Estarreja, segundo filho² de Fernando de Pina Resende Abreu (profissão proprietário), e de Maria do Rosário de Almeida de Sousa Abreu (profissão “governo de sua casa”).

Batizado a 7 de dezembro do mesmo ano, na Igreja Matriz de Avanca, pelo Abade Francisco Paes de Rezende Pereira e Mello, tendo sido padrinhos, o abade de Pardilhó Caetano de Pina Resende Abreu de Sá Freire (tio paterno) e Brites Inácia de Pina Botelho (avó paterna).

Vive com os seus pais e irmãos em Avanca.

215-7

Registado no livro de ematamentos sob n.º 1800

Registo Civil da República Portuguesa

Ano
N.º
Fólias

Certidão de Nascimento

Joaquim da Santa Silva
Junimani do Registo Civil do município de Estarreja.

Narrativa

Certifico que dos livros de registo de nascimento arquivados nesta Repartição referentes ao ano de 1874, consta que no dia vinte e nove do mês de novembro do ano de mil oitenta e setenta e quatro na freguesia de Avanca, município de Estarreja, nasceu um indivíduo do sexo masculino, a quem foi dado o nome de *António Caetano*, filho de *Fernando de Pina de Resende Abreu* e de *Maria do Rosário de Almeida de Sousa Abreu*, natural de Estarreja.

CONTA

Emol. Me. \$ 2
Papel \$
Total \$
Basca \$ 1
\$ 3

E por ser verdade se passou esta certidão que conferi e assino.

Joaquim da Santa Silva
Repartição do Registo Civil de Estarreja

29 de novembro de 1874 mil novecentos vinte e sete

O Junimani do Registo Civil,

2500 0305 0302 0370 0804

Mod. 30 de Coelho & Silva, Lda., - Porto

Recs

Certidão de nascimento de Egas Moniz

1- Consta no seu bilhete de identidade de 1940, que media 1,70 cm e tinha olhos castanhos. Era bastante metódico, gostava de ler, deitava-se tarde, gostava de viajar de automóvel (não a muita velocidade), teatro, fado e música clássica, adorava sentir a beleza das flores, a policromia das porcelanas, a magia das noites de luar, a quietude da pintura naturalista, e se um dia lhe fosse entregue uma fabulosa fortuna criaria o Instituto do Cérebro. A figura portuguesa que mais admirava era Luís de Camões, e gostava de ter participado no Movimento da Independência Nacional, no século XII.

2- O primogénito chamado António Joaquim faleceu em criança.

1880

Inicia os seus estudos primários, na Escola do Padre José Ramos em Pardilhó³.

1884

14 de julho - Nascimento de Elvira Macedo Dias⁴.

1886

Faz o seu exame de instrução primária na Escola do Conde Ferreira em Estarreja, onde é aprovado com distinção⁵.

Inicia os seus estudos liceais no Colégio de S. Fiel dos Jesuítas, em Louriçal do Campo, Castelo Branco, onde se adapta com relativa facilidade e sucesso.

1887

5 de dezembro - Falecimento da irmã de Egas Moniz⁶.

1888

Pai de Egas Moniz emigra para a Beira (Moçambique)⁷.

1890

29 de março - Falecimento do pai de Egas Moniz⁸.

Matrícula de Egas Moniz no Liceu de Viseu, para frequentar o último ano dos estudos liceais.

1891

12 de outubro - Chegada a Coimbra.

Matricula-se na Universidade de Coimbra (com 16 anos), e instala-se numa República⁹ nos Arcos do Jardim e o alfaiate Paixão da Rua Larga, fez-lhe a capa e batina que iria cobrir a determinação do jovem estudante Coimbrão¹⁰.

3- Egas Moniz, era conhecido pela Alcinha de *Abadinho* pelo facto de residir em casa do Abade de Pardilhó.

4- Nasceu no Rio de Janeiro (Sacramento), era filha de um emigrante português, José Joaquim Dias, que instalara a primeira fábrica mecânica de sapatos no Rio de Janeiro e de uma cidadã brasileira, Matilde Flora de Macedo.

5- Acerca desta prova constituída por ditado, contas e prova oral, escreve Egas Moniz: *O Mestre e o meu tio deram-me os parabéns e eu senti-me como se tivesse alcançado um grande triunfo na carreira académica.*

6- O falecimento precoce da irmã Luciana, vítima de tuberculose, desencadeia em Egas Moniz, a sua primeira crise moral e religiosa, chegando a questionar um dos padres de S. Fiel desta forma: *Porque é que Deus, justo e misericordioso, deixa que uma criaturinha boa, inofensiva, enlevo da família, desapareça desta maneira, quando a vida apenas começava para ela? Onde está a justiça? (...) Tirou-a a nós a quem pertencia, fazendo-a sofrer, martirizando-a com torturante padecimento.*

7- Esta emigração deveu-se ao afundamento financeiro da família, que levou à colocação dos bens da família à venda em hasta pública. Entre esses bens encontrava-se a Casa do Marinheiro, que mais tarde Egas Moniz reconstruiu, e que após o falecimento do casal foi transformada em Casa Museu.

8- O pai de Egas Moniz, faleceu provavelmente de paludismo, com 59 anos, tendo sido sepultado no cemitério de S. Francisco Xavier em Lourenço Marques.

9- Relata Egas Moniz: *Na república era eu o único caloiro e lá me ia defendendo do ataque cerrado dos veteranos que cobriam de doestos mais ou menos acrimoniosos.*

10- Egas Moniz, viveu intensamente a sua passagem pela academia coimbrã. Privou de perto com Augusto Hilário (famoso cultor do fado de Coimbra).

16 de outubro -Abertura solene do ano académico, na “Sala dos Capelos”. Inicia assim os preparatórios médicos na Faculdade de Matemática e Filosofia, conforme era exigido para o ingresso no curso médico.

1892

Em 1892, na qualidade de *aluno voluntário* frequentou as disciplinas de Química Orgânica e Análise Química e Física. Paralelamente matricula-se em Desenho e Economia Política, Cálculo Diferencial e Integral

Irmão de Egas Moniz emigra para a Beira (Moçambique)¹¹.

1893

Faz exames como *aluno obrigado* das disciplinas de botânica, Física e Zoologia, completando desta forma o curso preparatório de Medicina.

1894

13 de outubro – Matrícula no 1.º ano do Curso de Medicina¹².

Instala-se na Rua de Tomar n.º 1.



Egas Moniz aos 19 anos

11- Segundo relata Egas Moniz no livro *A Nossa Casa*, o irmão Miguel faleceu pouco tempo depois, possivelmente com febres altas, quando se embrenhou no mato com amigos numa caça ao leão.

12- À medida que avançava nos estudos, Egas Moniz dedicava-se cada vez com mais afinco à Medicina, não descurando a vida académica, política e cultural do país.

1898

21 de fevereiro - Digressão como Presidente da Tuna Académica de Coimbra a Santiago de Compostela. Não sendo executante na mesma¹³, era reconhecido pelos seus dotes de oratória e eloquência bem como um primoroso organizador de excursões. Refere Egas Moniz no seu discurso: *Nós não somos artistas, não vimos por isso aqui tocar com a pretensão de alcançar os louvores de um correcto trabalho; longe disso: nós vimos aqui tocar como a paisagem de Coimbra, a recordar com prazer aquelas ilusões, aquelas alegrias, quando nas noites de luar caminhamos pelas poéticas margens do Mondego, pelas brisas e aragens puríssimas, o mesmo que pelo murmúrio daquelas águas evocam em nós recordações inolvidáveis dos que ali passaram deixando pedaços da sua alma. Lá recordamos António Fogaça e Santos Mello e a triste nota dos nossos fados despertos na nossa memória o querido companheiro e melancólico boémio de hoje: «O Hylário».* Portanto como sonhadores, como boémios e como estudantes, é como aqui vimos.

Primeiras manifestações do reumatismo gotoso, que o viria a atormentar para o resto da vida¹⁴.

05 de dezembro - Falecimento da Mãe¹⁵.

Nomeado sócio efetivo do Instituto de Coimbra.

Falecimento do Tio Abade.

Publica *Alocação como Presidente da Estudantina*.

1899

31 de julho | 2.ª feira - Grau de *Bacharel formado em Medicina* com a classificação de Muito Bom (16 valores), com o qual podia aspirar aos graus de licenciado e de doutor, que o habilitavam à docência universitária.

2 de agosto | 4.ª feira – Chegada a Avanca, onde foi recebido majestaticamente com foguetório, música de Pardilhó e vivas ao novo doutor.

1900

7 de fevereiro – Eleito deputado por Tondela¹⁶.

21 de fevereiro - Defendeu a tese de Licenciatura, com a dissertação *Alterações anatómo-patológicas na difteria*, (com 16 Valores), recebendo na Real Capela da Universidade de Coimbra o Grau de Licenciado em Medicina.

Vive na Rua dos Estudos.

13- Egas Moniz foi o 3.º presidente desta Associação, que inicialmente se designou de *Estudantina de Coimbra*. Aquando da sua permanência no colégio de S. Fiel, teve uma frustrada aprendizagem de piano, flauta e trombone.

14- Egas Moniz tinha tofos exuberantes nas mãos, pavilhões auriculares, pálpebras e lábios. Num dos seus livros contesta a afirmação que a gota era causada pelos seus requintes de *gourmet*, já que a primeira crise tinha aparecido enquanto era estudante, num tempo em que a sua dieta era bastante pobre. Em carta à sua sobrinha-neta Rosarinho Macieira Coelho de agosto de 1951 dizia: *escrevo-te a custo, pois a gota além de me mortificar o pé também me assaltou a mão direita com a sua garra impiedosa. Felizmente vou melhor do estado geral e local, mas seguem as dores e tenho dificuldade em andar.*

15- Segundo João Lobo Antunes em Egas Moniz – Uma biografia, foi em Coimbra, que recebe notícia pelo primo António de Abreu de que a saúde da mãe piorara. *Regressa a Pardilhó para assistir aos seus últimos dias de vida. Conta ter mandado chamar um fotógrafo de Ovar para fotografar a mãe já no caixão. A partir dessa foto fez José Malhoa um retrato a carvão e depois, João Reis, um retrato a óleo, entretanto a saúde do padrinho abade também declinava. A Egas faltava dezoito meses para concluir a licenciatura, mas, tal como o tio previa, este já não o veria formado, porque morreria em breve de complicações da diabetes. Com a morte do tio João António, três meses depois, extinguiu-se toda a família próxima de Egas.*

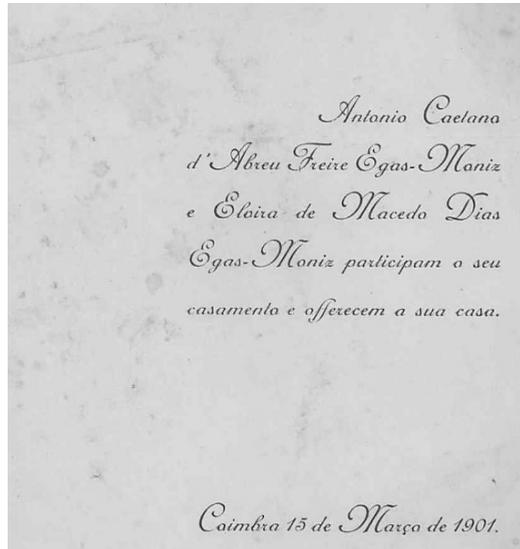
16- Até 1918 desenvolve intensa atividade política tendo sido deputado em diferentes legislaturas.

1901

07 de fevereiro | 5.ª feira - Casamento na Igreja de Canas de Sabugosa, com Elvira Macedo Dias¹⁷.

18 de fevereiro – Eleito deputado por Tondela.

15 de março – Receção oferecida Coimbra, para participação do casamento.



Convite da receção oferecida pelo casal em Coimbra.

8 e 9 de julho - Provas de Doutoramento na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra com a dissertação *A Vida Sexual-Fisiologia*, com 17 Valores (Muito Bom).

14 de julho - Cerimónia de Doutoramento na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, tendo sido seu “padrinho” o Conselheiro José Luciano de Castro, representado por José Maria de Alpoim de Cerqueira Borges Cabral.

13 de outubro – Colabora em parceria com Saavedra Guedes na fundação do jornal *O Concelho de Estarreja*.

Publica a obra *Vida Sexual – Fisiologia*¹⁸.

17- Acerca deste escreve Egas Moniz: *Cerimónia de aldeia com muitas flores lançadas no caminho pelas raparigas da terra e boda farta em casa dos tios da minha mulher. Passámos em Coimbra a lua de mel e não tardou que começasse a preparar-me para as teses que se realizaram no verão.* Segundo testemunho dos seus sobrinhos netos, mantinham uma relação de grande ternura, respeito, admiração e cumplicidade.

18- Nesta dissertação que abordou assuntos como a embriologia, anatomia, histologia, higiene sexual ou aparelho genital, fecundação artificial, teve a audácia de escolher um tema que poderia chocar mentalidades, no entanto entendo que Egas Moniz assumiu o *risco calculado* ao abordar esta temática, pois acima de tudo pretendia sustentar a tese da sexologia como ciência séria. Toda a tese é de um rigor e de uma cientificidade inquestionáveis reforçada com a citação e o conhecimento do que à época, de mais atual se investigava internacionalmente nesta matéria. Em março de 1934, foi proibida a sua circulação pela censura por ser como obra pornográfica, passando a ser a sua circulação restrita. Na opinião de Júlio Machado Vaz, no prefácio à edição *Fac-similada* desta obra promovida pelo Município de Estarreja, em 2009, *Egas Moniz não liderou Revolução ou Contrarrevolução. Atraveu-se somente a abordar com apenas vinte e sete anos e em provas de doutoramento, um tema incómodo para a Universidade Portuguesa, contra a opinião dos seus mestres. Fê-lo com limitações próprias e certo da “sua” verdade.*

1902

04 de dezembro - Nomeado lente substituto da Faculdade de Medicina de Coimbra, em conjunto com Sobral Cid, Elísio de Moura, Luís Viegas e Ângelo da Fonseca.

06 de dezembro - Tomada de posse do lugar de Lente substituto das disciplinas de Anatomia, Histologia e mais tarde Patologia Geral. Até 1911 desmultiplica-se entre o seu consultório em Lisboa e entre sucessivas viagens de estudo a Paris onde vai colher os ensinamentos dos neurologistas Pitres, Abadie, Pierre Marie, Déjerine e Babinsky.

Prestou provas para o Concurso a Lente da Faculdade de Medicina de Coimbra com a dissertação *Vida Sexual II - Patologia*, editada nesse mesmo ano em conjunto com a I parte sobre a forma de livro, até 1933.

1903

Médico¹⁹ Especialista da CP²⁰.

1904

Publica a obra *Bases para a criação da Lei protetora da Primeira Infância*²¹.

1905

Nomeado para Presidente do Júri de Concursos dos lugares de Professor do 5.º Grupo de Liceus.

1906

Publica *As doenças populares. O perigo alcoólico*.

Assumiu o lugar de médico-chefe do ramo Vida da Companhia de Seguros A Nacional, acumulando com o estatuto de acionista fundador da companhia de seguros. Nessa condição veio a ser eleito para o Conselho de Administração, permanecendo na qualidade de membro dos corpos gerentes até final da sua vida.

1907

Estabelece consultório na Praça Luís de Camões n.º 6-1.ª, em Lisboa²², transferindo-se em fevereiro de 1913 para a Rua do Alecrim, n.º 105 1.º²³.

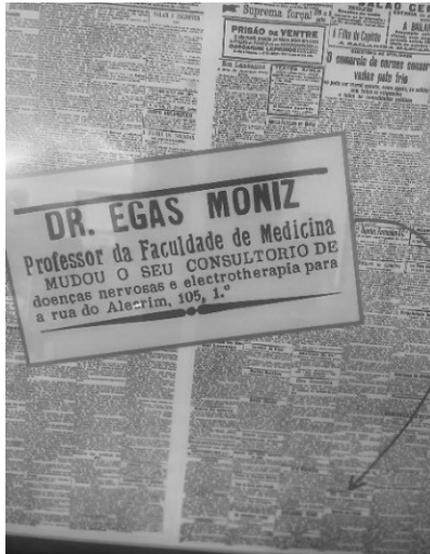
19- Egas Moniz, entendia que os médicos deviam ser honestos, delicados e dotados de grande sentido de humor.

20- Permaneceu nestas funções até 1944.

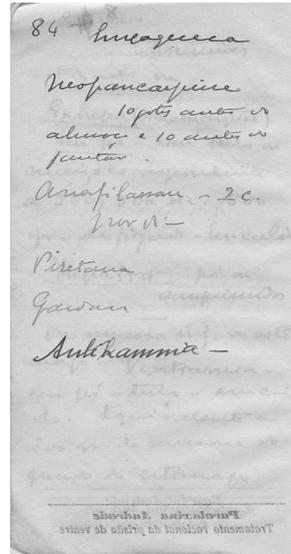
21- Ao longo da sua vida, publicou cerca de meio milhar de trabalhos.

22- Anteriormente tinha consultório na Rua Nova do Carmo, tendo como companheiro o dermatologista Zeferino Falcão e atendeu em consulta Fernando Pessoa (1907) e Mário Sá Carneiro (1914).

23- Foi neste espaço, onde dava todos os dias consultas das 4 às 6 da tarde, que sofreu um atentado em 1939.



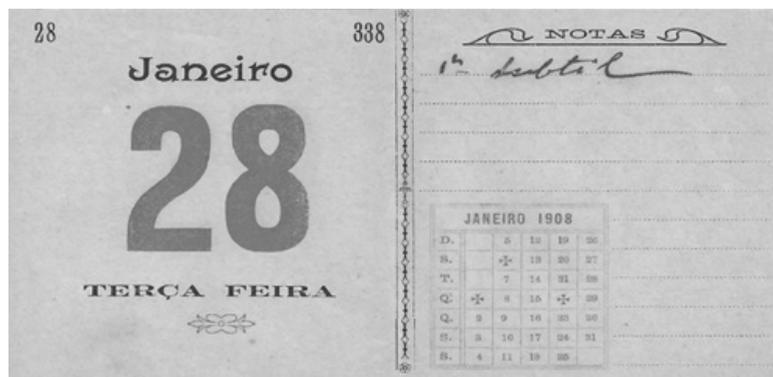
Jornal Diário de Notícias de 27 de fevereiro de 1913



Agenda | Notas Terapêuticas de Egas Moniz (enxaqueca)

1908

Faz parte do Movimento Revolucionário que visava o derrube da ditadura de João Franco (primeiro ministro de D. Carlos), conjuntamente com Luz de Almeida, Afonso Costa, João Chagas e António José de Almeida, em consequência do qual foi preso no cárcere de Loios (28 de janeiro)²⁴.



Página da agenda de 1908²⁵

1909

Participa na manifestação anticlerical em Lisboa, conjuntamente com Miguel Bombarda. Esta que reuniu cerca de 100.00 assinaturas, exigia cumprimento da lei sobre associações religiosas.

24- A partir de 1908 e até 1911, Egas Moniz dedica-se à política, à clínica e à investigação científica, com algum alheamento da sua carreira académica.

25- Egas Moniz esteve preso, desde a noite de 28 (cerca das 23 horas) até às 13 horas do dia 6 de fevereiro.

1910

24 de fevereiro - Promovido a lente catedrático da Faculdade de Medicina de Coimbra.

07 de março – Toma posse do lugar de lente catedrático.

22 de dezembro - Foi iniciado na Loja *Simpatia e União*, de Lisboa, com o nome simbólico de Egas Moniz²⁶, abandonando esta agremiação em maio de 1912.

1911

03 de abril - Transferido para Lisboa, onde toma posse como professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, para ocupar a cadeira de Clínica Neurológica, criada pela reforma republicana dos estudos médicos²⁷.

Deputado republicano na Assembleia Constituinte²⁸.

1912

11 de janeiro - Comunicação na Sociedade Neurológica de Paris a respeito da *Inversion du réflexe du radius dans un cas de Syringomyélie*.

16 de abril – Egas pede a cessação do mandato parlamentar e mantém-se durante alguns anos sem actividade política visível.

18 de abril | Camarate | 13 horas – Duelo com Norton de Matos. Egas Moniz saiu vencedor e só se reconciliaram em 1948, aquando da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República.

Resigna das sua atividade como deputado mantendo-se alguns anos sem atividade política visível.

1913

Publica *Um caso de tumor intrapontino*.

1914

Publica *As novas ideias sobre o hipnotismo. Aspectos Médico-legais*.

1915

Reconstrução da Casa do Marinheiro²⁹ em Avanca, segundo projeto do arquiteto Ernesto Korrodi, sob direção do Padre António Maria de Pinho de Avanca, ficando a decoração interior, revestimento das paredes e mobiliário a cargo do antiquário Álvaro Pinto de Miranda, da Granja.

26- A este respeito, numa carta ao editor do jornal Diário de Notícias de 17 de julho de 1950 escreve Egas Moniz (...) *Este venerável soou-me a maçónico, coisa que nunca fui. Levou-me à sede, uma vez, o meu bom amigo Sebastião Magalhães Lima, mas como não me agradou o ritual, disse-lhe que não voltaria. E assim sucedeu.*

27- Egas Moniz, ao longo da sua carreira docente em Lisboa | 1911-1944, sempre lutou por um ensino universitário onde a investigação científica se aliasse à docência, por forma a que o professor não fosse um mero *repetidor do saber alheio*. Pugnava para que magistério universitário, ultrapassasse limites do saber instituído. A investigação, o sentido crítico, a inteligência e intuição, o diálogo entre professor e aluno foram apanágios da sua carreira docente.

28- Resigna destas funções em 1912, numa carta lida no hemiciclo pelo seu companheiro de bancada António José de Almeida.

29- Nesta casa passava as suas férias em setembro, onde pautava os seus dias pelo recolhimento para a escrita e leitura, acompanhamento dos trabalhos da quinta, bem como consultas médicas.



Casa do Marinheiro

Publica *As bases da Psicanálise*.

1916

16 de janeiro - Alocução na inauguração do Museu Regional de Aveiro com a palestra *Divagações sobre Arte*.

20 de janeiro - Eleito académico correspondente da Academia das Ciências de Lisboa.

29 de janeiro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Um caso de Acromegalia*.

16 de dezembro - Feito prisioneiro a bordo do navio S. Gabriel, acusado de conspirador perigoso devido às suas atitudes liberais e anti ditatoriais.

1917

20 de outubro - Divulga os princípios do Partido Centrista por ele criado, em conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto³⁰.

Ministro dos Negócios Estrangeiros.
Publica a obra *Neurologia na Guerra*³¹.

1918

Assume durante o mês de março o cargo de Ministro Plenipotenciário de Portugal em Madrid junto do rei Afonso XIII, onde conseguiu o reatamento das relações entre Portugal e o Vaticano após a lei de separação instituída pelo seu inimigo político Afonso Costa.

Ministro dos Negócios Estrangeiros.

05 de dezembro - Nomeado para presidir a Delegação Portuguesa à Conferência da Paz.

1919

16 de março – Abandona a presidência à Conferência da Paz³², sendo substituído na mesma por Afonso Costa³³, fator desencadeante da sua decisão de abandonar a política ativa, optando enveredar pelos trilhos da investigação científica. Durante a ditadura a sua oposição ao regime é muito peculiar pois o seu processo na PIDE é minimal.

Publica a obra *Um Ano de Política*³⁴.

30- Do programa do partido centrista, sobressai a defesa da aliança entre o capital e o trabalho. Defende a legislação laboral e o investimento estatal e privado e a educação escolar. Considera prioritária a questão das liberdades públicas e dos direitos individuais, em suma define a sua postura na vida política portuguesa.

31- A *Neurologia na Guerra*, é uma obra sobre o tratamento das patologias traumáticas e psiquiátricas, em cenários de guerra. O estudo destas vítimas, veio contribuir para a definição mais rigorosa da localização das várias funções cerebrais, por exemplo, sobre a organização cerebral da área da visão. Esta obra, dedica um capítulo especial aos comocionados ou seja, aqueles casos em que não havia traumatismo direto, e que constituíam ao tempo matéria muito controversa quanto à sua natureza. A questão era saber se as alterações observadas nas vítimas, sobretudo quanto ao seu comportamento, eram consequência de uma perturbação orgânica ou, pelo contrário apenas um distúrbio psicológico curável por sugestão ou hipnose.

32- Egas Moniz afirma a respeito desta sua intervenção: *A minha política no Ministério dos Negócios estrangeiros e na Conferência da Paz, foi sempre decididamente anglofíla.*

33- Este facto marca a trajetória política de Egas Moniz que em *Confidências de um Investigador Científico* escreve: *Terminada a minha missão como Presidente da Delegação à Conferência da Paz (...) dei por concluída actividade na vida política, recolhendo-me á minha missão de professor e investigador.*

Segundo testemunho de um dos seus sobrinhos netos, os temas políticos foram banidos das conversas familiares.

34- Neste relata a sua intervenção na vida política, durante 20 anos e que segundo Egas Moniz *com algum ilusório sucesso e muitas contrariedades.*

1920

22 de setembro | 4.ª feira | 22 horas - Representação na Casa do Marinheiro da Opereta *A Nossa Aldeia* escrita por Egas Moniz em Karlsbad sob o pseudónimo de ACAFEM³⁵.



Opereta A Nossa Aldeia

1921

20 de junho – Conferência no Congresso Luso-Espanhol das Associações para o progresso das Ciências a respeito de *O Conflito Sexual*.

Publica *O Conflito Sexual*³⁶.

1922

17 de junho | sábado - Conferência na Câmara Municipal de Estarreja *Do Valor e da Saudade*, por ocasião da inauguração do obelisco aos mortos do Concelho de Estarreja na I Grande Guerra.

22 de setembro - Nomeado Diretor do Hospital Escolar de Lisboa, tomando posse do lugar a 16 de outubro.

35- A sua dedicação ao seu torrão Natal está bem patente nesta opereta, onde o seu espírito inventivo e criativo produz um trecho em três atos onde a *Avança do Passado, Avança de Hoje, Avança de Amanhã*, satirizam e caracterizam a sua bela aldeia em versos carregados de humor e nostalgia. Esta récita que dirigiu teve cenários de Maurício de Almeida e a música foi escrita por Estefânia Macieira (cunhada de Egas Moniz) em parceria com Alberto Rego (condiscípulo de Egas Moniz de Coimbra), além de incluir melodias tradicionais bem como trechos da ópera *Mannon* de Massenet. Acerca desta opereta relata o jornal *O Concelho de Estarreja*: *O sr. Dr. Egas Moniz e a Exma. Sua esposa ofereceram na passada quarta feira na sua Casa do Marinheiro uma encantadora festa às pessoas das suas relações que deixou as mais perduráveis lembranças em todos aqueles que a ela assistiram. Iniciou-se a festa às dez horas, por um grupo de gentis meninas e rapazes da sociedade avanacense (...) A sala adaptada a plateia estava lindamente ornamentada e o cenário propositadamente pintado para esta festa pelo jovem e já conceituado artista Maurício Valente de Almeida era dum surpreendente efeito.*

36- Nesta, aborda a temática da Psicanálise recorrendo a exemplos de doentes das suas consultas, em que havia usado técnicas psicanalíticas.

1923

10 de março - É constituída em Avanca a SPL - *Sociedade de Produtos Lácteos*, dividida em 50 quotas, com o capital social de 300 mil escudos, em que Egas Moniz³⁷ conjuntamente com algumas dezenas de conterrâneos, promovem a instalação de uma fábrica no lugar do Pensal destinada à preparação e exploração de todos os produtos lácteos e seus derivados. Esta, recebe depois da Nestlé em 1933 o exclusivo do fabrico dos seus produtos em Portugal.

5 de maio - Nomeado Sócio Efetivo da Academia das Ciências de Lisboa sucedendo a Curry Cabral na cadeira n.º 4.

1924

Publica a obra *Júlio Dinis e a sua Obra*³⁸.

1925

1.ª Experiência da arteriografia utilizando sais de bromo.

Encarregado de representar o Governo e Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa no Centenário do famoso cientista Charcot.

Publica a obra *O Padre Faria na História do Hipnotismo, bem como a Necrofilia de Camilo Castelo Branco*.

1926

Encarregado de representar o Governo e a Faculdade na Reunião dos Neurologistas em Paris.

1927

14 de junho - Nomeado Diretor da Clínica Neurológica.

28 de junho | 3.ª feira - Realiza a 1ª Arteriografia Cerebral³⁹, em colaboração com Almeida Lima utilizando um soluto de iodeto de sódio a 25%, que permitiu o diagnóstico de um tumor da hipófise por desvio das artérias⁴⁰.

Prestou provas para o Concurso a Lente da Faculdade de Medicina de Coimbra com a dissertação *Vida Sexual II - Patologia*, editada nesse mesmo ano em conjunto com a I parte sobre a forma de livro, até 1933.

37- O valor da quotização do casal Egas Moniz foi de 40 mil escudos.

38- Desde esta data até 1955, Egas Moniz publicou 34 ensaios de carácter biográfico debruçando-se em figuras da ciência e das humanidades, onde destaco *Júlio Dinis, Padre Faria na história do hipnotismo, Camilo Castelo Branco, Ricardo Jorge e O Papa João XXI*.

39- Egas Moniz conseguiu com esta técnica, o que pode ser considerado como o primeiro estudo funcional cerebral no homem, com a imagem em tempo real de visualização dos vasos intracranianos, sendo por isso precursora da imagiologia cerebral. Esta, desempenha hoje um papel insubstituível na neurorradiologia de intervenção.

40- Esta invenção teve a colaboração de Almeida Lima e da Enf.ª Deolinda, e Egas Moniz reagiu desta forma. *Quando em Junho de 1927 consegui ver pela primeira vez aos Raios X as artérias do cérebro através dos ossos espessos do crânio tive um dos maiores deslumbramentos da minha vida.*



Egas Moniz em Santa Marta

7 de julho - Faz a apresentação das suas descobertas em Paris à Sociedade de Neurologia com a comunicação *A Encefalografia Arterial, sua importância na localização dos tumores cerebrais*. A esta preleção assistiu Babinski, Sicard e Souques.

12 de julho - Faz idêntica apresentação à Academia de Medicina de Paris.

27 de julho – Conferência de Egas Moniz na Faculdade de Medicina de Lisboa- do campo de Santana, sobre *Encefalografia arterial no diagnóstico dos tumores cerebrais*⁴¹.

31 de julho – Eleito Vogal da Comissão pedagógica da faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Eleito Vogal da Comissão Pedagógica da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

1928

11 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *A estereoscopia da encefalografia arterial no vivo* (primeiras provas obtidas).

4 a 18 de agosto - Deslocação ao Brasil⁴² a convite de Aloysio de Castro em nome do Governo Brasileiro, onde profere conferências diversas sobre Neurologia, na Faculdade

41- Nesta conferência, esteve presente o doente em que se obteve a primeira arteriografia.

42- Durante a sua estada no Brasil recebe o Diploma de Sócio Honorário da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal e o Diploma de Sócio Honorário da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo e é igualmente executado o seu busto em bronze (exposto na Casa Museu Egas Moniz), pelo escultor Pinto do Couto. Oíçamos um relato desta viagem por Egas Moniz *A noite tinha a serenidade morna do Inverno no Rio. A temperatura era de uma suavidade acalentadora. O mar muralhava docemente na praia interminável, a que a luz do colar de pérolas emprestava cintilações, na policromia dos reflexos e na estratificação da espuma que orlava o espreguiçar das ondas.*

de Medicina do Rio de Janeiro e S. Paulo, na Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro e na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal⁴³.



Hospital da Santa Casa da Misericórdia de São Paulo

Proposta de Bettencourt Raposo e Azevedo Neves, para atribuição do Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia pela invenção da Angiografia. Esta não foi aprovada. O método foi considerado interessante, no entanto a amostragem de casos não era satisfatória, e a injeção requerida muito dolorosa.

Nomeado para a Comissão de obras do Hospital Escolar de Lisboa.

Encarregado de representar o Governo e a Faculdade na Semana Médica de Bruxelas.

43- Acerca desta refere Egas Moniz; (...) a mais emocionante jornada médica que realizei na minha vida de cientista. Outras tive e algumas me referirei, em que intervieram quase exclusivamente os meus estudos e trabalhos. Nesta, porém, vibrou o patriotismo projectado numa pátria maior, progressiva e desempoeirada de preconceitos e rivalidades. Ali palpitou, no mesmo desejo de triunfo e de progresso, a alma dos dois povos, traduzida numa elevada linguagem de estima e de justiça.



Egas Moniz posa para o escultor Pinto do Couto no Rio de Janeiro | 15 de agosto

Prefacia a obra de Almeida Paiva *Oscar Wilde Pensamentos e Paradoxos, traduzidos, coligidos e acompanhados de notas críticas e biográfica.*

1929

7 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa da *A Arteriografia cerebral na meningite serosa circunscrita.*

28 de abril - Comunicação à Corporação dos Assistentes do Hospital Escolar de Lisboa *Diagnóstico encefalográfico dos tumores cerebrais.*

09 de maio - Nomeado Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

15 de junho – Doutor *Honoris Causa* da Universidade de Bordéus e Lyon.

5 de dezembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Dentição Tardia numa centenária.*

09 de dezembro - Conferência pronunciada por ocasião do Terceiro Jubileu da Academia das Ciências a respeito de *O Papa João XXI*⁴⁴.

Nomeado vogal para o Conselho da Ordem e da Instrução Pública.

Publica a obra *Ao Mestre José Malhoa*⁴⁵.

44- Nesta obra, analisa a bibliografia referente à vida e obra do Papa Português, Petrus Lusitanus, Petrus Hispanus ou Petrus Juliani, que considera uma das grandes individualidades científicas do século XIII, pois foi um notável médico, filósofo, teólogo, professor e matemático.

45- Nesta apercebemo-nos da sua preferência pela pintura bucólica e naturalista, referindo: *O grande pintor da vida rústica do seu tempo, o Júlio Denis da paleta e do pincel.*

1930

07 de fevereiro - Conferência realizada na Sociedade Nacional de Belas Artes na inauguração da exposição do Grupo Silva Porto acerca de *Os Pintores da Loucura*⁴⁶.

29 de maio - Conferência realizada nas Festas do III Jubileu da Academia das Ciências de Lisboa a respeito do *Tratamento cirúrgico dos tubérculos solitários do encéfalo*.

01 de agosto

Nomeado representante da Faculdade no Conselho Superior da Instrução Pública.

Nomeado para a Comissão encarregada de propor as bases do ensino da especialidade dentária.

Nomeado para a Comissão encarregue de estudar a instalação de mais estabelecimentos universitários no país.

Setembro - Conferência realizada em Saragoça a pedido da Association Neuropsiquiatrica Espanhola, acerca da *La encefalografia arterial*.

Participa no XIII Congresso de Hidrologia, Climatologia e Geologia Médicas.

1931

19 de fevereiro – Comunicação na Academia das Ciências acerca de *Visibilidade aos Raios X, dos vasos pulmonares, obtida por injeção de líquido opaco na aurícula direita*.

5 de março - Comunicação à Academia das Ciências de Lisboa acerca da *Aspergilose cérébrale*.

9 de julho – Comunicação na Academia de Ciências de Lisboa acerca da *Tumor Intramedular. Tetraplegia e Cura pela radioterapia*.

12 de dezembro - Comunicação na Sociedade de Ciências Médicas a respeito de *Alguns novos aspectos da encefalografia arterial*.

Exonerado a seu pedido do lugar de Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Primeiras arteriografias cerebrais usando thorotraste.

Participa no Congresso de Neurologia de Berna.

É publicado em Paris pela Casa Masson a obra *Diagnostique des tumeurs cérébrales et épreuve de l'encéphalographie artérielle*⁴⁷.

Nomeado para Vogal do Conselho da Instrução Pública.

1932

27 de fevereiro – Comunicação na Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa a respeito de *Vantagens do método arterioflebográfico no estudo da velocidade de circulação do sangue no Homem*.

7 de abril - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa *A respeito da Produção esclerogomosa da dura-mater simulando um tumor cerebral*.

29 de abril - Criação do Instituto da Investigação Científica de Neurologia, sob a direção de Egas Moniz.

16 de dezembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Aspecto Flebográfico de um meningioma*.

46- Egas Moniz, faz a sua análise enquanto neurologista de Goya, Greco, Van Gogh, Kandinsky, entre outros, que deixaram impregnadas as alterações psíquicas e as suas visões perturbadoras, nas suas telas e conseqüentemente na História da Arte.

47- Esta obra, foi prefaciada pelo celebre neurologista Joseph Babinski, que inevitavelmente o compara aos seus compatriotas *Dias et Vasco da Gama*. Nesta obra descreve minuciosamente a nova técnica, e a sua aplicabilidade no diagnóstico da patologia tumoral.

Malhoa pinta o retrato de Egas Moniz, que atualmente se encontra no Centro de Estudos Egas Moniz⁴⁸.

Nomeado representante da Faculdade no Conselho Superior de Instrução Pública.

1933

7 de janeiro - Comunicação na Sociedade de Ciências Médicas a respeito de *A Filmagem da circulação cerebral*.

7 de abril – Comunicação na Academia de Ciências de Lisboa a respeito de *Produção esclerogomosa da dura-máter simulando um tumor cerebral*.

10 a 12 de abril - Participa no XXVIII Congresso da *Association des Anatomistes*, com a comunicação *L'angiographie cerebrale chez le vivant. Son importance anatomique*.

01 de junho – Visibilidade ao raio X, do tronco basilar.

21 de dezembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *A prova arteriográfica em casos de aneurismas e angiomas cerebrais*.

Proposta apresentada por Jaime Salazar de Sousa e Lopo de Carvalho (professores da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa), para atribuição do Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia a Egas Moniz, pela descoberta da Angiografia. Esta foi rejeitada, no entanto o método e os resultados eram evidentes. O relatório refere que se deveria deixar a eventual concessão para avaliação futura pois o trabalho de Egas Moniz deveria ser seguido com atenção, e que este poderia ser novamente considerado seriamente para essa distinção.

1934

21 a 29 de abril - Deslocação a Espanha para realizar conferências na Universidade de Santiago de Compostela.

Publica a obra *L'angiographie cérébrale. Ses applications et résultats en anatomie, physiologie et Clinique*.

1935

Julho - Participa no II Congresso de Neurologia Internacional de Londres com a Comunicação *Angiography in the diagnosis of brain aneurism and angiomas*⁴⁹.

Participa na Semana Médica Internacional de Montreux.

5 de julho – Comunicação na Academia de Ciências de Lisboa a respeito de *Terminologia Médica*.

14 de novembro

Nomeado Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública.

1ª Experiência da alcoolização da substância branca do lobo pré-frontal.

48- A obra a pastel, ocupou um lugar destacado na sala de estar da moradia de Egas Moniz, na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa e foi cedido, mais tarde, pela viúva, ao Centro de Estudos Egas Moniz. Este retrato começou a ser esboçado em 1930 e concluído em março de 1932.

49- Sobre este tema, entre 1927 e 1937, Egas Moniz escreveu cento e vinte seis artigos em várias línguas, nunca descurando a participação dos seus colaboradores. Assiste-se igualmente à criação da Escola Portuguesa de Angiografia representada por conceituados investigadores, que na senda de Egas Moniz e Almeida Lima desenvolveram outras técnicas. Destaca-se Reinaldo dos Santos (arteriografia dos membros e aortografia), Fausto Lopo de Carvalho (Angiopneumografia), Hernâni Monteiro (Linfo angiografia) Cid dos Santos (flebogafia). Esta técnica vai igualmente permitir a Norman Dott, em 1933 operar o primeiro aneurisma cerebral com o conhecimento prévio das suas características.

27 de dezembro - 1.^a Leucotomia Pré-Frontal⁵⁰, utilizando o leucótomo⁵¹. A leucotomia não pode nem deve ser confundida com a lobotomia do americano Walter Freeman, realizada por este de forma indiscriminada, abusiva e agressiva, onde desconectava grande parte do lobo frontal do cérebro, por isso devemos desculpabilizar Egas Moniz pelos abusos que foram cometidos pelos seus seguidores. Este facto não deve ensombrar a perenidade de um vulto das Neurociências que teve a coragem de investigar, sobretudo no que era considerado impossível de diagnosticar e tratar.

Participa na reunião Neurológica Internacional de Paris com a comunicação *Radiodiagnostique de la circulation Cérébrale*.

Participa na Semana Médica Internacional de Montreaux.

1936

9 de janeiro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito da *Obstrução da carótida interna á altura da carótida primitiva denunciada pela arteriografia*.

5 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Paris a respeito de *Essai d'un traitement chirurgical de certaines psychoses*.

19 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *A Cirurgia ao serviço da Psiquiatria*.

2 de maio - Conferência na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra a respeito de *A Angiografia cerebral ao serviço da clínica*.

2 de julho - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito da *A Angiografia cerebral no diagnostico das lesões vasculares do cérebro*.

Agosto – Escreve em Vidago a peça infantil *Lobisome*⁵².

17 de dezembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Cirurgia das Psicoses. Novos resultados terapêuticos*.

Publica em França a obra *Tentatives Opératoires dans le Traitment de Certaines Psychoses*.

1937

03 de junho – Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa acerca da Arteriografia accidental da fossa posterior por injeção na artéria vertebral.

Proposta de Manuel António Moreira Júnior e Azevedo Neves (professores da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa) para a atribuição do Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia a Egas Moniz, pela Angiografia Cerebral já havendo referência à Leucotomia

10 de abril - Conferência na Academia das Ciências a respeito de *Os Médicos no Teatro Vicentino*.

Setembro -Viagem a Itália para realizar um curso sobre a Angiografia e a Leucotomia Pré-Frontal no Hospital-Asilo de Racconigi.

50- Esta técnica surge como uma tentativa inovadora que agitou a Medicina e a Neuropsiquiatria, numa época de poucas opções terapêuticas.

51- O leucótomo foi idealizado por Egas Moniz e executado sob a sua orientação, numa reputada casa de material médico cirúrgico (Maison Gentille), em Paris.

52- Esta foi redigida para os seus cinco sobrinhos-netos, que carinhosamente apelidava de *troupe Macieira Coelho*.



Foto de Egas Moniz em Itália

1938

2 de junho - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito *Das Alterações do calibre da artéria comunicante anterior em casos de lesões vasculares do cérebro.*

1939

14 de março | 3.^a feira - Atentado contra Egas Moniz no seu consultório na Rua do Alecrim⁵³.

53- O agressor (Gabriel Goldegel de Oliveira Santos, engenheiro agrônomo, 25 anos de Ovar, vivia em Coimbra e trabalhava na Repartição dos Serviços Florestais), sofria de uma psicopatia com deficiências endócrinas. Anos mais tarde quando questionado acerca do episódio da sua vida que mais o tinha impressionado, Egas Moniz respondeu: *As balas. O atentado de que foi vítima, há uns anos atrás e em que a minha vida correu perigo.* Acerca deste episódio o jornal *O Concelho de Estarreja* dava a seguinte nota: *Quando nos preparávamos para fechar o jornal, fomos dolorosamente surpreendidos pela impressionante notícia de que o nosso ilustre amigo e eminente professor de medicina sr. Dr. Egas Moniz fora vítima duma terrível agressão. Pelas 6:30 horas da tarde de terça feira, quando atendia no seu consultório de Lisboa o doente tresloucado engenheiro silvicultor Gabriel de Oliveira Santos, natural de Ovar, este disparou contra S. Ex.^o oito balas, acusando o de lhe andar a fazer um tratamento errado O sr. Dr. Egas Moniz foi atingido por cinco balas: quatro delas encontraram alvo no peito, tendo uma delas saído pelas costas, e ferindo-o a outra numa das mãos. Foi conduzido imediatamente para o Hospital de S. José, onde a medicina lhe tem prodigalizado todos os socorros. O agressor entregou se à prisão. (...) Consternados com esta notícia, sentimos a maior repulsa pelo atentado e desejamos veemente que Deus salve a vida de S. Ex.^o.* Retomou a sua atividade como docente a 07 de junho, no dia seguinte ao Hospital Santa Marta e depois ao seu consultório, em suma à sua rotina.

1939

14 de março | 3.^a feira - Atentado contra Egas Moniz no seu consultório na Rua do Alecrim⁵³.

20 de março - Câmara Municipal de Estarreja decide *por proposta do Excelentíssimo Presidente, unanimemente aprovada, lançar na acta um voto de profundo pesar pelo vil atentado de que foi victima o eminente homem de sciencia e distinto neurologista, senhor Doutor Egas Moniz, fazendo votos pela sua completa cura, a bem da sciencia e da humanidade*. Egas Moniz agradece o gesto em missiva dirigida à Edilidade e que ficou igualmente registada em Ata, a 26 de junho de 1939.

Julho - Descerramento da lápide em sua homenagem na Rua de Tomar em Coimbra n.º 1, aos Arcos do Jardim, onde viveu entre 1894 a 1899, enquanto estudante de Medicina.

27 de setembro - Homenagem em Pardilhó pelo restabelecimento após o atentado, onde é descerrada a lápide do *Largo Egas Moniz*.

7 de dezembro - Conferência na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Notas sobre o teatro inédito de Gomes Coelho (Júlio Dinis)*.

14 de dezembro - Conferência proferida na Ordem dos Advogados a respeito das *Psicoses Sociais*⁵⁴.

Publica a obra *Die cerebrale arteriographie und Phlebographie e Ricardo Jorge*⁵⁵.

1940

01 de fevereiro - Homenagem da Academia das Ciências de Lisboa a Egas Moniz, pelo seu restabelecimento após o atentado.

7 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *A fotografia da circulação normal e patológica do cérebro*.

4 de julho – Comunicação na Academia de Paris acerca de *Tromboses des artères carótides dans la fièvres thythoide*.

Publica a obra *Ao lado da Medicina*.

1941

15 de maio - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito da *Visibilidade angiográfica do seio cavernoso*.

Publica a obra *trombosis y otras obstrucciones de las carótidas*.

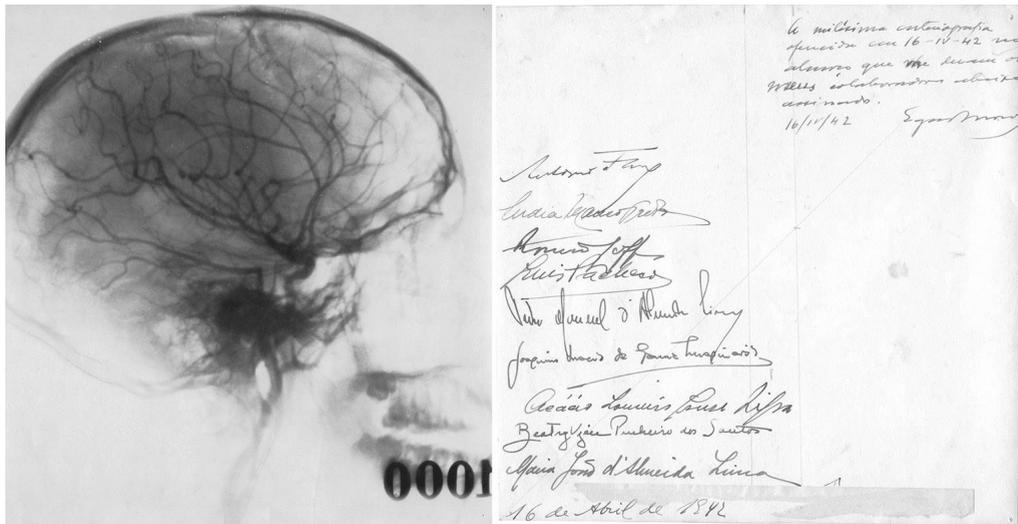
1942

Realiza-se no Hospital de Santa Marta a Milésima Angiografia⁵⁶.

54- A ideia chave deste trabalho é que as psicoses não afetam apenas o indivíduo singular, os *aglomerados sociais também podem sofrer de males idênticos que destroem o equilíbrio da vida normal*. Para ele as multidões tinham *alma própria, com qualidades que as diferenciam e lhes dão forma psíquica especial*.

55- Egas Moniz admira em Ricardo Jorge o rigor da pesquisa científica, a urgência de a comunicar em publicações internacionais, o seu gosto eclético e o seu espírito independente.

56- Esta, foi oferecida a Egas Moniz pelos seus colaboradores a 16 de abril. No verso desta prova as seguintes assinaturas: António Flores, Lídia Manso Preto, Romão Loff, Luís Pacheco, Pedro Almeida Lima, Joaquim Imaginário, Acácio Cruz e Silva, Beatriz Viseu Pinheiro dos Santos e Maria João de Almeida Lima (irmã de Pedro Almeida Lima, preparadora de laboratório e fotógrafa amadora).



Milésima angiografia realizada no Santa Marta

19 de fevereiro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito do *Angioma venoso do corpo estriado. Síndrome parquinsónica lateralizado*.

3 de dezembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Colesteatomas cerebrais*.

Vende a sua casa na Luiz Bivar à Nunciatura Apostólica e instala-se num palacete na Avenida 5 de Outubro n.º 73 num edifício já desaparecido.

Prólogo intitulado *História das Cartas de jogar*⁵⁷. Do livro *Tratado do Jogo do Boston* de José Rodrigues da Silva⁵⁸.

1943

3 de fevereiro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *A angiografia cerebral no diagnóstico das espécies tumorais*.

4 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *O diagnóstico angiográfico de um angioma artério-venoso cerebral com aneurisma intercalar*.

3 de maio - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Lavoisier na Fisiologia*.

Nomeado para fazer parte do júri de concurso para Professor Agregado na Faculdade do Porto.

Publica a obra *Maurício de Almeida-Escultor*⁵⁹.

57- O jogo de cartas fazia parte das suas paixões. Recordava muitas vezes os jogos de voltarete que via jogar na sua infância. Jogou bridge e boston e até gamão com o farmacêutico de Avanca.

58- Parceiro de Egas Moniz no jogo de Boston. Jogava todas as sextas-feiras entre novembro e julho.

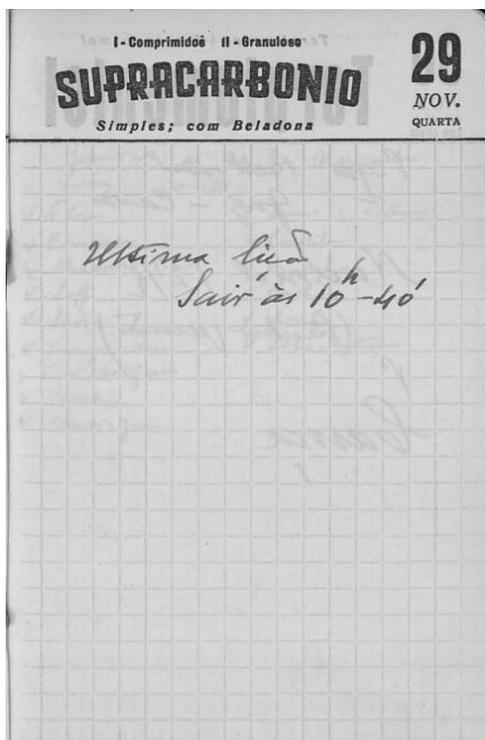
59- O casal nunca teve filhos o que certamente terá sido fonte de grande desgosto para ambos, de alguma forma compensada pela sua dedicação aos sobrinhos-netos. Neste trabalho sobre o escultor Maurício de Almeida, diz a respeito da sua morte prematura: *Ainda bem que não tivemos filhos*.

1944

29 de junho - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Aspecto anormal da circulação do seio longitudinal inferior devido à compressão tumoral*.

22 de novembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *No Cinquentenário de Brown Séquard*.

29 de novembro | 4.^a feira | 11 horas – Última Lição de Egas Moniz.



Página de agenda de 1944

6 de dezembro - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito da *Alteração do sistema venoso de Galeno em alguns casos de hemorragia cerebral profunda*.

12 de dezembro - Oração presidencial proferida na sessão inaugural do ano Académico de 1944-1945 na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa a respeito da *Anciania*⁶⁰.

23 de dezembro (sábado) - Homenagem promovida pela Câmara Municipal de Estarreja a Egas Moniz, na sequência da Jubilação, tendo os Bombeiros Voluntários de Estarreja feito guarda de honra⁶¹.

60- Egas Moniz, refere que a velhice não é um estado mórbido, mas sim uma idade como as outras que a antecederam, tendo por isso uma fisiologia e patologias que lhe são próprias. Além disso, entende que para além da abordagem médica, necessita de terapêuticas sociais adequadas para combater o abandono e a solidão.

61- Nesta sessão fizeram o elogio da sua obra científica além do presidente, os srs. António Pinho, Dr. Carlos Barbosa, Dr. Guilherme Souto, prof. Dr. Almeida Lima, Drs. Aleixo Patinha, Manuel Figueiredo, João Ruela Ramos e Duarte de Oliveira, António Júlio Valença, cónego António Rebelo dos Anjos, Dr. Américo Matoso, Boaventura Pereira de Melo e Valente de Abreu Freire.

Prefácio do livro o *Tratamento cirúrgico das doenças mentais*.

Proposta de Walter Freeman (Professor de Neurologia da Universidade de Washington), para a atribuição do Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia a Egas Moniz, pela Leucotomia pré-frontal⁶².

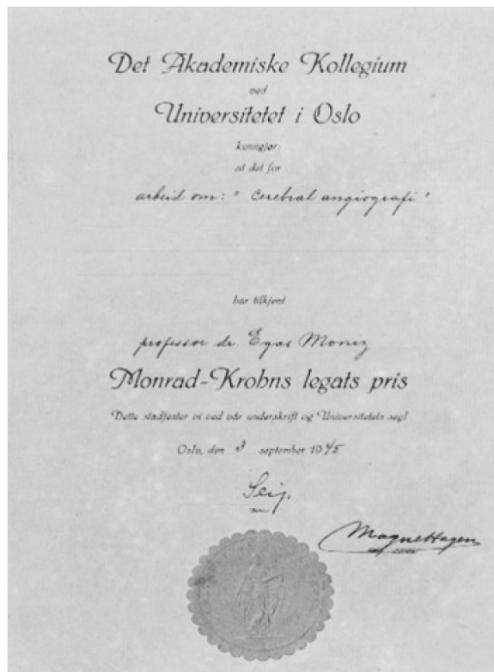
1945

06 de fevereiro – Entrega das insígnias da Grã-Cruz de Santiago de Espada, com que havia sido agraciado pelo Presidente da República, Óscar Carmona, por ocasião da sua jubilação.

10 de abril - Conferência na Sociedade das Ciências Médicas acerca de *Os Raios de Roentgen na Neurologia*, por ocasião das Comemorações do Centenário de Roentgen e do cinquentenário das descobertas do Raio X.

5 de julho - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Trombose da Carótida interna de etiologia traumática*.

3 de setembro - Atribuição do Prémio de Oslo, pela técnica da Angiografia⁶³.



Diploma do Prémio de Oslo

62- Neste ano não foi atribuído nenhum Nobel.

63- Egas Moniz ficou muito surpreendido com ter sido agraciado com este galardão afirmando: *Estou muito emocionado com o prémio que a Faculdade de Medicina e a Universidade de Oslo acabaram de me conceder. Eu nunca esperei a distinção recebida. O jornal O Século de 14 de fevereiro dava a seguinte nota: O Prof. Dr. Egas Moniz, que no seu campo, é uma grande, uma extraordinária figura internacional, cujos trabalhos estão a ser seguidos com desvelada atenção nos mais reputados meios científicos, recebeu ontem uma nova e desvanecedora consagração. O Ministro da Noruega, Sr. Fr. Jakhellen, entregou-lhe o prémio que a Universidade de Oslo decidiu conceder-lhe pelos seus trabalhos sobre a angiografia cerebral, honra que pela primeira vez bafeja a ciência portuguesa e a nossa investigação científica. O prémio valia 3500 coroas e fora anteriormente só concedido duas vezes.*

30 de outubro - Conferência realizada na sessão solene da abertura dos trabalhos académicos da Sociedade de Ciências Médicas a respeito de *A geração humana e as Doutrinas de Exeter*⁶⁴.

1946

08 de janeiro - Palestra na Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa a respeito de *As pupilas dos mortos reagem à luz*.

13 de fevereiro - Entrega do Prémio de Oslo na Legação da Noruega em Lisboa, pelo Sr. Fr. Jaklullen (Embaixador da Noruega em Lisboa).

05 de dezembro - Eleito Académico de Mérito da Academia das Ciências de Lisboa.

1947

06 a 13 de abril - Congresso de Neurocirurgia em Lisboa promovida pela Society of British Neurological Surgeons onde Egas Moniz é eleito como Membro Emérito da referida Sociedade. Neste Congresso apresenta a comunicação *Thromboses of the internal carotid artery and its branches*⁶⁵.

20 de novembro - Palestra na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *O Abade de Baçal*.

31 de dezembro – Constitui uma sociedade agrícola na Quinta do Marinheiro⁶⁶, destinada à exploração pecuária e comércio de bovinos leiteiros.

1948

11 de março - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *Ramon Y Cajal Uma doutrina e uma época*⁶⁷.

5 de julho – Comunicação na Classe de Ciências da Academia de Ciências acerca da *Trombose da carótida Interna de etiologia traumática*.

31 de julho - Homenagem da Academia das Ciências de Lisboa ao Professor Walter Freeman, onde este apresenta a comunicação *As formações do Lobo Frontal reveladas pela Psicocirurgia*.

3 a 7 de agosto - Congresso Internacional de Psicocirurgia em Lisboa, onde profere a comunicação *How I came to perform prefrontal leucotomy*. Neste congresso, de que é o presidente, participaram dezenas de representantes de 27 países, sendo a delegação portuguesa constituída por 18 discípulos e colaboradores de Egas Moniz, onde foram proferidas 64 comunicações de carácter científico. Neste, pela delegação brasileira foi apresentada a proposta de Egas Moniz a Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia, pela invenção da Leucotomia pré-frontal, tendo sido aclamada pelos presentes. Posteriormente foi apresentada à Academia de Ciências da Suécia pela Faculdade de Medicina e Academia de Ciências de Lisboa.

18 de novembro - Conferência proferida aquando das comemorações do Centenário do Hospital Bombarda acerca do *Domínio do delírio e da alucinação*.

64- Egas Moniz refere a eugenia e a eutanásica bem como aborda os problemas do crescimento da humanidade e a sua concepção.

65- No final dos trabalhos do Congresso uma moção da delegação brasileira apresenta a proposta de Egas Moniz a Prémio Nobel.

66-Esta era constituída por António Madureira, Boaventura Pereira de Melo e António José Pereira.

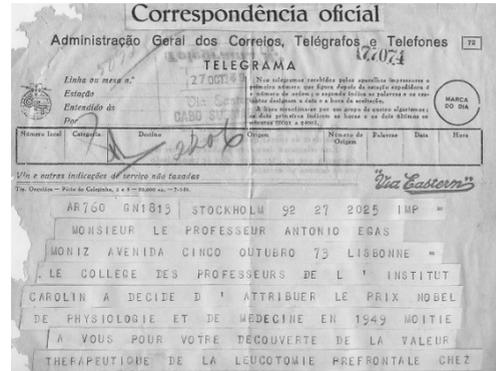
67- Este, era uma das figuras científicas que mais admirava.

1949

20 de julho - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *O valor das demonstrações cinematográficas em Medicina*.

14 de outubro - Conferência nas Festas do Coliseu do Porto promovidas pela Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto a respeito de *Guerra Junqueiro*, por ocasião das Comemorações do 1.º Centenário do Nascimento do Poeta.

27 de outubro | 5.ª feira - Galardoado com o Prémio Nobel da Medicina e Fisiologia⁶⁸.



Telegrama do Prémio Nobel

10 de dezembro - Receção oferecida por Egas Moniz ao Ministro da Suécia⁶⁹.

Homenagem a Egas Moniz pela Revista Internacional⁷⁰.

Publica a obra *Confidências de um Investigador Científico*⁷¹.

1950

3 de janeiro - Entrega do Prémio Nobel da Medicina pelo Ministro da Suécia (Gustaf Weidel) acreditado em Lisboa.

68- Este galardão foi partilhado com o cientista suíço Rudolph Hess da Universidade de Zurique, pelos estudos que desenvolveu no sistema neurovegetativo. Egas Moniz, não foi receber o prémio à Suécia por motivos de saúde. O valor monetário correspondente a este foi de 432.023\$50, entregues a Egas Moniz a 19 de dezembro na sua casa de Lisboa pelos administradores do Banco Lisboa & Açores.

69- Acerca desta escreve Egas Moniz *Era hoje que devia estar em Estocolmo para receber o Prémio que me foi concedido pelo Colégio Carolino: Infelizmente devido à falta de saúde -já na minha idade - sinto imenso não pude ter tido a grande honra de aceitar das mãos de Sua Majestade o Rei da Suécia o Prémio Nobel. Nestas condições tomei a decisão de arranjar uma compensação trazendo à minha casa a Suécia, representada por sua Excelência o Sr. Ministro e Madame Weidel. Júlio Dantas endereça a Egas Moniz a seguinte mensagem Não são os sábios que criam as pátrias, mas são eles que as tornam imortais.*

70- Noticiava a Revista Internacional desta forma a atribuição do galardão: *Logo nesse dia, à sua casa afluíram os amigos a felicitá-lo. E, ali, entre os seus livros, as suas flores, os seus quadros, as suas aquarelas, as suas estatuetas, as suas obras primas de cerâmica (...) num ambiente de elevado cunho artístico, e austera e tranquila vida, onde passaram as suas inquietações (...) teve o sentimento glorioso de ser o primeiro português a receber tão alta recompensa.*

71- Nesta descreve minuciosamente a sua trajetória científica. Com clareza e humanidade, relata os factos que mais o impressionaram na sua atividade científica e médica, bem como assume uma postura cética e crítica com relação à investigação científica em Portugal. Esta obra foi publicada depois de fiscalizada e com cortes dos serviços de censura do Estado Novo. Sou da opinião, de que esta associada a *Um ano de Política* e *A Nossa Casa*, constituem uma trilogia autobiográfica no neurocientista Egas Moniz.



Entrega do Prémio Nobel

30 de janeiro - Despacho do Secretário do Instituto para a Alta Cultura que cria o Centro de Estudos Egas Moniz⁷², que tinha como objetivo a investigação neurológica.

4 de março - Oração pronunciada na sessão de Homenagem ao Dr. Júlio Dantas, por ocasião da sua festa jubilar na Academia das Ciências de Lisboa com a conferência *O Primeiro Teatro de Júlio Dantas*.

08 de abril | Sábado – Homenagem promovida por um grupo de admiradores do Concelho de Estarreja, durante uma apresentação da Revista *Nada de Confusões*.

29 de abril | Sábado | 15 Horas - Homenagem da Associação de Estudantes de Coimbra na Sala dos Capelos, onde é nomeado o sócio honorário n.º 1 desta agremiação, a Tuna Académica descerra o retrato do seu antigo Presidente, bem como se realiza a conferência *Coimbra nobre Cidade*.



Egas Moniz no Instituto de Coimbra

72- Este funcionou primeiramente em instalações anexas ao Hospital Júlio de Matos, tendo como presidente Egas Moniz e vice-presidente Almeida Lima. Em janeiro de 1957 foi transferido para o Hospital Santa Maria. Este, reúne a iconografia mais relevante da vida científica deste insigne neurocientista, bem como é possível visualizar a reconstrução física do gabinete de Egas Moniz no Hospital de Santa Marta.



Queima das Fitas de 1950

29 de julho - Conferência na Sociedade Nacional de Belas Artes de Lisboa, por ocasião das Festas Centenárias do Pintor a respeito de *Silva Porto*.

24 de setembro | domingo - Descerramento de um monumento em sua homenagem em Avanca, da autoria do Dr. David Cristo, onde se lê: *AQUI VIU NOVA LUZ A HUMANIDADE*.



Monumento a Egas Moniz em Avanca



Homenagem no Cineteatro de Estarreja

Homenagem dos habitantes da vila de Avelar a Egas Moniz.

Henrique Medina pinta o retrato de Egas Moniz, que atualmente se encontra na Casa Museu Egas Moniz⁷³.

Prólogo do volume *Tratamento Cirúrgico das moléstias mentais* de Mattos Pimenta, Mário Yahne Sette Jr.

Publica a obra *A Nossa Casa*⁷⁴.

1951

17 de janeiro - Testamento de Egas Moniz para a criação da Casa Museu Egas Moniz, que se viria a tornar um espaço de extremado gosto, onde os objetos equilibradamente ordenados representam a investigação científica, a família e a Arte. O seu conjunto, e porque se respeitou a *geografia dos espaços funcionais*, permite evocar e reviver o Homem que nela passava grandes temporadas e onde deixou explicitamente impressos gostos e

73- Henrique Medina inicia este trabalho no dia 23 de novembro de 1949 termina a 10 de março de 1950. Este recebeu pela sua execução 5.120\$20.

74- Escrita ao sabor da pena, com simplicidade e clareza de expressão, é quase uma autobiografia do autor, onde este nos revela os seus medos, a sua ligação à terra, o apego às origens, o culto da família, em suma o retrato fiel de um homem enamorado da terra que o viu crescer. O estilo da narrativa é muito próximo do naturalismo dos romances de Júlio Dinis, que ele tanto apreciava. Em toda a obra sentimos um lirismo tocante, numa escrita sem atavios, tão ao jeito da voz do povo, das gentes ribeirinhas cuja paisagem e costumes tanto encantavam Egas Moniz. É o retrato de um homem infatigável, trabalhador e completamente enamorado da beleza da sua terra natal e a nota dominante é o comovido apelo familiar como refere: *Templo de confraternização, amizade, harmonia em que sempre viveu a minha gente*. No decorrer dos vinte e oito capítulos, acompanhamos Egas Moniz no intento de perscrutar o seu passado, resgatando, com o auxílio da memória, diversas notas familiares, recordações da infância nem sempre feliz, a instrução recebida e as arduidades ultrapassadas.

predileções⁷⁵, e onde reencontramos o seu gosto excelso, requintado, minucioso e único.
21 de junho - Conferência na Classe das Ciências da Academia de Lisboa com a comunicação *Angioma Arteriovenoso do cérebro*.

30 de junho - Convite para se candidatar a Presidente da República, após a morte do Marechal Carmona. Declinou o mesmo, alegando a debilidade da sua saúde, manifestando, a opinião de que o Almirante Quintão Meireles, constituiria a melhor solução.
Publica a obra *O solitário de Amarante e Fisiologia do cérebro*.

1952

10 de janeiro - Palestra na Academia das Ciências de Lisboa acerca de *Sobre uma Frase do Padre António Vieira*.

É inaugurada em Jacarepaguá no Rio de Janeiro no Hospital Colónia Juliano Moreira, pelo Ministro da Educação e Saúde do Brasil a Clínica Egas Moniz dedicada à psicocirurgia.



Publica a obra *Os últimos anos de Ramon e Cajal*.

75- Nesse mesmo ano redige a carta que se transcreve: *D. Elvira Macedo Dias Egas Moniz (para abrir depois da minha morte) 10 de Agosto de 1951 Minha boa Elvira: Deixo-te esta carta para te enviar um beijo da eterna saudade e para te agradecer toda a tua dedicação e amizade mais de cinquenta anos de constante convívio. Procurei ser bom e fiz o melhor que pude a bem da ciência portuguesa e do meu país. Mas acima de tudo, procurei ser teu amigo e dedicado à família. Algumas recomendações 1) Não desejo que o meu funeral seja anunciado. Desejo ser enterrado em Avanca, pois reservei duas sepulturas para ali ficarmos depositados, em contacto com a terra que tudo consome. Se falecer em Lisboa faz com que o meu caixão siga logo para a sua Jazida em Avanca. Tudo simples e rápido. (...) Desejo que tudo se faça modestamente e como tu decidires. (...) Estimarei que me vistam com um fato preto vulgar que tenha à mão (...) Abraça-te e beija-te comovidamente o teu marido sempre muito amigo António C. de A. F. Egas Moniz.*

1953

15 de janeiro – Comunicação proferida na Classe das Ciências da Academia das Ciências de Lisboa acerca de *Teixeira de Pascoaes*.

19 de março - Palestra proferida na Academia das Ciências de Lisboa acerca da *Trombose da carótida interna e visibilidade dos vasos da fossa posterior*.

7 a 12 setembro – Participa no V Congresso Internacional de Neurologia em Lisboa⁷⁶, onde apresenta a comunicação *Semiologia cirúrgica dos aneurismas e angiomas intracranianos*.

17 de dezembro - É-lhe conferido o título de *Cidadão Alcofrense*, em homenagem que lhe foi prestada pela Junta de Freguesia de Alcofra⁷⁷.

Prefacia a obra *Nação Una* de Norton de Matos.

1954

20 de maio - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa a respeito de *A Leucotomia está em causa*⁷⁸.

1955

21 de abril - Comunicação na Academia de Ciências de Lisboa a respeito de *A folia e a dor na obra de José Malhoa*.

07 de julho - Comunicação na Academia das Ciências de Lisboa acerca de *Subsídios para a História da Angiografia*⁷⁹.

13 de dezembro | 3.ª feira | 16 horas - Falecimento em Lisboa⁸⁰.

76- Neste congresso participaram 980 congressistas, dos quais 534 apresentam relatórios, ou comunicações ou tomaram parte da discussão.

77- Terra natal da mãe de Egas Moniz.

78- Nesta conferência, Egas Moniz desvaloriza as reservas que lhe são colocadas no plano teórico, designadamente a proibição desta técnica na URSS.

79- Esta foi a última comunicação que Egas Moniz proferiu na Academia das Ciências de Lisboa.

80- Faleceu com 81 anos, na sequência de uma hemorragia digestiva violenta, ocorrida às 9 horas desse dia. Na sua pedra tumular pode ler-se: *Honrou a Pátria e amou carinhosamente a sua Avanca*.

Uma Atividade Internacional

Academia dos Direitos Humanos – Consultor.
Académico de Honra da Real Academia de Medicina de Madrid.
Membro Associado da Academia de Ciências e Belas Artes de Lyon.
Membro Correspondente da Academia de Medicina de Paris.
Membro Correspondente da Associação Espanhola de Escritores Médicos.
Membro Correspondente da Real Academia de Ciências de Madrid.
Membro Correspondente Estrangeiro da Sociedade de Hidrologia e de Climatologia Médica de Paris.
Membro Correspondente Estrangeiro da Sociedade de Neurologia de Paris.
Membro Correspondente Estrangeiro da Sociedade de Neurologia e Psiquiatria de Buenos Aires.
Membro Correspondente Estrangeiro da Sociedade de Oto-Neuro-Oftalmologia de Estrasburgo.
Membro da Academia Americana de Neurologia.
Membro de Honra da Sociedade Alemã de Neurocirurgia.
Membro Honorário da Academia Médico-cirúrgica de Ferrara.
Membro Honorário da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro.
Membro Honorário da Associação Neurológica Americana.
Membro Honorário da Real Sociedade de Medicina de Londres.
Membro Honorário da Sociedade - Cirurgia de Língua Francesa.
Membro Honorário do Instituto Brasileiro da História da Medicina.
Presidente da Classe de Medicina da Academia Mundial dos Artistas e Professores de Roma.
Presidente Honorário da Sociedade Luso-Espanhola de Neurocirurgia.
Sócio Correspondente Estrangeiro da Associação de Neuro-Psiquiatria de Espanha.
Sócio Correspondente Estrangeiro da Sociedade de Neurologia da Estónia.
Sócio da Academia Brasileira das Letras.
Sócio Efetivo da Sociedade de Ciências Médicas de Lisboa.
Sócio Efetivo da Sociedade Portuguesa de Biologia de Lisboa.
Sócio Honorário da Associação Académica de Coimbra.
Sócio Honorário da Associação de jornalistas e homens de letras do Porto.
Sócio Honorário da Associação Paulista de Medicina de S. Paulo.
Sócio Honorário da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal do Rio de Janeiro.
Sócio Honorário da Sociedade de Medicina e Cirurgia de S. Paulo.
Sócio Honorário da Sociedade de Neurologia de Nova York.
Sócio Honorário da Sociedade Portuguesa de Radiologia Médica.
Sócio Honorário da Sociedade Rádio Neurocirurgia Italiana.
Sócio Honorário do Grupo dos Estudos Brasileiros do Porto.
Sócio Honorário do Instituto de Coimbra.
Sócio Honorário dos Bombeiros Voluntários de Sintra.
Sócio Honorário da Sociedade Portuguesa de Medicina Veterinária.
Sócio Honorário n.º 17 do Sport Lisboa e Benfica.
Sócio Honorário nº1 da Associação Académica de Coimbra.
Sócio de Mérito da Academia das Ciências de Lisboa.
Presidente da Academia de Ciências de Lisboa em 1928, 1932 e 1940.
Presidente da Classe das Ciências em 1940, 1947, 1948, 1950, 1951 e 1952.
Vice-presidente da Classe de Ciências em 1930, 1931, 1939, 1952, 1953, 1954 e 1955.
Primeiro Presidente da Delegação Portuguesa da Conferência da Paz em Versalhes.

Distinções Honoríficas

Doutor “Honoris - Causa” pela Universidade de Bordéus e Lyon.

Grã-Cruz de Isabel a Católica de Espanha.

Grã-Cruz de Instrução e Benemerência.

Grã-Cruz de Santiago de Espada.

Comendador da Legião de Honra de França.

Medalha Honorífica Cruz Vermelha da Alemanha.

Grande Oficial da Ordem da Coroa de Itália.

Cidadão Alcofrense.

Prémio de Oslo - 1945.

Prémio Nobel da Medicina em 27 de outubro de 1949.



*Escultura a Egas Moniz (Casa Museu Egas Moniz) da autoria de Albano Martins, inaugurada no dia 28.06.2017 |
90 anos da invenção da Angiografia Cerebral*

Deixou um legado que pela sua universalidade permite conhecer o Homem na sua tenacidade e pragmatismo, na sua empatia, persistência e rebeldia, na segurança que imprimia nas suas convicções, no seu sentido de justiça de estratégia e criatividade, na sua cultura multifacetada e eclética, na sua genialidade, inquietação e originalidade, na sua coragem no desbravar do desconhecido, na sua força intelectual e riqueza de espírito, na sua diplomacia científica, no seu sentido de justiça, na dedicação e estímulo à investigação, que lhe possibilita a perenidade na História da Medicina, e que lhe permitiu alcançar o que muitos buscam e poucos conseguem.

Na sua caminhada indómita e inabalável granjeou fama e ódios, vivenciou conquistas e fracassos, incompreensões e discursos laudatórios, duelos, conflitos e alegrias, no entanto inequivocamente pode e deve ser considerado, uma personalidade de referência no campo da Medicina e Investigação Científica.

Por tudo isso e com manifesto agrado sem hagiografar, sem qualquer endeusamento ou veneração, bem como sem hiperbolizar as suas características de personalidade, me atrevo a definir Egas Moniz, no ano em que se comemoram os 150 anos do seu nascimento, simplesmente como **CARISMÁTICO**.

AS ELEIÇÕES TRIENAIIS DAS ABADESSAS DE AROUCA E SENHORAS DE ANTUÃ: 1597-1777

Saul António Gomes*

Antuã integrou desde os séculos medievais o senhorio da abadia de S. Pedro Arouca. Em 1257, como se sabe, o rei D. Afonso III doou Antuã e Avanca à abadessa D. Maior Martins e ao seu mosteiro¹. Desde então, as preladas arouquenses governaram este seu couto e concelho. Em 1519, regendo a abacial D. Milícia de Melo, o rei D. Manuel I outorgou carta de foral ao concelho, ato de reconhecimento da evolução histórica e económica do município antuanense².

Em Antuã, depois Estarreja, possuíam as monjas cistercienses um dos mais importantes celeiros do seu património monástico. A ele acorriam foreiros e caseiros das terras do mosteiro, pagando aí os foros e rendas a que estavam obrigados. Boa parte dos géneros entregues, sobretudo cereais, era depois exportada para mercados de consumo, especialmente os do Porto e seu entorno, de cuja venda a abadia retirava proventos e lucros.

Da terra de Antuã ou Estarreja, tão rentável e importante era para a economia claustral, nunca as preladas arouquenses abriram mão dela. Desta condição dá testemunho, por exemplo, o conflito, ganho pelas religiosas, então governadas pela abadessa D. Luísa Pessoa de Carvalho (1693-1696), que as opôs, por 1695, à influente Casa dos Condes de Santiago de Beduído³.

Arouca conheceu ao longo do século XVI, com exceção dos abadesados de D. Inês Coutinha e de D. Helena de Noronha, que governaram a abadia, cada qual, por períodos de cerca de seis anos, três outras prelaturas em geral assaz prolongadas, como foram as de D. Milícia Melo (46 anos), de D. Leonor de Albuquerque (13 anos) e de D.

*Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador do CHSC.

1- Sobre a abadia medieval, em tempo beneditino e cisterciense, vd: COELHO, Maria Helena da Cruz, *O Mosteiro de Arouca: do Século X ao Século XIII*, Arouca: Câmara Municipal de Arouca e Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1988, [1ª ed., 1977]; COELHO, Maria Helena da Cruz, *Arouca: uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, Câmara Municipal de Arouca, 1989; RÉPAS, Luís Miguel, *Quando a nobreza traja de branco: a comunidade Cisterciense de Arouca durante o abadesado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, Leiria: Magno Edições, 2003; RÉPAS, Luís Miguel, “As abadessas cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajectórias individuais ou familiares”, *Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa*, 2.ª série, 17 (2005), pp. 63-91; RÉPAS, Luís Miguel, “O Mosteiro de Arouca: os documentos escritos como fonte de conhecimento (1286-1299)”, *HVMANITAS*, Vol. L (1998), pp. 539-586. [Consult. 2021-08-06]. Acessível na WWW: URL: https://www.academia.edu/10728686/O_Mosteiro_de_Arouca_Os_documentos_escritos_como_fonte_de_conhecimento_1286_1299_; RÉPAS, Luis Miguel Malva de Jesus, “O Mosteiro de Arouca no contexto da expansão de Cister feminino em Portugal no século XIII”, *Cistercium: revista monástica*, N.º 217 (1999) pp. 1105-1132. Disponível na WWW: URL <https://drive.google.com/file/d/1yclObGpyifzBEqpHAeNzlMirGarC2WAd/view>; RÉPAS, Luís Miguel Malva de Jesus, *Esposas de Cristo. As Comunidades Cistercienses Femininas na Idade Média* (Tese de Doutoramento), 3 vols., Coimbra: Universidade de Coimbra, 2021.

2- Vd., por todos, COELHO, Maria Helena da Cruz e GOMES, Saul António (eds.), *Foral de Antuã. Edição Diplomática e Contexto Histórico*, Estarreja, Município de Estarreja, 2021.

3- *Foral de Antuã...*, cit., pp. 41-43.

Grimanesa ou Germanesa da Silva (25 anos), conforme a seguinte linha cronológica, com datas extremas, que pudemos apurar a partir da consulta de alguns livros de prazos do antigo arquivo monástico:

- D. Milícia de Melo: 1503.01.10 - 1549.07.16⁴
- D. Leonor de Albuquerque: 1549.11.26 – 1562.05.30⁵
- D. Inês Coutinha: 1562 – 1568.01.19⁶
- D. Helena de Noronha: 1568.05.12 – 1574.01.15⁷
- D. Grimanesa da Silva: 1574.03.29 – 1597.07.06⁸

D. Grimanesa da Silva, última abadessa vitalícia, faleceu em 6 de julho de 1597, regendo então a abadia vacante, e ainda em 18 de outubro de 1597, a priora, D. Maria da Cunha, acompanhada por Paula de Beça, subpriora, Ângela de Escovar, porteira, Joana da Mota, sacristã, Beatriz de Andrade, celeireira e Beatriz Velasquez, enfermeira⁹.

A 28 de setembro de 1597, o abade de Alcobaça, Doutor Fr. Lourenço do Espírito Santo, prelado geral da Ordem em Portugal, nomeava comissários seus para se deslocarem a Arouca e organizarem o processo eleitoral da nova abadessa, a qual, desde então, passaria a ser trienal. Foi eleita primeira abadessa trienal, D. Isabel de Noronha, acompanhando-a no mandato as Sorores Paula de Beça, priora, Francisca Teles, subpriora, Jerónima da Silva, sacristã, Ana de Sousa, celeireira, Beatriz do Souro, porteira e Jerónima da Silva, enfermeira¹⁰. Desde então e até ao fim da vida cisterciense neste mosteiro, em Oitocentos, as suas abadessas foram sempre eleitas para exercícios trienais do cargo.

A eleição de abadessas por triênios, em Arouca como, aliás, em todas as demais abadias femininas da Ordem em Portugal, correspondia a uma procura bem articulada pelos cistercienses de reforma disciplinar e espiritual dos seus membros, assim como de afirmação da Congregação de Santa Maria de Alcobaça, canonicamente reconhecida em 1567, e de adoção e implementação da normatividade da Igreja emanada do Concílio de Trento¹¹. Em certo sentido, o governo das comunidades monásticas por triênios acarretava maiores exigências na administração colaborativa, entre preladas e religiosas, do temporal e da disciplina da clausura e das vivências espirituais adentro das abadias.

4- Foral de Antuã..., p. 32.

5- Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos de 1552-1560, III-1.ª D-13-2-5 (todo o livro é composto de prazos concedidos por esta abadessa); e Livro de Prazos de 1557-1570, III-1.ª D-13-2-6, fls. 1 a 196v. O último prazo (fls. 295-296) dado por esta abadessa, D. Leonor de Albuquerque, data de 30 de maio de 1562, não sendo já assinado por sua mão, como era habitual anteriormente.

6- AUC – Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos de 1567-1573, III-1.ª D-13-2-7, fls. 10v-48.

7- AUC – Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos de 1557-1570, III-1.ª D-13-2-6, fls. 299-301v. (de 6 de novembro de 1568) e Livro de Prazos de 1573-1579, III-1.ª D-13-2-8, fs. 23v.-24v. (prazo de 15 de janeiro de 1574, o último a ser outorgado pela Madre D. Helena de Noronha).

8- AUC – Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos de 1573-1579, III-1.ª D-13-2-8, fls. 25-27 (primeiro prazo autorizado por D. Grimanesa da Silva, enquanto abadessa, tendo com priora a D. Filipa de Castro. Em 10 de abril de 1579, a priora era já D. Maria Coutinha (fls. 604v.-607v., do livro citado).

9- A data da morte encontra-se registada na ata da eleição da sua sucessora (Documento 1, neste artigo). No demais, vd: AUC – Mosteiro de Arouca, Livro 13 de Prazos, III-1.ª D-13-2-10, fls. 360-362.

10- AUC – Mosteiro de Arouca, Livro 13 de Prazos, III-1.ª D-13-2-10, fls. 362v-365v.

11- Vd. GOMES, Saul António, “A Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça nos Séculos XVI e XVII: Elementos para o seu Estudo”, *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 18 (2006), pp. 375-431.

O princípio da trienalidade foi uma das respostas encontradas, ainda, para garantir maior disciplinamento nesse mundo conventual moderno, e para contrapor às pressões sociais comendatárias que se tinham disseminado por praticamente todas as casas monásticas, muito em especial aquelas que dispunham de patrimónios e rendas apetecíveis para a vasta rede de eclesiásticos e outros muitos agraciados que beneficiavam dos pingues rendimentos das instituições regulares.

Até ao generalato do reformador Fr. Manuel de Mendonça, prelado muito alinhado com as duras políticas reformistas do Marquês de Pombal¹² - o qual, em 1774, chegou a nomear para abade Arouca, a Madre D. Ana Inácia Cerqueira de Queirós -, subiram à cátedra abacial arouquense 59 preladas. No ano de 1777, aliás, declinando já o poder do abade geral Mendonça, retomou-se o ciclo eleitoral inaugurado neste claustro em 1597, tendo sido eleita como sexagésima abadessa trienal, então, a Madre Ana Isabel de Sousa e Abreu¹³.

As atas das eleições levadas a cabo em Arouca, e que seguidamente se publicam, permitem reconstituir o modo e processo observados nas eleições. Estas eram conduzidas pelo geral da Congregação, o dom abade de Alcobaça, ou por procuradores ou comissários por ele nomeados, acompanhados por um secretário. A comunidade reunia em assembleia eleitoral no coro baixo da igreja – as atas referem-se a um tempo globalmente anterior ao das obras que deram a atual fisionomia arquitetónica à igreja e ao mosteiro¹⁴-, em geral, por vezes na sala capitular, votando cada religiosa junto à grade. Celebravam-se os officios divinos de preceito, com missa do Espírito Santo, seguindo-se uma exortação do abade geral ou seu representante às monjas.

O procedimento eleitoral, por votos secretos, tinha duas fases, a saber, na primeira, toda a comunidade legalmente habilitada votava, por três vezes, em três nomes de religiosas. A cada uma das nomeadas era atribuída uma caixa ou urna eleitoral. As eleitoras recebiam papelinhos (um com a letra A e dois com a letra R) ou favas brancas ou douradas e pretas, por vezes, ainda, feijões brancos e negros, distribuindo cada monja os seus votos nas respetivas urnas.

Apurava-se, assim, por maioria de votos, a abadessa eleita. Na eleição de 1597, curiosamente, não se apurou, de começo, uma abadessa com maioria de votos, pelo que se repetiu o ato eleitoral. A solução do impasse resolveu-se com a renúncia que fez, à sua possível eleição, a Madre D. Maria Coutinha, afirmando preferir levar uma vida claustral de quietude e contemplação espiritual ao invés das perturbações que lhe traria o cargo abadessal se viesse a ser escolhida para o mesmo¹⁵.

Confirmada a eleição, a nova abadessa prestava juramento de obediência nas mãos do dom abade geral ou seu comissário, dele recebendo a bênção, sendo levada em procissão, entoando-se o *Te Deum laudamus*, até à cadeira abacial, no coro, onde era “reconhecida e obedecida” por todas as demais religiosas.

Como se pode observar do quadro seguinte, das sessenta abadessas trienais promovidas à cadeira abadessal de Arouca, entre 1597 e 1777, todas elas com origens

12- MOTA, Salvador Magalhães, “A acção de D. Frei Manoel de Mendonça à frente dos destinos da Congregação de Santa Maria de Alcobaça da Ordem de S. Bernardo (1768-1777)”, *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 771-779.

13- Documento 1, neste artigo.

14- Vd. ROCHA, *Manuel Joaquim, A Memória de um Mosteiro. Santa Maria de Arouca (Séculos XVII-XX). Das Construções e das Reconstruções*, Porto, Ed. Afrontamento, 2011.

15- Vide a respetiva descrição do ato eleitoral no documento 1.

sociais na grande e média fidalguia portuguesa¹⁶, uma boa parte repetiu os mandatos, se não consecutivamente, em períodos alternados. Isto parece revelar tanto o peso e influência dessas famílias, no seio da comunidade monástica, quanto uma opção tendencial por abadesados de algum modo mais conservadores ou de continuidade.

Abadessas trienais do Mosteiro de Arouca: 1597-1777
(Documento 1)

Data da eleição	Abadessa	Nº
1595.10.31	D. Isabel de Noronha	1
1601.01.18	D. Antónia de Mendonça	2
1604.02.06	D. Jerónima da Silva	3
1607.02.15	D. Maria de Noronha	4
1610.05.08	D. Antónia de Mendonça	5
1613	D. Helena de Távora	6
1615.06.03	D. Jerónima da Silva	7
1618.06.07	D. Isabel de Noronha	8
1621.07.12	D. Margarida de Sousa	9
1624.07.13	D. Branca de Castro	10
1627.08.18	D. Maria de Távora	11
1630.10.01	D. Leonor de Lima	12
1633.10.01	D. Maria de Mendonça	13
1636.10.02	D. Maria de Gusmão	14
1639.10.24	D. Jerónima da Cunha	15
1642.10.24	D. Catarina de Meneses	16
1645.10.26	D. Helena de Sousa	17
1648.10.27	D. Bernardina de Melo	18
1651.10.28	D. Clara Beliágua [ou Beliago]	19
1654.10.29	D. Catarina de Meneses	20
1657.10.29	D. Justa de Albuquerque	21
1660.10.27	D. Joana de Castro	22
1663.10.29	D. Luísa de Távora	23

16- Cf. VEIGA, Afonso Costa Santos, *Filhas da nobreza setecentista no Mosteiro de Arouca*, Arouca, real irmandade da Rainha Santa Mafalda, 2013.

Data da eleição	Abadessa	Nº
1666.10.29	D. Helena Botelha Pimentel	24
1669.11.10	D. Clara Beliágua [ou Beliago]	25
1672.11.12	D. Isabel Freire de Araújo	26
1675.11.12	D. Jerónima de Miranda	27
1678.11.16	D. Paula de Albuquerque	28
1681.11.20	D. Maria de Faria	29
1684.11.20	D. Maria de Almeida Teles	30
1687.11.30	D. Guiomar Coutinho	31
1690.11.30	D. Madalena de Abreu	32
1693.11.30	D. Luísa Pessoa	33
1696.11.30	D. Maria de Almeida	34
1699.11.30	D. Madalena de Abreu	35
1702.11.30	D. Margarida Antónia de Miranda	36
1705.11.30	D. Maria de Almeida Teles	37
1708	D. Damiana Cláudia	38
1711.11.30	D. Antónia de Moura Coutinho	39
1714.11.30	D. Madalena de Abreu	40
1718.01.15	D. Helena de Robles	41
1721.01.15	D. Antónia Luísa de Magalhães	42
1724.01.15	D. Maria Luísa da Cunha	43
1727.01.15	D. Maria de Berredo	44
1730.07.12	D. Maria de Sequeira	45
1733.07.12	D. Luísa Maria da Cunha	46
1736.07.12	D. Bernarda Pimentel	47
1739.07.13	D. Mónica Pimentel	48
1742.07.22	D. Ana Mascarenhas de Albuquerque	49
1745.07.22	D. Bernarda Pimentel	50
1748.07.22	D. Ana de Almeida	51
1751.07.22	D. Marta Luísa de Robles	52
1754.07.22	D. Ana Mascarenhas	53
1757.07.22	D. Joana de Vasconcelos	54

Data da eleição	Abadessa	Nº
1760.10.02	D. Joana Sofia de Miranda	55
1763.11.06	D. Luísa Violante Leme [presidente no tempo que regeu a abadia, além do triénio]	56
1767.09.27	D. Brígida Teles de Meneses	57
1771.01.11	D. Maria Forjães	58
1774.07.12	D. Ana Inácia Cerqueira de Queirós [nomeada pelo Geral]	59
1777.04.13	D. Ana Isabel de Sousa [eleita]	60

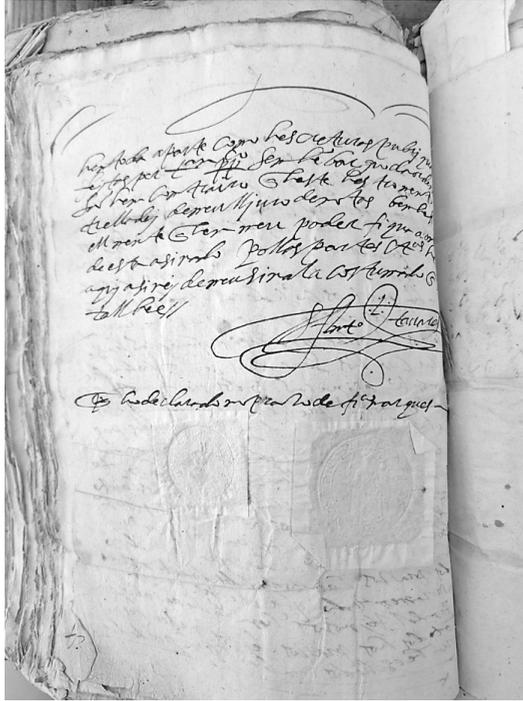
Esta tendência para as renovações dos mandatos de boa parte das preladas e consequente prolongamento destas no governo da casa, parece ser reveladora de um efetivo conservadorismo na comunidade monacal, tradutor de um forte, e complexo, sentimento identitário cisterciense, independentemente da renovação dos cânones e normativas disciplinares próprias da Ordem dos bernardos.

Tem significado, neste contexto, a manutenção, por exemplo, dos selos de origem medieval deste mosteiro na validação de contratos, nomeadamente emprazamentos, da segunda metade de Quinhentos e ainda do século XVII. O antigo selo conventual¹⁷, mostrando a Virgem Mãe, entronizada e coroada, com o Deus Menino no braço esquerdo e uma flor de Lis à sua dextra, com a sua legenda reproduzindo a saudação angélica – AVE MARIA GRATIA PLENA D(omi)NVS TE(cum) -, em uso desde 1335, aparece impresso, como selo de chapa, em contratos, ainda, de 1568 e 1621¹⁸. Junto dele surge sempre um segundo selo de dimensões menores, mas também de composição medievá, talvez o antigo contrasselo claustral, com uma mão representada no campo e a legenda, no entorno: O BEAT(a) TRINITAS [IVSTIFICA] NOS, glosando oração trinitária atribuível a Beda¹⁹.

17- Para mais informação sobre a sigilografia cisterciense em Portugal, vd. GOMES, Saul António, “Sigillis abbatibus et conventus muniantur. A sigilografia cisterciense medieval em Portugal”, *Signum. Revista da ABREM*, N.º 9 (2007), São Paulo, pp. 9-52; Idem, *Imago & Auctoritas. Selos Medievais da Chancelaria do Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, CHSC e Palimage, 2008.

18- AUC – Mosteiro de Arouca, Livro 30 de Prazos (III-1.ª D-13-2-9), com selos de chapa nos fls. 360v. (de 1601), 412v. (de 1621), 422 (de 1638), 426 (de 1569), 449v. (1621), 503 (de 1568).

19- *Orationes tres Bedae Venerabilis: oratio tertia post fidem catholicam: “O beata Trinitas: Libera Nos, Salva Nos, Justifica Nos.”* (Migne, *Patrologiae – Series II*, Tom. XCIV, Paris, 1850, p. 531).



Selos de chapa do Mosteiro de Arouca, de origem medieval, autenticando ato de 1601
(AUC – Mosteiro de Arouca, Livro de Prazos, III-1.º D-13-2-9, fls. 352-361, selos no fl. 360v.)



Detalhe do antigo selo conventual de Arouca (remonta a. c. 1335), em documento de 1601, com a Virgem e o menino, no trono, e a legenda com a saudação evangélica: AVE MARIA GRAT(ia) PLENA D(omi)N(u)S TE(cum)



Detalhe do antigo selo medieval (provavelmente o contrasselo da chancelaria conventual) do Mosteiro de Arouca, em documento de 1691. Mão com três dedos abertos, alegoria e invocação da Santíssima Trindade, presente na legenda do mesmo: O BEAT(a) TRINITAS [IVSTIFICA] NOS

DOCUMENTO

1597-1777 – *Atas e averbamentos das eleições das abadessas trienais realizadas no Real Mosteiro de Santa Maria de Arouca.*

ANTT – Mosteiro de Alcobaça, livro 220, fls. 210-232

Título da eleição das abadessas trienais do Mosteiro de Santa Maria d'Arouca.

1.ª Abbadessa.

Anno domini millesimo quingentesimo nonagesimo septimo, die uero octobris trigésimo, Christi nomine inuocato, Frey Gerardo das Chagas, doctor em Theologia, e Frey Bernardo da Crus, confessor do Mosteiro de Lorvão. A todos os que este nosso auto e processo de elleyção virem, saude em Jesu Christo que de todos he verdadeira saude e salvação. Fazemos saber como por falecimento de Donna Abadessa Dona Grimaneza da Silva, que foi a ultima perpetua deste Mosteiro de Arouca, de monjas desta nossa Ordem e Congregação, sito no Bispado de Lamego, a qual faleceo aos seis dias do mês de julho, da sobredita Era, fomos mandados pelo nosso Reverendissimo Geral, o Doctor Frey Lourenço do Santo Spirito, Abbade do Mosteiro de Alcobaça, Geral e Reformador de todos os da sua Congregação, como seus particulares commissairos pera efeito de se eleger nova abadessa trienal, conforme a nossos statutos e difinissões, por elle se não poder achar presente, por causa de negocios da Religião, em que estava ocupado, como consta de sua provisão, que pera este efeito nos mandou passar, cujo treslado he o seguinte:

O Doctor Frey Lourenço do Santo Spirito, Dom Abbade do Mosteiro de Alcobaça, Geral e Reformador de todos os da sua Congregação nestes reinos e senhorios de Portugal, etcª. Aos que esta nossa virem, saude em Christo nosso senhor. Fazemos saber que por nós estarmos ocupados em outros negocios graves da Religião que pedem nossa assitência,

não podemos hir em peço a ao nosso Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova abadessa, conforme a nossos sta [fl. 210v.] tutos e difinições deve ser trienal. E desejando nós sumamente que a dita eleição se faça com paz e quietação e sem soborno algum e nella se guarde o direito e justiça ás peçoas que a tiverem e se faça com toda a verdade e fidelidade divida, por confirmamos da virtude, letras e experiencia dos Muito Reverendos Padres, o Doctor Frey Gerardo das Chagas e Frey Bernardo da Crus, confessor que ora he no nosso Mosteiro de Lorvão, os elegemos pera hirem ao dito nosso Mosteiro de Arouca fazer a dita eleição de abadessa trienal, pera o que neste particular lhes cometemos nossos vezes, e damos todos os nossos poderes, deencarregando sobre elles, como de feito pello theor desta deencarregamos nossa consciência, pera que fação a dita eleição com verdade e justiça. E a religiosa que canonicamente for eleita confirmarão em abadessa do dito Mosteiro de Arouca, obrigando com todas as pennas e censuras a todas as mais religiosas e peçoas do dito convento, a obedeção e reconheção como sua verdadeira prelada. E pera mais merecimento mandamos aos ditos padres nossos commissairos, em virtude de sancta obediência, aceitem esta nossa comissão e a dem a sua divida execução como nella se contem. E esta nossa comissão lerão e publicarão as religiosas e convento do dito Mosteiro de Arouca, pera que venha a noticia de todas. E mandamos a madre priora e a todas as mais religiosas e peçoas do dito Mosteiro de Arouca, cujos nomes aqui avemos por declarados, em virtude de sancta obediência, sob pena de excomunhão mayor *ipso facto incurrenda* e de todas as mais pennas por nossos statutos e difinições postas contra inobidentes, recebão os ditos padres nossos commissairos e lhes obedeção na dita eleição e em todo tocante a ella, como a nos se presentes fôramos. E os ditos padres sob as ditas pennas procurarão que não aja soborno algum *directe vel indirecte* como dispõem o motto de Sua Santidade que sobre isso passou a esta Congregação sob as pennas nelle contheudas, nem se tire o merecimento a quem o tem. E na prática que farão as ditas religiosas, as exortarão a que sem paixão elejão aquella religiosa que tiver milhores prendas e for [fl. 211] e for mais apta pera o dito cargo de abadessa e pera o regimento spiritual e temporal do dito mosteiro. A qual eleição se fará na forma das nossas difinições, guardando tambem em tudo o que o Sagrado Concilio Tridentino nesta parte dispõem e manda guardar. Damos mais licença aos ditos padres nossos commissairos pera que depois de tomarem os votos das religiosas, e concluírem a eleição canónica da abadessa do dito mosteiro, possão entrar nelle, e fazer toda a mais cerimonia que por nossa hordem e statutos está ordenado e se costuma fazer nas tais eleições. E assi lhe damos poder e autoridade pera antes de fazer a dita eleição absolver todas as religiosas de qualquer censura em que tiverem encorridas. Dada neste nosso Mosteiro de Alcobaça, sob nosso sinal e selló manual, aos 28 de 7 bro. Frey Jorge dos Santos, secretario de Sua Reverendíssima Paternidade, a fez de 597. O Doctor Frey Lourenço do Santo Spirito, Abbade Geral.

E chegando nós ao dito mosteiro pera darmos a divida execução como filhos obidentes, á comissão e sobredita provisão do Nosso Reverendíssimo, nos apresentamos ao dito convento deste mosteiro, que todo foy congregado e junto per som de campa tangida, segundo costume de nossa Ordem, na igreja do dito mosteiro e coro de baixo, estando nós á grade delle da parte de fora, e todo o dito convento da banda de dentro, lhe foi por nos lida e apresentada a sobredita comissão e provisão do Nosso Reverendíssimo, a qual ellas toas obedecerão e asseitarão com toda a obediência e sojeição divida, e nos ouverão por verdadeiros e legitimos commissairos de Sua Reverendíssima Paternidade. E feita por nós huma breve exortação encomendada pello Nosso Reverendíssimo, na qual as exortamos e persuadimos quanto em nós foi, e o Senhor nos ajudou, pozessem na dita eleição a Deus diante, pondo de parte toda a paixão e afeição que não fosse ordenada á

honra e gloria de Deus, e aumento da perfeição que professamos, bem comum do mosteiro, assi no spiritual como no temporal, e assi elegessem a peça que segundo Deus, e suas consciências, entendessem ser mais digna do cargo e officio de prelada, precedendo a tudo isto a missa do Spirito Sancto, á qual assistimos e nossas [fl. 211v.] deffinissoens mandão se diga antes de qualquer eleição de prelado.

E querendo nós proceder a nova eleição pella ordem que dispõem nossas deffinissoens, se levantou a Madre Paula de Beça, que neste tempo servia de sobprioieça, por não estar presente outra prelada alguma, porquanto a Madre Dona Maria da Cunha, que neste tempo servia de prioieça, estava tão doente que se não pode achar peçoalmente nesta eleição. E pedindo *Benedicite*, com toda modéstia divida, em seu nome e de todo o convento que presente estava, nos requereo e pedio que assi esta nova eleição, como todas as mais daqui em diante, fossem trienais, como se uza nos mais mosteiros de religiosas de nossa Ordem, que já vagarão as abbadessas perpetuas e nossas diffinissões dispõem, porque todas disso erão contentes, como de feito forão, dizendo todas o mesmo em alta voz. E que não consentião em eleição de abbadessas perpetuas, antes protestavam ser nulla <não> sendo trienal, porque sua tenção não era votar daqui em diante em prelada perpetua, senão trienal. E que se pera firmeza disto fosse nescessareo actuar este seu requerimento com escriptura de escrivão publico que ellas o farião.

O que visto por nós, e ouvido, lhe recebemos seu requerimento, dizendo-lhes que essa mesma ordem trazíamos e que assi o dispunham nossas difinissões feitas *auctoritate apostolica*. E que portanto não era necessarea outra alguma escriptura publica, porque bastava estar diffinido por nossos capítulos gerais que daqui em diante todas as abbadessas fossem trienais. Compridas todas estas cousas, e o mais que nos pareceo ser necessario, começamos a eleição conforme ao que está ordenado em nossa Congregação, scilicet, que todas as religiosas votassem cada huma por sy, por escritos secretos, pera aprovarem huma das religiosas que se avião de apresentar. E fazendo-o assi, a que mais votos levou no primeiro escrutínio foi a Madre Dona Izabel de Noronha, que foy a primeira aprovada e nomeada [fl. 212] nomeada ao convento em alta voz, por mim Frey Bernardo da Cruz. E votando loguo pera a segunda, sayo no segundo scrupitnio a mais votos a Madre Dona Antonia de Mendoza. E loguo tornarão a votar em a terceira e sayo eleita a mais votos a Madre Dona Maria Coutinha, bolseira. As quais foram em seus luguares nomeadas polla ordem da primeira.

Eleitas estas três madres, e postos seus nomes sobre três queixas, mandamos a todas as religiosas deste convento que nesta eleição tinham voto, que em numero erão noventa e huma, votassem sobre estas três per AA e RR, por se não acharem favas brancas e pretas. E dellas elegessem a nova abadessa trienal. E vindo huma e huma per si votar, lhe foi dado a cada huma, hum A e dous RR pera que o A lançasse na quaixa daquela que queria fosse abadessa, e os dous RR repartissem pelas outras duas quaixas. E fazendo o primeiro, segundo e terceiro, e alguns outros scrupitnios, em nenhum delles concluirão, nem elegerão canonicamente abadessa, porque nelles nenhuma chegou a levar a mayor parte do convento, que hé o que se requeria per ser eleição canónica. Estando a eleição nestes termos, se alevantou a Madre Dona Maria Coutinha, com muita gravidade e modéstia, que era huma das nomeadas, e pedio a todo o convento, agardecendo-lhe a boa vontade que lhe mostrara em a nomear, lhe fizesse mercê de não quererem votar nella porque tinha bem consideradas as obrigações do officio de prelada, que erão muito grandes, e ella pretendia mais a quietação e recolhimento de seu spirito que o distraimento que os officios ordinariamente trazem consigo. E que pera ellas lhe concederem o que pedia mais facilmente, demitia e renunciava nas mãos dos padres commissairos, e de todo o convento,

todo o direito que per qualquer modo e via podesse ter acquerido nesta eleição. E nos pedia lhe aceitamos esta renunção, como de feito pedia, apresentando-nos huma petição sua em *scriptis*, per ella assinada, cujo treslado hé o seguinte: [fl. 212v.]

Reverendissimos Padres. Das três religiosas que este sancto convento tem eleitas pera dellas se eleger nova abadessa trienal, me fez mercê fosse eu huma dellas, no conhecimento da qual lhe estou e estarey sempre e a Vossas Paternidades da que me fizerem na aceitação da renunção que por esta lhe faço de todo o direito que por qualquer modo tiver acquerido, pella nomeação das três em que estou, o qual todo por muitos e justos respeitos renuncio, e hey per renunciado nas mãos de vossas paternidades e desto dito convento, e pesso a todas as religiosas delle queirão eleger em meu lugar outra que segundo deus e suas consciências, entenderem ser digna pera se apresentar com as outras duas eleitas, pera que dellas seja escolhida a prelada desta casa. Dona Maria Coutinha.

O que visto por nós e considerada a instancia que a dita Dona Maria Coutinha a nós e ao convento fazia lhe diferimos a sua petição e aceitamos a renunção que a nos e a todo o convento fez, consentindo-o ella e avendo-o por bem, e lhe mandamos que pois a Madre Dona Maria Coutinha não queria pellas rezois que como peçoia muito religiosa dava, votassem nella, elegessem por escriptos secretos outra em seu lugar, como de feito logo elegerão. E votando todas sayo a mais votos a Madre Maria Coelha cujo nome se escreveo e foy posto na caixa, em lugar de Dona Maria Coutinha. E tornando todo o convento a votar sobre as três quaixas, não se fez eleição, neste escrutínio, por se achar nelle mais hum voto do que noventa e hum. E por ser tarde e não aver tempo pera se poder fazer eleyção conforme ao direito, ficou pera o outro dia pella menham, no qual juntas todas as religiosas no dito lugar, votarão sobre as ditas três apresentadas, e sayo canonicamente eleita a Madre Dona Izabel de Noronha.

E logo acabado este scrupitino em que foy feita canónica eleição, nos fomos ao capitulo onde estava junto todo o convento [fl. 213] diante do qual foy por mim Fr. Bernardo da Cruz publicada e declarada em alta voz que todos ouvirão conforme ao que dispõem nossas difinissões por abadessa eleita trienal do dito Mosteiro de Arouca, a Madre Dona Izabel de Noronha, a qual por mim, o Doctor Frey Gerardo das Chagas, foi chamada, e posta de joelhos diante duma meza onde estava huma cruz, e hum missal aberto, e tomou juramento da Ordem conforme ao que se uza em nossa Congregação. E fes outrosi juramento da fé, conforme ao Concilio Tridentino e moto de Sua Santidade. E feito isto a confirmey *autoritate apostolica* e do Nosso Reverendissimo em abadessa pello tempo que dispõem nossas difinissões, que he trienal. E lhe dey e entreguey na mão o bago, que significa a entrega e guarda de suas súbditas, pera que as enderence, á guarda da regra, que tambem lhe entreguey, e cousas de nossa Sagrada Religião. E juntamente lhe entreguey o sello do mosteiro.

E acabadas estas cerimónias a trouxemos a igreja, em procissão, cantando todo o convento *Te Deum laudamus*. E posta de joelhos diante do altar mor, corrida a cortina do coro, lhe disse as preses e orações acostumadas em alta voz, respondendo o convento com muita solemnidade. E acabado isto, estando assentada na cadeira do coro abacial, lhe forão todas as religiosas dar a obediência, como verdadeiras súbditas, conhecendo-a per verdadeira prelada, com muita paz e quitação. E por tudo passar na verdade, fiz eu Frey Bernardo da Crus este processo assinado por nos, padres commissairos, e pella Madre Donna Abadessa, Dona Izabel de Noronha, novamente eleita, e pellos padres confesores, Frey Damião dos Inocentes, e Frey Aguostinho da Trindade, e Frey Greguorio de Carvalho.

[Fl. 213v.]

2.^a Abadessa do Mosteiro d'Arouca.

Esta eleição mandou fazer o Padre Frei Afonso da +, sendo abbade geral, por o Padre Frei Matheus do Spirito Santo, Dom Abbade do Mosteiro das Salzedas, e por o padre Frei Gaspar da Concepção, Dom Abbade do Mosteiro de Sam Joam de Tarouca. Saio em o primeiro escrutínio a Madre Dona Antonia de Mendonça. Em o segundo a Madre Francisca Telez. Em o 3.^o, a Madre Angela de Escovar. Aás favas saio canonicamente eleita a Madre Dona Antonia de Mendonça em abadessa trienal, a qual foi loguo confirmada por comissão do Reverendíssimo Padre Geral que os eleitores tinhão. Huma quinta feira, dezoito dias do mês de janeiro de 1601 annos.

[Fl. 214]

3.^a Abbadessa.

Anno do Senhor de mil e seiscentos e quatro, aos seis dias do mês de fevereiro, em o Mosteiro de Arouca, do Bispado de Lamego, o Nosso Reverendíssimo Padre Fr. Placido do Spirito Santo, Dom Abbade do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Geral e Reformador dos de sua Congregação, foi ao dito mosteiro fazer eleição de nova abbadessa trienal, porquanto a Madre Dona Antonia de Mendonça tinha acabado o tempo de seu triennio. E no mesmo dia se começou a proceder na eleição de nova prelada, pera servir o tal carreguo os três annos seguintes. E pera este efeito sendo juntas todas as religiosas do dito mosteiro ha grade da igreja e feitas pello Reverendíssimo Padre Geral as declarações e amoestações que se requerem, advertindo-as das calidades que avião de ter as eleitas em prelladas, conforme ao que em isto dispõem o Sagrado Concilio Tridentino, depois de dita missa do Spirito Santo, ha dita grade da igreja comiguo Frei Adeodato da Assumpção, seu secretario, estando o convento todo junto, votarão todas as religiosas per escritos secretamente pera aprovarem três dellas e elegerem huma em abadessa conforme ao que nas elleições de nossa Ordem se costuma. E depois de todas votarem escoldrinhad os votos, foi aprovada no primeiro lugar a Madre Dona Hieronima da Sylva. No segundo, a Madre Angela de Escovar. No terceiro, a Madre Joanna da Mota [fl. 214v.] cujos nomes postos em três caixas, e votando per favas brancas e pretas, escoldrinhad os votos, saio canonicamente eleita a Madre Dona Hieronima da Silva, religiosa professa do dito mosteiro.

E per ser tarde este dia a não publicou ao convento nem procedeo mais em a eleição. Mas ao outro dia que são sete do dito mês de fevereiro, entrou dentro do mosteiro comiguo seu secretario sobredito, estando o convento todo junto, nomeou a dita Madre Dona Hieronima da Sylva em abadessa do dito mosteiro por tempo de três annos. E por tal a declarou. Onde ella dita madre dona abadessa fez loguo juramento da fé e da Ordem. E pello dito Reverendíssimo Padre ficou confirmada *authoritate appostolica* em o dito carreguo e abbadia. E entregando-lhe o bago e sellos do convento foi levada em procissão com *Te Deum laudamus*, ao choro. E assentada em sua cadeira abacial lhe foi dado obediência por todas as religiosas cada huma por si e obedecida de todas e das mais pessoas do mosteiro como a sua verdadeira prellada e abbadessa. E ditas as oraçoens que a este acto precedem pello Reverendíssimo Padre Geral se acabou. O qual por assi passar na verdade mo mandou escrever em este livro assinado per elle e selado com o seu sello. Frei Adeodato, secretario de Sua Paternidade Reverendissima, o escrevi, em 20 dias do mês de março, em este Mosteiro de Alcobaça de 604.

(Assinatura) Fr. Placido do Spirito Santo, Abbade Geral. (Selo de chapa)

[Fl. 215]

4.^a Abbadessa.

Anno do Senhor de mil e seiscentos e sete, aos quinze dias do mês de fevereiro em o Mosteiro d'Arouca do bispado de Lamego, o Nosso Reverendíssimo Padre Frey Adeodato da Assumpção, Dom Abbade do Mosteiro d'Alcobaça, Geral e Reformador dos de sua Congregação, foi ao dito mosteiro fazer eleição de nova abadessa trienal porquanto a Madre Donna Hieronyma da Sylva tinha acabado o tempo de seu triennio. E no mesmo dia se começou a proceder na eleição de nova prelada pera servir o tal carrego os três annos seguintes. E pera este efeito sendo juntas todas as religiosas do dito mosteiro a grade da igreja, e feitas pello Reverendíssimo Padre Geral as amoestações e declarações que se requerem, advertindo-as das qualidades que avião de ter as eleitas em preladas conforme ao que em isto dispõem o Sagrado Concilio Tridentino, depois de dita missa do Spirito Santo, a dita grade da igreja comigo Frei Bernardo d'Albuquerque, seu secretario, estando o convento todo junto, votarão todas as religiosas per escritos secretamente pera aprovarem três dellas e elegerem huma em abadessa conforme ao que nas eleições de nossa Ordem se costuma. E depois de todas votarem, esculdrinhados os votos, foi aprovada no primeiro lugar a Madre Donna Maria de Noronha. No segundo, a Madre Angela de Escovar. No terceiro, a Madre Britiz d'Andrade. Cujos nomes postos em três caixas, e votando per favas brancas e pretas, esculdrinhados os votos saio canonicamente [fl. 215v.] eleita a Madre Donna Maria de Noronha, religiosa professa do dito mosteiro. E logo o Nosso Reverendíssimo, comigo secretario, pera isto entrou no dito mosteiro, estando o convento todo junto nomeou a dita Madre Dona Maria de Noronha em abadessa do dito mosteiro por tempo de três annos. E por tal a declarou, onde ella dita madre donna abadessa fez logo juramento da fee e da Ordem. E pello dito Reverendíssimo Padre ficou confirmada *authoritate apostolica* em o dito carrego e abbadia. E entregando-lhe o bago, e sellos do convento, foi levada em procissão com *Te Deum laudamus* ao choro. E assentada em sua cadeira abacial lhe foi dada obediência por todas as religiosas cada huma per sy e obedecida de todas e das mais pessoas do mosteiro como a sua verdadeira prelada e abadessa. E ditas as orações que a esto precedem pello Reverendíssimo Padre Geral se acabou, o qual por assy passar na verdade mo mandou lançar neste livro assinado por elle e selado do seu sello. Fr. Bernardo d'Albuquerque, secretario de Sua Reverendíssima, o sobscrevi, dia, mês *et Era ut supra*.

(Assinatura) Fr. Adeodato da Assumpção, Abbade Geral.

[Fl. 216]

5.^a Abbadessa.

Aos outo dias do mês de maio de seiscentos e dez, por ter acabado seu triennio de abadessa em o Mosteiro de Arouca a Madre Donna Maria de Noronha, estando presente no ditto mosteiro o Reverendíssimo Padre Geral Frei Antonio da Conceição, pera fazer eleição de nova abadessa trienal, a grade da igreja, mandou as religiosas votassem em três na forma de nossas diffinições. E votando todas por votos secretos saio em primeiro lugar a Madre Dona Antonia de Mendouça. E no 2.^o, a Madre Joana da Mota. E no 3.^o, a Madre Maria de Britto. E postos seus nomes em três caixas, como he custume, votando por favas brancas e pretas, saio canonicamente eleita a Madre Dona Antonia de Mendouça e por tal foi nomeada pello Nosso Reverendíssimo. E tomou o juramento da fee e de bem e fielmente fazer seu officio. E foi confirmada em abadessa trienal do ditto mosteiro. E assi confirmada foi levada em procissão a igreja, onde todas as religiosas lhe derão obediência. Em fe do qual eu Frey Arsenio da Paixão, secretario do Reverendíssimo Padre Geral, fiz

este termo, por estar a tudo presente, que o Reverendíssimo assinou. Em 8 de maio de 610.

(Assinatura) Frei Antonio da Conceição, Abbade Geral.

[Fl. 216v.]

6.^a Abbadessa.

No fim do seu triénio faleceu a Madre D. Antonia de Mendonça, e foy eleyta pello Reverendíssimo Padre Geral, Frei Jorge dos Sanctos, em abadessa trienal, a Madre Dona Illena de Tavora.

7.^a abbadessa.

Acabou a Madre Dona Ellena de Tavora o seu triénio, e foy eleyta em abadessa trienal, pello Reverendíssimo Padre Frey Gregorio de Carvalho, Geral da Congregação, a Madre Dona Jeronima da Sylva, aos três dias do mês de junho do anno de mil e seiscentos e dezouto, digo de mil e seiscentos e quinze e esteve no cargo téé sete dias do mês de julho do anno de mil e seiscentos e dezouto.

[Fl. 217]

8.^a Abbadessa.

Aos sete dias do mês de julho do anno de mil e seiscentos e dezouto, as oito horas da manham, no Mosteiro de Sancta Maria de Arouca, na grade da igreja, da banda de fora, por ter acabado o seu triénio de abadessa a Madre Jeronima da Sylva, estando todas as religiosas juntas, mandou o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Frey Remigio da Assumpção, que votassem em nova abadessa trienal, escolhendo primeiro três pessoas idóneas na forma de nossas diffinições. E votando todas por votos secretos sayo em primeiro lugar a Madre D. Isabel de Noronha. Em 2.^o lugar, a Madre Paulina de Montarroyo. E em 3.^o lugar, a Madre Jeronima da Sylveira. E postos seus nomes em três caixas distinctas, como he costume, e votando por feijois brancos e pretos, sayo canonicamente eleyta a Madre Dona Isabel de Noronha, a qual foi dado juramento de féé e de bem e fielmente fazer seu officio. E foy confirmada pello Reverendíssimo em abbadessa trienal do dito mosteiro, e do capitulo levada em solene procissão e com as insígnias abaciais téé o choro, onde sentando-se na cadeira abacial foy de todas obedecida e reconhecida por abadessa. E de tudo eu Frey Christovão de Santiago, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo, o quall elle assinou.

(Assinatura) O Doutor Frei Remigio d'Assunção, Abbade Geral

[Fl. 217v.]

9.^a Abbadessa.

Aos doze dias do mês de julho da Era de mil e seiscentos e vinte e hum, no Mosteiro de Arouca, na grade da igreja da bande de fora, acabado seu triennio, a Madre D. Isabel de Noronha, estando todas as religiosas juntas, mandou o Nosso Reverendíssimo Padre Geral Fr. Arsenio da Paixão, que votassem em nova abadessa trienal, escolhendo primeiro tres pessoas idóneas na forma de nossas diffinições. E votando todas per votos secretos, saio em primeiro lugar a Madre Dona Margarida de Sousa. Em 2.^o lugar, a Madre Anna de Macedo. E em 3.^o, a Madre Lianor Barradas. E postos seus nomes em três caixas, como he costume, votando por feijões brancos e pretos, saio canonicamente eleita a Madre Dona Margarida de Sousa, a qual fazendo juramento da fee e de bem e fielmente fazer seu officio, foi confirmada pello Nosso Reverendíssimo em abadessa trienal do dito mosteiro

e de todas as religiosas delle reconhecida e obedecida por abadessa. E de tudo eu assistir, Fr. Feliciano Coelho, secretario do nosso reverendíssimo, fiz este termo, o qual elle assinou.
(Assinatura) Fr. Arsenio da Paixão, Abbade Geral.

[Fl. 218]

10.^a Abbadessa

Aos treze dias do mês de julho da Era de mil seiscentos vinte e quatro, no Mosteiro de Sancta Maria de Arouca, na grade da igreja da bande de fora, por ter acabado o seu triennio a Madre Dona Margarida de Souza, estando todas as religiosas juntas, mandou o Nosso Reverendíssimo Padre Geral Frei Domingos Cabral, que votassem em nova abadessa trienal, escolhendo primeiro três pessoas idóneas, na forma de nossas diffinições. E votando todas por votos secretos, sahio em primeiro lugar a Madre Dona Branca de Castro. Em segundo lugar, a Madre Dona Juliana Coutinha. Em terceiro, a Madre D. Maria de Gusmão. E postos seus nomes em três caixas como he custume e votando por favas brancas e pretas, sahio canonicamente eleita em abadessa a Madre Dona Branca de Castro, a qual fazendo juramento da fee e de bem e fielmente fazer seu officio, foi confirmada pello Nosso Reverendíssimo em abadessa trienal do dito mosteiro e de todas as religiosas dele reconhecida e obedecida por abadessa. E de tudo eu Frei Germano da Visitação, secretario do Nosso Reverendíssimo, fiz este termo, o qual elle assinou.

(Assinatura) Frey Domingos Cabral, Abbade Geral.

[Fl. 218v]

11.^a Abbadessa.

Aos 18 dias do mês de agosto da Era de 1627 annos, véspera da Degollação de São João Baptista, os padres commissários ordenados para a eleição do Mosteiro de Arouca, onde Fr. Arsenio da Paixão, Dom Abbade e Reitor do Collegio de Nosso Padre S. Bernardo de Coimbra, e o Padre Fr. Luis Cordovil, morador no mesmo Collegio, por ter acabado a Madre Dona Branca de Castro, na grade da igreja da banda de fora, mandarão votassem as religiosas em nova abbadeça trienal, escolhendo primeiro três pessoas idóneas, na forma de nossas diffinições. E votando todas per votos secretos, saio em primeiro lugar a Madre D. Maria de Tavora. E em segundo, a Madre Martha de Beça. E em terceiro, a Madre D. Mafalda. E postos seus nomes em três caixas como he costume e votando por favas brancas e pretas, saio canonicamente eleita em abadessa a Madre D. Maria de Tavora, a qual fazendo juramento de fee e de bem e fielmente fazer seu officio, nas mãos do padre commissario, o Reverendo Padre Fr. Arsenio, foi por elle confirmada em abadessa trienal do mesmo mosteiro e obedecida por prelada delle. E por verdade eu Fr. Manuel Machado, secretario do Reverendíssimo, fis este termo, o quall elle assinou.

(Assinatura) O Doutor Fr. Feliciano Coelho, Abbade Geral.

[Fl. 219]

12.^a Abbadessa.

Em o primeiro dia do mês de outubro da Era de mil e seiscentos e trinta, foi o muito Reverendo Padre Geral, Fr. Bernardo de Attayde ao Mosteiro de Arouca para fazer eleição de nova prelada, porquanto tinha acabado seu triênio a Madre Dona Maria de Tavora. E logo no mesmo dia, juntas todas as religiosas e vogais na grade da igreja, ficando o Reverendíssimo da banda de fora, depois de lhe encomendar o modo como se avião de aver na tal eleição, me mandou a mim secretario que le-se a definição que se fes neste capitolo próximo em que se manda que as eleições se acabem no primeiro triennio.

E depois de lida e declarada pello Reverendíssimo, mandou que votassem em nova abadessa. E logo no primeiro escrutínio saiu canonicamente eleita a Madre Dona Lianor de Lima em abadessa do dito mosteiro. A qual tomou juramento de fe e de bem e fielmente fazer seu officio nas mãos do Nosso Reverendíssimo. O qual logo a confirmou em abadessa trienal do dito mosteiro. E levada com procissão solene ao coro, assentada na cadeira abacial, foi de todas obedecida como verdadeira prelada. E por verdade eu Frei Gerardo Pestana, secretario do Reverendíssimo, fiz este termo que elle assinou.

(Assinatura) Fr. Bernardo de Attayde, Abbade Geral.

[Fl. 219v.]

13.ª Abbadessa.

Em o primeiro dia do mês de outubro do anno de mil e seiscentos e trinta e três, no Mosteiro de Arouqua, na grade da igreja, da banda de fora, por ter acabado seu triennio a Madre Dona Lianor de Lima, estando todas as religiosas juntas, mandou o Nosso Reverendíssimo Padre Geral que votassem em nova abadessa trienal. E votando por votos secretos, como he costume, sayo canonicamente eleyta no primeiro escrutínio, a Madre Dona Maria de Mendoça, a qual fazendo juramente de fee e de bem e fielmente fazer seu officio foi confirmada pello Nosso Reverendíssimo em abadessa trienal do dito mosteiro e de todas as religiosas delle reconhecida e obedecida por abadessa. E de tudo eu o Doutor Frei Paulo Brandão, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo em que assinou o Reverendíssimo padre geral. Anno e dia ut supra.

(Assinatura) Frei Arsenio da Paixão, Abbade Geral.

14.ª Abbadessa.

Em o segundo dia do mês de outubro do anno de mil e seiscentos e trinta e seis, por ser acabado seu triennio a Madre Donna Maria de Mendoça, abbadeça do Convento d'Arouca, e por o Reverendíssimo Padre, o Doutor Frei Antonio Brandão, Chronista mor de Sua Magestade, Dom Abbade de Alcobaça e Geral Reformador de todos os de sua congregação [fl. 220] estar com justas occupaçois pera assistir a dita eleição, fez seus commissairos aos padres Dom Abbade do Convento de Maceira Dão, Fr. Bartolomeu (?) de Meneses e ao Padre Dom Abbade do Convento de S. João de Tarouqua, Fr. Frutuoso do Valle, os quais ambos forão ao dito Convento de Arouca. E procedendo a eleição na grade da igreja da banda de fora, estando todas as religiosas juntas, eles mandarão que votassem em nova abadessa trienal. E votando por votos secretos como he costume, sahio no primeiro escrutínio em abadessa canonicamente eleita a Madre D. Maria de Gusmão, a qual os mesmos padres commissairos confirmarão dando-lhe juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E eu Fr. Manuel Machado, secretario do Reverendíssimo Padre Geral, fis este termo, em os 12 de outubro do anno sobredito de 1636 que Sua Reverendíssima assinou.

(Assinatura) O Doutor Fr. Antonio Brandão, Abbade Geral.

15.ª Abbadessa.

Aos vinte e quatro dias do mês [de] 8bro do anno de mil e seiscentos e trinta e nove, por ter acabado o seu triênio a Madre Dona Maria de Gusmão, em o segundo dia do mesmo mês de 8bro, e aver servido por comissão de Nosso Reverendíssimo os mais dias o mesmo cargo de abadessa [fl. 220v.] no Mosteiro de Arouqua, na grade da igreja da banda de fora, estando juntas todas as religiosas vogaes, mandou o Nosso Reverendíssimo Padre Geral que votassem em nova prelada. E votando por votos secretos, saio canonicamente eleita a Madre Donna Jeronima da Cunha, a qual fazendo juramento de fee de bem e

fielmente fazer seu officio, foi confirmada pello Nosso Reverendíssimo em abadessa trianal do dito mosteiro e de todas as religiosas delle reconhecida e obedecida por sua verdadeira prelada. E de tudo eu Fr. Frutuoso do Valle, secretario de Sua Reverendíssima, fis este termo em que assinou o Reverendíssimo Padre Geral, em os 27 de dezembro de 639.

(Assinatura) Fr. Gerardo Pereira, Abbade Geral.

16.^a Abbadessa.

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de mil e seiscentos e quarenta e dous, por ter acabado seu triênio a Madre Dona Jeronima da Cunha, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Domingos Cabral, Esmoler mor de Sua Magestade, ao Mosteiro de Arouca. Estando presente, mandou se procedesse na eleição de nova abadessa. E votando por votos secretos todas as religiosas do dito mosteiro que tinham os annos de religião que dispõem nossas diffinições, sahio canonicamente eleita a Madre Dona Catherina de Meneses, a quem o Reverendíssimo Padre Geral confirmou e deu juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E logo foi por todas as religiosas reconhecida e obedecida por sua prelada com todas as ceremonias costumadas. E eu Fr. Manuel de Moraes, secretario do Nosso Reverendíssimo, fiz este termo que elle assinou. Era, dia mês *ut supra*.

(Assinatura) Frei Domingos Cabral, Abbade Geral.

[Fl. 221]

17.^a Abbadessa.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de mil e seiscentos e quarenta e cinco annos, por ter acabado o seu triênio a Madre Dona Caterina de Menezes, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Bautista de Menezes, Esmoler mor de Sua Magestade, ao Mosteiro de Arouca, e sendo presente, mandou se procedesse na eleição de nova abadessa. E votando per votos secretos todas as religiosas que tinham os annos da religião que dispõem nossas definições, sahio canonicamente eleita a Madre Dona Elena de Souza, a que o Reverendíssimo Padre Geral confirmou e deu juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E logo foi per todas as religiosas reconhecida e obedecida por sua prelada com todas as ceremonias costumadas. E eu Fr. João de Vasconcellos, secretario de Sua Reverendíssima, fis este termo que elle assinou. Dia mês e Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Batista de Menezes, Abbade Geral e Esmoler mor.

18.^a Abbadessa.

Aos 27 do mês de outubro de 648 por ter acabado o seu triênio d'abbadessa do Mosteiro de Arouca a Madre Dona Elena de Souza, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Fr. Luis de Souza, ao dito mosteiro para fazer eleição de nova prelada, e mandando a todas as relegiozas delle que votassem, conforme nossas deffenições em abadessa, votando todas sahio canonicamente eleita a Madre Dona Bernardina de Mello, a quem o Nosso Reverendíssimo deu logo juramento dos Santos Evangelhos de fazer bem seu officio com as mais ceremonias pertencentes aquelle acto. E foi reconhecida e obedecida de todas as religiosas daquele convento por sua prelada. De que tudo eu Fr. Bernardo do Desterro, mestre em Sagrada Theologia, fis este termo, que assinou o Nosso Reverendíssimo. Dia, mês e anno *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Luis de Souza, Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 221v.]

19.^a Abbadessa.

Aos 28 dias do mês de outubro de 651, por ter acabado o sue triênio de abadessa do Mosteiro de Arouca, a Madre Dona Bernardina de Mello, foi o Nosso Reverendíssimo, o Doutor Frei Gerardo Pestana, ao dito mosteiro a fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas que votassem em abadessa. E votando todas per votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre Dona Clara Beliagoa, a quem o Reverendíssimo deu logo juramento de bem e verdadeiramente fazer seu officio, com as mais ceremonias pertencentes aquelle acto, foi obedecida e reconhecida por prelada de todas as religiosas do convento. E de tudo eu Frei Inacio Leite, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que o Reverendíssimo assinou. Dia, mês e Era *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Gerardo Pestana, Abbade Geral e Esmoler mor.

20.^a Abbadessa.

Aos 29 dias do mês de outubro de 1654, por ter acabado o seu triênio de abadessa do Mosteiro de Arouca a Madre D. Clara Beliago, foy o Nosso Reverendíssimo Padre Fr. Manoel de Moraes, do conselho de Sua Magestade e seu esmoler mor, ao dito mosteiro a fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiozas que votassem em abadessa, e votando todas por votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre D. Catherina de Menezes, a quem o Reverendíssimo deu logo juramento de bem e [fl. 222] verdadeiramente fazer seu officio, e com as mais seremonias pertencentes aquelle acto, foy obedecida e reconhecida por prelada de todas as religiozas do convento. E de tudo eu Fr. Luis de Faria, secretario de Sua Reverendíssima, fis este termo que o Reverendíssimo assinou. Dia, mês e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Manoel de Moraes, Abbade Geral Esmoler mor.

21.^a Abbadessa.

Aos 29 dias do mês de outubro de 657, por ter acabado o seu triênio de abadessa do nosso Mosteiro de Arouca, a Madre Dona Caterina de Meneses; porestar impedido de huma grave doença o Nosso Reverendíssimo Padre Geral Fr. Vivardo de Vasconcelos, senhor e donatário da villa de Alcobaça e seus Coutos, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, fez seus comissários aos Muito Reverendos Padres Visitadores Fr. Guilherme da Paixão e Fr. Belchior Viegas, os quais ambos forão ao dito Convento de Arouca a fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas que votassem em abadessa, votando todas por votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre Justa de Albuquerque, a quem os ditos comissários derão logo juramento de bem e verdadeiramente fazer seu officio. Com as mais ceremonias pertencentes aquelle acto foi obedecida e reconhecida por prelada de todas as religiosas do convento. E eu Fr. Manuel Ozorio, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que o Reverendíssimo assinou em 20 de novembro do sobredito anno de 657.

(Assinatura) Fr. Vivardo de Vasconcellos, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 222v.]

22.^a Abbadessa.

Aos 27 de outubro de 1660 fes o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Fr. Gabriel de Almeida, eleição de abadessa do Mosteiro de Arouca, por ter acabado o seu triênio a Madre Justa de Albuquerque, e sahio eleita a Madre Donna Joanna de Castro.

23.^a Abbadessa.

Aos 29 do mês de outubro de 1663, por ter acabado o seu triênio de abadessa do Mosteiro de Arouca a Madre Dona Joanna de Castro, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Fr. Lourenço Botelho, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao ditto mosteiro a fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas que votassem em abadessa, votando per votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre Dona Luiza de Tavora, a quem o Reverendíssimo deu logo juramento de bem e verdadeiramente fazer seu officio. E com as mais cerimonias pertencentes aquelle acto, foi obedecida e reconhecida por prelada de todas as religiosas do convento. E de tudo eu o Doutor Fr. Gabriel da Ave Maria, secretario de Sua Reverendíssima, fis este termo, que assinou o Reverendíssimo. Dia, mês e anno *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Lourenço Botelho, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 223]

24.^a Abbadessa.

Aos 29 do mês de outubro de 1666, por ter acabado o seu trianio a Madre Dona Luiza de Tavora, abadessa do Mosteiro de Arouca, fazendo eleição por comissão do Illustrissimo Padre Fr. Luis de Sousa, Bispo do Porto, Governador do Arcebispado de Evora, geral desta Congregação, o Muito Reverendo Padre Fr. João de Vasconcellos e o Dom Abbade do Mosteiro de Ceixa, e ho muito Reverendo Padre Fr. Bernardo de Britto, secretario de Sua Senhoria Reverendíssima, saio canonicamente eleita em nova prelada a Madre Ellena Botelha Pimentel, a quem os padres commissários derão juramento de bem e verdadeiramente fazer seu officio e todas as mais cerimonias pertencentes aquelle acto, sendo obedecida e reconhecida por prelada de todas as religiosas do dito convento. E por fé de tudo, eu Fr. Bernardo de Britto, secretario de Sua Senhoria Reverendíssima, fis este termo que assinei como commissario. Dia, mês Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Bernardo de Britto.

25.^a Abbadessa.

Aos 10 dias do mês de novembro de 1669, por ter acabado o seu triênio de abadessa a Madre Elena Botelha Pimentel, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Fr. Constantino de S. Payo, do Conselho de Sua Alteza e seu Esmoler mor, ao dito mosteiro a fazer a eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas que votassem em abadessa, e votando per votos secretos, sahio eleita com todos os votos a Madre Dona Clara Belliagua, a quem o Reverendíssimo deu logo juramento de bem e verdadeiramente [Fl. 223v.] fazer seu officio. E com as mais ceremonias pertencentes aquelle acto foi obedecida e reconhecida por prelada de todas as religiosas do convento. E de tudo eu o Doutor Fr. Gabriel da Ave Maria, secretario do Reverendíssimo, fis este termo, que o Reverendíssimo assinou. Dia, mês e anno *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Constantino de S. Paio, Abbade Geral Esmoler mor.

26.^a Abbadessa.

Aos doze dias do mez de novembro de 672 por ter acabado o seu triênio de abadessa a Madre Donna Clara Beliagoa, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Frei Antonio Brandão, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao dito Mosteiro d'Arouca fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas votar em abadessa, votando todas por votos secretos, sahio eleita canonicamente a Madre Izabel Freire de Araujo, a quem o Reverendíssimo deu juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E

com as mais cerimoniaes pertencentes ao tal acto foi confirmada e levada com procissão solenne ao coro [e] foi obedecida per todas as religiosas. Eu Fr. Sebastiam Sotto Maior, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que elle assinou. Dia, mez e anno *ut supra*.
(Assinatura) O Doutor Fr. Antonio Brandão, Abbade Geral Esmoler mor.

27.ª Abbadessa.

Aos 12 dias do mez de novembro de 1675, por ter acabado o seu triênio de abbadeça a Madre Isabel Freire de Araujo, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Dom Abbade Geral, Fr. Sebastião Sotto Mayor, do Conselho de Sua Alteza e seu Esmoler mor, ao dito Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova prellada. E mandando a todas as religiosas votar em abbadeça, votando todas por votos secretos, sahio eleita canonicamente a Madre Jeronima de Miranda, a quem o Reverendíssimo deu juramento de bem e fielmente fazer seu officio, e com as mais ceremonias pertencentes ao tal acto foi confirmada e levada em procissam [fl. 224] solemne ao coro, onde foi obedecida por todas as religiosas. E eu Fr. Benedito de Sam Bernardo, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo, que elle assinou. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) Frey Sebastiam Sottomaioir, Abbade Geral Esmoler mor.

28.ª Abbadessa.

Aos 16 de novembro do anno de 678, por ter acabado seu trianio de abadessa a Madre Jeronima de Miranda, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral Fr. Luis Coutinho ao nosso Mosteiro de Arouca para efeito de fazer eleição de nova prellada. E votando toda a comunidade a grade da igreja por votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre Paula de Albuquerque, a quem o Reverendíssimo deu juramento e foi levada em procissão ao choro onde foi reconhecida e obedecida de todo o convento por sua prellada. E eu o Doutor Fr. Francisco Lobo, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que assinou o Reverendíssimo. Dia, mez e Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Luis Coutinho, Abbade Geral Esmoler mor.

29.ª Abbadessa.

Aos 20 dias do mês de novembro do anno de 1681, por ter acabado o seu trianio de abadessa e se lhe ter dado suplemento a Madre Paula de Albuquerque, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. João Ozorio, ao nosso Mosteiro de Arouca, para efeito de fazer eleição de nova prellada. E votando toda a comunidade a grade da igreja por votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre Donna Maria de Faria, a quem o Reverendíssimo deu o juramento. E foi levada em procissão ao choro a [fl. 224v.] onde foi reconhecida e obedecida de todo o convento por sua prellada. E eu Fr. Alvaro de Carvalho, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que assinou o Reverendíssimo. Dia, mez e Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. João Ozorio, Abbade Geral Esmoler mor.

30.ª Abbadessa.

Aos 20 de novembro de 1684, por ter acabado o seu trienio d'abbadeça a Madre D. Maria de Faria, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Luis de Faria, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao dito Mosteiro d'Arouca fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas votarem abadeça, votando todas por votos secretos, sahio eleita canonicamente em abbadeça a Madre D. Maria d'Almeida Telles, a quem o Reverendíssimo deo juramento de bem e fielmente fazer sue officio. E com as

mais ceremonias pertencentes áo tal acto, foi confirmada e levada em procissão solemne ao coro onde foi obedecida por todas as religiosas. Eu o Doutor Fr. Fadrique Espinola, secretario de Sua Reverendíssima fiz este termo, que o Nosso Reverendíssimo assinou. Dia, mez e Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Luis de Faria, Abbade Geral Esmoler mor.

31.^a Abadessa.

Aos 30 dias de novembro de 1687, por ter acabado o seu trienio de abadessa a Madre Donna Maria de Almeyda, foy o Nosso Reverendíssimo Padre Geral Fr. Bastião Sottomayor, do Conselho de Sua Magestade e seu esmoler mor, ao ditto Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova prelada, mandando a todas as religiosas votar em abadessa. E votando todas por vottos secretos sahio eleita canonicamente [fl. 225] em abadessa a Madre Donna Guiomar Coutinho, a quem o Reverendíssimo deo juramento de bem e fielmente fazer o seu officio. E com as mais ceremonias pertendentes [sic] ao tal acto, foy confirmada e levada em prosição solene ao coro onde foy obedecida por todas as religiosas. E eu Fr. Pero de Lancastro, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que o Nosso Reverendíssimo assinou. Dia, mez e Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Sebastiam Sottomaioir, Abbade Geral Esmoler mor.

32.^a Abbadessa.

Aos 30 dias de novembro [de 1690], por ter acabado o seu trienio de abadessa a Madre Donna Guiomar Coutinho, foy o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Jeronimo de Saldanha, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao ditto Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas votar em abadessa, votando todas por votos secretos, sahio canonicamente eleita em abadessa a Madre Donna Magdalena de Abreu, a quem o Reverendíssimo deo juramento de bem e fielmente fazer o seu officio. E com as mais cerimonias pertencentes ao tal acto foi confirmada e levada em procição solenne ao coto onde foi obedecida por todas as religiosas. E eu o Doutor Fr. Sezinando Baião fiz este termo que o Nosso Reverendíssimo assinou. Dia, mês e Era *ut supra*.

33.^a Abbadessa.

Aos 30 dias do mês de novembro de 693, por ter acabado o seu triennio de abadessa a Madre D. Madalena de Abreu, foy o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Fr. Francisco de Sampayo, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiozas votar em abadessa trienal do dito mosteiro. E votando todas por [fl. 225v.] votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre D. Luiza Pessoa, a quem o Reverendíssimo deu juramento de bem e fielmente fazer o seu officio. E com as mais ceremonias pertencentes ao tal acto, foy confirmada e levada com procissão solemne ao choro, aonde foi obedecida por todas as religiosas. E eu Fr. Manuel Coelho, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que elle assinou. Dia, mês e Era *ut supra*.

34.^a Abadessa.

<2.^a vez.> Aos 30 dias do mês de novembro de 696, por ter acabado o seu triennio de abadessa a Madre D. Luiza Pessoa, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral o Mestre Fr. João Paim, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas votar em abadessa trienal

do dito mosteiro, e votando todas por votos secretos, sahiu canonicamente eleita a Madre D. Maria de Almeida, a quem o Reverendíssimo deu juramento de bem e fielmente fazer o seu officio. E com as mais ceremonias pertencentes ao tal acto foi confirmada e levada com procissão solemne ao choro aonde foi obedecida por todas as religiosas. E eu Fr. Francisco Breando, secretario de Sua Reverendíssima, fis este termo que elle assinou. Dia, mez, Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. João Paim, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

35.ª Abadessa.

<2.ª vez.> Aos 30 dias do mês de novembro de 699, por ter acabado o seu triênio de abadessa a Madre D. Maria Telles, foi o nosso Reverendíssimo, o Mestre Fr. Gabriel da Gloria, ao ditto mosteiro fazer eleição de nova prelada. E mandando a todas as religiosas votar em abadessa trienal do dito mosteiro, e votando todas por votos secretos sahiu canonicamente eleita a Madre D. Magdalena de Abreu, a quem o Reverendíssimo deu juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E com as mais ceremonias pertencentes ao tal acto foi confirmada e levada com procissão solene ao choro, aonde foi obedecida por todas as religiosas. E eu Fr. Antonio de Quental, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo, que elle assinou. Dia, mez Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Gabriel da Gloria, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 226]

36.ª Abadessa.

Aos trinta dias do mez de novembro de 1702, por ter acabado o seu triênio a Madre D. Magdalena de Abreu, os padres mestres Fr. Antonio do Quental e Fr. Francisco Pereira, secretários e comissários do nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Pedro de Lancastro, mandarão votar para abadessa trienal deste Real Mosteiro de Arouca, e sayo canonicamente eleita a Madre D. Margarida Antonia de Miranda, a qual foy confirmada e reconhecida por todas as religiosas por sua perlada na forma do estillo. Dia, mez, anno *ut supra*.

37.ª Abadessa.

<2.ª vez.> Aos 30 dias do mês de 9bro de 1705, por ter acabado o seu triênio de abadessa a Madre D. Margarida Antonia de Miranda, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral Fr. Manoel Coelho ao Mosteiro de Arouca fazer eleição de nova perlada. E mandando a todas as religiosas votar em abadessa trienal, e votando todas por vottos secretos, sahiu canonicamente eleita Madre D. Maria de Almeida Telles, a quem o Reverendíssimo deu o juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E com as mais seremonias pertencentes ao tal acto foi confirmada e levada com procissão solene pello corro [sic], aonde foi obedecida por todas as religiosas. E eu o Doutor Fr. Joze da Cunha, secretario de Sua Reverendíssima, fis este termo, que elle assignou. Dia, mez Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Manuel Coelho, Dom Abade Geral Esmoler Mor.

38.ª Abadessa.

Acabado o triennio da Madre D. Maria de Almeida Telles, sahiu eleita a Madre D. Damiana Claudia de Miranda, no anno de 1708. E fez a eleição o Nosso Padre Mestre Fr. Antonio do Quental.

39.^a Abadessa.

Aos 30 dias do mês de novembro de 1711, por ter acabado o seu trienio de abadessa a Madre D. Damiana Claudia de Miranda, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Felix de Azeredo, ao ditto Mosteiro de Arouca, fazer eleição de nova perlada. E no mesmo [fl. 226v.] mesmo dia, mandando a todas as religiosas votar por vottos secretos em abadessa trienal, e votando todas por vottos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre D. Antonia de Moura Coutinho, a quem o Reverendíssimo deu o juramento de bem e fielmente fazer seu officio. E com as mais serimonias pertencentes ao tal acto, foi confirmada e levada com procissão solene pello claustro e choro aonde foi obedecida de todas as relligiozas. E eu Fr. Henrique de Azevedo, secretario de Sua Reverendíssima, de tudo fiz este termo, que elle assinou. Dia, mez e Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Felix de Azeredo, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

40.^a Abadessa.

Aos 30 dias do mês de novembro de 1714 por ter acabado o seu triênio de abadessa a Madre Dona Antonia de Moura Coutinho, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, Fr. Antonio de Quental, ao dito Mosteiro de Arouca, a fazer eleição de nova prelada. E no mesmo dia, mandando a todas as religiosas votar por votos secretos, sahio canonicamente eleita a Madre Dona Magdalena de Abreu, a quem o Nosso Reverendíssimo deu o juramento de bem e fielmente fazer o seu officio. E com as mais seremonias costumadas pertencentes ao tal acto, foi confirmada e levada com procissão solene pello claustro e choro, aonde foi obedecida de todas as religiosas. E eu Fr. Nuno de Souza, secretario de Sua Reverendíssima, de tudo fiz este termo que elle assignou. Dia, mês e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Antonio de Quental, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 227]

41.^a Abadessa.

Aos quinze dias do mez de janeiro de 1718, por ter acabado o seu triennio a Madre D. Magdalena de Abreu, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, D. Fr. Paulo de Brito, ao Real Mosteiro de Arouca, e mandando proceder a eleição de nova abadessa, sahio eleita por vottos secretos a Madre D. Elena de Robles, a quem o Reverendíssimo Padre Geral deu juramento de fazer bem e fielmente o seu officio. E com todas as mais ceremonias costumadas pertencentes ao tal acto, foi confirmada e levada em procissão solemne pello coro, aonde foi obedecida de todas as religiosas. E eu o Doutor Fr. Manoel da Rocha, mestre jubilado em Theologia e secretario de Sua Senhoria Reverendíssima, de tudo fiz este termo, que elle assinou. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Paulo de Britto, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

42.^a Abadessa.

Aos quinze dias do mês de janeiro de 1721, por ter acabado o seu triennio a Madre Dona Magdalena de Robles, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Fr. Joze da Cunha, doutor e mestre jubilado na Sagrada Theologia, Dom Abbade Geral e Esmoler Mor de Sua Magestade, ao Real Mosteiro de Arouca. E mandando proceder a eleição de nova prelada, sahio canonicamente eleita, por votos secretos, em abadessa trienal do mesmo mosteiro a Muito Religiosa Madre Dona Antonia Luiza de Magalhães, a quem o Reverendíssimo Padre Geral deu juramento de fazer bem e fielmente seu officio. E com as mais cerimonias costumadas, pertencentes ao tal acto, foi comfirmada e levada em procissão solemne com o hymno *Te Deum laudamus* pelo coro, aonde foi obedecida de todas as religiosas.

E eu o Doutor Fr. Marcos da Sylva, mestre jubilado em Theologia e secretario de Sua Reverendíssima, de tudo fis este termo, que elle assignou. Dia, mez e Era *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Joze da Cunha, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 227v.]

43.^a Abadessa.

Aos 15 dias do mês de janeiro de 1724, por ter acabado o seu trianio a Madre D. Antonia Luiza de Magalhães, abadessa do nosso Mosteiro de Santa Maria de Arouca, e se achar o Reverendíssimo Padre Geral e Coronista mor de Sua Magestade legitimamente empedido para presidir na nova eleição, fez seu Commissario e Prezidente della ao Muito Reverendo Padre Fr. Bartolomeu de Figueiredo, Dom Abbade do Real Mosteiro de S. Christovão de Lafões, o qual, mandando ler sua provisão de comissão, mandou logo votar pro votos secretos em abadessa trienal do sobredito mosteiro. Sahio canonicamente eleita em prellada a muito relligioza Madre D. Maria Luiza da Cunha, a quem por virtude da comissão que tinha, logo deu o juramento de obediência pro, e fez a protestação de fé e foi levada em procissão cantando o *Te Deum*, e foi obedecida da commonidade, tudo na forma costumada, de que eu Fr. Nuno Mascarenhas, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que assinou o Reverendíssimo etc.

(Assinatura) O Doutor Fr. Bento de Mello, Prezidente geral.

44.^a Abadessa.

Aos 15 dias do mês de janeiro de 1727, por ter acabado o seu triennio a Muito Rellegioza Madre D. Maria Luiza da Cunha, abadessa do nosso Mosteiro de Arouca e se achar o Reverendíssimo Padre Geral, o Doutor Fr. Bento de Mello, <Dom Abade Geral Esmoler mor>, lente agulhado (?) a cadeira da Escripura na Universidade de Coimbra, Calleficador do Santo Officio, legitimamente empedido para prezedir na nova eleição, fez seu Commissario ao Reverendíssimo Padre Mestre, o Doutor Fr. Thomás de Sampayo, condutário na mesma Universidade, e mandando ler primeiro sua comissão, mandou logo votar por votos secretos em abadessa trienal do sobredito mosteiro, sahio canonicamente eleita em abadessa a muito rellegioza Madre D. Maria de Berredo, a quem logo tomou juramento de *obedientis*, e protestação de fé. E foi levada em procissão, cantando o hino *Te Deum* a commonidade. E logo foi de toda obedecida na forma costumada, de que eu Fr. Nuno Mascarenhas, secretario de Sua Reverendíssima, fiz este termo que assinou o Reverendíssimo. Dia, mez e ano *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Bento de Mello, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 228]

45.^a Abadessa.

Aos 12 dias do mês de julho do ano de 1730, tendo acabado o triênio do seo governo a Muito Religiosa Madre D. Maria de Revoredo, abadessa do Real Mosteiro de Arouca, por se achar legitimamente impedi[do] o Nosso Reverendo Padre Fr. Manoel de Mello, Dom Abbade Geral Esmoler mor, deo comissão ao muito Reverendo Padre Fr. João Niculáo, seo secretario, para hir prezidir á eleição de nova prellada. E procedendo a ella na forma que determinão os sagrados canones, sahio eleita em abadessa do dito mosteiro e Muito Religiosa Madre D. Maria de Sequeyra, á qual confirmou logo o Muito Reverendo Padre Commissario, e lhe deo juramento por que bem e verdadeiramente satisfizesse ás obrigaçoens do seo officio. E feitas as mais serimonias costumadas, foi reconhecida por toda a comunidade por sua prellada. E de tudo fiz este termo, eu Fr. Jozeph Rebello,

secretario de Sua Reverendíssima, que assignou. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Manoel de Mello, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

46.^a Abadessa.

Aos 12 dias do mês de julho do anno de 1733, tendo acabado o triênio de seu governo e abadessado a Muito Religiosa Madre D. Maria de Siqueira, abadessa do Real Mosteiro de Arouca, foy o Nosso Reverendíssimo Padre Mestre Doutor Fr. Manuel da Rocha, Lente de Theologia na Universidade de Coimbra, Académico da Acamedia da Historia Portugueza, Dom Abbade Geral e Reformador da Congregassam de S. Bernardo nestes reynos e senhorios de Portugal e Algarve, do Conselho de Sua Magestade e seu Esmoler mor, ao dito Mosteiro d'Arouca, prezedindo a eleyção de nova prelada. Sahiu eleyta em pelada e abadessa do dito mosteiro a Muito Religiosa Madre D. Luiza Maria da Cunha. E logo pello Nosso Reverendíssimo Padre Geral a confirmou e lhe deu juramento para que bem e verdadeyramente satisfizesse as obrigaçoins de seu officio. E feytas as mais serimonias foy por toda a comunidade obedecida e reconhecida por sua perlada. E de tudo fiz este termo, que assignou o Nosso Reverendíssimo Padre Geral, eu Fr. Simão de Tavora, secretario de Sua Reverendíssima, que o escrevi. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Manoel da Rocha. Dom Abbade Geral Esmoler mor

[Fl. 228v.]

47.^a Abadessa.

Aos 12 dias do mez de julho do anno de 1736, sendo acabado o triênio do seu governo e abbadeçado a Muito Religiosa Madre D. Luiza Maria da Cunha, abadessa do nosso Real Mosteiro de Santa Maria de Arouca, foi o Reverendíssimo Padre Fr. Nuno Mascarenhas, Dom Abbade Geral Esmoler mor, ao dito mosteiro e procedendo a eleyção de nova prelada, na forma que determinão os sagrados canones, sahio canonicamente eleyta a Muito Religiosa Madre D. Bernarda Pimentel, a qual foi logo pello dito Nosso Reverendíssimo confirmada. E lhe deu o juramento para que bem e fielmente satisfizesse as obrigações de seu officio. E feitas as mais seremonias costumadas, foi reconhecida por toda a comunidade por sua prelada. E de tudo mandei fazer este termo. Eu Fr. Antonio de Villas Boas, secretario de Sua Senhoria que o sobscrevi. Dia, mez Era *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Nuno Mascarenhas, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

48.^a Abadessa.

Apos 13 dias do mês de julho de 1739 tendo acabado o seu triênio de abadessa a Muito Religiosa Madre D. Bernarda Pimentel, por se achar o nosso Reverendissimo Padre Dom Abbade Geral Esmoler mor, o Doutor Fr. Thomas de Sampayo, impedido para ir presidir na eleyção de nova abadessa do nosso Real Mosteiro de Santa Maria de Arouca, mandou comissão ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade do Real Mosteiro de Santa Maria de Ceyça, Fr. Antonio de Vilas Boas, com o poder de nomear secretario e adjunto, o religioso que lhe parecesse mais idóneo, o que fez na pessoa do Muito Reverendo Padre Mestre Fr. Ascenso Garrido. E procedendo a eleyção na forma que determinão os sagrados canones, leys e estatutos da nossa Congregação, sahio canonicamente eleyta em dona abadessa do dito mosteiro a Muito Religiosa Madre D. Monica Pimentel. A qual foi logo pelo dito muito Reverendo Padre Commissario confirmada. E lhe deu o juramento para que bem e fielmente cumprisse com as obrigaçoens de seu officio. E feitas as mais ceremonias costumadas, foi por toda a comunidade reconhecida por sua prelada, do que tudo mandei fazer este termo. E eu Fr. Gaspar de Coralez, secretario de Sua Reverendíssima, o

subscrevi. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Thomas de Sampayo, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 229]

49.^a Abadessa.

Aos 22 dias do mês de julho de 1742, tendo acabado o seu triênio de abadessa a Muito Religiosa Madre D. Monica Pimentel, por se achar o nosso Reverendíssimo Padre Dom Abbade Geral Esmoler mor, Fr. Antonio Brandão, impedido para hir presidir na eleyção de nova abadessa do nosso Real Mosteiro de Arouca, mandou comissão ao muito Reverendo Padre Mestre Fr. Feliz de Cerveyra, Dom Abbade Reitor do nosso Collegio de Coimbra, com o poder de nomear secretario e adjunto, o religioso que lhe parecesse mais idóneo, o que fez na pessoa do muito Reverendo Padre Fr. Luis Leme, confessor do dito mosteiro. E procedendo a eleyção na forma que determinão os sagrados canones, leys e estatutos de nossa sagrada congregação, sahio canonicamente eleyta em dona abadessa do dito mosteiro, a Muito Religiosa Madre D. Anna Mascarenhas de Albuquerque. A qual foi logo pelo dito Padre Mestre Dom Abbade nosso Commissario confirmada. E lhe deu o juramento para que bem e fielmente cumprisse com as obrigações de seu officio. E feitas as mais ceremonias costumadas, foi por toda a comunidade reconhecida por sua prelada. De que tudo mandei fazer este termo. E eu Fr. João Barretto, secretario de Sua Reverendíssima, que o subscrevi. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Antonio Brandão, Dom Abbade Geral.

50.^a Abadessa.

Aos 22 dias do mês de julho de 1745, tendo acabado o seu triênio de abadessa, a Muito Religiosa Madre D. Anna Mascarenhas de Albuquerque, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Dom Abbade Geral, Esmoler mor, Fr. Francisco Xavier, ao Mosteiro de Santa Maria de Arouca. E procedendo a eleyção de nova abadessa na forma que determinão os sagrados canones e nossas constituições, sahio canonicamente eleyta a Muito Religiosa Madre D. Bernarda Pimentel, segunda vez abadessa. A qual foi logo pelo dito Nosso Reverendíssimo confirmada. E lhe deu o juramento para que bem e fielmente fizesse as obrigações de seu officio. E feitas as mais ceremonias costumadas foi reconhecida por toda a comunidade por sua verdadeira prelada, do que [fl. 229v.] do que tudo mandei fazer este termo. E eu Fr. Jozé Pimenta, secretario de Sua Reverendíssima, a fiz escrever e subscrevi. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) Fr. Francisco Xavier, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

51.^a Abadessa.

Aos vinte e dous dias do mês de julho de 1748, por ter acabado o triênio do seu governo e abbadeçado a Muito Religiosa Madre D. Bernarda Pimentel, e por se achar o Nosso Reverendíssimo Padre Mestre Dom Abbade Geral, Esmoler mor, o Doutor Fr. Manoel Soares, impedido para hir presidir na eleyção de nova prellada, dei comição ao Muito Reverendo Padre Dom Abbade Reitor do Collegio de Coimbra, o Doutor Fr. Joze da Costa, para hir presidir na dita eleyção de nova abadessa do nosso Real Mosteiro de Arouca, na forma costumada, que determinão nossas diffinições, leys e institutos de nossa Congregação. E mandando o dito Muito Reverendo Padre Mestre Dom Abbade Commissario tocar a capitulo e votando toda a comunidade em dona abadessa, sahio canonicamente eleyta em dona abadessa do dito nosso Real Mosteiro de Arouca, a Muito Religiosa Madre D. Anna de Almeyda, á qual o muito Reverendo Padre Mestre Dom

Abbate Commissario confirmou e deu o juramento, tudo na forma costumada que determinão nossas diffinições. E depois foi levada em procissão com *Te Deum laudamus*, e acabada se foi acentar na sua cadeira, aonde toda a comunidade lhe foi tomar a bênção. De que tudo fiz este termo que eu Fr. Gaspar de Caldas, secretario de Sua Reverendíssima, subscrevi. Dia, mez e anno *ut supra*.

(Assinatura) O Doutor Fr. Manuel Soares, Dom Abbade Geral e Esmoler mor

[Fl. 230]

52^a Abadessa.

Aos 22 dias do mez de julho de 1751, por ter acabado o triennio de seu governo de abadessa do real Mosteiro de Arouca a Muito Religiosa Madre Religiosa Madre D. Anna de Almeida, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Fr. Pedro de Mendouça, Dom Abbade Geral Esmoler mor, ao dito mosteiro. E procedendo a eleição na forma que determinão as nossas constituições, sahio canonicamente eleita a dita religiosa Madre D. Martha Luiza de Robles, a qual foi logo confirmada pello nosso Reverendíssimo, e obedecida por toda a comunidade, com procissão em que foi levada com *Te Deum laudamus*, e todas as mais circunstancias neste acto necessárias. De que tudo fiz este termo. Fr. Luiz de S. Bento, secretario de Sua Reverendíssima, que o escrevi.

(Assinatura) Fr. Pedro de Mendouça, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

53^a Abadessa.

Aos 22 dias do mez de julho de 1754, por ter acabado o triênio do seu governo e abbadeçado a Muito Religiosa Madre D. Martha Luiza de Robles, dona abadessa do nosso Real Mosteiro de Arouca, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Mestre Dom Abbade Geral, Esmoler mor, o Doutor Fr. Joze Cardozo, àquelle mosteiro no dia assima presidir na eleyção de nova prelada. E votando toda a comunidade que para esse efeito se ajuntou a som de campa tangida, por votos secretos, na forma que determinão os sagrados canones, sahio canonicamente eleyta em dona abadessa do dito mosteiro, a Muito Religiosa Madre D. Anna Mascarenhas de Albuquerque, a qual foi confirmada pello nosso Reverendíssimo, a quem deo o juramento. E foi obedecida por toda a comunidade que a levou em procissão com *Te Deum laudamus*. Do que tudo mandei fazer este termo. E eu Doutor Fr. Jose Lobatto, secretario de Sua Reverendíssima, a subscrevi. Anno de 1754.

(Assinatura) Doutor Fr. Jose Cardozo, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 230v]

54^a Abadessa.

Aos 2 dias do mês de julho de 1757, por ter acabado o triennio de seu governo e abbadeçado a Muito Religiosa Madre D. Anna Mascarenhas de Albuquerque, dona abadessa do nosso Mosteiro de Arouca, foy o Nosso Reverendíssimo Padre Fr. Manoel de Barboza, Dom Abbade Geral, Esmoler mor, aquele mosteiro no dia assima, presidir na eleição de nova prelada. E votando toda a comunidade que para esse efeito se ajuntou a som de campa tangida, por votos secretos, na forma que determinão os sagrados canones, sahio canonicamente eleita em dona abadessa do dito mosteiro a Muito Religiosa Madre D. Joanna de Vasconcelos, a qual foy confirmada pello Nosso Reverendíssimo, a quem eu o juramento. E foy obedecida por toda a comunidade, que a levou em procissão com *Te Deum laudamus*. Do que tudo mandei fazer este termo. E eu Fr. Francisco de Castro, secretario de Sua Reverendíssima, o fiz escrever e subscrevi.

(Assinatura) O Dom Abbade Geral Esmoler mor.

55.ª Abadessa.

Aos 2 de outubro de 1761, por ter acabado o triénio dos eu governo e abbaçado a Muito Religiosa Madre D. Joanna de Vasconcelos, dona abadessa do nosso Mosteiro de Arouca, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Fr. Luis Pereira, Dom Abbade Geral, Esmoler mor, aquelle mosteiro no dia assima prezidir na eleição da nova prellada. E votando toda a comunidade que para esse efeito se ajuntou a som de campa tangida, por vottos secretos, na forma que determinão os sagrados canones, sahio canonicamente eleita em dona abadessa do dito mosteiro e Muito Religiosa Madre D. Joanna Sofia de Miranda. A qual foi confirmada pelo Nosso Reverendíssimo, a quem deu o juramento. E foi obedecida por toda a comunidade que a levou em procição com *Te Deum laudamus*. Do que tudo mandei fazer este termo. E eu Doutor Antonio Cayado, secretario de Sua Reverendíssima, o fis escrever.

(Assinatura) Fr. Luis Pereira, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 231]

56.ª Abadessa.

Aos 6 de novembro de 1763, por ter acabado o triennio do seu governo e abadessado a Muito Religiosa Madre D. Joanna Sofia de Miranda, dona abadessa do Real Mosteiro de Arouca, foi o Nosso Reverendíssimo Padre Mestre Doutor Fr. Caetano de Sampayo, Dom Abbade Geral, Esmoler mór, aquelle mosteiro no dia mencionado presidir na eleição de nova prelada. E votando toda a comunidade que para esse efeito se ajuntou a som de campa tangida, por votos secretos, na forma que determinão os sagrados canones, sahio canonicamente eleita em dona abadessa do dito mosteiro, a Muito Religiosa Madre D. Luiza Violante Leme, a qual foi confirmada pelo Nosso Reverendíssimo, a quem eu o juramento. E foi obedecida por toda a comunidade, que a levou em procissão com *Te Deum laudamus*. Do que tudo mandou fazer este termo. E eu Fr. Martinho da Costa, secretario de Sua Senhoria Reverendíssima, a fiz escrever e sobscrevy.

(Assinatura) O Doutor Fr. Caetano de Sampayo, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

[Fl. 231v]

57.ª Abadessa.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 1767, por ter acabado o tempo de seu abbadessado e presidencia a Muito Religiosa Madre D. Luiza Violante Leme, dona abadessa e prezidente do Real Mosteiro de Arouca, foi o Nosso Illustrissimo e Reverendíssimo Senhor Padre Fr. Nuno Leitão, Dom Abbade Geral, Esmoler mór, aquelle mosteiro no dia mencionado presidir na eleyção de nova prelada. E votando toda a comunidade que para esse efeito se ajuntou a som de campa tangida, por votos secretos, na forma que determinão os sagrados canones, sahio canonicamente eleyta em dona abadessa do dito mosteiro e Muito Religiosa Madre D. Brigida Telles de Menezes, a qual foi confirmada pelo Nosso Illustrissimo, a quem deu o juramento. E foi obedecida por toda a comunidade, que a levou em procissão com *Te Deum laudamus*. Do que tudo mandou fazer este termo que assinou. E eu Fr. Antonio de Menezes, secretario de Sua Senhoria, a fiz escrever.

(Assinatura) Fr. Nuno Leitão, Dom Abbade Geral Esmoler mor.

58.^a Abadessa.

Aos 11 de janeiro de 1771, sahio eleita abadessa D. Joanna Maria Forjaes e prezidio na eleição o Padre Vezitador Fr. Bernardo de Mello, delegado do Geral Fr. Manoel de Mendouça.

59.^a Abadessa.

A 12 de julho de 1774, nomiou o Geral Reformador Fr. Manoel de Mendouça para abadessa D. Anna Ignacia Cerqueira de Queirós.

60.^a Abadessa.

A 13 de abril de 1777, sahio eleita abadessa D. Anna Izabel de Souza e Abreu, e prezidio na eleição Fr. Carlos de Albuquerque, Dom Abbade Geral de S. João de Tarouca, delegado do Prezidente Geral da Congre [fl. 232] Congregação, Fr. Francisco de Sá.

TORREIRA

*Sérgio Paulo Silva**

E cheguei à velhice com os olhos cheios de casas demolidas, à procura de mim mesmo entre os escombros. E é um pouco sobre isso que quero falar convosco como se estivesse num *Café a fumar um pensativo cigarro* (a expressão tão feliz é do Eça) e a atirar a bola ao cesto, sozinho, fintando as aulas e os professores, como o miúdo do poema de Ruy Belo.

Acontece que as fotografias que fui arquivando desordenadamente vida fora, vêm muita vez em meu socorro como bengala de memória trôpega.

Nasci em Fevereiro de 1950 e soube sempre que no verão desse mesmo ano, comecei a ir para a Torreira. Os meus pais tinham alugado ao ano e por contrato sempre renovável, a parte de cima duma casa, de mágica varanda, mesmo ao lado do Catrazana, do senhor Secundino que viria a falecer na América para onde tinha conseguido emigrar.



A casa de varanda mágica é a da esquerda. Com a ajuda duma lupa consegue-se ver o letreiro na casa que está defronte do poço "CASA CATRAZANA". A primeira casa do lado direito era a loja do João Guerra, ao lado da Passoeira que hoje é a primeira

Ainda existe uma casa no mesmo local, mas a *minha* foi há muito demolida.

*Autor Estarrejense.



Eu, minha mãe, meu irmão e o avô Raul. Atrás e por cima da cabeça de meu irmão a parte de trás da nossa casa. Temos 2 ursos e meu irmão um balde de folha

Há uma velha foto em que eu vou no início da Avenida Hintze Ribeiro que talvez ainda se chamasse Rua da Praça, com meu irmão, a nossa mãe e o nosso avô paterno, Raul de seu nome. Nota-se que tinham começado a arranjar essa Avenida e vê-se o lado traseiro dessa nossa casa. A julgar por nós os dois, arrisco que a fotografia deve datar de 1953/54. Nos anos que se seguiram, em cada verão eu ia ganhando conhecimento, afecto e memória duma Torreira que era, quase sem mutação, o que tinha sido por séculos, um povoado isolado de pescadores sem outra ligação a terra firme, ou seja, à Murtosa, que não fosse por barco ou, claro, pelas dunas, uns doze kms até à vizinha praia do Furadouro, onde a Ria tinha começado.

Numa outra fotografia pode ver-se uma outra casa, há largos anos demolida, que ficava ao lado da Passoeira (essa ainda existente) e era também uma tasca e oficina de bicicletas, do João Guerra. Por esses anos Restaurantes na praia da Torreira havia zero. Padarias havia a do Manel Esteves, que hoje, com alindamentos, é a Veras. À porta da Padaria havia sempre uma montanha de casqueiras porque o pão era feito com lenha. Cafés, só o do Guedes de que aqui se mostra imagem dos seus primórdios.



O café do Guedes, um luxo para a época

Possuía já frigoríficos que... funcionavam a petróleo. E petróleo era também o combustível que servia para a iluminação nocturna do Café, que tinha vários candeeiros Petromax, candeeiros que se usavam então na pesca do candeio, com fisga.

A luz poderosa dos Petromax atraíam verdadeiras nuvens de mosquitos que incomodavam quem estava pelas mesas: doutores, funcionários, murtoseiros que tinham vidas em Lisboa mas que vinham sempre no verão, industriais, comerciantes... um tipo de clientela que se diferenciava muito dos clientes das tascas. Mas essas enxameavam, desde a borda da Ria à beira do mar. O Rambóia, do Manel Fumante, o Manel Moleiro, a do Carvalho, que depois viria a ser do Joaquim da Branca (onde hoje existe a Pizzaria Calábria), a tasca de António Fernandes, que passaria para as mãos do Sr. Mendes, cabo de mar, e assim, a seguir ao que viria a ser O Alberto, depois (e pegada) a tasca da Ilda Salgada/Henrique Santos e penso que já havia o João da Calada, essa lá mais para trás, perto do curral dos bois. A tasca do Joaquim (ou seria Chico?) da Loureira, em frente ao Moleiro, onde hoje está uma pizzaria, e a taberna do senhor Deolindo, que era guarda fiscal e a loja do “Bicho”, onde hoje está O Marquês. Como se vê, fazendo a ronda da memória, uma farturinha onde, se havia coisa que não faltava, era vinho.



À direita, de muro branco a loja do Joaquim da Branca seguindo para baixo, uma viela, a casa onde foi o Alberto, depois a loja do Sr. Mendes, depois e da Ilda Salgada...

Nesses distantes anos nós vínhamos para a Torreira com o nosso pai. Mas aconteceu inúmeras vezes que (com a nossa mãe? Com alguma criada?) apanhávamos a Rodoviária da Murtosa na Estação da CP em Estarreja e lá íamos de camioneta. A estrada era de paralelos, passava por Veiros, onde a estrada afunilava, pelo coração da Murtosa, Pardelhas, onde também nem sempre o trânsito fluía, e seguia para a Béstida, onde estava o cais de embarque. A recta da Varela não existia. Mesmo as casas que existem hoje no último troço do acesso à Béstida, apenas uma por outra, de agricultores locais. Eram terrenos agrícolas que se sucediam, com sebes de tramargueiras. E era pela profusão das tramargueiras que sabíamos que estávamos a chegar. E pelo cheiro da Ria que se revelava antes de surgir a loja da Alcina, que não era nada do que é hoje, mas apenas uma tasca, como as da Torreira...

Depois era a travessia e lá tínhamos que enfrentar aquele mar de água. Se fossemos com o meu pai, tínhamos que sair do carro porque a operação de meter o carro na barca da passagem era delicada e perigosa.



A barca da passagem 2 mercantéis acoplados e uma lança para rebocar

A “barca” eram dois mercantéis acoplados, que se uniam por enorme estrado feito com tábuas grossas de eucalipto, estrutura que depois era rebocada pela lança e os carros acediam por dois pranchões muito grossos, pesadíssimos, que se pousavam no cais da Béstida e no estrado (já na Torreira, no cais da Rampa, era o inverso). O condutor tinha que alinhar os pneus e manter a direcção... O pior é que a constante ondulação da Ria fazia oscilar a estrutura, por vezes bastante. Era, na verdade, uma operação temerosa, arrepiante, que ainda hoje me apavora a memória, embora desaparecida no pó dos anos.



Marujada da barca da passagem. À direita com a malinha de couro, o cobrador António Joaquim Aresta

Um dia destes encontrei, casualmente, num supermercado de Estarreja um rapaz da minha idade, antigo companheiro de colégio, cidadão da Torreira, o António Aresta. E, pela surpresa e alegria do reencontro falamos um bocado desses tempos. O pai dele (António Joaquim Aresta) era o cobrador dos bilhetes da lancha. Depois foi aprender e passou a ser o arrais. Tinha o *quartel general* na tasca do Zé Craveiro, que ficava a norte da Passoeira, um bocadinho à frente (mais ou menos onde hoje há um mini-mercado). Acontece que o meu pai por vezes demorava-se na sua vida de advogado e chegava à Béstida com a noite já fechada, há muito perdida a última ligação. Fazia então sinais de luzes com o carro, que eram bem visíveis, apesar da lonjura, e o arrais Aresta lá ia buscá-lo com a lancha (só com a lancha, claro) ao lado de lá. Deviam saber-lhe bem ao alho essas travessias!... Mas sim, isso era possível em qualquer maré, por essa altura. A Ria, na Rampa (a Rampa, cuja demolição foi um crime de lesa memória, crime irreparável e impune) que era por onde eu andava constantemente já que diante da minha casa, a Ria, dizia, era funda, muito funda, mesmo na maré baixa. Dum lado ao outro não havia nenhum sequeiro, qualquer embarcação navegava, algumas como os batelões que vinham do Carregal (Ovar) carregados de pedregulhos enormes para a construção do molhe de S. Jacinto e... navegavam livremente!....

Levar o carro para a Torreira era uma extravagância, para não lhe chamar outra coisa. Porque não se chegava ao mar de carro, porque do “Guedes” para norte a estrada terminava logo a seguir ao edifício da Mocidade Portuguesa e, daí para diante eram só caminhos de pé-posto, terras, mata. Do “Guedes” para sul sim, os carros podiam ir porque o chão era de saibro compactado e, a partir do Monte Branco, começava a estrada de paralelos até S. Jacinto. Não, não sei em honra de que santo é que já havia essa estrada. Sei é que o meu pai volta e meia ia a S. Jacinto e levava-nos.



A estrada de paralelos fotografada com S. Jacinto pelas costas. Atente-se na margem, em como era diferente

Tinha lá amigos e amou sempre todos aqueles horizontes. Havia uma casa, pouco à frente da Pousada, que esteve sempre fechada, larguíssimos anos fechada sem qualquer sinal de vida. Mas um dia tinha gente e o meu pai parou porque a casa era dum amigo dele com quem ficou em conversa arrastada. Eu e o meu irmão recebemos desse amigo do meu pai, cada um, o seu patinho de plástico colorido que nadou, fulgindo, nos meus olhos de menino. Ainda existe essa casa, agora com outra vida mas com a mesma traça, a *casa-do-senhor-dos-patinhos* que resistiu, ao contrário do Raul-das-Enguias, que ficava pouco a seguir, que tinha uma latada grande de videiras americanas, sítio que agora também faz parte das minhas memórias demolidas.



A Casa do Senhor dos Patinhos, enquanto também não desaparece

Havia quem tivesse carros embora se contassem pelos dedos duma mão, quem ostentasse embora fossem tempos de grandes dificuldades, de muitas carências, de muita pobreza e miséria. O meu pai ao menos ainda ia a S. Jacinto. Coisas...

Havia luz eléctrica na Torreira? Havia. Fornecida por geradores a partir duma cabine que ficava onde hoje estão, no S. Paio, os carrocéis. A luz era para as casas e não era para todas nem a toda a hora. Iluminação pública? Talvez. É capaz de ter havido qualquer coisa de se não ver mas certamente de comparar como, por exemplo, a floresta surreal de candeeiros da recta da Varela.

Às vezes quando ando pela Torreira com os meus netos pergunto-me se eles algum dia na vida terão noção de como era, de como foi a praia onde tanto gostam de estar, quando o avô era um menino que, dum ano para outro, quando chegava o verão ali tinha que estar intermináveis semanas. Coitados dos meninos. A tudo se repetir, estavam bem lixados. O que se comia era peixe do mar e peixe do *rio*. Bacalhau... Quem, como os meus pais, ia para a Torreira por muitos dias, levava cestos de galinhas. A casa que referi no início desta conversa, tinha no quintal uma capoeira. Outra casa, que tivemos mais tarde e que era mesmo nossa, também tinha um galinheiro. Portanto carne seria uma galinha de vez em quando. Coelho só se fosse morto à chegada porque não havia como tratar como

se tratam as galinhas. Caldeiradas, peixe, peixe e mais peixe. Um bife de vaca com um ovo de que eles tanto gostam, com batatas fritas e arroz e, calhando, mousse de chocolate no fim... Isso é que me teria também encantado! Talvez me tenha ficado desse tempo um prato de que muito gosto, tainha assada no forno com batatas e muita cebola. Mas, descontando fomes e farturas, as crianças eram o que hoje são. Reparem nas fotos que fiz a umas crianças ao alto da “avenida da bengala” perto do João da Calada, em 1970.



Crianças da Torreira em 1970 e as casas em que viviam



Crianças da Torreira em 1970 com cabazes e carros de bois à espera

São hoje adultos que talvez, sem que nos reconheçamos, pode ser que estejam em qualquer local a beber um fino ao meu lado, sem comigo se confundam (e eu com eles) no interminável vai-vem da festa do S. Paio. Ao tempo em que as captei, já tinham passado muitos anos sobre a inauguração da Ponte da Varela. Mesmo assim...

A Murtosa, nós, todos nós, os que vêm de perto e os que vêm de longe, talvez se devessem curvar perante a memória do murtoseiro António Pinto Barbosa que foi Ministro de Salazar. A Ponte da Varela foi anseio que se eternizou num tempo em que havia sempre *outras prioridades*. Eu não sei, nada conheço que mo sugira mas é minha convicção que o Sr. Ministro tenha chamado a brasa à sua sardinha, quer dizer tenha exercido forte influência junto de Salazar para que a Ponte da Varela fosse construída, a ponte e os acessos, a recta da Varela, o acesso à Torreira e também para norte, Ovar, uma obra onerosa mas que em poucos anos provocou a mudança, enfim, do que hoje conhecemos e sabemos.



A recta da Varela. O local ainda se reconhece...

A sul, em Lisboa, pelos mesmos anos, foi construída a Ponte Salazar (hoje Ponte 25 de Abril) que liga Lisboa a Almada. Almada nunca mais foi a mesma. Sesimbra, a Fonte da Telha... A Costa da Caparica, praia de pescadores, é agora o que sabe... A nossa, a da Varela, foi inaugurada em 1964, tinha eu 14 anos. Contas feitas, já lá vão sessenta anos, o que significa que já vão sendo poucos, e cada vez menos, os que conheceram o antes e o depois e, a breve trecho, restarão apenas o que houver de fotografias e de filmes para o saber e, ainda assim, será sempre preciso saber ver já que nunca bastará olhar.

Nesses anos, no nosso mar fazia-se a Arte Xávega com barcos grandes de quatro remos. Há filmes e uma profusão de fotografias para nos valerem ao conhecimento. E livros. Eu próprio escrevi um livro (*A Memória Fugidia da Areia*) sobre isso. Atentando nos pescadores, salta aos olhos que a roupa tem mais remendos que pano original. E não era por bizzarria de moda...

António da Cruz Barbosa – que eu recordarei sempre tripulando uma das mais graciosas embarcações que nesse tempo sulcavam a Ria, o Jótó - com a sua mulher Maria do Carmo, pessoas de teres e haveres, atentos àquele mundo de pobreza, fizeram o que toda a gente conhece por Bairro dos Pescadores, na verdade Bairro Maria Augusta Barbosa, com as casas todas pintadas de azul e branco. Um luxo para o tempo! Só que, por razões que desconheço, as casas não tinham casa de banho. E os remoques não tardaram. Remoques que chegaram aos ouvidos do senhor Barbosa que ficou agastado. A tal ponto que pediu ao António Guedes que fizesse uma reportagem exaustiva das casas dos pescadores e das suas condições de vida para que se visse como viviam antes que mudassem para o bairro novo. Da reportagem que o Guedes fez mostro-vos apenas um pouco porque é incomodativo, chocante, doloroso na memória ver como viviam os que verdadeiramente deram vida aquela língua de areia.



Uma casa de pescadores. Uma criança dorme. As paredes estão forradas com jornais. Vê-se a louça e os talheres...



O quarto duma velha varina da Torreira, de paredes forradas e uma cama de colchão confortável...



As casas que havia antes de haver o Bairro Maria Augusta Barbosa

A construção da Ponte da Varela obrigou, já se disse, à construção de acessos de que o mais notório é a recta. Depois os dois braços estendidos, para perto do Furadouro e para a Torreira. A luz eléctrica já jorrava e as velhas camionetas da Rodoviária da Murtosa já estacionavam à beirinha do Café Guedes. Tinha-se voltado uma página para sempre. A lancha da passagem num ápice ficou obsoleta e desapareceu.



Regresso do S. Paio quando a ponte ainda não ligava margens. Atente-se na quantidade de pessoas e no exército de bicicletas que vão no tejadilho da lancha

Os grandes barcos de carga, os mercantéis, perderam as suas valias e já só sobrevivem em velhas fotografias. A festa grande que é o S. Paio perdeu a *frota da alegria*, como lhe chamava o Prof. Egas Moniz. Agora todos iam de carro, de camioneta, de bicicleta ou de motorizada e nos esteiros ribeirinhos o *S. Paio dos Augados* mergulhou no esquecimento.



Torreira — Portugal

(Foto Guedes)

S. Paio: há uma data de camionetas estacionadas e, apesar de já haver ponte, ainda navegava a frota da alegria. Contudo, a morte estava anunciada

Num nada de anos construíram-se casas e apartamentos e foram-se abrindo mais e mais ruas para... novos apartamentos. Num nada de anos foram-se fechando as tascas, nasceram Cafés, Restaurantes.... As alterações do Porto de Aveiro modificaram as correntes e os moliceiros agonizam sobrevivendo como atrações turísticas...

No sítio da *minha casa* há agora outra, de arquitectura moderna, um caixote, uma coisa. E eu vou-me procurando entre escombros, mas com a consciência de que, quando passo na Ponte da Varela, volto sempre para um sítio que talvez se comova por reconhecer os meus passos, passos que se confundem nas areias, passos de eterno filho pródigo.



A Ponte da Varela em construção

N.B.: Para a ilustração e, bem assim, melhor entendimento deste trabalho, recorri a fotografias de arquivo de família, do arquivo de António Aresta, dum impressão gentilmente conseguida pelo Dr. Horta Carinha e sobretudo do valiosíssimo arquivo de António Guedes, a quem muito fico agradecido. A todos, mesmo aos anónimos que, lendo-me conversaram por instantes comigo agradeço igualmente. Naturalmente que ficam vedadas reproduções não autorizadas e tudo quanto possa ferir o contexto deste trabalho.

EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1840 A 1849 E O ANO DE 1913

*Teresa Tubby**

Estarreja (concelho)

1840

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel da Silva Pinho	19		06-03-1840 Rio de Janeiro n.º 868		

1841

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
João Dias	41	Trabalhador	18-10-1841 Santos n.º 595		

1842

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel da Cunha	18		05-03-1842 Pará n.º 1208		

1843

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Joaquim	19	Vidraceiro	20-05-1843 Rio de Janeiro n.º 1736		

*Investigadora, autora das obras: Quinta e Casa da Botica; Banda de Música de S. João da Madeira, 1860/2005; Portugal e a Grande Guerra – a Participação dos Oficiais de Oliveira de Azeméis; co-autora das obras A Misericórdia da Vila de Cucujães, 1937/2012, Banda de Música de Angeja e revista Cucugianis, Histórias e Memórias do Couto de Cucujães.

1845

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António de Oliveira	26		27-12-1845 Rio de Janeiro n.º 1075		
Manuel Soares Ribeiro	13	Caixeiro	22-04-1845 Rio de Janeiro n.º 1504		

1846

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Custódio José Tavares	25		20-07-1846 Pará n.º 214		
João José	19		20-07-1846 Pará n.º 215		
João José Nunes	17		20-07-1846 Pará n.º 216		
Manuel Bernardo da Silva	22	Lavrador	08-09-1846 Rio de Janeiro n.º 646		
Manuel da Silva	15		18-09-1846 Rio de Janeiro n.º 808		
Manuel José Fernandes Rendeiro	20		20-07-1846 Pará n.º 217		
Manuel Tavares	25	Fogueteiro	22-04-1846 Rio de Janeiro n.º 1337		

1847

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Francisco de Matos	18		10-06-1847 Rio de Janeiro n.º 1474		

1849

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel José de Matos	14		20-11-1849 Rio de Janeiro n.º 778		

1913

Avanca

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Albino de Pinho, c.º	31	NSE Jornaleiro	30-04-1913 Brasil n.º 643	Ana de Pinho	
Agostinho de Pinho Ribeiro	21	NSE Lavrador	01-07-1913 Brasil n.º 1182	Manuel Marques de Pinho e Maria Pais de Resende	
Américo da Silva de Oliveira	13	Estudante	30-04-1913 Brasil n.º 645	José da Silva de Oliveira e Albina Lopes Pereira	
Ana Rosa da Silva, c.ª	29	NSE Costureira	11-09-1913 Brasil n.º 1875	Manuel Baptista da Rocha e Ana da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Ana Valente da Silva	29	NSE Doméstica	02-12-1913 Brasil n.º 539	Joana da Silva	
António Augusto da Costa Ribeiro	13	Sabia escrever Estudante	11-09-1913 Brasil n.º 1879	Manuel Marques Pinho Ribeiro e Maria Emília da Costa Petiz	
António Augusto de Oliveira, c.º	30	Sabia escrever Lavrador	23-09-1913 Brasil n.º 2037	Manuel Maria de Oliveira e Albina da Silva	
António da Silva Pinto, c.º	51	Lavrador	15-01-1913 Brasil n.º 1799	Domingos da Silva Pinto e Arcanja Dias de Jesus	
António Maria de Almeida, c.º	27	Jornaleiro	26-02-1913 Brasil n.º 2217	António de Almeida e Maria de Pinho	
António Maria Nunes	12	Sabia escrever Estudante	20-01-1913 Brasil n.º 1847	Maria Augusta Marques	
António Maria Tavares da Rocha, c.º	26	Sabia escrever Carpinteiro	10-09-1913 Brasil n.º 1859	José Maria da Rocha e Ana Maria Pereira	
António Maria Valente Esposa: Angelina Matos de Almeida Filho: José Tutelada: Felícia Maria Valente	37 33 22 17	NSE Serralheiro NSE	30-10-1913 Brasil n.º 160	Manuel Valente e Joana Maria da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Pereira da Silva	14	Sabia escrever Estudante	15-11-1913 Brasil n.º 404	Maria Pereira	
António Pereira de Almeida, c.º	38	Empregado Comercial	10-01-1913 Brasil n.º 1746	Domingos Pereira de Almeida e Maria Marques	
António Pereira de Mendonça	11	Sabia escrever Estudante	11-09-1913 Brasil n.º 1876	Francisco Pereira Brandão e Rosa Alves Soares	
António Pereira Rodrigues	22	Sabia escrever Carpinteiro	04-11-1913 Brasil n.º 237	Manuel Pereira Rodrigues e Ana Henriques de Almeida	
António Tomás Lopes Marques, c.º	39	Lavrador	06-02-1913 Brasil n.º 2020	Joaquim Marques Lopes e Joana Valente	
Augusto Joaquim de Oliveira Esposa: Rosa Maria da Silva Filho: Manuel	30 26 5	NSE Lavrador	30-10-1913 Brasil n.º 170	António José Joaquim de Oliveira e Maria Joaquina de Oliveira	
Augusto Soares, c.º	39	NSE Lavrador	30-08-1913 Brasil n.º 1736	Jerónimo Soares e Joana Dias da Costa	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Domingos da Conceição Pereira e Silva	13	NSE Lavrador	11-09-1913 Brasil n.º 1877	Domingos Pereira da Silva e Maria Jesus da Silva	
Domingos Valente, c.º	35	Sabia escrever Trolha	28-10-1913 Brasil n.º 144	João Valente e Antónia Martins	
Hermínia Augusta da Silva	17	NSE Lavradeira	11-09-1913 Brasil n.º 1878	Domingos Pereira e Maria de Jesus	
Francisco de Pinho	21	NSE Lavrador	29-05-1913 Brasil n.º 929	Matias de Pinho e Rosa Pereira	
Francisco Paes de Matos	20	Sabia escrever Lavrador	20-11-1913 Brasil n.º 459	Francisco Paes de Matos e Maria Caetana Pereira	
Jacinto Valente de Matos	13	Sabia escrever Estudante	06-02-1913 Brasil n.º 2026	José Maria Alves e Maria de Jesus	
Jacinto Ventura dos Santos	13	Sabia escrever Estudante	05-05-1913 Brasil n.º 673	Manuel Ventura dos Santos e Maria Emília da Silva Rocha	
João Maria Nunes	20	NSE Moleiro	27-12-1913 Brasil n.º 644	Manuel Nunes e Maria da Fonseca	
Joaquim de Oliveira, c.º	43	Proprietário	21-02-1913 Brasil n.º 2217	Agostinho de Oliveira e Joana Maria	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Joaquim Maria Borges	17	NSE Lavrador	08-01-1913 Brasil n.º 1711	António Borges de Pinho e Maria Emília de Matos	
José Bernardino Valente Martinho, c.º	27	NSE Lavrador	08-02-1913 Brasil n.º 2052	Manuel Valente de Abreu e Margarida de Bastos	
José Manuel de Pinho, c.º	25	NSE Lavrador	10-01-1913 Brasil n.º 1747	Matias de Pinho e Rosa Pereira	
José Maria de Oliveira Nunes, c.º	30	NSE Lavrador	15-11-1913 Brasil n.º 400	Maria Marques	
José Maria Malafaia, c.º	48	NSE Proprietário	20-10-1913 Brasil n.º 62	António José Malafaia e Custódia Maria da Costa	
José Maria Martins de Pinho	13	NSE Lavrador	23-08-1913 Brasil n.º 1676	António Joaquim Martins de Pinho e Albina de Matos de Almeida	
José Maria Valente, c.º	33	Lavrador	25-07-1913 Brasil n.º 1441	Manuel Valente e Joana Maria da Silva	
Manuel António Nunes	20	NSE Moleiro	19-07-1913 Brasil n.º 1384	Manuel Nunes e Maria da Fonseca	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Maria Monteiro, c.º	29	Sabia escrever Proprietário	18-09-1913 Brasil n.º 1969	José da Silva de Oliveira e Albina Lopes Pereira	
Manuel Maria Valente Neto	21	NSE Lavrador	09-01-1913 Brasil n.º 1726	António Joaquim Valente Neto e Jacinta da Conceição de Almeida	
Manuel Pereira Martins, c.º	22	NSE Lavrador	07-10-1913 Brasil n.º 2223	José Pereira Martins e Maria Dias	
Manuel Rodrigues de Matos	15	Sabia escrever Estudante	07-10-1913 Brasil n.º 2219	Manuel Rodrigues de Matos e Albina da Conceição Valente	
Manuel Valente ou Manuel Maria Valente, c.º Esposa: Maria Ferreira	40 21	NSE Negociante Sabia escrever	 02-12-1913 Brasil n.º 535	Casimiro Valente e Joana Valente	
Manuel Ventura da Silva	22	Sabia escrever Lavrador	16-09-1913 Brasil n.º 1944	Manuel Ventura da Silva e Maria de Jesus de Almeida	
Maria Custódia	29	Sabia escrever Serviçal	10-11-1913 Brasil n.º 321	Manuel Borges e Silva e Maria Joana de Oliveira Marques	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Maria Valente	16	Sabia escrever Doméstica	02-12-1913 Brasil n.º 538	Ana Valente	

Beduído

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Abílio Marques da Silva, c.º	22	Serralheiro	27-05-1913 (destino não mencionado) n.º 905	João Marques da Silva e Bárbara de Oliveira Marques	
Ana Maria de Oliveira Marques, c.ª	26	Sabia escrever Doméstica	20-01-1913 Brasil n.º 1844	João Marques da Silva e Barbara de Oliveira Marques	
António Maria Ferreira, c.º	30	Sabia escrever Empregado Municipal	11-09-1913 Brasil n.º 1874	Narciso José Ferreira e Maria Augusta Marques	
António Marques Martins	26	Sabia escrever Lavrador	01-10-1913 América do Norte n.º 2155	José Maria e Ana Marques Martins	
António Nunes Guiomar, c.º	24	Carpinteiro	08-05-1913 Brasil n.º 701	Manuel Agostinho Nunes Guiomar e Maria Josefa da Silva	
António Nunes Guiomar, c.º	35	Sabia escrever Carpinteiro	18-10-1913 Brasil n.º 49	João Nunes Guiomar e Ana da Silva Arrojado	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Nunes Valente	27	Lavrador	12-05-1913 Brasil n.º 752	António Nunes Valente e Maria de Jesus Gomes	
António Valente da Costa	20	NSE Trabalhador	03-08-1913 Brasil n.º 1597	Manuel Valente da Costa e Luísa Marques Dias	
Crisrina Soares Belo, c. ^a Filho: Edgar Filho: Aristides	25 4 3	Sabia escrever Doméstica	20-05-1913 Brasil n.851	Maria Antónia Sodré	Natural do Pará e casada com José Marques dos Santos
Eduardo Gaspar	12	Sabia escrever Estudante	08-10-1913 Brasil n.º 2234	Tiago José Gaspar e Ana Rosa de Jesus	
Francisco Nunes de Melo, c.º	34	Lavrador	09-05-1913 Brasil n.º 728	Francisco Nunes de Melo e Domingas Marques Teixeira	
Henrique Marques da Silva	21	Carpinteiro	09-05-1913 Brasil n.º 729	Paulo Marques da Silva e Inocência Marques Couto	
João da Costa Rodrigues, c.º	29	Sabia escrever Comerciante	25-04-1913 Brasil n.º 610	Rosendo da Costa e Josefa Maria de Jesus	O pai é natural de Ponte Vedra e a mãe de Sever do Vouga

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José dos Santos Lopes, c.º	30	NSE Lavrador	18-10-1913 Brasil n.º 50	Manuel dos Santos Lopes e Maria Tavares	
Manuel Marques Cavalinho	24	NSE Jornaleiro	18-10-1913 Brasil n.º 47	José Marques Cavalinho e Ana Marques	
Manuel Soares da Silva	19	Sabia escrever Empregado Comercial	22-10-1913 Brasil n.º 80	José Soares da Silva e Maria José de Oliveira Rodrigues	
Mariana de Jesus Oliveira	29	NSE Serviçal	16-10-1913 Brasil n.º 2323	Cândido da Silva Ribeiro e Ana de Jesus Oliveira	
Rosa de Jesus Valente, c.ª Filha: Adosinda	20 3	Doméstica	09-10-1913 Brasil n.º 2240	João Valente Marques e Ana Clara de Jesus	

Bunheiro

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Alfredo da Silva Pinto	20	NSE Lavrador	18-04-1913 Brasil n.º 496	António Joaquim da Silva e Rosália de Jesus Lopes Pereira	
Alfredo Gonçalves, c.º	23	NSE Jornaleiro	05-11-1913 Brasil n.º 246	Lourenço Gonçalves e Rosália de Matos	

Bunheiro

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Joaquim Rodrigues Pardal, v.º	55	NSE Moliceiro	27-09-1913 Brasil n.º 2121	Manuel Maria Rodrigues Pardal e Maria Rosária Tavares Rafaela	
António Luís Nunes	21	Sabia escrever Caixeiro	08-11-1913 Brasil n.º 316	Rodrigo Luís Nunes e Maria Joaquina dos Santos	Irmão de Domingos Nunes dos Santos
António Maria Afonso Cirne	27	Sabia escrever Jornaleiro	23-09-1913 Brasil n.º 2042	Joaquim Manuel Afonso Cirne e Maria Luísa Rodrigues	
Francisco Nunes de Melo, c.º	34	Lavrador	09-05-1913 n.º 728 Brasil	Francisco Nunes de Melo e Domingas Marques Teixeira	
Avelino Tavares Ruivo	22	NSE Lavrador	19-09-1913 Brasil n.º 1982	Joana Maria	
Domingos José da Silva de Matos, c.º	28	NSE Lavrador	19-09-1913 Brasil n.º 1983	Bartolomeu José da Silva e Isabel Joaquina Teixeira	
Domingos Nunes da Silva	23	Lavrador	31-05-1913 Brasil n.º 945	António Maria Nunes da Silva e Maria Joana Nunes	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Domingos Nunes dos Santos	17	Sabia escrever Caixeiro	08-11-1913 Brasil n.º 317	Rodrigo Luís Nunes e Maria Joaquina dos Santos	Irmão de António Luís Nunes
Francisco da Silva Saleiro	12	Sabia escrever Estudante	18-01-1913 Brasil n.º 1839	João Maria da Silva Saleiro e Maria Joana da Silva	
João António	40	NSE Trabalhador	29-08-1913 Argentina n.º 1735	Andreza da Silva Canita	
João Joaquim Pereira	20	Lavrador	04-06-1913 Brasil n.º 978	Manuel Joaquim Pereira e Ana Rosa Nunes Pereira	
João Lopes da Silva	26	NSE Lavrador	20-01-1913 n.º 1848 Brasil	Manuel Joaquim Lopes da Silva e Ana Joaquina da Silva	
João Pedro Tavares	20	NSE Lavrador	23-01-1913 Brasil n.º 1872	José António Tavares e Maria da Silva de Oliveira	
Joaquim Maria Afonso, c.º	23	NSE Alfaiate	21-06-1913 Brasil n.º 1081	Manuel Mateus Afonso e Maria Luísa Tavares	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Lázaro de Oliveira	17	Sabia escrever Lavrador	11-12-1913 n.º 575 Brazil	Joaquim Manuel de Oliveira e Joana da Silva Ruela	
Manuel António da Silva, c.º	32	NSE Lavrador	25-06-1913 Brasil n.º 1129	João Agostinho da Silva e Maria Antónia Antão de Sousa	
Manuel Joaquim Tavares de Oliveira	20	Sabia escrever Estudante	07-01-1913 Brasil n.º 1708	Domingos Luís da Silva Pereira e Maria Albina de Oliveira	Vivia na Murtosa
Manuel José Alves de Oliveira, c.º	22	Sabia escrever Lavrador	12-11-1913 Brasil n.º 351	Lázaro José de Oliveira e Caetana Alves Cirne	
Manuel José da Silva	12	Estudante	22-04-1913 Brasil n.º 548	Manuel Joaquim da Silva e Maria Rosária de Sousa	
Manuel José Tavares	28	NSE Lavrador	23-01-1913 Brasil n.º 1871	Pedro Tavares e Maria Luísa dos Santos	
Manuel Luís de Matos, c.º	33	NSE Pescador	22-03-1913 Brasil n.º 140	Manuel Luís de Matos e Maria Luísa Marques	
Maria Custódia Tavares Rebimbas, c. ^a	24	NSE Doméstica	30-01-1913 Brasil n.º 1948	Pantaleão José Tavares Rebimbas e Rosa Custódia Cirne	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Sérgio da Silva Covas	9	NSE	03-06-1913 Brasil n.º 964	José Maria da Silva Covas e Maria Albina da Fonseca	
Victorino Rodrigues da Silva, c.º	34	Lavrador	23-01-1913 Brasil n.º 1873	António Joaquim Rodrigues da Silva e Maria Trindade dos Santos	

Canelas

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António da Silva Ribeiro	15	Sabia escrever Lavrador	22-10-1913 Brasil n.º 70	Joaquim da Silva Ribeiro e Maria Domingues Pires de Andrade	
António Maria Domingues de Figueiredo	18	Sabia escrever Lavrador	09-08-1913 Brasil n.º 1574	Manuel da Silva Figueiredo e Santos e Maria Rosa Domingues	
António Maria Pires	27	Sabia escrever Lavrador	19-08-1913 Brasil n.º 1644	Manuel Joaquim Pires e Ana Tavares	
Carlos Pires Camarão	18	Sabia escrever	09-08-1913 Brasil n.º 1573	José Pires Camarão e Teresa da Conceição Rodrigues	

Canelas

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Celestino da Silva Cascais	18	Empregado Comercial	18-04-1913 Brasil n.º 497	António da Silva Cascais e Rosa Augusta da Conceição	
Gaudêncio Ribeiro Valente	26	Sabia escrever Lavrador	22-10-1913 Brasil n.º 74	Manuel Ribeiro Valente e Rosa Dias Valente	
João de Matos, c.º	44	NSE Trabalhador	05-05-1913 n.º 665 Brasil	Joaquim António de Matos e Rosa Rodrigues da Cruz	
Joaquim Nunes, c.º	23	Sabia escrever Negociante	18-09-1913 Brasil n.º 1976	Alberto Nunes e Joana Souta	
José Dias Pinto Valente	20	Sabia escrever Lavrador	25-04-1913 Brasil n.º 617	Joaquim Dias Pinto e Maria Rosa Domingues	
Luís da Silva Valente, c.º	43	Lavrador	31-03-1913 Brasil n.º 254	Manuel da Silva Valente e Maria José	
Manuel Domingues de Andrade, c.º	42	Sabia escrever Proprietário	24-09-1913 Brasil n.º 2057	António Domingues de Andrade e Maria Domingues de Sá	
Manuel João Júnior, c.º	24	NSE Lavrador	26-05-1913 Brasil n.º 896	Manuel João e Carolina da Conceição	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Joaquim de Oliveira, c.º	64	Sabia escrever Proprietário	09-01-1913 Brasil n.º 1723	António de Oliveira e Bernarda Joaquina da Silva	

Fermelã

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Adriano Marques de Campos	12	Sabia escrever Lavrador	21-07-1913 Brasil n.º 1401	Manuel Marques de Campos e Felismina Augusta dos Santos	Irmão de António Marques de Campos
Amândio Máximo de Campos	16	Sabia escrever Serralheiro	21-07-1913 Brasil n.º 1391	João Máximo da Cunha e Maria Joaquina Lopes de Jesus	
Américo Baptista Beirão	17	Sabia escrever Lavrador	14-03-1913 Brasil n.º 91	Manuel Baptista Beirão e Joaquina Maria dos Santos	
António Dias Sábio	17	NSE Lavrador	04-04-1913 Brasil n.º 319	António Dias Sábio Júnior e Antónia Maria Vieira	
António Marques de Campos	10	Sábio escrever Sem profissão	21-07-1913 Brasil n.º 1400	Manuel Marques de Campos e Felismina Augusta dos Santos	Irmão de Adriano Marques de Campos

Fermelã

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Belarmino de Sousa Neves	15	Sabia escrever Padeiro	01-10-1913 Brasil n.º 2154	José Maria de Sousa Neves e Ana Baptista de Azevedo	
Francisco Dias Loureiro	25	NSE Comerciante	15-10-1913 Brasil n.º 2315	Manuel Joaquim Dias Loureiro e António Francisca da Silva	
Francisco Domingues Caramujo da Graça	15	Sabia escrever Lavrador	23-09-1913 Brasil n.º 2041	Manuel David Esteves de Sá Santos e Rosa Domingues Caramujo da Graça	
Guilherme de Sousa Neves	16	Sabia escrever Comerciante	14-03-1913 Brasil n.º 90	Manuel de Sousa Neves Júnior e Maria de Almeida	
Henrique da Silva Baptista	17	Sabia escrever Lavrador	14-03-1913 Brasil n.º 89	António da Silva Baptista e Maria Esteves de Sá	
João Esteves de Sá Pires	13	Sabia escrever Estudante	28-02-1913 Brasil n.º 2310	António Esteves de Sá Pires e Rosa Joaquina de Sousa	
João Joaquim da Costa	11	Sabia escrever Estudante	23-01-1913 Brasil n.º 1875	António Joaquim da Costa e Maria Pires Rebelo	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Joaquim Dias Laranjeira, c.º	31	Sabia escrever Comerciante	16-07-1913 Brasil n.º 1337	José António Dias Laranjeira e Maria Rosa de Almeida Baptista de Resende	
Joaquim Valente Baptista, c.º	25	NSE Padeiro	13-05-1913 Brasil n.º 780	Joana Francisca Ribeiro	
José Maria Alberto Tavares	45	Sabia escrever Presbítero	10-11-1913 Brasil n.º 324	Zeferino Augusto de Brito e Maria dos Reis Tavares	Vivia no Bunheiro
José Nunes da Silva	10	Sabia escrever Sem profissão	11-11-1913 Brasil n.º 333	Guilhermina de Jesus	
José Rodrigues Onofre Júnior	30	Sabia escrever Carpinteiro	28-10-1913 Brasil n.º 149	Manuel Rodrigues Onofre de Sá e Maria Ferreira da Silva	
Manuel Domingues Freire	26	Sabia escrever Proprietário	06-02-1913 Brasil n.º 2019	José Domingues Freire e Ana Marques	
Salvino Rodrigues da Silva	20	Sabia escrever Lavrador	06-01-1913 Brasil n.º 1663	Joaquim Rodrigues da Silva e Ana Dias de Oliveira	

Murtosa

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho António Simões, c.º	28	NSE Pescador	18-08-1913 Brasil n.º 1646	Francisco António Simões e Rosa Simões de Moura	
Agostinho José da Silva Aresta, c.º	38	NSE Pescador	17-04-1913 Brasil n.º 491	João José da Silva Aresta e Maria Rosália Lopes de Oliveira	
Agostinho José de Oliveira, c.º	24	NSE Moliceiro	27-05-1913 Brasil n.º 904	Manuel José de Oliveira e Apolónia Rosa	
Agostinho José Vieira de Sá	17	Praticante de farmácia	03-01-1913 Brasil n.º 1630	Joaquim José Vieira de Sá e Emília Maria Vieira de Sá	
Agostinho Maria da Silva	12	Sábia escrever Estudante	19-11-1913 Brasil n.º 438	António Maria Lopes da Silva e Maria da Natividade	
Alfredo Costeira	15	Marítimo	12-04-1913 Brasil n.º 428	João António Costeira e Maria Rosália da Silva	
Albino Maria Conde	24	Pescador	29-03-1913 Brasil n.º 233	Manuel José Conde e Maria Teresa Caravela	Irmão de Joaquim Maria Conde

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Américo Vaz Rendeiro	11	Sabia escrever Estudante	10-01-1913 Brasil n.º 1745	Domingos António Vaz Pisco e Ana da Silva	
Ana Antónia da Silva, c.ª	31	NSE Doméstica	08-07-1913 Brasil n.º 1257	Manuel José Lopes Pinhão e Domingas de Jesus	
António José da Fonseca, c.º	26	Sabia escrever Negociante	12-11-1913 Brasil n.º 354	José Maria da Fonseca e Maria José da Cruz	
António José Tavares	21	Pescador	10-06-1913 Brasil n.º 1036	Martinho José Tavares e Maria José Esteves	
António Maria da Silva Pita, c.º Filho: Domingos Maria Pita	42 12	NSE Marítimo Sabia escrever	30-07-1913 Brasil n.º 1490	David José da Silva Pita e Maria Ana	
António Maria Gonçalves da Fonseca, c.º	39	NSE Marítimo	13-02-1913 Brasil n.º 2139	Joaquim Manuel Gonçalves da Fonseca e Ana Rosa de Oliveira	
António Maria Matos Costeira, c.º	41	NSE Marítimo	19-02-1913 Brasil n.º 2190	Manuel Pedro de Matos Costeira e Ana Joaquina Vaz	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Maria Rebelo, c.º	30	Marítimo	19-02-1913 Brasil n.º 2189	Joaquim Manuel Rebelo e Catarina Antónia	
António Maria Vieira, c.º	34	NSE Moliceiro	17-03-1913 Brasil n.º 108	Domingas Maria	
Augusto Carlos da Silva Freire, c.º	23	Marítimo	12-02-1913 Brasil n.º 2123	António Maria Zargo e Maria Rosália da Silva	
Augusto Emílio de Oliveira	20	Sabia escrever Alfaiate	16-10-1913 Brasil n.º 2321	Domingos João de Oliveira e Maria Rosa de Oliveira	
Augusto Maria Paiva, c.º	27	NSE Moliceiro	17-04-1913 Brasil n.º 490	Gonçalo António Paiva e Rosa Francisco	
Benjamim da Fonseca	23	Sabia escrever Negociante	21-05-1913 Brasil n.º 857	José Maria da Fonseca e Maria José da Cruz	
Daniel dos Santos	35	Sabia escrever Proprietário	20-02-1913 Brasil n.º 2201	José Manuel Rodrigues e Rosa Maria	
David José Ribeiro	21	NSE Pescador	05-09-1913 n.º 1825 Brasil	José António da Silva e Catarina Pereira	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Domingos Adão	12	NSE Moliceiro	09-04-1913 Brasil n.º 389	Domingos Adão de Campos e Bernarda Maria	
Domingos João de Matos	20	NSE Pescador	20-02-1913 Brasil n.º 2200	Manuel João de Matos e Mariana Bernarda	
Domingos José Bispo	18	NSE Marítimo	28-08-1913 Brasil n.º 1714	José Maria Bispo e Patrícia Antónia	
Gonçalo António Barroqueiro	24	NSE Marítimo	04-04-1913 Brasil n.º 320	Francisco Maria Barroqueiro e Maria Rosália de Miranda	
Gulherme Pereira	11	Sabia escrever Lavrador	09-11-1913 Brasil n.º 570	Manuel Luís Pereira e Maria José Henriques	
Felicidade Esteves Rendeiro	23	NSE Doméstica	02-04-1913 Brasil n.º 280	Manuel José Rendeiro e Luísa Maria	
Francisco Maria Barroqueiro, c.º	21	NSE Moliceiro	29-07-1913 Brasil n.º 1482	António Maria Barroqueiro e Maria Teresa	
Francisco Maria de Matos, c.º	31	NSE Jornaleiro	12-05-1913 n.º 765 Brasil	António Maria de Matos e Teresa Maria de Oliveira	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Francisco Valentim de Freitas	14	Sabia escrever Marítimo	05-07-1913 Brasil n.º 1233	António de Freitas e Maria Antónia	
Jacinto José Rendeiro	11	Sabia escrever Estudante	02-01-1913 Brasil n.º 1614	José Maria Rendeiro e Maria Joaquina Rebelo	
Joaquim da Silva	22	NSE Trabalhador	10-10-1913 Brasil n.º 226	Francisco da Silva e Maria Rita Loureiro	
Joaquim José de Oliveira	11	Sabia escrever Estudante	27-09-1913 Brasil n.º 2118	António Maria de Oliveira e Cristina Maria da Silva	
Joaquim Maria Conde	39	Pescador	29-03-1913 Brasil n.º 234	Manuel José Conde e Maria Teresa Caravela	Irmão de Albino Maria Conde
João Agostinho de Oliveira, c.º	33	Sabia escrever Lavrador	21-10-1913 Brasil n.º 69	Domingos José de Oliveira e Maria Luísa de Oliveira	
João Augusto Tavares da Cunha	25	NSE Moliceiro	07-03-1913 Brasil n.º 17	Manuel Luís Barbosa e Ana José Lopes de Oliveira	
João Carlos da Silva Calhau	20	NSE Marítimo	13-02-1913 n.º 2140 Brasil	José Maria da Silva Calhau e Maria José da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
João Evangelista	21	NSE Pescador	12-11-1913 Brasil n.º 341	José Maria da Cunha e Perpétua Maria	
João Luís de Campos	14	Marítimo	27-05-1913 Brasil n.º 903	Manuel Joaquim da Silva e Maria José de Oliveira	
João Maria da Silva Padinha, c.º	27	NSE Molicheiro	06-01-1913 Brasil n.º 1664	Domingos Augusto da Silva Padinha e Maria José da Cunha	
João Maria Paiva	28	NSE Molicheiro	17-04-1913 Brasil n.º 491	Manuel João Paiva e Maria José Cabecinha	
João Pedro Salgado	28	NSE Pescador	15-01-1913 Brasil n.º 1791	António Salgado e Maria Rita de Sousa	
Joaquim Elias da Silva	12	Marítimo	09-01-1913 Brasil n.º 1725	Gonçalo Maria da Silva e Maria Rosália da Silva Neno	
Joaquim Manuel de Oliveira, c.º	35	NSE Molicheiro	18-07-1913 Brasil n.º 1369	José Manuel de Oliveira e Maria Joaquina da Silva	
Joaquim Maria de Pinho Selinho	20	Sabia escrever Pescador	16-09-1913 n.º 1945 Brasil	Manuel João de Pinho Selinho e Maria José de Oliveira	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Joaquim Maria Vieira	22	Mercantel	19-02-1913 Brasil n.º 2188	Gonçalo António Vieira e Joana Maria	
José Agostinho da Silva Valente	23	NSE Negociante	18-03-1913 Brasil n.º 119	Miguel José da Silva Valente e Maria José da Silva Valente	
José Augusto da Silva Ruela	27	NSE Moliceiro	07-03-1913 Brasil n.º 18	Manuel João da Silva Ruela e Teresa Maria	Irmão de Manuel Augusto da S.Ruela
José Joaquim Lopes Ramos, c.º Filho: Manuel Joaquim Lopes Ramos	43 21	NSE Pescador	11-11-1913 Brasil n.º 337	Manuel Lopes Ramos e Carolina Rosa	
José Luís Afonso de Oliveira, c.º	26	NSE Marítimo	08-02-1913 Brasil n.º 2051	João Afonso de Oliveira e Maria Rosália Barroqueira	
José Manuel	16	NSE Mercantel	23-06-1913 Brasil n.º 1095	Agostinho José Afonso de Azevedo e Maria Rosália Lopes da Cunha	
José Manuel Regateiro, c.º	27	NSE Pescador	01-02-1913 Brasil n.º 1980	Domingos António Regateiro e Custódia Carolina	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Maria	22	Negociante	21-02-1913 Brasil n.º 2216	Francisco de Pinho e Maria José	
José Maria Barroqueiro	17	NSE Trabalhador	08-07-1913 Brasil n.º 1262	Joaquim Maria Barroqueiro (Zargo) e Maria Teresa	
José Maria da Silva	22	Mercantel	21-05-1913 Brasil n.º 855	Bernardino Maria Rendeiro da Silva e Maria do Carmo da Silva	
José Maria da Silva, c.º	26	NSE Pescador	02-01-1913 Brasil n.º 1616	Filipe José da Silva e Rosa Joana	
José Maria Fernandes Rendeiro	20	Sabia escrever Negociante	15-01-1913 Brasil n.º 1803	José Manuel Fernandes Rendeiro e Mariana Fernandes Ruela	
José Maria Soares Carinha, c.º	29	NSE Pescador	18-07-1913 Brasil n.º 1371	Gonçalo Soares dos Santos e Domingas José	
Júlio José da Silva, c.º	27	Sabia escrever Comerciante	19-11-1913 Brasil n.º 438	João Caetano da Silva e Domingas Bernarnda Lopes	
Manuel António Tavares, c.º	30	NSE Pescador	23-05-1913 n.º 873 Brasil	António José Tavares e Maria João	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Augusto Cravo	52	NSE Pescador	19-02-1913 Brasil n.º 2187	Manuel José Cravo e Maria Josefa Rangel	
Manuel Augusto da Silva Ruela, c.º	31	NSE Moliceiro	07-03-1913 Brasil n.º 19	Manuel João da Silva Ruela e Teresa Maria	Irmão de José Augusto da S. Ruela
Manuel João de Oliveira, c.º	37	NSE Moliceiro	13-08-1913 Brasil n.º 1593	José Manuel de Oliveira e Maria Joaquina da Silva	
Manuel João de Pinho Laborinho, c.º Filho: José Maria de Pinho Laborinho	44 16	Sabia escrever Pescador	14-07-1913 Brasil n.º 1309	António Joaquim de Pinho e Domingas Antónia Henriques	
Manuel Joaquim Regateiro, c.º	24	Molieiro	03-03-1913 Brasil n.º 2336	José Manuel Regateiro e Ana Maria	
Manuel José da Silva	16	NSE Pescador	26-07-1913 Brasil n.º 1454	José Maria da Silva e Joana Rosa Paiva	
Manuel José de Oliveira, c.º	32	NSE Marítimo	20-09-1913 Brasil n.º 2011	Manuel Gomes de Oliveira e Maria Ana da Silva	
Manuel José de Pinho	15	NSE Negociante	02-04-1913 Brasil n.º 279	Manuel Maria de Pinho e Maria Luísa Esteves	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel José de Oliveira, c.º	39	NSE Moliceiro	15-03-1913 Brasil n.º 100	Domingos José de Oliveira e Rosália Joaquina	
Manuel José Nunes de Azevedo, c.º	47	NSE Pescador	31-07-1913 Brasil n.º 1492	João Nunes de Azevedo e Joaquina Rosa da Silva	
Manuel Maria Barroqueiro	26	NSE Pescador	23-10-1913 Brasil n.º 2040	Manuel Maria Barroqueiro e Rosa Joana da Costa	
Manuel Maria da Cruz	22	Sabia escrever Pescador	30-12-1913 Brasil n.º 650	José Maria da Cruz e Maria José da Silva	
Manuel Maria de Pinho	12	NSE Pescador	27-11-1913 Brasil n.º 524	Gonçalo António de Pinho e Ana de Jesus	
Manuel Maria Esteves	13	NSE Pescador	19-12-1913 Brasil n.º 612	António Maria Esteves e Maria Luísa da Silva	
Manuel Maria Marques, c.º	35	Carpinteiro	12-04-1913 n.º 427 Brasil	Manuel Joaquim da Silva e Maria Felizarda	Vivia em Veiros
Manuel Maria Rodrigues da Silva, c.º	34	NSE Alquilador	15-04-1913 Brasil n.º 460	Manuel Joaquim Rodrigues e Joana Maria	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Maria Vieira	12	Moliceiro	03-06-1913 Brasil n.º 965	Pedro José Vieira e Maria José Fidalga	
Maria de Jesus Ferreirinha, c. ^a	42	NSE Doméstica	29-11-1913 Brasil n.º 529	Manuel José Acabou e Maria Rosa Ferreirinha	
Maria José Soares, c. ^a	39	NSE Costureira	23-06-1913 Brasil n.º 1096	Domingos José Soares e Ana Luísa	
Martinho José Soares, c. ^o	39	NSE Moliceiro	17-03-1913 Brasil n.º 109	João Bernardo Soares e Maria Joana de Jesus	
Norberto Fernandes Rendeiro	31	NSE Marítimo	26-02-1913 Brasil n.º 2276	Lázaro António Fernandes Rendeiro e Maria Agostinha	
Pedro José de Oliveira, c. ^o	29	NSE Moliceiro	27-06-1913 Brasil n.º 1150	Manuel José de Oliveira e Ana José dos Santos	
Raul da Cruz Vaz	13	Sabia escrever Estudante	02-01-1913 n.º 1615 Brasil	Manuel Joaquim da Cruz Vaz e Maria Caetana	
Romão Nunes de Oliveira	16	Sabia escrever Alfaiate	14-07-1913 Brasil n.º 1310	Francisco Joaquim da Silva Lirão e Cristina Maria da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Zacaria Augusto Vaz Caramona	23	Sabia escrever Lavrador	18-07-1913 Brasil n.º 1370	Júlio César Vaz e Maria Rosa da Silva	

Pardilhó

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho Lopes Ramos, c.º	20	NSE Serrador	15-11-1913 Brasil n.º 394	Manuel Joaquim Lopes Ramos e Emília Valente de Almeida	
Albino da Silva de Matos	21	NSE Lavrador	23-01-1913 Brasil n.º 1874	José Maria da Silva de Matos e Maria da Silva Valente de Almeida	
António da Silva	23	NSE Lavrador	04-03-1913 Brasil n.º 2358	Manuel Rodrigues Salgueiro e Ana da Silva Vigária	
António da Silva e Pinho	18	Empregado Comercial	30-01-1913 Brasil n.º 1949	Manuel Maria da Silva e Pinho e Hermínia Rosa Esteves	
António Ferreira Lopes dos Santos	18	Caixeiro	15-01-1913 Brasil n.º 1800	António Joaquim Lopes dos Santos e Engrácia Ferreira	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
António Maria Valente de Almeida Miranda, c.º	41	Sabia escrever Serralheiro	04-12-1913 Brasil n.º 546	Manuel Ferreira Ruivo e Ana Valente de Almeida Miranda	
António Rodrigues	22	Sabia escrever Marítimo	21-07-1913 América do Norte n.º 1392	António Rodrigues e Margarida Valente	
António Valente Saleiro, v.º	42	NSE Carpinteiro	02-09-1913 Brasil n.º 1792	António Joaquim Valente e Maria Joana Rodrigues	
Belmiro Rodrigues da Silva	25	NSE Trabalhador	09-08-1913 Brasil n.º 1572	Manuel Rodrigues Salgueirão e Ana Maria da Silva Vigária	
Domingos de Almeida e Silva	16	Sabia escrever Lavrador	10-11-1913 Brasil n.º 329	Manuel Joaquim da Silva Valente e Joana Maria Valente de Almeida	
Domingos dos Santos	30	NSE Lavrador	09-08-1913 Brasil n.º 1568	António Joaquim dos Santos e Ana Maria de Pinho	
Domingos Ferreira Couto	27	NSE Proprietário	22-02-1913 Brasil n.º 2225	António Ferreira Couto e Susana Nunes	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Domingos Valente de Almeida Júnior	16	Carpinteiro	30-01-1913 Brasil n.º 1947	Manuel Joaquim de Almeida Miranda e Ana Rosa Ferreira	
Elisiário Nunes da Fonseca, c.º	25	Sabia escrever Pintor	30-10-1913 Brasil n.º 175	Manuel André Marques e Ana Maria Nunes da Silva	
Francisco de Oliveira Fidalgo, c.º	36	Sabia escrever Carpinteiro	24-11-1913 Brasil n.º 498	Rodrigo António Fidalgo e Ana Rosa de Oliveira	
Francisco Rodrigues Rilho	17	Sabia escrever Serrador	30-10-1913 Brasil n.º 174	António Joaquim Rodrigues e Margarida da Silva	
Hermínia da Silva Godinho	34	NSE Doméstica	04-07-1913 Brasil n.º 1216	José da Silva Godinho e Joana da Silva	
Feliciano da Silva Vigário	9	Sabia escrever Estudante	04-07-1913 Brasil n.º 1226	José Luís da Silva Vigário e Maria Custódia Dias de Matos	
Francisco Ferreira Amador	13	Sabia escrever Alfaiate	20-02-1913 Brasil n.º 2199	Clemente Ferreira Amador e Ana Maria Ferreira	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
João Maria Valente de Almeida	11	Sabia escrever, Estudante	18-12-1913 Brasil n.º 599	José da Silva Escudeiro ou José Maria e Silva e Joana Rosa Valente de Almeida	
Joaquim Rodrigues, c.º	41	NSE Moliceiro	09-04-1913 Brasil n.º 390	Manuel Joaquim Rodrigues e Maria Rosa Esteves	
Joaquim Valente de Almeida	20	NSE Jornaleiro	24-07-1913 Brasil n.º 1433	Joaquim Valente de Almeida e Maria Rosa Esteves	
José da Silva Amaro, c.º	35	Sabia escrever Carpinteiro	24-04-1913 Brasil n.º 570	Rodrigo António da Silva Amaro e Maria Joana da Silva Tavares	
José da Silva Couto	20	Lavrador	28-02-1913 Brasil n.º 2311	Manuel da Silva Couto e Maria José Teixeira	
José Ferreira Valente	20	Sabia escrever Lavrador	08-11-1913 Brasil n.º 319	João Ferreira Valente e Ana Valente de Almeida	
José Maria da Silva, c.º	22	Calafate	22-02-1913 Brasil n.º 2224	Manuel Valente de Almeida e Maria Caetana da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Maria Nunes de Matos. c.º	23	Lavrador	04-01-1913 Brasil n.º 1641	António Nunes de Matos e Ana Maria Lopes de Resende	
Leandro Afonso, c.º Esposa: Maria Rosa Martins Filha: Margarida Filho: Francisco Filho: Laurentino Filha: Maria Filho: Domingos Filho: José	39 37 14 12 9 6 4 1	NSE Trolha NSE NSE NSE NSE	14-02-1913 Brasil n.º 2142	Manuel Afonso e Rosa da Silva	
Manuel Ferreira da Costa, c.º	23	NSE Carpinteiro	14-07-1913 Brasil n.º 1298	João António da Silva Amaro e Maria Ferreira da Costa	
Francisco Rodrigues Rilho	17	Sabia escrever Serrador	30-10-1913 Brasil n.º 174	António Joaquim Rodrigues e Margarida da Silva	
Hermínia da Silva Godinho	34	NSE Doméstica	04-07-1913 Brasil n.º 1216	José da Silva Godinho e Joana da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel da Fonseca, c.º	36	Sabia escrever Marceneiro	01-07-1913 Brasil n.º 1185	Manuel da Fonseca e Rosa de Matos	
Manuel Joaquim Tavares, c.º	40	Sabia escrever, Alfaiate	17-09-1913 Brasil n.º 1957	Manuel Joaquim Tavares e Ana Margarida Pereira Mendonça	
Manuel Lopes de Matos, c.º	26	Sabia escrever Lavrador	20-11-1913 Brasil n.º 458	Manuel António Lopes de Matos e Domingas Rosalina Marques do Souto	
Manuel Nunes Pinto, c.º	28	NSE Jornaleiro	01-09-1913 Brasil n.º 1764	José António Nunes Pinto e Isabel Joaquina Nunes Pinto	
Manuel Valente de Almeida, c.º	55	NSE Carpinteiro	01-07-1913 Brasil n.º 1186	Manuel Joaquim Valente de Almeida e Ana da Silva de Matos	

Salreu

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Adamantino Gomes da Costa	21	Sabia escrever Serralheiro	05-05-1913 Brasil n.º 671	João Maria Gomes da Costa e Maria de Jesus Bandeira	
António Maria da Silva Coelho, c.º	43	Sabia escrever Alfaiate	18-07-1913 Brasil n.º 1368	António Coelho da Silva e Antónia Maria da Cunha	
António Rodrigues Bandeira	24	Sabia escrever Empregado Comercial	04-11-1913 Brasil n.º 236	Filipe José Bandeira e Rosa Augusta	
Avelino de Almeida	20	Sabia escrever Empregado Comercial	04-11-1913 Brasil n.º 235	Joaquim de Almeida e Maria Valente Bandeira	
Emília Rosa Condessa, c.º Filho: Aurélio Marques Correia	31 13	NSE Doméstica Sabia escrever	21-02-1913 Brasil n.º 2215	João Maria dos Santos e Ana Rosa Cordeira	
Estevão de Almeida	22	Sabia escrever Jornaleiro	30-10-1913 Brasil n.º 169	Francisco de Almeida e Ana Rodrigues	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Felisbela Glória da Costa e Silva	22	NSE Doméstica	07-03-1913 Brasil n.º 20	Francisco Marques da Silva e Maria Madalena da Costa	
Francisco de Almeida	17	NSE Carpinteiro	17-06-1913 Brasil n.º 1068	José de Almeida e Ana de Jesus	
Francisco Faria	23	Sabia escrever Jornaleiro	03-11-1913 Brasil n.º 218	Ana Faria	
Germano de Matos	20	Sabia escrever Carpinteiro	11-09-1913 Brasil n.º 1881	Júlio de Matos e Maria Rodrigues	
João Maria Vieira	13	Sabia escrever Jornaleiro	23-07-1913 Brasil n.º 1425	José Joaquim Vieira e Maria da Silva	
Joaquim Ferreira, c.º	28	NSE Carpinteiro	05-02-1913 Brasil n.º 2021	Joaquim Ferreira e Maria Joaquina	
Joaquim Rodrigues de Oliveira	23	Sabia escrever Negociante	05-03-1913 Brasil n.º 2367	Francisco Rodrigues de Oliveira e Ana Maria das Neves	
José Assumpção	15	Sabia escrever Carpinteiro	11-09-1913 n.º 1870 Brasil	João Assumpção e Brízida Valente dos Anjos	
José Ferreira, c.º	22	NSE Padeiro	27-09-1913 Brasil n.º 2098	Joaquim Ferreira e Maria Joaquina	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Joaquim Rodrigues Nóra	17	Sabia escrever Lavrador	17-10-1913 Brasil n.º 10	José Joaquim Rodrigues Nóra e Maria Emília Marques	
José Maria Gomes da Silva, v.º	38	Sabia escrever Alfaiate	07-01-1913 Brasil n.º 1709	Manuel André Marques e Ana Maria Nunes da Silva	Vivia em Canelas
José Maria Marques Mirco, c.º	33	Barqueiro	06-05-1913 Brasil n.º 682	Manuel Marques Mirco e Rosa Pereira	
José Maria Valente de Matos	24	Lavrador	15-04-1913 Brasil n.º 469	Manuel de Matos e Maria Emília Valente da Fonseca	
José Nunes Antão	21	Sabia escrever Estudante	10-11-1913 Brasil n.º 325	João Carlos Nunes Antão e Maria Marques Figueira	
Manuel Joaquim Malveira	20	NSE Carpinteiro	11-09-1913 Brasil n.º 1882	Manuel Joaquim Malveira e Rosa Joaquina da Silva	
Manuel Maria de Almeida	10	Estudante	15-04-1913 Brasil n.º 468	Manuel de Almeida e Angélica das Neves	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Manuel Maria Marques Aleixo, c.º	31	NSE Trabalhador	24-04-1913 Brasil n.º 567	Manuel Marques Aleixo e Maria Rosa da Silva	
Manuel Maria Marques Resende	19	NSE Padeiro	30-09-1913 Brasil n.º 2136	Maria do Carmo de Oliveira	
Manuel Valente Rodrigues	26	Sabia escrever Carpinteiro	05-08-1913 Brasil n.º 1526	António Valente Rodrigues e Maria do Carmo Figueira	
Maria de Almeida	25	Sabia escrever Costureira	11-09-1913 Brasil n.º 1871	António Joaquim Ferreira e Maria de Almeida	
Maria do Carmo das Neves, c.ª	49	NSE Costureira	15-04-1913 Brasil n.º 467	António Máximo da Cunha e Silva e Maria Arcângela	
Maria Rodrigues Nunes	34	Sabia escrever Doméstica	03-03-1913 Brasil n.º 2343	Francisco Rodrigues de Oliveira e Ana Maria Nunes	
Raul Marques, c.º Esposa: Raquel Tavares	32 21	Sabia escrever Lavrador	06-01-1913 Brasil n.º 1665	José Joaquim Marques e Maria de Jesus	

Veiros

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Agostinho Pires de Castro	14	Sabia escrever Pintor	13-01-1913 Brasil n.º 1775	João Maria Pires e Brízida Ermelinda de Jesus	
António Augusto Marques da Silva	26	Sabia escrever Carpinteiro	04-12-1913 Brasil n.º 550	Manuel Marques da Silva e Maria José da Silva	
António Henriques Pires de Castro, c.º	22	Sabia escrever Educador	13-01-1913 Brasil n.º 1774	João Maria Pires e Brízida Ermelinda de Jesus	
António Lino Rodrigues	22	Sabia escrever Carpinteiro	16-11-1913 Brasil n.º 589	António Luísa Rodrigues e Margarida da Silva	
António Maria Henriques	25	Sabia escrever Lavrador	11-02-1913 Brasil n.º 2113	Gonçalo Maria Henriques e Maria José da Silva	
Francisco Joaquim Marques Couto	21	NSE Lavrador	22-04-1913 Brasil n.º 551	Narciso António Marques Couto e Maria Teresa da Silva	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
Gonçalo Marques Couto	20	NSE Lavrador	31-12-1913 Brasil n.º 657	Narciso António Marques Couto e Maria Teresa da Silva	
João José Marques Pires, c.º	29	Marítimo	22-02-1913 Brasil n.º 2226	Manuel Joaquim Marques Pires e Maria Josefa de Oliveira	
João Maria Ferreira Pinto	12	Sabia escrever Estudante	08-10-1913 Brasil n.º 2237	António Bernardino Ferreira Pinto e Virgínia de Jesus Fonseca	
Joaquim Maria Marques Couto, c.º	24	NSE Carpinteiro	18-01-1913 Brasil n.º 1838	Manuel Maria Marques Couto e Ana Rosa da Silva	
Joaquim Marques Salgado	23	NSE Lavrador	11-02-1913 Brasil n.º 2114	José Maria Marques e Maria José da Silva	
Maria Rodrigues Nunes	34	Sabia escrever Doméstica	03-03-1913 Brasil n.º 2343	Francisco Rodrigues de Oliveira e Ana Maria Nunes	
José António Pereira de Sousa, c.º	57	NSE Lavrador	11-12-1913 América do Norte n.º 576	Manuel Lourenço Valente e Maria Luísa Pereira de Sousa	

Nome e Estado Civil	Idade	Escolaridade e modo de vida	Data, destino e n.º de passaporte	Filiação	Notas
José Augusto Pereira de Sousa	20	Sabia escrever Lavrador	21-10-1913 Brasil n.º 67	Domingos José Pereira de Sousa e Domingas Tavares de Sousa	
José Maria da Silva Bandeira	33	NSE Lavrador	26-02-1913 Brasil n.º 2275	Francisco da Silva Bandeira e Maria José Tavares da Silva	
José Maria da Silva Rebelo, c.º	24	NSE Pescador	06-03-1913 Brasil n.º 2385	Joaquim Maria da Silva Rebelo e Maria Rosália da Silva	
Joaquim Maria Marques Couto, c.º	24	NSE Carpinteiro	18-01-1913 Brasil n.º 1838	Manuel Maria Marques Couto e Ana Rosa da Silva	
Joaquim Marques Salgado	23	NSE Lavrador	11-02-1913 Brasil n.º 2114	José Maria Marques e Maria José da Silva	

Abreviaturas

C. ^a / C. ^o - Casada/Casado

N. ^o - Número

NSE - Não sabia escrever

V. ^a / V. ^o - Viúva/Viúvo

CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE CARMELO EM AVANCA

*Victor Bandeira**

A Capela de Nossa Senhora do Monte Carmelo, vulgo Nossa Senhora do Carmo, situada no lugar do Mato, em Avanca (concelho de Estarreja) (figura 1), teve a sua génese associada a um sacerdote e a seus irmãos, com raízes genealógicas em Veiros e em Avanca, nomeadamente o Reverendo Padre Dr. João Caetano Pereira Valente, que era presbítero do hábito de S. Pedro e que foi pároco de S. João de Loureiro (Oliveira de Azeméis). Os seus irmãos, o alferes António José Pereira Tavares de Resende, Manuel Caetano Antão Pereira, Maria Joana de Jesus, e Joana Josefa do Espírito Santo, foram com ele fundadores e doadores do património para a capela. O seu pai era o capitão Manuel Antão Pereira e a sua mãe Brízida Joana Tavares de Resende, naturais do lugar do Mato, paróquia de Santa Marinha de Avanca, e aí moradores na sua quinta de Nossa Senhora do Carmo. Os avós paternos eram naturais da Paróquia de São Bartolomeu de Veiros (concelho de Estarreja), de seus nomes Manuel Pereira e Domingas de Oliveira. Os avós maternos, o capitão Manuel de Resende Fragoso e Teresa Valente, eram naturais de Avanca. A quinta de Nossa Senhora do Carmo, onde viveram os cinco irmãos, foi-lhes deixada por herança do lado materno.

* Licenciado em Biologia, Mestre em Ecologia, Biodiversidade e Gestão de Ecossistemas, e Doutoramento em Biologia e Ecologia das Alterações Globais, exercendo actualmente a sua actividade profissional como biólogo no Departamento de Biologia e CESAM, da Universidade de Aveiro. É autor e/ou co-autor de dezenas de publicações científicas na área da Biologia e Ecologia. Nos tempos livres procura conhecer melhor a história da freguesia de Veiros (e da região), com enfoque nos aspectos religiosos, tendo já publicado os livros: “Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros - *Chão Sagrado*” em 2018 e “Memorial Eclesiástico de Santa Marinha de Avanca” em 2022. Desde Janeiro de 2024 publica assiduamente na página online da Comissão Diocesana da Cultura | Aveiro na rubrica “Um olhar atento ao tempo que flui”.



Figura 1 - Capela de Nossa Senhora do Carmo (Avanca) - (Foto:Victor Bandeira)

A casa da quinta apresenta uma inscrição na lage calcária epigrafada sobre a porta, com data anterior à capela: “IHS MA. JOSE 1716.” [Jesus Hominum Salvator (Jesus Salvador dos Homens), Maria & José 1716] (figura 2). Além disso, é evidente um grande brasão da família, ali colocado em 1778, talhado em pedra calcária e incrustado no centro de um pórtico granítico (figura 3). O escudo oval apresenta a referência aos quatro nomes da família: no primeiro quartel, uma cruz vazia e florida representa as armas dos “Pereira”; no segundo quartel, uma oliveira com raízes e frutos representa as armas dos “Oliveira”; no terceiro quartel, cinco estrelas de seis raios em forma de cruz de Santo André, isto é, em “X”, representa as armas dos “Tavares”; e, por fim, no quarto quartel, um leão com três faixas representa as armas dos “Valente”. Por cima do escudo, existe ainda representado um chapéu com cordões e uma borla.

A Capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo surge no século XVIII, após as *Memórias Paroquiais de 1758*, já que não consta no elenco de edifícios religiosos relatados pelo Pároco, o Padre António de Oliveira Fraião. E, na obra de Carlos Cardoso (1961), relata-se que não se conhecia até à data qualquer documento sobre a edificação da Capela ou a quem estaria vinculada a sua génese, apenas existindo a Carta de Brasão de 1776, e a Carta de Curso de Direito Canónico do Padre Dr. João Caetano Pereira Valente passada em 1745, em Coimbra.



Figura 2 - Inscrição na laje calcária epigrafada sobre a porta na Quinta de Nossa Senhora do Carmo, com data anterior à capela com a mesma invocação: "IHS .MA. JOSE 1716." - (Foto:Victor Bandeira)



Figura 3 - Brasão da Quinta de Nossa Senhora do Carmo - (Foto:Victor Bandeira)

Todavia, recentemente surgiram os Autos de Património da Capela de Nossa Senhora do Carmo disponibilizados pelo Arquivo Episcopal do Porto, e datados de 17 de Junho de 1762 (figura 4), que vêm contribuir para aumentar o conhecimento sobre a dita capela, a qual terá surgido por volta do ano de 1764.

Os Autos de Património foram obtidos a favor do Reverendo Licenciado João Caetano Pereira Valente e seus irmãos (alferes António José Pereira Tavares de Resende, Manuel Caetano Antão Pereira, Maria Joana de Jesus, e Joana Josefa do Espírito Santo). O documento é constituído por 62 páginas, o qual retrata todo o processo e os trâmites de dotação do património e respectiva escritura para a licença da capela a favor desta família, e para a subsistência e ornamentação do edifício. O primeiro documento que surge neste processo dos Autos de Património é um pedido formal que ainda segue encabeçado pelo pai de família, o capitão Manuel Antão Pereira, seguido de seus filhos, começando pelo alferes, depois pelo Padre João, Manuel Caetano, Maria Joana e Joana. É interessante notar, que o terceiro filho neste documento surge também com o epíteto de Reverendo, o que não acontece posteriormente. Assim, transcreve-se o primeiro requerimento formal ao Reverendo Provisor do Bispado do Porto (Diocese do Porto), datado de 21 de Abril de 1761, para que se conceda licença para a edificação da Capela de Nossa Senhora do Monte Carmelo:

Exmo Rmo. Snr.

Diz o Capp.^{am} Manoel Antão Pereyra com seuz filhoz o Alferez António Jozé Pereyra Tavares de Rezende = e o R.^{do} L.^{do} João Caetano Pereyra Valente = e o R.^{do} Manoel Caetano Per.^a e Maria Joanna de Jezuz = e Joanna Jozepha do Spirito Santo = todos maiores de vinte e cinco annoz, e moradores na sua quinta do Lugar do Mato da Freq.^a de Santa Marinha de Avanca da Com.ca da Fr.^{ca} [Comarca da Feira] deste Bisp.^o [Bispado] que ellez supl.^(tes) [suplicantes] p.^a mayor honrra de Deuz, e de Maria Santissima Nossa Senhora, querem fazer naq.^{la} sua quinta junto as suaz cazaz da parte do Sul huma Capella com o titollo de Nossa Senhora do Monte Carmello, cuja Cappella querem fazer com a porta na Rua p.^a della se administrar os Sacramentos aos emfermos naq.^{le} Lugar, e nos vizinhos, e a querem dotar com bens suficientes p.^a seu ornato e limpeza, e com tudo o mais que detremina a Constituição deste Bisp.^o, e como o lugar aonde os supl.^{tes} a pertendem edeficar [edificar] he conveniente e decente, e a não possão fazer sem Licença de V.^a Ex.^a Rma.

Após este requerimento formal, consta uma pequena nota assinada por um clérigo que assina pelo nome Thomaz, que mais tarde se vem a saber ser o provisor da Diocese do Porto, o qual solicita que o pároco de Avanca instigue se o sítio em que o suplicante pretende erigir a capela é alto, livre de humidades e de imundícies. Ao que ao lado, no mesmo documento, surge recomendação para que se digne conceder licença aos suplicantes para poderem fazer a dita Capela no sítio pretendido.

Até porque, seguidamente, o pároco de Avanca, o Padre António de Oliveira Fraião, atesta em documento datado de 4 de Maio de 1761 que:

ainda que conhecesse o sítio da quinta dos senhores meus fregueses muito bem para executar com toda a [?] as suas ordens fui novamente rever o mesmo e examinar o sitio certo em que eles intentam fazer a ereção da pretensa Capela; o qual me mostraram; que fica contíguo, e perto das paredes da cozinha das Casas da dita quinta em que moram os suplicantes, há-de ficar com a face para o Sul e porta principal para o caminho e via pública daquele lugar do

Mato; e é mais alto do que o dito caminho o sítio em que pretendem fazê-la recolhendo-a mais para dentro do dito caminho e nesse dito espaço lhe fazer um pátio com seus degraus libertados do espaço; que ocupa o tal caminho [?] no frontispício dela; cujo sítio além de ser mais alto do que o dito caminho, o que já disse é livre, e isento de imundícies e humidades regularmente excepto for em ocasião de grandes invernadas em as quais nem os templos urbanos se isentam de humidades, é o que na verdade devo e posso de [?] informar, Vossa Reverência mandará o que for servido. Avanca, 4 de Maio de 1761 anos. [O texto foi transcrito sem diminutivos e em português actual.]

O Pároco de Avanca, mesmo conhecendo o local, atendeu à súplica do provisor da Diocese do Porto e foi visitar o local escolhido para a edificação da capela. Verificou que fica adjacente à cozinha da casa, que terá a porta principal voltada para o caminho público, com o intuito de permitir a administração dos sacramentos aos doentes daquele lugar e aos vizinhos. Além disso, constata-se que o sítio é mais alto do que o dito caminho, regularmente livre de humidades e de imundícies, embora não possa responder perante situações excepcionais, em que durante invernos rigorosos a humidade está presente, até nos templos urbanos.

O Provisor da Diocese do Porto, Frei Aurélio de São Tomás, Eremita do Grande Padre Santo Agostinho, graduado na Sagrada Teologia, e ouvidor dos Coutos da Mitra, a 26 de Maio de 1761 concede deferimento por indicação do Bispo do Porto, D. Frei António de Távora, e concede licença para a ereção da capela na forma declarada, para que os que a solicitaram, o capitão Manuel Antão Pereira e seus filhos, possam “erigir a dita capela que será da invocação de Nossa Senhora do Monte Carmelo, com declaração que será a porta principal para a Rua ou Estrada, ou pátio das cazas da dita quinta e estará livre de todo o uso domestico”, mais ainda nela refere que terá tribuna, fazendo logo património para a fábrica dela, e depois de feita, com toda a decência, tendo os paramentos necessários, o património corrente, terão que requerer para ser visitada.

O capitão Manuel Antão Pereira faleceu a 15 de Janeiro de 1762, já viúvo, e a partir desta data o seu nome deixa de constar no processo como primeiro requerente, tendo sido transferido para o nome do filho sacerdote, o Padre João Caetano Pereira Valente.

No ano de 1762, a 15 de Junho, é realizada a escritura da doação de património que fez o Padre Dr. João Caetano Pereira Valente, e seus irmãos, da Quinta do Mato de Avanca, à sua capela de Nossa Senhora do Carmo, a qual se transcreve:

Esriptura de dote, e patrimonio, que fez o Dr. João Caetano Pereira Valente, e seus Irmãos da Quinta do Mato de Avanca, á sua capélla de N. Snr.a do Carmo

Saybam quantos este publico instrumento de escriptura de dote, e patrimonio de capella, ou como em direito mais valioso dizer se possa virem que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e secenta e dous anos, aos quinze dias do mez de Junho do dicto anno, em as cazas, e quinta que forão do Capitão Manoel Antão Pereyra, e hoje de seus filhos, o Licenciado João Caetano Pereyra Valente e seus Irmãos do lugar do Mato da Freguezia de Avanca, concelho de Estarreja, aonde eu tabeliam fui vindo e ali perante mim tabeliam, e das testemunhas ao diante nomeadas e no fim desta nota assinadas appareceram presentes o dicto Licenciado João Caetano Pereyra Valente, o Alferez Antonio Joseph Pereyra Tavares de Rezende, Manoel Caetano Antão Pereyra, Maria Joana de Jezus, Joana Jozepha do Espiricto Sancto, todos, filhos, que ficarão do dicto Capitam

Manoel Antão Pereyra, todos maiores de vinte e cinco anos, e moradores na dicta Quinta do Mato, pessoas reconhecidas de mim tabelião de que dou fé serem os próprios aqui nomeados, Logo por elles foi dicto na minha presença, e das testemunhas, que elles andavam a mandar fazer huma capélla de Nossa Snr.a do Carmo na dicta Sua quinta do Mato da Freguezia de Avanca deste dicto concelho, e por lhe ser necessário dotar-lhes rendimento para seu culto, e ornato caso os pessuidores, que della forem se descuidem em fabrica-la, lha querião dotar, e hypotecar alguns de seus bens para a fabrica da dicta Capella, pelo que dicerão que elles por esta publica escriptura, lhe dotavam e hypotecavão de sua livre vontade o seu campo, que tem juncto ao Canêdo, da freguezia de Veyros, no limite da mesma freguezia, que parte do Nascente com as filhas, e genros de João Affonso, do lugar da Mamoa da dicta freguezia de Veyros, e do Norte com o caminho que vay para o Sancto digo que vay do Bunheyro, para o Sancto Amaro e do Sul e Poente circuitado com huma regueira, cujo campo vale cem mil reis, e há de render em cada hum anno de renda cinco mil reis, cujo campo hé dizimo a Deos, só paga os oitavos ao Convento de Arouca, do que se lavra nelle, que tirados do rendimento do dicto campo, inda fica rendendo quatro mil e trezentos e setenta e cinco reis, e assim para segurança, e conservação da dicta Capélla, lhe dotavão o dicto seu campo, acima referido com todas as suas pertenças, e nella cedião toda a posse, vóz, e acção, e direito, que tinhão no dicto campo, e a traspassavão á fabrica, e culto da dicta capélla, no caso que os seus sucessores, e administradores della, se descuidem da dicta obrigação, e ornato e cedem [?] por dado á dicta capella toda a posse que no dicto campo tinhão, como dicto fica, e sendo necessário se constetuem por simples [?] emquanto por partes da dicta Capélla, senão toma posse sendo preeiro, e que para assim tudo se cumprir, e guardar e a todo o tempo constar do dote da dicta Capélla, me requererão a mim tabelião lhe escrevesse nesta minha nóta este instrumento, que se obrigavam a sempre o cumprir, e guardar, e nunca em tempo algum irem contra elle em couza alguma, e de como assim o dicerão, e outorgarão eu tabelião por me ser destribuida, como consta do vilhete do destribuidor deste Juizo cujo teor hé o seguinte = Destribuida [?] a escriptura de dote e património que fez o Licenciado João Caetano Pereyra Valente, e Seus Irmãos da freguesia de Avanca á Sua Capélla da Senhora do Carmo, em dezassete de Mayo de mil e setecentos e secenta e dous = [?] = e dicerão mais que se obrigavam a dar cumprimento a esta escriptura per sy, e seus bens, e nunca ir contra ella, como já dicto tinhão, o qual eu tabelião acceitei, e stipulley quanto em direito devo, e posso em razão de meu officio, de que tudo forão testemunhas presentes, que tudo ouvirão ler e declarar Manoel Jorge, do Lugar de Parêdes, e Manoel Solteiro, filho de Manoel Adão, do Lugar de São Sebastião, e Victoriano Fernandez Jorge, do Lugar de Veyros, os quaes todos aqui assinarão com os dictos dotadores depois de eu tabelião a Ler, e declarar, e eu Affonso Homem Carvão, tabelião que escrevi e assinei = Affonso Homem Carvão, = o Licenciado João Caetano Pereyra Valente = Manoel Caetano Antão Pereyra = Antonio Jozeph Pereyra Tavares de Rezende = Maria Joana de Jezus = Joana Jozepha dp Espiricto Sancto = de Manoel Jorge huma cruz = de Manoel Solteiro testemunha huma cruz = Victorião Fernandez Jorge. E não se continha mais em a dicta escriptura de dote que aqui bem e fielmente mandey [?], da própria de Meu Livro de Notas que fica em meu poder e Cartorio, a que sendo necessario me reporto, e me assiney de meu publico Sinal e rogo de que uzo, e costume, que taes São, e abaixo se oferecem e eu Affonso Homem Carvam Tabaliam que [?] e assigno em publico dado.

[Assinatura de Afonso Homem Carvão]

Esta escritura foi realizada em casa dos próprios requerentes da Capela, na casa da quinta de Nossa Senhora do Carmo, na sua presença, na do tabelião Afonso Homem Carvão (de Avanca), e na das testemunhas: Manuel Jorge, do lugar de Paredes (Avanca); Manuel, solteiro, filho de Manuel Adão, do lugar de São Sebastião; e Victoriano Fernandes Jorge, de Veiros. A escritura dá a indicação de que andavam a mandar fazer a capela àquela data (Junho de 1762), e para lhe dar rendimento para o culto atribuíram-lhe património e

para isso hipotecaram um terreno situado no lugar do Canedo, em Veiros, terra dos avós paternos. O terreno situava-se no limite da freguesia de Veiros, e entestava a Nascente com as filhas e genros de João Afonso, do lugar da Mamoá (em Veiros); a Norte com o caminho que vai do Bunheiro para Santo Amaro (Beduído); e do Sul e Poente, o limite era uma regueira. O campo foi avaliado em cem mil reis, e a previsão do rendimento anual era de uma renda de cinco mil reis, além disso, o campo era dízimo a Deus, e só pagava os oitavos ao Convento de Arouca, cerca de 625 reis, que tirados do rendimento anual, o terreno ainda rendia quatro mil trezentos e setenta e cinco reis.

Após entregue a escritura a 17 de Junho de 1762, o Padre Dr. João Caetano Pereira Valente e os seus irmãos receberam um impedimento da parte do Dr. Promotor, aludindo a que desfizessem o dito impedimento, já que ainda que os dotadores digam que o campo dotado para património da Capela seja dízimo a Deus, como juntamente confessam, que dele se desse o oitavo ao Convento de Arouca, que juntassem os títulos do mesmo campo, a licença do mesmo e o auto de posse do dito campo em nome da Capela. A 5 de Julho do mesmo ano fizeram o auto de posse do campo e, a 6 de Julho, o Padre Dr. João Caetano Pereira Valente passa carta de procuração a dois advogados para ser representado no Porto, a fim de o defender com justiça em todas as suas causas, assim como para promover principalmente os autos da sua capela, e tratar dos requerimentos a bem da sua justiça. A 8 de Julho de 1762 dá-se o reconhecimento desta procuração pelo tabelião. A 9 de Julho justifica-se que o campo que consta nos autos de património era herança dos pais e dos antepassados seus ascendentes e que sempre foi desta família desde tempos imemoriais, e o edital dizia que o oitavo era para pagar o dízimo a Deus justificando-se assim o não pagamento dos oitavos dos frutos ao Mosteiro de Arouca, ficando deste modo purgada a dúvida dos reverendíssimos do Bispado do Porto. A 17 de Julho de 1762 recebem ordens do Porto para avançar e dando conta de que receberam a resposta solicitada.

A 19 de Julho de 1762 um edital assinado pelo Padre João Baptista de Carvalho, oficial, a mando do provisor do Bispado do Porto (Frei Aurélio de São Tomás, da Ordem dos Eremitas do grande Padre Santo Agostinho e graduado na Sagrada Teologia), onde constam os autos de património da capela dotados com o campo situado em Veiros, apresentando os limites e os oitavos que se paga ao Convento de Arouca, manifesta uma espécie de proclamação para que, quem quiser, possa fazer algum tipo de reclamação. Este edital teria que ser lido em voz alta e inteligível, pelo pároco de Avanca e uma sua réplica pelo pároco de Veiros, em dia de preceito, após a missa dominical, nas suas paróquias, para que se houvesse alguém que tivesse algum direito ou interesse sobre o campo dotado para património da capela, o denunciasse no prazo de oito dias, sob pena de não mais poder vir a ter qualquer tipo de direito sobre aqueles bens dotados.

E, caso alguém soubesse haver algum tipo de conluio, suborno ou tráfallice neste processo, se não o denunciasse, correria a excomunhão, caso fosse descoberto. Após a leitura, o edital teria que ser afixado na porta principal da igreja onde estivessem os bens dotados, neste caso, em Veiros e Avanca. O Padre António de Oliveira Fraião, pároco de Avanca, a 28 de Agosto de 1762, escreve que o edital mencionado anteriormente foi lido em voz alta e de forma inteligível, tal como exigido, e afixado na porta do guarda-vento da porta principal da igreja, onde esteve afixado mais de 15 dias. Não houve ninguém, nem os dotadores nem alma alguma que tivesse dito algo em contrário. O Padre António Alves, pároco de Veiros, a 22 de Agosto de 1762 informou por escrito que também o leu no 1.º Domingo de Agosto, e não houve quem desse impedimento algum, o edital foi afixado na porta da igreja como mandado.

No mesmo dia em que foi emitido o edital para ser lido nas paróquias de Avanca e de Veiros, a 19 de Julho de 1762, o mesmo provisor do Bispado do Porto, Frei Aurélio de São Tomás, dá a informação dos bens a dotar à fábrica da capela daqueles irmãos de Avanca, tratando-se do campo do limite do Canedo de Veiros. O provisor não duvida que os dotadores não têm outros títulos da posse imemorial do campo, mas informa que têm que justificar que não há fama ou rumor da posse do campo, mais ainda, de quanto vale e rende livre de todos os encargos, que não é vínculo de Morgado, ou Capela, que não está hipotecado ou endividado, que não pertence a outros que não aos dotadores, e que não houve dolo, pacto ou simulação com este dote.

Para tal, foi nomeada uma Comissão de Património presidida pelo Reitor de S. Tiago de Beduído, que teria um sacerdote, por si eleito, para escrivão, o qual faria juramento de fidelidade. Seguidamente, esta Comissão teria que fazer vir à sua presença cinco pessoas fidedignas que jurariam sobre os Santos Evangelhos, identificar-se-iam e fariam o seu depoimento sobre os itens anteriormente enunciados sobre o campo do Canedo de Veiros para dote do património da capela de Nossa Senhora do Monte Carmelo. O mesmo fariam os cinco irmãos que queriam erigir a capela. Por fim, a dita Comissão elegeria e faria jurar sobre os Santos Evangelhos dois homens peritos e de consciência, para louvados, com os quais iria ver os bens dotados, avaliando-os quanto ao justo valor e aos rendimentos livres anuais para a fábrica da capela, tendo que no final de assinados os termos, pagar-lhes o salário deste trabalho de avaliação.

A 3 de Agosto de 1762, escreve o Reitor de Beduído, Padre Domingos da Silva Barbosa Albuquerque, que elegeu um sacerdote da sua paróquia de Beduído, o Padre João Soares, para escrivão desta Comissão de Património, o qual jurou sobre os Santos Evangelhos para fazer sem dolo ou malícia o mandado do Bispado. E, logo no mesmo dia, mandou vir as testemunhas a sua casa, iniciando assim o mandato da Comissão de Património a favor do Padre João Caetano Pereira Valente e seus irmãos.

A primeira testemunha foi Manuel Caio, lavrador e morador no lugar do Canedo, em Veiros, tinha 27 anos de idade, o qual jurou sobre os Evangelhos dizer a verdade do que soubesse. Manuel Caio disse que o campo era próprio dos dotadores da capela, reconheceu que era dízimo a Deus, que só pagavam os oitavos ao Convento de Arouca e não lhe reconheceu senhorio, nem que pagasse outra pensão. Avaliou o terreno em 130000 reis pouco mais ou menos, e livre de todos os encargos disse que renderia 6400 reis.

A segunda testemunha, Alberto Tavares lavrador, morador no lugar do Mato, em Avanca, tinha 53 anos. Alberto Tavares disse que a propriedade valeria 125000 reis, a qual renderia 6000 reis a cada ano, livre já de todos os encargos, a qual só pagava os oitavos do fruto ao Real Mosteiro de Arouca, direto senhorio.

A terceira testemunha, José João Leite, lavrador e morador no lugar do Mato, em Avanca, tinha 47 anos. José João Leite disse que a terra valeria 125000 reis, a qual, livre de todos os encargos renderia 6000 reis a cada ano, mais ainda, pagava apenas os oitavos ao Mosteiro de Arouca, direto senhorio.

A quarta testemunha, Manuel da Silva, lavrador, do Canedo de Veiros, tinha 80 anos. Manuel da Silva testemunhou que a terra era própria dos dotadores e que estão em pacífica posse por si e seus antepassados de tempo imemorial sem rumor em contrário. Respondeu à segunda pergunta que o terreno valeria 120000 reis, e que renderia, livre de todos os encargos, 6400 reis por ano, cuja propriedade era dízimo a Deus e só pagava os oitavos dos seus frutos ao Mosteiro de Arouca, direto senhorio.

A quinta e última testemunha, António João, lavrador, morador no lugar do Canedo, da freguesia de Veiros, com 32 anos, a quem o Reverendo Comissário deu a Juramento os Santos Evangelhos num livro deles, em que pôs a sua mão direita e prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Além de ter respondido às questões de modo igual às testemunhas anteriores, respondeu que a propriedade dotada valeria 135000 reis, renderia livre de encargos a cada ano 6500 reis, que a propriedade era dízimo a Deus, e só pagava as oitavas às “*religiosas de Arouqua*”, ditas senhorias.

Seguiram-se os depoimentos dos cinco irmãos que pretendiam erigir a Capela com o título de Nossa Senhora do Monte Carmelo. Iniciou o Reverendo Licenciado João Caetano Pereira, depoente citado pelo escrivão, do lugar do Mato, da freguesia de Avanca, a quem o Reverendo Comissário deu o juramento dos Santos Evangelhos num livro deles, no qual pôs a sua mão direita e prometeu falar a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado. Tinha mais de 40 anos, mas não se percebe a idade por estar ilegível. Ao primeiro item, respondeu este sacerdote, que

o campo que ele dito dotador detém com os seus irmãos para Património da Capela que queria erigir com a invocação de Nossa Senhora do Monte Carmelo junto a sua casa, o qual está situado no lugar do Canedo da freguesia de Veiros, o qual parte do nascente com as filhas e genros de João Afonso, do lugar da Mamoá, de Veiros, do norte com o caminho que vai do Bunheiro para Santo Amaro da freguesia de Beduído, e do sul e poente cercado por uma regueira que está no mesmo sítio, era próprio e de seus irmãos, do qual estavam com mansa e pacífica posse por si e seus antepassados, de tempo imemorial, sem que houvesse nunca rumor ou fama em contrário e mais não disse de fé.

Do segundo item disse que o tal campo dotado valia para cima de 100000 reis, que lhe rendia a ele e a seus irmãos para cima de 5000 reis a cada ano, o campo era dízimo a Deus e não pagava mais que o oitavo dos frutos que dava ao Real Mosteiro de Arouca, e mais não disse deste item. Quanto ao terceiro item disse que fazia este património sem seu aleijo, nem prejuízo, e mais não disse. E sobre o quarto disse que o sobredito campo não tinha obrigação alguma de vínculo, morgado, capela, prazo, ou censo, nem estava hipotecado a dívidas, fianças, nem a partilhas de outras pessoas, além dele dotador e seus irmãos, e mais não disse. E do quinto disse que não fazia este património com dolo, málicia, pacto ou simulação alguma, e mais não disse.

O segundo depoimento é do Alferes António José Pereira Tavares de Resende, depoente do lugar do Mato, da freguesia de Avanca, também fez os juramentos, disse ter 45 anos pouco mais ou menos. O seu depoimento é semelhante ao do seu irmão sacerdote, o primeiro depoente. O terceiro depoimento foi o de Manuel Caetano Antão Pereira, que disse ter 32 anos pouco mais ou menos. Todo o seu depoimento é igual ao dos dois irmãos anteriores, à excepção de que, segundo ele, o terreno valia 120000 reis, e rendia 5500 reis. O quarto depoimento é de Maria Joana de Jesus, moradora na quinta do Mato, na freguesia de Avanca, disse ter 38 anos pouco mais ou menos. Depôs em tudo igual aos outros irmãos, mas avaliou o terreno para cima de 120000 reis e que rendia para cima de 5000 reis a cada ano. O quinto e último depoimento foi o de Joana Josefa do Espírito Santo, moradora na sua quinta do lugar do Mato, em Avanca, que disse ter 32 anos pouco mais ou menos, tendo avaliado o campo, tal como a irmã, para cima de 120000 reis, o qual rendia para cima de 5000 reis.

No dia seguinte ao dos testemunhos e depoimentos, a 4 de Agosto de 1762, nas casas das moradas da Residência da freguesia de S. Tiago de Beduído, o escrivão, Padre João Soares, ali esteve para efeito da continuação da Licença e para que o Reverendo Comissário, o Padre Domingos da Silva Barbosa Albuquerque, desse juramento aos louvados nomeados, tendo-os mandado vir à sua presença, os quais puseram as suas mãos e juraram sobre os Santos Evangelhos, falando verdade a respeito da avaliação do campo dotado para o património da capela. Os louvados notificados eram: Baltazar da Silva de Matos, lavrador, do lugar de *“Meyxoens”*, da freguesia de Avanca, de 67 anos, e Manuel da Silva Ferreira, também lavrador, do mesmo lugar e freguesia, de 68 anos. E, logo no mesmo dia, mês e ano, foi o Comissário, com os louvados (Baltazar e Manuel) e, com o escrivão, ao campo destinado a património da capela a erigir. Todos viram a propriedade, confrontações, medições, qualidade, valor, e rendimento, e os ditos louvados *“muito bem viram, apegaram, confrontaram, mediram e avaliaram, e depois de tudo bem visto e revisto, por eles mesmos ditos louvados, e todos confirmaram o valor e o rendimento”*. Os louvados disseram sob juramento que a propriedade dotada pelos ditos dotadores para património da nova Capela de Nossa Senhora do Monte Carmelo *«tinha de comprido do norte ao sul 129 varas de comprido, e pela parte do poente acharam também eles ditos louvados ter a dita propriedade 125 varas de comprido, e de largo pela parte do norte tinha 46 varas e pela parte do sul tinha a propriedade 49 varas todas “craveyras” de 5 palmos cada uma»*, confirmaram as confrontações, mencionando até, o caminho que vai do Bunheiro para a feira de Santo Amaro. Os louvados disseram que a propriedade valia 120000 reis e que renderia a cada ano 5500 reis, e disseram que esta era a sua última determinação.

A 5 de Agosto de 1762, foi passada Carta do Pároco de Beduído, o Comissário, certificando que se apoiou em pessoas fidedignas, e que o terreno valeria até 125000 reis pouco mais ou menos, e que renderia cerca de 5000 reis a cada ano, passando este certificado com as confrontações e medições.

A 22 de Setembro de 1762 é passada uma autorização para o Património para a Capela de Nossa Senhora do Monte Carmelo fazendo dotadores os cinco irmãos requerentes. A 25 de Setembro, o Promotor da Diocese do Porto, Frei Aurélio de S. Tomás, promulga a autorização. A 27 de Outubro de 1762 o mesmo Promotor certifica que os autos são suficientes para a fábrica da capela e que podem considerar esta autorização após pagamento dos autos, o que de seguida acontece, com a apresentação de despesas sobre este processo, sendo o representante dos Autos de Património, o Padre Dr. João Caetano Pereira Valente, por procuração passada pelos seus quatro irmãos.

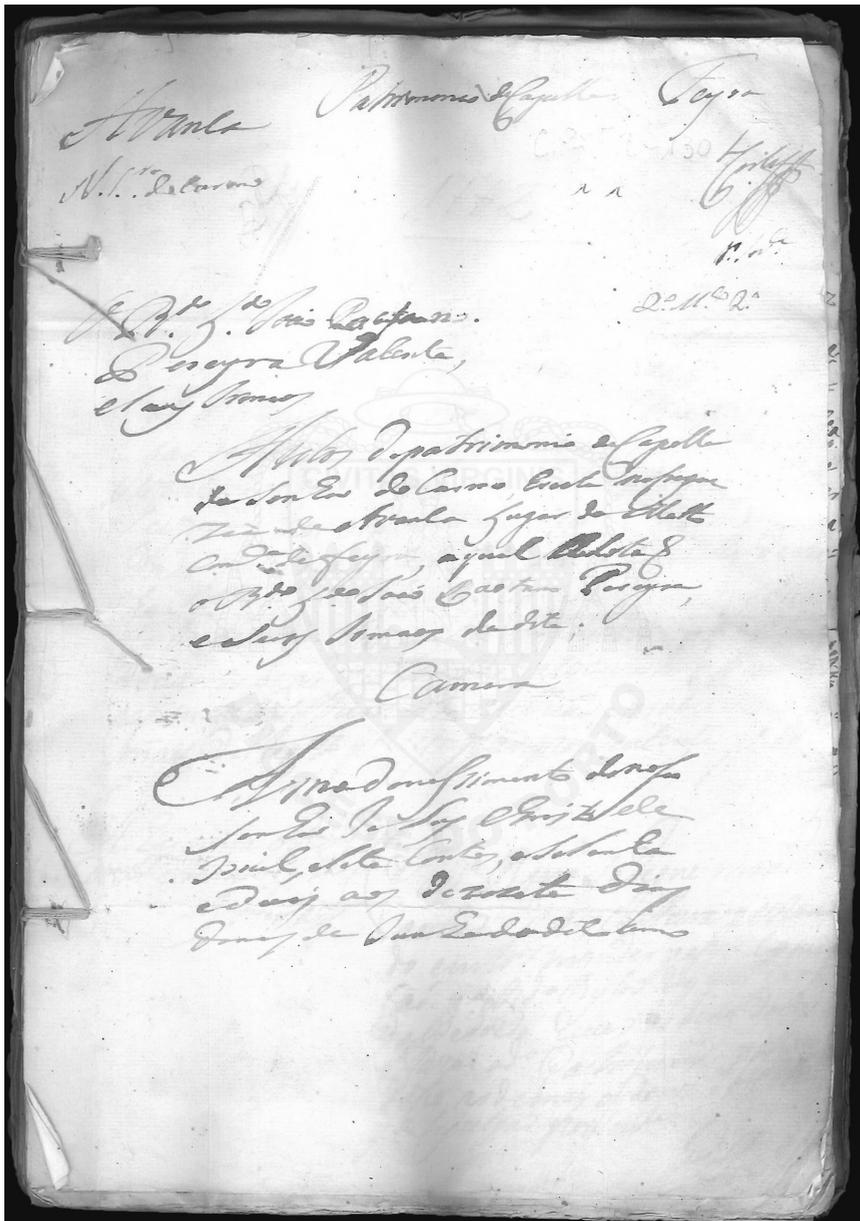


Figura 4 - Autos de Património da Capela de Nossa Senhora do Carmo (Avanca)
(Foto: Arquivo Episcopal do Porto)

O recheio da capela apresenta um retábulo de altar (figura 5), uma escultura de Nossa Senhora do Carmo do século XVIII (1760), de madeira estofada, dourada e policromada (figura 6), outras duas esculturas de Nossa Senhora de invocação desconhecida, uma de São João Baptista, uma de São Sebastião e outra de Santo António, além de um crucifixo. Realça-se o tecto em caixotões e os dois altos degraus em granito que separam o presbitério da área da nave. A capela contempla pelo menos dois ex-votos (quadros pictóricos alusivos a graças recebidas pela intercessão de Nossa Senhora do Carmo). O ex-voto mais antigo dedicado a Nossa Senhora do Carmo apresenta a inscrição: M. Q~ FÉS A Sra. DO CARMO A ANNA IOAQVINA SOBra. DE IOANNA IOZEPHA DO ESPIRITO Sto. E DE MARIA IOANNA DE IEZVS, DA FRGa. DE AVANCA, Q~ ESTANDO EM PIRIGO DE VIDA RECORRENDO AS Das. SVAS TIAS A Da. Sra. LOGO ALCANÇOV SAVDE EM FEV.ro DE 1766 (figura 7). (Milagre que fez a Senhora do Carmo a Ana Joaquina, sobrinha de Joana Josefa do Espírito Santo e de Maria Joana de Jesus, da freguesia de Avanca, que estando em perigo de vida, recorrendo as duas suas tias à dita Senhora, logo alcançou saúde em Fevereiro de 1766.) O outro ex-voto dedicado a Nossa Senhora do Carmo apresenta a inscrição: M. q~. FES A Sra DOCARMO AIOANNA IOZEPHA DO ÉSP.to S.to nA FRG.a DE AVANCA q~. ESTANDO DOENTE COM HUMA MALIGNA, E EM P'RIGO DEVIDA, RECORREO A D.a S.ra HUM SEV IRMAÕ SACERDOTE, ELOGO ALCANÇOV SAVDE. EM AG.o DE 1766 (figura 8). (Milagre que fez a Senhora do Carmo a Joana Josefa do Espírito Santo na freguesia de Avanca que estando doente com uma maligna, e em perigo de vida, recorreu a dona senhora um seu irmão sacerdote, e logo alcançou saúde. Em Agosto de 1766.) A título de curiosidade, um dos ex-votos dedicados ao Senhor da Ribeira de Veiros, apresenta um cenário pintado idêntico ao deste último ex-voto dedicado a Nossa Senhora do Carmo, com a cama e o baldaquino, as indumentárias semelhantes e as pessoas semelhantes nas mesmas posições, o que pode indicar, além do mesmo autor da pintura, a representação de graças alcançadas por esta mesma família pela intercessão do Senhor da Ribeira, o que não é improvável, já que a família paterna era de Veiros e, portanto, haveria ligação à terra dos avós (figura 9). No entanto, o ex-voto que se encontra no Museu Padre José Henriques da Silva, em Veiros, não apresenta a descrição no local correspondente, apresentando-o em branco, o que não permite determinar mais ilações. Os dois ex-votos avancanenses são referentes a graças obtidas pela própria família donatária da capela, o mais antigo referente a uma sobrinha dos donatários (Ana Joaquina) e o mais recente a uma das próprias donatárias da capela (Joana Josefa do Espírito Santo).



Figura 5 - Panorâmica do interior da Capela de Nossa Senhora do Carmo (Avanca) - (Foto:Victor Bandeira)



Figura 6 - Escultura de Nossa Senhora do Carmo (Avanca) (Foto:Victor Bandeira)



Figura 7 - Ex-voto a Nossa Senhora do Carmo (Fevereiro de 1766)
(Foto:Victor Bandeira)



Figura 8 - Ex-voto a Nossa Senhora do Carmo (Agosto de 1766)
(Foto:Victor Bandeira)

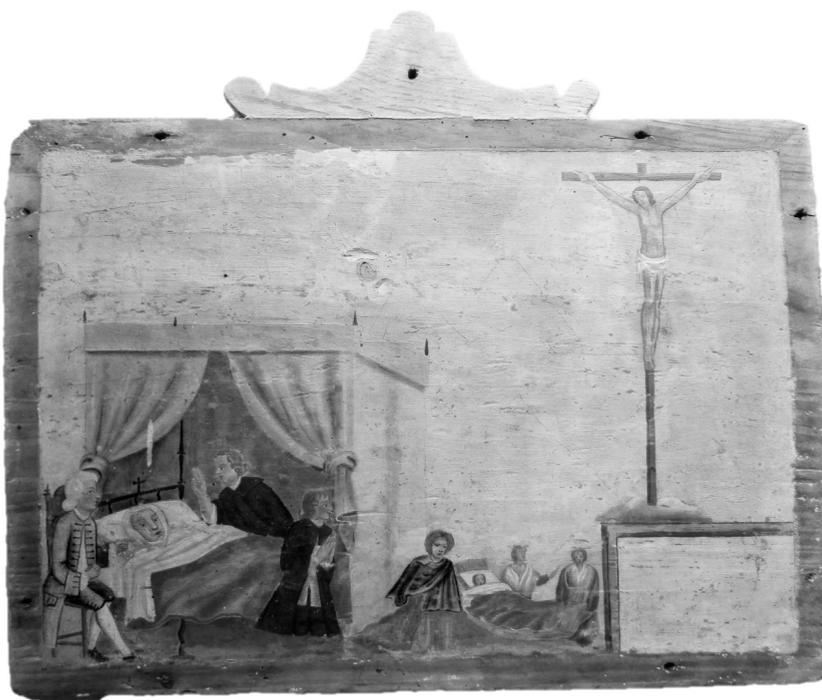


Figura 9 – Ex-voto ao Senhor da Ribeira (Veiros) - (Foto:Victor Bandeira)

O Padre Dr. João Caetano Pereira Valente faleceu no dia 27 de Novembro de 1782, com todos os sacramentos, tendo sido sepultado junto à porta principal da igreja de Santa Marinha de Avanca, ainda dentro do templo, por ser mais exequível do que no sítio eleito pelo testador, que gostaria fosse fora da porta principal, “*afôra da porta principal da Igreja convindo o Reverendo Parocho; e por não haver commodo no sitio que escolhia se fez logo dentro da porta principal*”. Quando faleceu ainda tinha as duas irmãs vivas e pelo menos uma sobrinha, Maria. Teve ainda um tio sacerdote falecido a 22 de Agosto de 1743, o Reverendo Licenciado João Pereira da Rocha. Além de uma criada, natural de Avanca, chamada Mariana, que era solteira e que faleceu a 13 de Outubro de 1763. No seu testamento solene determinou que lhe fizessem o acompanhamento e os três officios com 30 padres. No dia do funeral os mais necessitados teriam à disposição a sua esmola em géneros:

Que no dia do seu enterro se dessem aos pobres vinte alqueires de milho.” Fragmento do registo de óbito: “*Que deixava às Confrarias do Sacramento, Nossa Senhora, Almas a quatrocentos, e oitenta reis a cada huma. Que pela sua Alma se mandassem dizer duzentas Missas; e que metade destas fossem de tenção ditas em Altar privilegiado pelas faltas q~ podia ter. Que pelas Almas de seus Paes, Irmaos, e de seo Thio Reverendo João Pereira da Rocha se dicessem cem Missas á vontade de seo testamenteiro. Que tambem deixava o monte de [Chance?] por morte de suas Irmãs a sua Sobrinha Maria com obrigação de dez Missas pelas suas faltas.*

Durante o múnus do Padre José Henriques da Silva na Paróquia de Avanca, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, de direito privado, foi recebida para a tutela da Igreja.

Fontes e Referências

Fontes

Fontes manuscritas

Autos de Património da Capela de Nossa Senhora do Carmo a favor do Reverendo Licenciado João Caetano Pereira Valente e seus irmãos. Freguesia de Avanca, lugar do Mato. 17.06.1762. Arquivo Episcopal do Porto.

Livros Paroquiais de Avanca (1586-1911). Arquivo Distrital de Aveiro.

Memórias Paroquiais (1758). Vol. 5, n.º 40, pág. 779 - 792. Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Referências Bibliográficas

Bandeira V. (2018). *Memórias da Igreja de São Bartolomeu de Veiros – Chão Sagrado*. Aveiro: Tempo Novo Editora. 461 pp.

Bandeira V. (2022). *Memorial Eclesiástico de Santa Marinha de Avanca*. Paróquia de Avanca. Avanca. 496 pp.

Cardoso, A.R.S. (1961). *Subsídios para uma Monografia Histórica e Descritiva da Freguesia de Avanca*. Dissertação de exame de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2.ª edição de Novembro de 2000. Edição da Câmara Municipal de Estarreja.

100 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

Joana Sousa*
José Eduardo de Matos**

Introdução

Quis o destino que fosse pela mão dos Diretores dos dois Jornais Centenários de Estarreja – acima de nós, só Porto e Lisboa! – que recaísse a responsabilidade de marcar este centenário no mapa das Histórias e Memórias que esta revista continua a promover.

O facto de ambos também pertencermos aos órgãos sociais dos Bombeiros, simboliza a convergência de boas vontades que a Associação concentra desde há um século, igualmente patente no convite para escrevermos nestas páginas, que agradecemos à sua Diretora e à Câmara Municipal.

Como nasce uma estrela?

Diz a ciência que, no espaço interestelar, há concentração de matéria, cujo aquecimento provoca a sua fusão, libertando radiação, enfim luz.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja teve um processo algo similar, adaptado à dimensão humana e terrena local.

Ao tempo, terminada a I Grande Guerra, num concelho pobre e rural, não havia instituições ou entidades de bem fazer, que já se viam noutras paragens.

No longínquo cinzento do tempo, fixemos a cor do dia 13 de julho de 1924, quando um grupo de Cidadãos fez nascer esta primeira Associação Humanitária.

Geração após geração, mantem-se intacta a linha que nos fundou e diferencia 365 dias por ano, afirmando sempre os valores da solidariedade e do ser humano.

Há cem anos e hoje, a linha que nos une é a mesma. A linha dos que estão cá dentro para ajudar os que estão lá fora, abrangendo Estarreja e Murtosa (até 1978).

O que mudou neste século? Muito, mesmo muito, talvez demais. Para pior e para melhor. Mas não pode mudar o gesto simples de socorrer quem precisa. Estes valores não têm idade. E vivem antes e para além de nós.

Por isso a nossa estrela continua a brilhar, atravessando gerações, regimes, religiões, governos e eleições.

*1ª Secretária da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Estarreja e Diretora do Jornal *O Jornal de Estarreja*.

**Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Estarreja. Diretor do Jornal *O Concelho de Estarreja*.

Associar Pessoas para ajudar Pessoas

Somos os mesmos de há um século. Os fardados e os sem farda. Somos todos passageiros do tempo. Do que passou e do que há-de vir.

É com todos, os que foram e os que estão, que afirmamos a nossa causa e os valores humanos que nos distinguem.

Aqui, nesta Casa, também Família, também Escola, onde o espírito de dar a mão aos outros dura 365 dias por ano.

Aprendam os mais novos que esta herança única significa solidariedade, responsabilidade e identidade.

E sintam os mais velhos que a sua mão estendida para ajudar se mantém firme, renovada e reconhecida pela Comunidade a quem sempre servimos.

Essa Comunidade é também a mesma de 1924, a que hoje e sempre nos acompanha, partilhando a satisfação do dever cumprido e recebendo a nossa gratidão.

Com orgulho, a Associação está a celebrar o especial Ano do Centenário, onde todos os Atores e Valores se revivem e nos inspiram a olhar em frente.

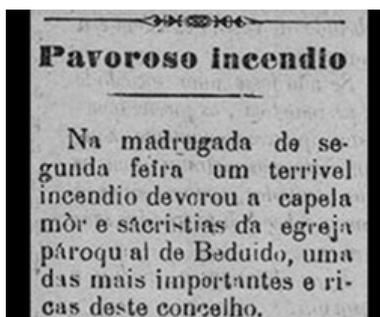
Bem-vindos ao nosso Centenário! Valeram a pena estes 100 anos! São 100 anos ao Serviço da Comunidade!

Completar um Centenário Vivo e Ativo

Os Órgãos Sociais, o Comando e o Corpo Ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja partilham este momento de festa.

Na alegria que sentem, sobretudo agradecem aos que, residentes e emigrantes, sempre nos acompanham e agora associam a este momento único.

Abraçando a História e o Povo que também nos fez nascer, quisemos celebrar, valendo os que pela primeira vez connosco estão e os que já não podem estar.



(Notícia n.º O Concelho de Estarreja de Abril de 1922, do evento precursor da fundação da Associação)

Em 1924 chegou a nossa vez. O tempo não pára. Mudámos de século e de milénio, gerações foram passando, na roda permanente da vida, pessoal e coletiva.

100 anos depois, honrando o passado, valorizando o presente e desafiando o futuro, vamos viajar pela história da nossa Associação, que também é a do Município.

Ficam aqui apenas algumas imagens de um século cheio, com o único critério de levantarmos uma pontinha do véu, com tantos e tanto mais que mostrar.

Limitamo-nos a recordar exemplos de eventos e a reviver momentos, centrados em Mulheres e Homens Soldados da Paz. Com saudades de muitos.

Os Comandantes

Celebrar estes 100 anos é homenagear todos os que, desde a fundação, com ou sem farda, deram vida à corporação. Mas quem tem a responsabilidade operacional merece destaque. O Corpo Ativo, até ao momento, teve 11 Comandantes. Não é possível, por ausência de documentação, delimitar o período de exercício de alguns, mas ficam os nomes e os rostos para memória futura.



José Oliveira



Lima



Henrique Souto



Alfredo Meneres



António Andrade



Armando Couto
1966 | 1968



Carlos Eurico Marques



António Castro Valente
1969 | 1975 – 1977 | 2009



José Teixeira Valente
1975 | 1977



Ernesto Rebelo
2009 | 2019

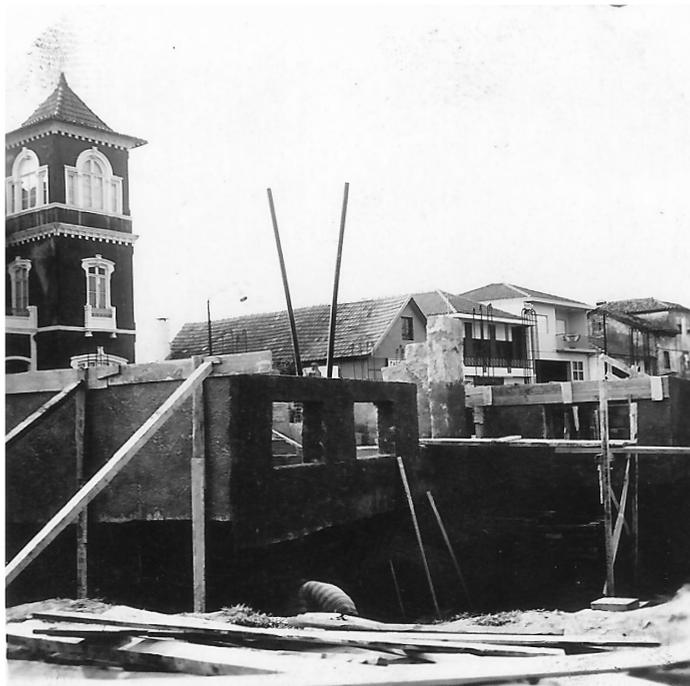
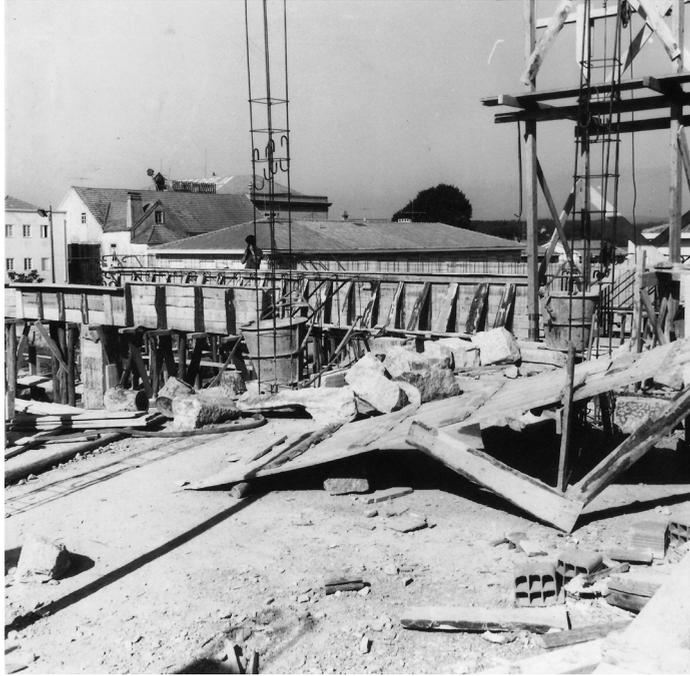


Joaquim Rebelo
2019 até à atualidade

Quartel-Sede na Rua dos Bombeiros Voluntários de Estarreja

Ao longo dos 100 anos, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja teve a sua sede em vários locais da Freguesia de Beduído. Tudo começou numa garagem adaptada e, passo a passo, com o crescimento das necessidades, avançou-se para o primeiro Quartel-Sede, localizado no centro da então vila e que marcou gerações!

Este foi o primeiro Quartel construído de raiz pela Associação, com amplo apoio do “povo anónimo, generoso e bom”, unindo residentes e emigrantes de Estarreja e Murtosa. O lançamento da primeira pedra decorreu no dia 17 de julho de 1966 e a inauguração aconteceu a 17 de novembro de 1968 em ambiente de festa.



Início da Construção

ESTARREJA

Solene e Festiva

INAUGURAÇÃO DA



SEDE - QUARTEL

DOS

Bombeiros Voluntários

17 - Novembro - 1968

Uma obra de todos ao serviço de todos
HONRA E GLÓRIA DO POVO DA COMARCA

Emp. Gráfica Petreus, Lda - Petreus - 1000 ex. - 10-68



Inauguração do Quartel dos BVE | 1968

Quartel-Sede atual

Com o passar do tempo, os responsáveis dos Bombeiros Voluntários de Estarreja perceberam que o Quartel existente já não era suficiente, nem prático. A saída direta das viaturas para a Nacional 109 era uma das principais desvantagens. A Câmara Municipal, liderada por Vladimiro Silva, cedeu um terreno na zona da Teixugueira à Associação.

Nasce assim, pelas mãos do arquiteto Isaías Cardoso o atual Quartel, cuja primeira pedra foi lançada a 13 de julho de 1999 e a sua inauguração no mesmo dia do ano de 2003. A cerimónia contou com a presença de três membros do Governo: Carlos Tavares, Ministro da Economia, Luís Marques Mendes, Ministro dos Assuntos Parlamentares e o Secretário de Estado Adjunto da Administração Interna, Luís Pais Sousa, acompanhados pelo Presidente da Câmara de Estarreja, José Eduardo de Matos.





Atividades realizadas para angariação de fundos

Quem nunca ouviu falar dos Bailes dos Bombeiros? Ao longo dos 100 anos os BVE foram realizando inúmeras atividades, incluindo a organização do Carnaval de Estarreja. A população, com o intuito de ajudar os seus Bombeiros, sempre se envolveu. Felizmente, esse braço dado com a comunidade é uma realidade ainda hoje, de empresas a privados e entidades. Sem esse apoio a Associação não seria o que é, um século depois.

Cortejos de Oferendas

1965



1967



Carnaval



Carnaval de 1974



Baile das Flores 1991



Baile de Carnaval de 1997



Baile de Carnaval 2015



Baile de Carnaval de 2018



Baile de Carnaval de 2019

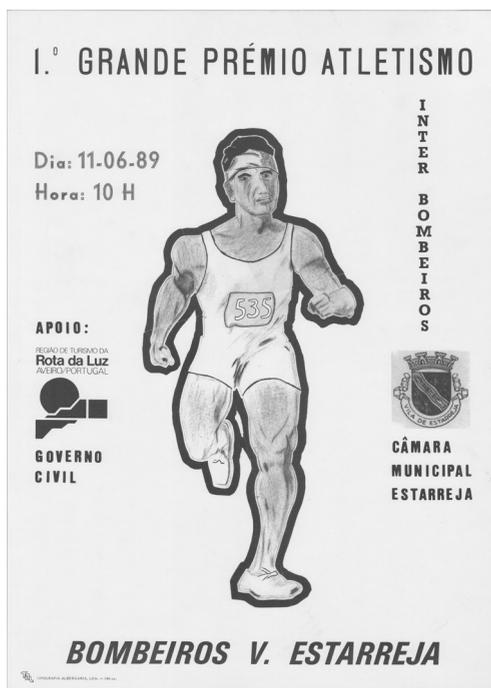


Baile de Carnaval de 2020

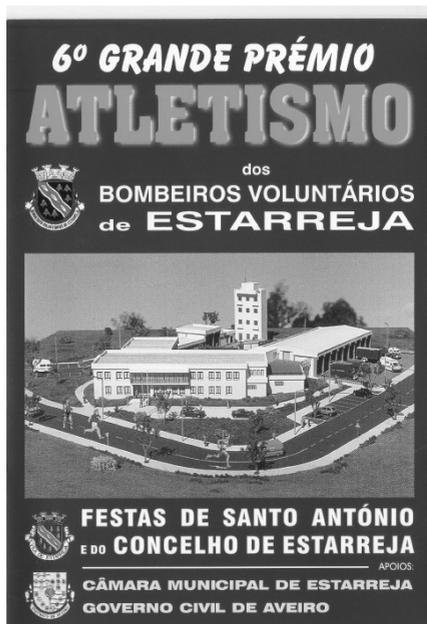


Baile de Carnaval de 2023

Atletismo e Todo-o-Terreno



1º Grande Prémio de Atletismo



6º Grande Prémio de Atletismo



Corrida Chefe António Valente 2024

1º RAID TODO-O-TERRENO

TERRAS DO ANTUÃ

ESTARREJA 18 DE JUNHO DE 1994

Patrocínios:

Mobil Estrada N.º 1000, Lda. Rua do Bazar do Estoril - 2800 ESTARREJA	TJA TERRAS DO ANTUÃ	CACIAUTO Rua do Bazar do Estoril - 2800 ESTARREJA
Wife Ferreira Costa, Lda. Rua do Bazar do Estoril - 2800 ESTARREJA	Sol Carvalho Correia et C.ª, Lda. Rua do Bazar do Estoril - 2800 ESTARREJA	TOYOTA Salvador Cabral
DOW PORTUGAL		

ORGANIZAÇÃO

DOS



BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS
DE
ESTARREJA

Apoio:

GOVERNO CIVIL DE AVEIRO
CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA
RÁDIO VOZ DA RIA (RÁDIO OFICIAL DA PLOVA)

Uem descobrir as maravilhas das Terras do Antuã, convive e colabora com os nossos Bombeiros

1º Raid Todo-o-Terreno 1994

II Raid Todo-o-Terreno

TERRAS DO ANTUÃ

ESTARREJA 9 DE NOVEMBRO DE 1996

Apoio:

Gov. Civil de Aveiro
Câmara Municipal de Estarreja
Rádio Voz da Ria (Rádio Oficial da Plova)



Patrocínios:

A. M. Oliveira, Lda. Rua do Bazar do Estoril - 2800 ESTARREJA	TRANSPORTE LEOPOLD Rua do Bazar do Estoril - 2800 ESTARREJA	Mobil
RIA Camp	TINTEIRO	

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

2º Raid Todo-o-Terreno 1996

Concursos de Pesca

X CONCURSO DE PESCA NA RIA
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

Participante: 20 peixes
Acompanhante: 10 peixes



5 DE OUTUBRO DE 2017

Inscrições:
Telefone: 965 241 700 | 926 494 750
E-mail: concursopesca.estarreja@gmail.com

- Concentração: Casa Abrigo - S. Jacinto (07H00)
- Lembrança para todos os participantes!
- Prémio para o maior grupo!

Angariação de fundos para aquisição de Veículo de Combate a Incêndios Florestal

2017

XI CONCURSO DE PESCA NA RIA
B.V.ESTARREJA

Participante: 20 peixes
Acompanhante: 10 peixes



5 DE OUTUBRO DE 2018

Inscrições:
Telefone: 965 241 700
926 494 750
E-mail: concursopesca.estarreja@gmail.com

- Concentração: Casa Abrigo - S. Jacinto (07H00)
- Lembrança para todos os participantes!
- Prémio para o maior grupo!
- Angariação de fundos para aquisição de Equipamento de Combate a Incêndios Urbanos e Industriais

2018

Participante: 20 peixes
Acompanhante: 10 peixes



XII CONCURSO DE PESCA NA RIA
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

- Concentração: Casa Abrigo - S. Jacinto (07H00)
- Lembrança para todos os participantes!
- Prémio para o maior grupo!

Angariação de fundos para equipamento da Unidade Móvel de Manutenção de ARICA's

5 DE OUTUBRO DE 2019

Inscrições:
Telefone: 965 241 700 | 926 494 750 E-mail: concursopesca.estarreja@gmail.com

2019

Participante: 20 peixes
Acompanhante: 10 peixes



XIII CONCURSO DE PESCA NA RIA
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

- Concentração junto à Casa Abrigo - S. Jacinto (7h00)
- Lembrança para todos os participantes!
- Prémio para o maior grupo!
- Almoço no futuro campo de treinos junto ao acesso da A1 em Estarreja a partir das 13h00

INSCRIÇÕES ATÉ DIA 25 DE SETEMBRO!
Angariação de fundos para equipamentos

5 DE OUTUBRO DE 2022

Inscrições:
Telefone: 965 241 700 | 926 494 750 E-mail: concursopesca.estarreja@gmail.com

2022



Participante:
25 Peixes
Acompanhante:
10 Peixes



XIV CONCURSO DE PESCA NA RIA

Integrado nas comemorações do Centenário dos
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

- Concentração junto à Casa Abrigo (S. Jacinto) - 07H00
- Almoço no campo de treinos junto ao acesso da A1 em Estarreja a partir das 13H00
- Lembrança para todos os participantes
- Prémio para o maior grupo

Angariação de fundos para equipamentos para o Centro de Treinos
Inscrições até 25 de Setembro
NIB: 0045 3040 40176154431 03

5 DE OUTUBRO DE 2023
concursopesca.estarreja@gmail.com | 965 241 700 | 926 494 750

2023



XV CONCURSO DE PESCA

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA



5 DE OUTUBRO DE 2024

Angariação de fundos para a requalificação do Veículo Urbano de Combate a Incêndios (VUCI)

- Concentração junto à Casa Abrigo (S. Jacinto) - 7h00
- Almoço no Campo de Treinos junto ao acesso da A1 em Estarreja - 13h00
- Lembrança para todos os participantes
- Prémio para o maior grupo

Participante:
25 peixes
Acompanhante:
10 peixes

Inscrições até 29 de setembro
NIB: 0045 3040 40176154431 03



concursopesca.estarreja@gmail.com | 965 241 700 | 926 494 750

2024

Concertos e Bailes Temáticos



Cine-Teatro de Estarreja
6.ª-Feira, 20 de Junho • às 21,30 horas
(MAIORES DE 12 ANOS)
Promovido pelos Bombeiros Voluntários
o maior espectáculo do ano
com as maiores atracções do momento

SIMONE DE OLIVEIRA
Artur Garcia ● Andréa
Moniz Trindade - Maria Dilar

João Fernando ● Maria Adelaide ● Fernando Gonçalves
(O Pequeno Varrão de Matosinhos)
Conjunto de Carlos Areias — Apresentação de MARQUES VIDAL

um sucesso que Portugal aplaude
e a grande atracção

SICAL a voz d'ouro dos cafés de Portugal



Realização Marques Vidal e Lopeo de Almeida

Gráfico: Pires 1974 - 139 Visto pela D. D. S. R. P.

Concerto Simone de Oliveira | CTE | 20 de junho 1969

BAILE

DO BOMBEIRO

NO SALÃO NOBRE DOS
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE
ESTARREJA

Domingo, 17 de Dezembro de 1972

CONJUNTO Às 15 horas

"OS LORD'S,"

Entrada Grátis: Bombeiros, sócios e respectivas famílias.

N/ Sócios: — Cavalheiros XX — Senhoras X

SERVIÇO DE BUFETE

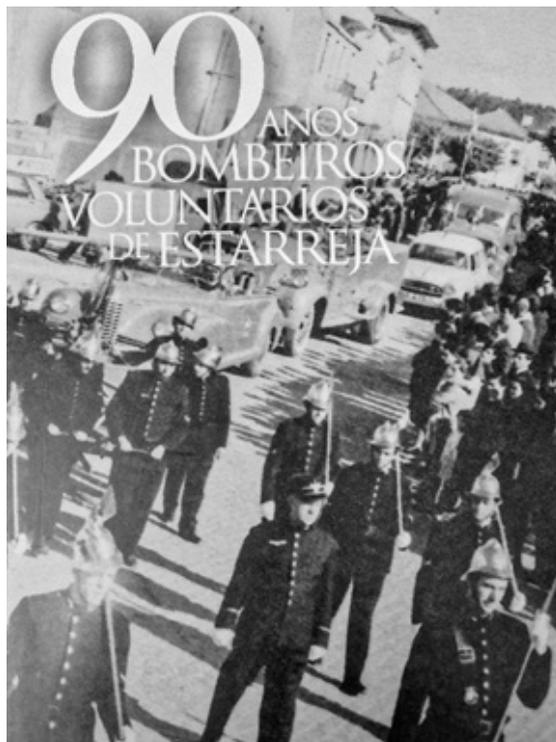
Tiposarte-Ovar 1.000 ex 11-72

Baile com os Lord's | Salão Nobre | 17 dezembro 1972

Livro

“90 ANOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA”

Como acontece em muitas coletividades, a preocupação de guardar bem as memórias do passado nem sempre acontece. Nos Bombeiros houve alguns passos dados, mas organizar tanto caminho desde 1924 aconteceu com a publicação em 2015 da obra da autoria de Andreia Tavares, essencial para se conhecer tantas vidas e histórias da Associação e, certamente, do Concelho. Brevemente será editada a “Revista do Centenário”, focando a última década até ao Centenário que estamos a viver.



Comemoração do Centenário

100 anos são sem dúvida um marco histórico na vida de qualquer associação e em 2024 foi a nossa vez. As comemorações arrancaram ainda em 2023 com um concerto no Cineteatro de Estarreja com José Cid. Aí também aplaudimos a Banda da Armada, que nos trouxe o Hino dos Bombeiros, da autoria de Aurélio Pinho e Jaime Vilar.

Mas tivemos também Atletismo, Seminário, novo Centro de Formação, Quartéis Abertos nas Freguesias, Exposição. Vamos viajar por alguns aspetos de um passado mais recente, quando estamos a terminar o ano de celebração, com o concerto de Nuno Bastos.



CENTENÁRIO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA

agenda

30 de nov'23

concerto 21h30

José Cid e Amigos

Cine-Teatro de Estarreja

28 de jan'24

prémio atletismo Chefe 10h00

António Valente

Quartel Bombeiros Voluntários de Estarreja

16 de mar'24

concerto 21h30

Banda da Armada

Cine-Teatro de Estarreja

25 de mai'24

seminário de 09h30

**Proteção Civil
e Indústria Química**

*Salão Nobre,
Antigo Quartel dos Bombeiros
Voluntários de Estarreja*

inauguração do 15h00

Campo de Treino

Fojo, Avanca

16 de jun'24

desfile nacional 15h00

de Fanfarras

*incluído no programa de Festas de S. António
Parque Municipal do Antuã*

13 de jul'24

comemoração do 08h30

**centenário da Associação
Humanitária dos Bombeiros
Voluntários de Estarreja**

*Quartel Bombeiros Voluntários de
Estarreja e concelho*

**desfile distrital das
corporações de Bombeiros**

Centro de Estarreja

30 de nov'24

concerto 21h30

Nuno Bastos

Cine-Teatro de Estarreja



**exposição
fotográfica e
cartazes**

*entre junho e agosto de 2024
Casa da Cultura de Estarreja*



**bombeiros nas
escolas**

entre janeiro e julho de 2024



**quartel aberto
nas freguesias**

entre janeiro e julho de 2024



BOMBEIROS
VOLUNTÁRIOS
ESTARREJA

1924
2024





José Cid & Amigo | CTE | 30 de novembro de 2023



Banda da Armada | CTE | 16 de março de 2024

Corrida Chefe António Valente



28 de janeiro de 2024

Inauguração do Centro de Formação



26 de maio de 2024

Celebração dos 100 Anos



13 de julho de 2024



Desfile de Fanfarras



16 de junho de 2024

Centenário nos Jornais Centenários

Bombeiros Voluntários de Estarreja: 100 anos ao serviço da comunidade

13 de julho de 1924 fica na história do concelho pela fundação da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja



No dia 13 de julho de 1924 surgiu a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja. A 13 de julho de 2024, honrando o passado e projetando o futuro, sob o lema “Vida Por Vida” assinalaram-se os 100 anos dos Bombeiros Voluntários de Estarreja.

O dia começou com o hastear das bandeiras no Quartel Sede, seguido de uma missa de comemoração da efeméride e de uma romagem ao cemitério relembrando aqueles que fizeram parte desta instituição. Seguiu-se depois para os Paços do Concelho onde se realizou a formatura geral, a recepção às entidades e convidados, e a revista às forças em parada.

O ponto alto das celebrações esteve centrado na Sessão Solene que decorreu no Salão Nobre do Antigo Quartel, onde bombeiros e comunidade se juntaram para fazer um balanço dos 100 anos dedicados a uma causa tão nobre.

Várias foram as entidades presentes, tais como Marco Braga, Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja; João Pinho, Vogal da FBA; António Nunes, Presidente do Concelho Executivo da Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP); Vitor Machado, da LBP; José Eduardo de Matos, Presidente da Assembleia Geral dos BVE; Diamantino Sabina, Presidente da Câmara Municipal de Estarreja; Duarte Costa, Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

António Ribeiro, Comandante Sub-Regional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC); e Joaquim Rebelo, Comandante dos BVE.

A juntar aos presentes esteve também, Paulo Pereira, Mayor de Mineola, bem como elementos dos Bombeiros daquela vila dos Estados Unidos da América.

Marco Braga, usou da palavra agradecendo o apoio de empresas, entidades, particulares e amigos que nunca se esquecem dos seus bombeiros porque “o Estado central não ajuda em nada”

Perante este discurso, o presidente da ANEPC proferiu que “no ano passado, o Estado transferiu para os bombeiros 120 milhões de euros. É claro que sabemos que não chega, mas, quando falamos do Estado central, temos de pensar que somos nós”, destacando que “o que precisa de incentivo é um novo modelo de estrutura dos bombeiros”.

Entre trocas de opiniões, Duarte Costa acabou por afirmar que “Estarreja é um exemplo da manutenção do corpo de bombeiros”.

O Presidente da Assembleia Geral dos BVE, José Eduardo de Matos, afirmou que “as associações são uma mola, uma força e rede dos municípios” sublinhando que “os bombeiros são um fator de coesão e de identidade de uma terra”. Dez décadas depois da fundação dos BVE “somos os mesmos, em pensar nos outros, a dar a mão e receber”.

Exemplo disso foram os quase dez mil alertas, 20 mil

doentes transportados e os 100 mil kms percorridos durante o último ano, desde o último aniversário, anunciou o Comandante dos BVE, Joaquim Rebelo.

Condecorações atribuídas

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja foi condecorada pela Liga dos Bombeiros Portugueses e pela Ministra da Administração Interna, que não estando presente enviou a sua mensagem de aniversário à corporação estarrejense.

Para além destas condecorações houve espaço para homenagear os diretores da casa. No total foram entregues dez medalhas e dois crachás de ouro, concedidos a Manuel Amorim e Filipe Marques.

Os homens e mulheres do quartel não foram esquecidos e foram também condecorados pelos anos de serviço à causa dos bombeiros.

Câmara de Estarreja apoia a aquisição de viatura dos Bombeiros Voluntários

Na sessão solene houve ainda espaço para a formalização de um protocolo de cooperação financeira entre a Câmara Municipal de Estarreja e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja (AHBVE), para a atribuição de um apoio financeiro de 100 mil euros destinado à aquisição de uma viatura urbana/industrial com plataforma giratória, de forma a garantir a proteção de pessoas, bens e do meio ambiente. O protocolo foi assinado pelo presidente da autarquia,

Diamantino Sabina, e pelo presidente da corporação, Marco Braga.

A corporação identificou a necessidade de deter uma viatura com as características urbano/industrial que possa fazer o socorro em altura, tendo em consideração a elevação do centro urbanístico e do parque industrial de Estarreja.

Sabendo-se das dificuldades da associação humanitária para fazer face aos recursos humanos, logísticos e financeiros que implica o socorro aos cidadãos, com a qualidade exigida, e estando a autarquia atenta às necessidades e à importância desta associação, a Câmara Municipal decidiu estar ao lado dos bombeiros também neste projeto.

Na sessão solene, o presidente da Câmara Municipal, Diamantino Sabina, sublinhou que “os Bombeiros são a espinha dorsal da proteção civil em Portugal, um pilar essencial nos alicerces da nossa comunidade, e é nossa obrigação apoiá-los, enaltecer os seus feitos e celebrar as suas conquistas. Cem anos a servir Estarreja... Gerações de Bombeiros de Estarreja, os que ao longo deste século se entregaram com dedicação, a todos saúdo com a maior admiração!”

“Os Bombeiros vivem e dão a vida por todos nós... pre-

cisam do nosso apoio, um apoio que, inquestionavelmente, merecem... além de sempre, sempre, a nossa maior admiração. Nessa senda entendeu a Câmara Municipal, neste ano tão particular e representativo, premiar os nossos Bombeiros, com o valor extraordinário de €35 000,00, para que pudessem terminar o tão almejado “Campo de Treinos” há semanas inaugurado e, sendo este o ano 100 desta Corporação de qual muito me orgulho, também um valor extraordinário de €100 000,00, para custear parte da recém-adquirida viatura de combate a incêndio urbano”, referiu Diamantino Sabina.

Ao longo do tempo tem existido uma estreita colaboração entre o Município de Estarreja e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja, através da atuação da equipa de prevenção em ações operacionais (24 horas), colaboração em processos de planeamento, acompanhamento de ações de sensibilização e educação para o risco, entre outros.

Recordar-se que em maio foi inaugurado o Centro de Formação, em terreno cedido pelo Município de Estarreja, a no mês passado, a autarquia assinou um protocolo que prevê um apoio total de 204 mil euros até 2026.



6 DE AGOSTO DE 2024

O Concelho

100 ANOS DOS BOMBEIROS DE ESTARREJA



Dia 13 de julho marca o dia que em 1924 foi criada a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Estarreja. Precisamente 100 anos depois, houve a comemoração, que abriu bem cedo com o hastear das bandeiras e a missa na Igreja de Beduído, cujo incêndio foi marcante na vontade de criar um corpo de bombeiros.

A sessão solene no antigo quartel foi o ponto alto, lembrando todos aqueles que, com ou sem farda, serviram a causa desde há um século, guiando com o exemplo dado e inspirando as novas gerações. Alegria e agradecimento foram as palavras mais ouvidas e muito aplaudidas.

Os Órgãos Sociais e o Comando do Corpo Ativo partilharam a alegria e a reconhecimento, juntando residentes e emigrantes (com a presença

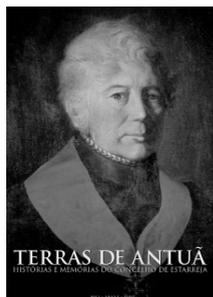
do Mayor de Mineola), que se associaram também a este momento único, mostrando a importância da comunidade no caminho percorrido.

Todos os discursos das entidades presentes, dos Presidentes da Câmara Municipal, da Autoridade Nacional de Proteção Civil e da Liga de Bombeiros Portugueses, apontaram no sentido de enaltecer a valia do exemplo de Estarreja e a relevância para os desafios do futuro.

Após, frente aos Paços do Concelho, os presentes receberam a continência das forças em parada, no desfile apeado e motorizado de todos os corpos de bombeiros do distrito de Aveiro. O dia do centenário culminou com a Nova Central de Comunicações e a Bênção de Novas Viaturas, com destaque para a oferecida pelo Município.



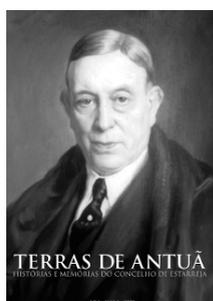
O Concelho de Estarreja de 06 de agosto de 2024



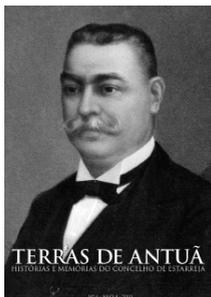
[N.º 1 – Ano I - 2007] SUMÁRIO: HOJE, POR ONTEM, PARA AMANHÃ, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EM SALREU, A “CASA DO SANTO” OU “A CASA DO FERRAZ”, *Amaro Neves*; O PATRIMÓNIO NAVAL NA FREGUESIA DE PARDILHÓ, *Andreia Vidal Leite*; CARTOFILIA ESTARREJENSE - A 1.ª metade do século XX, *António Augusto Silva*; DIVAGAÇÕES A PROPÓSITO DE UM VELHO RETRATO - Rostos da Fontinha, *António Pedro de Sottomayor*; MOINHOS E MOLEIROS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Armando Carvalho Ferreira*; A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA NA CAPELA DE SANTO AMARO, *Beduído - Estarreja, Carlos A. Brochado de Almeida e Pedro Brochado de Almeida*; OS REGEDORES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; UMA FAMÍLIA DE ESTARREJA - Notas genealógicas sobre o ramo materno da família de D. Frei Caetano Brandão, Bispo do Pará e Arcebispo Primaz de Braga, *Francisco M. Ponces de Serpa Brandão*; HISTÓRIA DO ENSINO PRIMÁRIO NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Marco Pereira*; O COUTO DE ANTUÃ E AVANCA NO FINAL DA IDADE MÉDIA - O impacto da crise dos séculos XIV e XV segundo três cartas de sentença, *Rafael Marques Vigário*; A IMPORTÂNCIA DA REDEVIÁRIA NA ESTRUTURAÇÃO DA DIOCESE VISIGÓTICA DE COIMBRA: Antuane como uma das suas paróquias, *Sónia Filipe*; SAUDADES.



[N.º 2 – Ano II - 2008] SUMÁRIO: COMO É RICA A NOSSA HISTÓRIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: O BISPO DE COCHIM - Alguns apontamentos para o seu conhecimento, *António Augusto Silva*; LEITURA DE FEIRA E NÃO SÓ, *António de Pinho Nunes*; ESTARREJA NA IDADE MÉDIA - Documentação dos séculos X a XIII, *Delfim Bismarck Ferreira*; O LIVRO DE EXCOMUNGADOS E LEMBRANÇAS DA IGREJA DE SÃO MIGUEL DE FERMELÃ, *Hugo Calão*; OS MEUS ANTEPASSADOS DE ESTARREJA, *José Manuel Nunes Liberato*; O ASSOCIATIVISMO AGRÁRIO NA SUB-REGIÃO DE AVEIRO (1854-1923) - Contributo para o seu estudo, *Manuel Ferreira Rodrigues*; MONARQUIA DO NORTE [ou Traulitânia] - Ocupação monárquica de Estarreja (24.1.1919-11.2.1919), *Marco Pereira*; O ESTÁBULO DA IGREJA PAROQUIAL DE BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; LIVROS PAROQUIAIS DE AVANCA - Uma fonte por explorar, *Maria Palmira da Silva Gomes*; BANDA BINGRE CANELENSE: PELA MÚSICA HÁ 140 ANOS, *Teresa Bagão*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1900 E 1905, *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E CORRECÇÕES: Novos Subsídios para a História da Capela de Santo António, *Marco Pereira*.



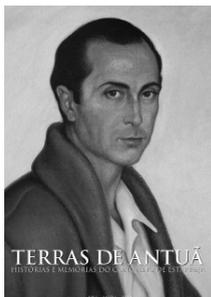
[N.º 3 – Ano III - 2009] SUMÁRIO: A AVANTURA CONINUA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: JORNAIS E JORNALISTAS NA TERRA DA MADEIRA ATÉ 1925, *António Augusto Silva*; A CONSTRUÇÃO NAVAL NO NORTE DA RIA DE AVEIRO: DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CONCELHO DE ESTARREJA AO BICO DA MURTOSA, *António Vítor N. de Carvalho*; CASA DOS MORGADOS DE SANTO ANTÓNIO DA PRAÇA, EM ESTARREJA, *Delfim Bismarck Ferreira*; A CHEGADA DA ENERGIA ELÉCTRICA AO CONCELHO DE ESTARREJA: 1925-1930 - BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS, *Diana Cunha & Susana Temudo Silva*; EPISÓDIO DA VIDA PLOÍTICA DE HÁ CEM ANOS, *José Augusto Tavares Gurgo e Cirne*; INVASÕES FRANCESAS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; AS CONVERSAS COM A TIA ROSA, *Margarida Castro*; RETÁBULO DA CAPELA DE SANTA BÁRBARA EM BEDUÍDO, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; MANUEL FIRMINO D'ALMEIDA MAIA (1824-1897), *Maria Manuel de Vilhena Barbosa*; EGAS MONIZ - O PRÉMIO NOBEL, *Rosa Maria Rodrigues*; FAMILIARES DO SANTO OFÍCIO RELACIONADOS COM ESTARREJA, *Teresa Cruz Tubby*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES ENTRE OS ANOS DE 1882 E 1887, *Valter Santos*; SAUDADES.



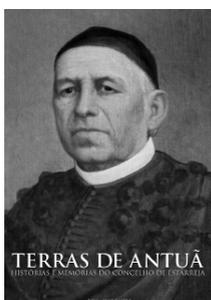
[N.º 4 – Ano IV - 2010] SUMÁRIO: CEM ANOS DA REPÚBLICA E MAIS DE MONARQUIA, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: ALBERTO FERREIRA VIDAL – Notável Estarrejense, *António Augusto Silva*; EGAS MONIZ, das origens telúricas à celebração internacional, *António Macieira Coelho*; “MULTIPLICAR OS PEIXES E POUPÁ-LOS QUANDO SE REPRODUZEM...” – O debute parlamentar de um filho de Estarreja, *António Pedro de Sottomayor*; O “RESTAURO” DA BANDEIRA DA MONARQUIA – Tratamento de Conservação e Restauro da bandeira da Câmara Municipal de Estarreja, *Eva Armindo*; OS INVENTÁRIOS DAS IGREJAS E CAPELAS DAS PARÓQUIAS DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Hugo Calão*; OS ÚLTIMOS TEMPOS DA MONARQUIA E A IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, com as suas conseqüências em Estarreja, de acordo com as memórias de Francisco de Moura Coutinho de Almeida d’Eça, *Luís Augusto Eça de Matos*; NOTAS PARA A HISTÓRIA DA PRIMEIRA REPÚBLICA NO DISTRITO DE AVEIRO: Alberto Souto administrador do concelho de Estarreja, *Luís Souto de Miranda*; DA COBERTURA DE COLMO À TELHA DE FONTELA, *Marco Pereira*; SÃO MIGUEL ARCANJO – PADROEIRO DE FERMELÃ, *Maria Clara Paiva Vide Marques*; OS CAMINHOS DA CIRES – o seu 50.º aniversário, *Maria Elvira Callapez*; DOMINGOS JOAQUIM DA SILVA, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte I, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA PEDRA DE ARMAS DO BISPO DE COCHIM, *Patrícia Mestre Marques de Carvalho*; RECUPERAÇÃO DOS MOINHOS DE MEIAS – Quinta do Marinheiro, Casa-Museu Egas Moniz, *Ricardo Matos, Luís Loureiro e Nuno Matos*; AVANCA – DOS ÚLTIMOS ANOS DA MONARQUIA ATÉ À IMPLEMENTAÇÃO DA REPÚBLICA, *Telma Marília Assunção Correia*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1888-1892), *Valter Santos*; SAUDADES, ADENDAS E RECTIFICAÇÕES.



[N.º 5 – Ano V - 2011] SUMÁRIO: NÃO REFORMAMOS A HISTÓRIA!, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: A SAGA DO NAVIO MARIA DAS FLORES, O Lugre Maria das Flores – o bota-abaiço, *Ana Maria Lopes*; CAETANO FERREIRA – Notável Estarrejense, jornalista errante e viajante, *António Augusto Silva*; PASSADO PATRIMÓNIO E FUTURO – Primeiros elementos para uma carta arqueológica do concelho de Estarreja, *António Manuel S. P. Silva & Gabriel Rocha Pereira*; CASA DO OUTEIRO DE PAREDES EM AVANCA, *Delfim Bismarck Ferreira e Maria Palmira da Silva Gomes*; A ARQUEOLOGIA NA REDE PRIMÁRIA DE TRANSPORTE DE GÁS: A passagem pelo distrito de Aveiro, *João Muralha*; O FUNDADOR DE ESTARREJA, *Joaquim Lagoeiro*; ORIGEM DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, *Jorge Barbosa Montenegro*; CONSELHEIRO FRANCISCO LOURENÇO DE ALMEIDA – Participante na transição da Monarquia Absoluta para a Monarquia Liberal, na primeira metade do século XIX, *Marco Pereira*; OS VALENTES DE ALMEIDA DE PARDILHÓ, *Maria Helena Valente Pinto*; AS ELITES LOCAIS E SUA INFLUÊNCIA NOS FINS DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX – UM EXEMPLO: Domingos Joaquim da Silva, Visconde de Salreu (1854-1936) – Parte II, *Maria de Jesus Sousa de Oliveira e Silva*; AFORAMENTOS DE SANTO AMARO, TORREIRA E OUTROS (1780 a 1950) – PROCESSOS EM ARQUIVO, *Norvinda Leite*; O PAPEL DAS MULHERES NA VIDA DE EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*; OS CINETRATOS NO DISTRITO DE AVEIRO – Materialização de um programa em Rodrigues Lima, *Susana Constantino*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1893-1894), *Valter Santos e Teresa Cruz*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ORDENANÇAS E MILÍCIAS NO CONCELHO DE ESTARREJA (1866); ARQUITECTURA NA FEIRA DE SANTO AMARO; ADENDAS E RECTIFICAÇÕES



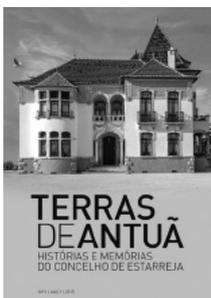
[N.º 6 – Ano VI - 2012] SUMÁRIO: A IMPORTÂNCIA DO RITUAL, *José Eduardo de Matos*; EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*; ARTIGOS: EMBARCAÇÕES TRADICIONAIS DE CANELAS, *Ana Maria Lopes*; Dr. TAVARES DA SILVA – Figura incontornável do Desporto Nacional do séc. XX, *António Augusto Silva*; O PATRIMÓNIO CINÉFILO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *António Costa Valente*; O CASTRO DE SALREU (ESTARREJA): RESULTADOS DA PRIMEIRA CAMPANHA DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS, *António Manuel S. P. Silva, Gabriel R. Pereira & Paulo A. P. Lemos*; ANTÓNIO MOTA GODINHO MADUREIRA – Um esboço biográfico, *Delfim Bismarck Ferreira*; MIGRAÇÕES ARQUITECTÓNICAS – O popular e o histórico na hora de Francisco Farinhas, *Domingos Tavares*; O PATRIMÓNIO E O SEU PAPEL CULTURAL NO CONTEXTO LOCAL E REGIONAL, *José Mattoso*; FÁBRICAS DE LACTICÍNIOS NOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*; SACRÁRIOS DAS IGREJAS PAROQUIAIS DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide Marques*; ESTARREJA – Sua origem como topónimo, *Maurício António Fernandes*; O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES (1895), *Teresa Cruz Tubby e Válder Santos*; SAUDADES; NOTAS SOLTAS: ESTARREJA E AS SUAS ACTUAIS FREGUESIAS (1853); CONCELHO DE ESTARREJA (1875); ESTADO ACTUAL DA INDÚSTRIA CERÂMICA (1905); ESTARREJA (1912); ANTUÁ: Paróquia Sueva; 8 DIAS DE “LIBERDADE” ... CONDICIONADA



[N.º 7 – Ano VII - 2013] SUMÁRIO: EU SOU QUE SEI, *José Eduardo de Matos*, A HISTÓRIA VAISE FAZENDO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Delfim Bismarck Ferreira*, ARTIGOS: HENRIQUE LAVOURA – construtor naval de nomeada, *Ana Maria Lucas*, CÓNEGO REBELO DOS ANJOS – Capelão de militares e Civis, *António Augusto Silva*, O CÓNEGO BARBOSA E O DOGMA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, *António Pedro Sotto Mayor*, O VINCULO DA CASA DO COUTO EM SALREU (1755), *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gurgo e Cirne*, INVENTÁRIO DO ESPÓLIO DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO MESTRE HENRIQUE LAVOURA – PARDILHÓ, *Juliana Cunha*, REVOLTAS POPULARES EM ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira*, FRANCISCO MARQUES RODRIGUES, *Maria Almira de Oliveira Rodrigues Barata e Manuel Oliveira Rodrigues*, RETÁBULOS DA IGREJA DE SÃO BARTOLOMEU DE VEIROS, *Maria Clara Vide Marques e António Cruz Leandro*, OS ELEITOS DA CÂMARA DE ESTARREJA REFERÊNCIAS NAS ATAS DE 1860-1910, *Norvinda Leite*, NOTA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE UMA PEÇA ARQUEOLÓGICA DE VALE CASTANHEIRO, SALREU, *Paulo Morgado*, MEMÓRIAS DA CONSTRUÇÃO NAVAL, *Sérgio Paulo Silva*, A EMIGRAÇÃO NO CONCELHO DE ESTARREJA (1896), *Teresa Cruz e Válder Ramos*, SAUDADES, REVISTAS “TERRAS DE ANTUÁ”



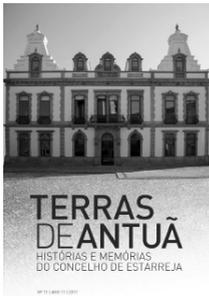
[N.º 8 – Ano VIII - 2014] SUMÁRIO. VIAJE COMIGO POR TERRAS DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, AUTORES: AS DESCOBERTAS DE EGAS MONIZ E O SEU CONTEXTO HISTÓRICO, *Álvaro Macieira Coelho*, A CONSTRUÇÃO NAVAL LAGUNAR E A MUSEOLOGIA – Mestre Esteves – Pardilhó, *Ana Maria Lopes*, OS 90 ANOS DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, PATRIMÓNIO MUSICAL DE ESTARREJA – Um contributo, *António Augusto Silva*, A FAMÍLIA BANDEIRA EM ESTARREJA E SALREU DESDE O SÉCULO XVIII, *Delfim Bismarck Ferreira*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Os Painéis dos Barcos Moliceiros, *José Gurgo e Cirne*, CRÓNICAS DE UM PASSADO PRESENTE – Alguns apontamentos para o estudo geral deste Concelho de Estarreja, *José Teixeira Valente*, OS ACTUAIS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NO SÉCULO XIII, *Marco Pereira* PINTURAS DEVOCIONAIS DOS ALTARES- MORES DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Maria Clara Paiva Vide Marques e Sylvie Ferreira*, FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA E A CASA DE FRANCISCO MARIA SIMÕES- Um novo padrão de Beleza; *Maria João Fernandes*, OS ELEITOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA – REFERÊNCIAS NAS ATAS (CONT) – 1910-2013, *Norvinda Leite*, DEAMBULANDO PELAS RUAS, *Sérgio Paulo Silva*, O CONCELHO DE ESTARREJA E OS SEUS EMIGRANTES – ANO DE 1897 TRILHOS DOS AMAZONAS, *Teresa Cruz e Valter Santos*, SAUDADES - OS 50 ANOS DO MERCADO MUNICIPAL DE ESTARREJA, *João Alegria* REVISTAS “TERRAS DE ANTUÃ”



[N.º 9 – Ano IX - 2015] SUMÁRIO, E VAO NOVE, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, PINTORES DE EMBARCAÇÕES LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, 150 ANOS DEDICADOS À MÚSICA, OS EXECUTANTES DA BANDA BINGRE CANELENSE DESDE A SUA FUNDAÇÃO, *Ana Paula Almeida*, CARNAVAL DE ESTARREJA: DAS COMEMORAÇÕES POPULARES ÀS BATALHAS DAS FLORES, *Andreia Tavares*, DR. MANUEL FIGUEIREDO. MÉDICO DE LARGO SENTIDO HUMANO, *António Augusto Silva*, A OBRARETABULAR DA IGREJA DE SÃO PEDRO DE PARDILHÓ, *António Cruz Leandro e Maria Clara de Paiva Vide Marques*, PATRIMÓNIO – LUGAR DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE, *Carla Ferreira*, O DESEMBRAGADOR DR. JOSÉ HOMEM CORRÊA TELES, *Delfim Bismarck Ferreira*, CONTRIBUTO PARA UM INVENTÁRIO HISTÓRICO DA COLETIVIDADE CONCELHIA” O CENTRO” – CENTRO RECREATIVO DE ESTARREJA CRE NA CELEBRAÇÃO DOS 105.º ANIVERSÁRIO, *José Fernando Correia*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO. OS PAINÉIS DOS BARCOS MOLICEIROS, *José Gurgo e Cirne*, a LEITURA PÚBLICA EM ESTARREJA, *Juliana Cunha*, PRIMEIRA REFERÊNCIA ESCRITA A SALREU (1076/1106), *Marco Pereira*, FRENTE LAGUNAR DE ESTARREJA E OS SEUSTESOUROS, *Norberto Monteiro*, JORNAL “ O CONCELHO DE ESTARREJA” 1901-2014 DO SOTÃO PARA O MUNDO DIGITAL, *Norvinda Leite*, BANDA VISCONDE DE SALREU, 1 DE OUTUBRO DE 1925-1 DE OUTUBRO DE 2015 DO PASSADO AO PRESENTE UM SÓ CAMINHO, A MESMA ENTREGA À MÚSICA E À ARTE DE BEM FAZER, *Raquel Maria Rodrigues de Jesus*, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ESTARREJA 80 ANOS AO SERVIÇO DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Rosa de Fátima Figueiredo*, CASA MUSEU EGAS MONIZ – RECANTOS DO MARINHEIRO, *Rosa Maria Rodrigues*, ESCOLA SECUNDÁRIA DE ESTARREJA: UM PERCURSO COM MEIO SÉCULO, *Teresa Bagão*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1898, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, SAUDADES – CINE TEATRO DE ESTARREJA 65 ANOS DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS, *João Carlos Alegria*



[N.º 10 – Ano X - 2016] A NOSSA CASA BRANCA, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ROTA LAGUNARES, *Ana Maria Lopes*, CARNAVAL DE ESTARREJA: 1930 A 1974, *Andreia Tavares* RANCHO FOLCLÓRICO DE VEIROS – As primeiras Danças: 1939-1947, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS EM 2016 NO CRASTO DE SALRE ESTARREJA – BREVE NOTÍCIA *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Paulo P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, A PEDRA DE ARMAS DA CASA DA FONTINHA, EM BEDUÍDO, ESTARREJA *Delfim Bismarck Ferreira*, CASAS COMTORRE *Domingos Tavares*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – OS PAINÉIS DO BARCOS MOLICEIROS *José Gurgo e Cirne*, A BIBLIOTECA PRIVADA DE EGAS MONIZ – CASA DO MARINHEIRO EM AVANCA, *Juliana Cunha*, O VÍNCULO DA CAPELA DE S.SIMÃO DO BUNHEIRO NO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO, *Luís Miguel Palido Garcia Cardoso de Menezes*, PESOS E MEDIDAS NA HISTÓRIA DE ESTARREJA E MURTOSA, *Marco Pereira* PINTURAS DE MILAGRES, HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE ESPERANÇA E FÉ, *Maria Clara de Paiva Vide Marques e António Cruz Leandro*, EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO DE ESTARREJA – UM PERCURSO PELAS FONTES DE 120 ANOS DE HISTÓRIA, *Norvinda Leite*, UM OUTRO OLHAR SOBRE O PATRIMÓNIO EDIFICADO DA ANTIGA FREGUESIA DE BEDUÍDO: A TERRA COMO FORMA DECONSTRUÇÃO *Susana Temudo e Diana Cunha Santos* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1899, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUIDADES – NOS 20 ANOS DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA DE AVANCA, *António CostaValente e Rita Capucho*



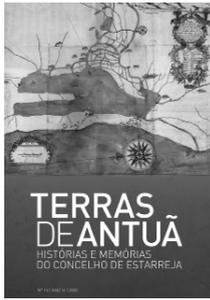
[N.º 11 – Ano XI - 2017] “ ROSTO “ EDIFICADO, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* CARLOS PINTO DE SOUSA – Um autodidacta do crescimento cultural, *António Augusto Silva* UMA ALDEIA DE HÁ DOIS MIL ANOS UM SÍTIO ARQUEOLÓGICO E A SUA INVESTIGAÇÃO, *António Manuel Silva, Gabriel R. Pereira, Sara Almeida e Silva e Paulo P. Lemos*, A PEDRA DE ARMAS DA “CASA DO COUTO”, EM SALREU, *Delfim Bismarck Ferreira* PALACETES E ESTARREJA, *Domingos Tavares* MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – Em busca do tempo perdido, *José Gurgo e Cirne* O PATRIMÓNIO BIBLIOGRÁFICO DE ANTÓNIO MADUREIRA – Casa-Museu Marieta Solheiro Madureira em Estarreja, *Juliana Cunha* TAVARES RESENDE DA CASA DE S.BERNARDO DA CONGOSTA EM AVANCA – Estarreja, Aveiro, *Luís Cardoso Menezes* OS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA NA PRIMEIRA GRANDE GUERRA (1914-1918), *Marco Pereira* ESCULTURA DEVOCIONAL NA IGREJA MATRIZ DE AVANCA, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro e Luís Alberto Casimiro* FORAL DOANTUÁ: DOCUMENTOS AUTÊNTICOS QUE O TROUXERAM ATÉ HOJE, *Norvinda Leite* UMA CARTA, *Sérgio Paulo Silva*, JOAQUIM MARIA LEITE, *Teresa Cruz Tubby* EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1906, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUIDADES-EGAS MONIZ – UM PERCURSO – 90 Anos da Angiografia Cerebral (1927-2017), *Rosa Maria Rodrigues*



[N.º 12 - Ano XII- 2018] MEMÓRIAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MANIFESTO DA COMISSÃO ELEITORAL OPOSICIONISTA DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Andreia Tavares*, UMA SIMPLES CONVERSA E AS PRIMEIRAS PRISÕES POLÍTICAS EM ESTARREJA, *António Augusto Silva*, TRABALHOS ARQUEOLÓGICOS NO CASTRO DE SALREU-BREVE CRÓNICA DA INTREVENÇÃO DE 2018, *António Manuel Silva*, *Gabriel R. Pereira*, *Sara Almeida e Silva e Paulo A.P. Lemos*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DA FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUANOS SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 1.ª PARTE DE D. JOÃO II A FILIPE II, *António Pedro de Sottomayor*, OS MOINHOS DE MEIAS, *Armando Carvalho Ferreira*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE I), *Delfim Bismarck Ferreira*, CONSTRUÇÃO NAVAL TRADICIONAL NO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – QUE FUTURO? *Etelvina Resende Almeida*, MEMÓRIAS DO QUOTIDIANO – DOS MÉRITOS DO PRIMITIVISMO INGÉNUO *José Gurgo e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O FUNDADOR DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ – A “HIDRO-ELÉTRICA” DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS BISPOS PORTUGUESES ORIGINÁRIOS DO CONCELHO DE ESTARREJA, DISTRITO DE AVEIRO NO SÉCULO XX, *Luis Cardoso Menezes*, A PNEUMÓNICA, OU GRIPE ESPANHOLA. EM ESTARREJA (1918-1919) *Marco Pereira*, PRISIONEIRO DO CONCELHO DE ESTARREJA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA FRENTE OCIDENTAL – 1917-1918, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro*, UMA OBRA DO PINTOR FRANCISCO PINTO COSTA (1826-1869) NA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Susana Moncívio*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1907, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos* SAUDADES - 50 ANOS DA CASA MUSEU EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, REVISTAS TERRAS DE ANTUÃ



[N.º 13 - Ano XIII - 2019] 500 ANOS DO FORAL DE ANTUÃ, *Diamantino Sabina* EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues* SOCIEDADE DE REPRESENTAÇÕES DA BEIRA LITORAL LDA, *Andreia Tavares* FREI GONÇALO MARIA TAVARES – Do clero secular para o regular, *António Augusto Silva* O CASTRO DE SALREU, UM DOS POVOADOS PORTO-HISTÓRICOS ATLÂNTICOS DO ENTRE DOURO E VOUGA, *António Manuel Silva, Edite Martins de Sá, Jorge Fernando Salvador, Paulo A. P. Lemos e Sara Almeida e Silva*, AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÃ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUANOS - SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS DE NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA – 2.ª PARTE DE D. FILIPE II A D. JOÃO V, *António Pedro de Sottomayor*, A FAMÍLIA QUADROS EM SALREU DESDE O FINAL DO SÉCULO XVIII (PARTE II), *Delfim Bismarck Ferreira*, OLHARES POR DENTRO DO MUNICÍPIO DE ESTARREJA – ITINERÁRIOS POR ÁGUA, *Etelvina Resende Almeida*, A ODIOSÍSSIMA MORTE DO LÁZARO *José Gurgo e Cirne*, CARLOS MARQUES RODRIGUES: O IMPULSIONADOR DA EDIFICAÇÃO DA CENTRAL DE ENERGIA ELÉTRICA - A TURBINA DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, ESTARREJENSES ILUSTRES: O 1.º MARQUÊS DE TERENA - SEBASTIÃO CORREIA DE SÁ (1766-1849), *Luis Cardoso Menezes*, MILITARES DOS CONCELHOS DE ESTARREJA E MURTOSA MORTOS EM ÁFRICA (1961-1974), *Marco Pereira*, ESTARREJA NA GRANDE GUERRA MILITARES FALECIDOS NA FRENTE OCIDENTAL (1917-1918), *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro, Teresa Cruz Tubby*, A SOMBRA DO MOSTEIRO DE AROUCA RAIZES LONGAS DE ANTUÃ, *Norvinda Leite e Carlos Pinho*, COISAS DE CANTADORES, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1908, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, SAUDADES - 70 ANOS DO PRÉMIO NOBEL EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*



[N.º 14 - Ano XIV - 2020] A “TERRAS DE ANTUÃ” EM PLENA PANDEMIA COVID-19, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, O NOSSO LIVRO, *Abel Cunha*, MAJOR ANTÓNIO BERNARDINO FERREIRA, *António Augusto Silva*, A “GRATIDÃO” DE JOSÉ LUIS DA CUNHA: UM CASO DE SUOR, SUCESSO E LÁGRIMAS NO PANORAMA EMIGRATÓRIO DA ESTARREJA OITOCENTISTA, *António Pedro de Sottomayor*, O CONCELHO DE ESTARREJA EM 1865, *Delfim Bismarck Ferreira*, A EMBARCAÇÃO TRADICIONAL COMO ARTEFACTO E O HOMEM ARTESÃO: O MESTRE CONSTRUTOR NAVAL DA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, “O COLÉGIO”, *José Fernando Correia*, DR. TAVARES AFFONSO: SEIS CARTAS E UM BILHETE POSTAL DIRIGIDO AO PROF. DOUTOR EGAS MÓNIZ, *José Gurgo e Cirne*, AVIVAR MEMÓRIAS: ASTRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, OS LIMITES HISTÓRICOS COMUNS DAS DIOCESES DO PORTO E DE COIMBRA, *Marco Pereira*, SÃO SEBASTIÃO, *Maria Clara de Paiva Vide Marques*, *António Cruz Leandro*, EGAS MÓNIZ E O JOGO, *Rosa Maria Rodrigues*, PARA QUE OS OLHOS SE LEMBREM, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1909, *Teresa Cruz Tubby e Valter Santos*, VEIROS – SINOPSE PELAS REFERÊNCIAS DA SUA HISTÓRIA E AS SUAS GENTES, *Victor Bandeira*, SAUDADES – BIORIA, O SUSTENTÁVEL CONVÍVIO ENTRE A NATUREZA E O HOMEM, *Adolfo Vidal*



[N.º 15 – Ano XV - 2021] AS PESSOAS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, MEMÓRIAS DE UMA COZINHA DE POBRES, *Abel Cunha*, OS JAZIGOS NO ADRO DA IGREJA DE SALREU – ALGUNS APONTAMENTOS, *António Augusto Silva*, UMA DÉCADA DE ARQUEOLOGIA NO CASTRO DE SALREU, 2011-2021 (UM PONTO DE SITUAÇÃO NÃO CONCLUSIVO), *António Manuel Silva, Paulo Lemos e Sara Almeida e Silva*, O CAPITÃO LUÍS PEREIRA LOPES DE EXTINÇÃO E AS TRADIÇÕES ORAIS COMO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ESTARREJA, *Juliana Cunha*, D. HUGO, BISPO DO PORTO, *Marco Pereira*, COMISSÁRIOS DO SANTO OFÍCIO NATURAIS DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide e António Cruz Leandro*, EGAS MÓNIZ -VIVÊNCIAS EM COIMBRA, *Rosa Maria Rodrigues*, ENGUIAS DE ARROZ E ARROZ DE ENGUIAS, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1910, *Teresa Tubby e Valter Santos*, O MERCADO ANTIGO DE ESTARREJA 30 ANOS A RECRIAR A NOSSA HISTÓRIA, *Isabel Simões Pinto*



[N.º 16 - Ano XVI - 2022] SINAIS DOS TEMPOS, *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, ETNOGRAFIA E FOLCLORE NO CONCELHO DE ESTARREJA, *Abel Cunha*, JOÃO PEDRO MARQUES VILLAR CONSTRUCTOR CIVIL, PROJECTISTA E O MAIS QUE SE VERÁ, *António Augusto Silva*, LITÍGIO E SEPARAÇÃO DOS VÍNCULOS DO MATO (SALREU/ESTARREJA) E DE SÃO PAIO (MOUÇOS/VILA REAL): UM CASO BICUDO ENTRE TIA E SOBRINHO EM MEADOS DE OITOCENTOS, *António Pedro de Sottomayor*, AS QUINTAS DA BOA VISTA, DA TAPADA E DA MELHOR VISTA EM SANTIAGO DE BEDUÍDO – ESTARREJA: SUBSÍDIOS PARA UM ESCLARECIMENTO, *Artur Castro Tavares*, JOSÉ MENDONÇA – O REFLEXO E A SOMBRA, *Diamantino Matos*, A CULTURA DO ARROZ NO BAIXO VOUGA LAGUNAR, *Etelvina Resende Almeida*, NA PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA INAUGURAÇÃO DO PADRÃO EM MEMÓRIA DOS MORTOS DO CONCELHO DE ESTARREJA NA GRANDE GUERRA, *Joaquim Ventura Faria Victorino*, COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA UM CONTRIBUTO PARA A HISTÓRIA DO COMPLEXO QUÍMICO DE ESTARREJA – UM DOS MAIS ANTIGOS E IMPORTANTES DO NOSSO PAÍS, *José Fernando Ferraz Correia*, O SOBRADO VERMELHO, *José Gurgo e Cirne*, PARDILHÓ NA IDADE MÉDIA, *Marco Pereira*, A ARTE RETABULAR NA CAPELA DE NOSSA SENHORA DO MONTE EM SALREU, *Maria Clara de Paiva Vide Marques, António Cruz Leandro*, O REGIMENTO DE REPARTIÇÃO DAS SISAS ENVIADO AO CONCELHO DE ANTUÃ EM 1527, *Maria Helena da Cruz Coelho, Saul António Gomes*, EGAS MONIZ NA LITERATURA, *Rosa Maria Rodrigues*, JOSÉ MENDONÇA – UM TEMPO PARTILHADO, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE NO ANO DE 1911, *Teresa Cruz Tubby*, PROSPECÇÃO DE ESTRUTURAS INCÓGNITAS NA IGREJA DE VEIROS, *Victor Bandeira, Ana Bidarra, Nuno Barraca*, SAUDADES – DA FÁBRICA DE DESCASQUE DE ARROZ À FÁBRICA DA HISTÓRIA, *Juliana Cunha*, RETIFICAÇÃO: AO ENSAIO “AS CASAS DO MATO (SALREU) E DE FONTE CHÁ (BEMPOSTA) NOS OFÍCIOS CONCELHIOS ANTUANOS. SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS REGISTOS E NOTARIADO NO CONCELHO DE ESTARREJA” (TERRAS DE ANTUÃ N.º S 12 E 13), *António Pedro de Sottomayor*



[N.º 17 - Ano XVII - 2023] A “COR” COM QUE NOS PINTA PENICHEIRO..., *Diamantino Sabina*, EDITORIAL, *Rosa Maria Rodrigues*, CONTRIBUTOS A UMA CRONOLOGIA DO ENSINO ESCOLAR NA FREGUESIA DE CANELAS - ESTARREJA, *Abel Cunha*, OS «GARRIDOS» DE SALREU, *Ana Maria Lopes*, O FOTO AMADORISMO EM ESTARREJA NA DÉCADA DE 50, *António Augusto Silva*, REVISITANDO A ORIGEM E HISTÓRIA DA CASA DO COUTO, SALREU, ESTARREJA, *António Pedro de Sottomayor*, PAISAGENS DE FRANCISCO JOAQUIM BINGRE, *Eduardo Dias*, A APANHA DO MOLIÇO NA RIA DE AVEIRO, *Etelvina Resende Almeida*, O FUNDADOR DE ESTARREJA (BIS), *Joaquim Ventura Faria Victorino*, A “HIDRO-ELÉCTRICA” DE ESTARREJA: HOMENS E MULHERES QUE FIZERAM A FÁBRICA, *Juliana Cunha*, CONTRIBUIÇÃO DE SALREU PARA O MONUMENTO AO MARQUÊS DE POMBAL EM LISBOA, *Marco Pereira*, A ESCULTURA DEVOCIONAL DOS ORAGOS DAS IGREJAS PAROQUIAS DE ESTARREJA, *Maria Clara Vide e António Leandro*, A CASA DE MÁRIO BELMONTE PESSOA MUSEU DE ARTE NOVA DE AVEIRO AUTORIA EXCLUSIVA DE FRANCISCO AUGUSTO DA SILVA ROCHA UMA OBRA DE ARTE INESGOTÁVEL, *Maria João Fernandes*, DA OPOSIÇÃO À DEMOCRACIA: UM PERCURSO PELAS FONTES DO ARQUIVO MUNICIPAL, *Paulo Dias*, A CARREIRA UNIVERSITÁRIA DE EGAS MONIZ, *Rosa Maria Rodrigues*, ANTUÃ EM DOCUMENTOS QUINHENTISTAS, *Saul António Gomes*, CAMPISMO, *Sérgio Paulo Silva*, EMIGRAÇÃO ESTARREJENSE ENTRE 1836 E 1839 E O ANO DE 1912, *Teresa Tubby*, SAUDADES – NOS 30 ANOS DA FUNDAÇÃO SOLHEIRO MADUREIRA, *Amélia Fragoso*

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17	TA 18	
Abel Cunha														X	X	X	X	X	
Adolfo Vidal														X					
Ana Bidarra																X			
A. Macieira Coelho								X											
Amaro Neves	X																		
Amélia Fragoso																		X	
Ana Maria Lopes					X	X	X	X	X	X								X	
Ana Paula Almeida									X										
Andreia Tavares								X	X	X		X							
Andreia Vidal Leite	X																		
António A. Silva	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
António C. Valente						X				X									
António Leandro							X		X	X		X	X	X	X	X	X	X	
António M. Coelho				X															
António M. S. P. Silva					X	X				X	X	X	X		X				
António de Pinho Nunes		X																	
António P. Sottomayor	X			X			X					X	X	X		X	X		
António Carvalho			X																
Armando C. Ferreira	X											X							
Artur C. Tavares																X		X	
Carla Ferreira									X										
Carlos B. Almeida	X																		
Delfim Bismarck	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X				
Diamantino Matos																X			
Diana Cunha			X							X									
Domingos Tavares						X				X	X								
Etelvina Almeida												X	X	X	X	X	X	X	
Eva Armindo				X															
Francisco M. Brandão	X																		
Gabriel Pereira					X	X				X	X	X							
Hugo Cálão		X		X															
Isabel Simões Pinto															X				
João Alegria								X	X										
João Pedro Reis																		X	
João Muralha					X														
Joaquim Lagoeiro					X														
Joana Sousa																		X	
Joaquim V. Victorino																X	X		
José Eduardo Matos																		X	
José Fernando Correia									X					X	X	X		X	

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17	TA 18
Jorge Montenegro					X													
José Gurgo e Cirne			X				X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X
José Nunes Liberato		X																
José Mattoso						X												
José Valente								X										
Juliana Cunha							X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Luís Eça Matos				X														
Luís Loureiro				X														
Luís Cardoso Menezes										X	X	X	X					
Luís Souto de Miranda				X														
Manuel F. Rodrigues		X																
Manuel O. Rodrigues							X											
Marco Pereira	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Margarida Castro			X															
Maria A. Barata							X											
Maria Clara Vide		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Maria Elvira Callpez				X														
Maria Helena V. Pinho					X													
Maria de Jesus O. e Silva				X	X													
Maria João Fernandes								X									X	
Maria Helena Cruz Coelho																X		
Maria Manuel V. Barbosa			X															
Maria Palmira da S. Gomes		X			X													
Maurício A. Fernandes						X												
Norberto Monteiro									X									
Norvinda Leite				X			X	X	X	X	X		X					
Nuno Barraca																X		
Nuno Matos				X														
Paulo Dias																	X	X
Paulo A. P. Lemos						X				X	X	X	X		X			
Paulo Morgado							X											
Patrícia M. de Carvalho				X														

MUNICÍPIO DE ESTARREJA

AUTORES	TA 1	TA 2	TA 3	TA 4	TA 5	TA 6	TA 7	TA 8	TA 9	TA 10	TA 11	TA 12	TA 13	TA 14	TA 15	TA 16	TA 17	TA 18
Pedro B. de Almeida	X																	
Rafael Marques Vigário	X																	
Raquel Rodrigues de Jesus									X									
Ricardo Matos				X														
Rita Capucho										X								
Rosa Fátima Figueiredo									X									
Rosa Maria Rodrigues			X		X				X		X	X	X	X	X	X	X	X
Sara Silva										X	X	X	X		X			
Saúl Gomes																X	X	X
Sérgio Paulo Silva							X	X			X		X	X	X	X	X	X
Sylvie Ferreira								X										
Sónia Filipe	X																	
Susana Constantino					X													
Susana Moncívio												X						
Susana Temudo Silva			X							X								
Telma A. Correia				X														
Teresa Bagão		X							X									
Teresa Tubby			X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Valter Santos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Victor Bandeira														X		X		X

